

ISBN 978-85-8359-043-9

ANAIIS XI JORNAP

Jornada Científica de
Administração Pública



Jornada Científica de Administração Pública (11. : 2017 : Araraquara, SP)

Anais da XI Jornada Científica de Administração Pública / XI Jornada Científica de Administração Pública; Araraquara, 2017 (Brasil). – Documento eletrônico. - Araraquara : FCL- UNESP, 2017. – Modo de acesso:
<http://www.fclar.unesp.br/#!/graduacao/espaco-do-aluno/pet---programa-de-educacao-tutorial/administracao-publica/jornap/anais/>

ISBN 978-85-8359-043-9

1. Administração pública. 2. Congressos e convenções. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FCLAr – UNESP.

João Vitor dos Santos Andrade

Patricia Borba Marchetto

(Org.)

Anais da XI Jornada Científica de Administração Pública (JORNAP)

PET Administração Pública

Araraquara

FCLAr-UNESP

APRESENTAÇÃO

Nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2017 foi realizada na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP em Araraquara a décima primeira edição da Jornada Científica de Administração Pública (JORNAP). O evento é pensado, planejado e executado desde o ano de 2006 pelo Programa de Educação Tutorial de Administração Pública (PET) com o objetivo de disseminar conhecimentos a respeito do nosso campo de atuação.

Durante os três dias do evento diversas atividades são realizadas: conferências, laboratórios e palestras bem como a apresentação de trabalhos científicos para divulgar o conhecimento produzido por alunos de graduação e pós-graduação.

Ano após ano o Eixo Científico da Jornada cresce aumentando o número de submissões e de trabalhos apresentados. Em 2017 foram 77 trabalhos aprovados para apresentação com autores vindos de todas as regiões do Brasil, cinco estados tiveram representação no evento (MG, PB, RJ, SC e SP) sendo os autores de 18 instituições diferentes – públicas e privadas, ligadas a universidades ou ao setor público.

Em momentos de conturbações políticas e sociais são necessários locais para se pensar a administração pública de maneira mais ligada aos anseios gerais, a Jornada se desponta como precursora de muitas discussões no âmbito da instituição que a abriga e também por parte daqueles que já se encontram dentro do aparato público ou governamental.

Nestes anais estão presentes os trabalhos apresentados no evento estando divididos por categoria (pesquisa e extensão) e dentro dessa divisão há uma outra relacionada aos eixos. Agradecemos a todos os autores pela submissão e apresentação e esperamos que ano que vem estejam conosco novamente fomentando a produção científica no nosso campo de estudos.

João Vitor Andrade
Comissão científica da XI JORNAP

SUMÁRIO

CORPO DISCENTE DO PET ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13
TUTORIA	13
AVALIADORES DOS RESUMOS	14
BANCA DAS APRESENTAÇÕES ORAIS	14
PROGRAMAÇÃO XI JORNAP	17
MENÇÃO HONROSA	20
TRABALHOS DE PESQUISA	
<i>EIXO TEMÁTICO 1: GESTÃO PÚBLICA LOCAL</i>	24
Gestão de recursos hídricos nos municípios banhados pelo rio Araçuaí <i>Amanda Karine Ferreira Figueiredo, Nicolas Seiji Aoki - Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Terence</i>	25
Estratégias de aumento da arrecadação municipal: o caso da prefeitura de Duque de Caxias <i>Ana Letícia Sampaio, Camila Maura Moreira da Silva, Daphne Costa Besen</i>	30
A instalação da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP em Limeira/SP - entre interesses e interessados - a urbanização como meio para a implementação de políticas públicas <i>Murilo Santos da Silva - Profo Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona</i>	35
<i>EIXO TEMÁTICO 2: ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS</i>	42
Metodologias e técnicas de planejamento e controle do orçamento público: planos plurianuais dos municípios da região central administrativa do estado de São Paulo <i>Patricia Souza Braulino, Amanda Caroline de Souza Campos - Prof. Dr. Valdemir Aparecido Pires</i>	43
Orçamento impositivo e o ordenamento jurídico nacional <i>Jade Soares Lara, Lucas Rezende de Melo, Victor Lugan Rizzon Chen - Prof. Dr. Paulo César Correa Borges</i>	48
As mudanças estruturais nas cadeias internacionais de valor <i>André dos Santos Souza – Rogério Gomes</i>	53
Diagnóstico econômico e financeiro do município de Araraquara-SP <i>Erika Mattoso Lardizabal, Giordano Lastória, Felipe K. Segateli, Diego Ciocca Tomeu, Laysa Eduarda Nogueira Canhone, Lidia Maria Bussiman Gomes, Lili Zhu Shu Hua, Therezinha Aparecida Guirro de Godoy, Maria Helena Briquet Caradec Lasalvia, Vinicius Felizatti Jacinto, Rafael Augusto Maricato Boemi - Profa. Dra. Suzana Cristina Fernandes de Paiva</i>	

.....	57
Mediação – a nova medida prática à resolução de conflitos empresariais no sistema global	
<i>William Albano Rocha - Flávia Foz Mange</i>	
.....	63
EIXO TEMÁTICO 3: GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	
.....	67
Os discursos organizacionais no período pós-crise de 2008	
<i>César de Melo Aleluia - Profº Dr. Fernando Ramalho Martins</i>	
.....	68
Gestão dos contratos da terceirização na administração pública do estado do Rio de Janeiro	
<i>Adalberto Oliveira Brito, Bárbara Oliveira de Moraes, Evandro Costa Xavier Ana Paula Pedrosa - Ana Paula Pedrosa</i>	
.....	75
Estudo da utilização de organizações sociais no poder público municipal – a gestão dos centros comunitários no município de Barueri-SP	
<i>Vinícius Silveira de Almeida, Marcelo Eloy Fernandes, Marcelo T. Okano</i>	
.....	83
Governança corporativa em empresas estatais: uma relação entre Estado, mercado, sociedade, burocratas e políticos.	
<i>Felipe Bauer Granai</i>	
.....	92
A reforma do aparelho do estado de 1995 - 1998 e o instituto jurídico das OSs: a emergência de um novo e controverso regime e percepções sobre o modelo no campo cultural em São Paulo	
<i>Sérgio Martins da Cruz - André F. Alcântara</i>	
.....	97
Impacto das diretrizes do plano diretor da reforma do aparelho de Estado na produção científica apresentada nos congressos do centro latino americano de administração para o desenvolvimento	
<i>Isabella Mattos - Prof. Dr. Álvaro Martins Guedes</i>	
.....	103
Avaliação de desempenho em autarquia pública e as racionalidades instrumental e substantiva segundo Guerreiro Ramos	
<i>Getúlio de Azevedo Ramos Júnior - Fernando de Oliveira Vieira</i>	
.....	106
Comunicação pública como instrumento de democratização da gestão e controle social das políticas públicas: análise das políticas de comunicação da prefeitura municipal de São Paulo	
<i>Wagner Luiz Taques da Rocha - Prof. Dr. Martin Jayo</i>	
.....	113
Estudo comparativo do impacto causado pelo uso de plataformas e sistemas online no comitê de ética em pesquisa e na comissão de ética no uso de animais	
<i>Juliane de Aguiar Silva - Profa. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi</i>	

.....	121
Mediação de conflitos na administração pública	
<i>Renato Veloso - Fernando de Oliveira Vieira</i>	
.....	129
Gestão e transparência em municípios mineiros de pequeno porte sob a ótica das tecnologias da informação	
<i>Myla Freire Machado Fernandes, Nathalia Bertú Moura - João Batista Rezende</i>	
.....	136
As parcerias público-privadas: eficiência no controle dos recursos públicos?	
<i>Cintia Barudi Lopes, Flávia Piva Almeida Leite</i>	
.....	142
EIXO TEMÁTICO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
.....	148
A influência da agenda internacional na elaboração de políticas públicas no nível nacional: um estudo da agenda governamental brasileira no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014)	
<i>João Vitor dos Santos Andrade - Ana Cláudia Niedhardt Capella</i>	
.....	149
A discussão da pós verdade para a formação de agenda do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff	
<i>Nicolas Seiji Aoki - Ana Cláudia Niedhardt Capella</i>	
.....	154
Desempenho em matemática na rede pública estadual de ensino: uma análise baseada nos dados do SAEB	
<i>Ana Júlia Assumpção - Camila Fernanda Bassetto</i>	
.....	159
O panorama da gestão hídrica brasileiro: análise do papel do banco mundial na política de gestão hídrica do país	
<i>Guilherme Correa Bianchini - Prof. Dra. Fernanda Mello Sant'Anna</i>	
.....	164
Formação da agenda governamental: uma análise dos discursos de posse de Dilma Rousseff (primeiro e segundo governo) e Michel Temer	
<i>Charles Vinicius dos Santos Cruz, Amanda Karine Ferreira Figueiredo - Ana Cláudia Niedhardt Capella</i>	
.....	169
Políticas públicas e encarceramento feminino	
<i>Jéssica Santiago Cury, Paulo César Corrêa Borges</i>	
.....	174
Formação da agenda governamental: uma comparação no discurso de posse entre os chefes do executivo municipal e federal eleitos pelo PT	
<i>Bruna Carolina Soares de Jesus, Charles Vinicius dos Santos Cruz - Ana Cláudia F. Terence</i>	
.....	178
A evolução da política habitacional no Brasil do BNH ao Minha Casa Minha Vida 2 – uma análise a partir da teoria do equilíbrio pontuado	
<i>Jéssica Gomes Lima, Carla R. Roczanski, Mariana Guedes, Camila Puhl - Marcello B. Zappellini</i>	

.....	183
Trabalho de intervenção a violência contra a mulher em Araraquara	
<i>Ana Carolina Barros Marques - Dra Soraya Regina Gasparetto</i>	
.....	190
Avaliação de desempenho do serviço brasileiro de respostas técnicas e do sistema integrado de respostas técnicas junto aos usuários espontâneos e induzidos	
<i>Isabella Mattos, Ariel Torres Alves, Rodrigo Deróbio Pironi - Sérgio Azevedo Fonseca</i>	
.....	195
Um estudo sobre a gestão de programas de qualidade de vida no trabalho no setor público	
<i>Kemilly Bianca de Mello - Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro</i>	
.....	199
A aplicação dos métodos adequados de resolução de conflitos no âmbito da administração pública federal	
<i>Mariana Lima Menegaz, Alexandre Walmott Borges - Alexandre Walmott Borges</i>	
.....	205
Falhas de mercado no SUS: potencialidades da modelagem de sistemas complexos	
<i>Francisco Percival Pinheiro Filho</i>	
.....	210
Caracterização das políticas recentes de incentivo à inovação no Brasil e no estado de São Paulo	
<i>Ana Luísa Pinheiro, Luís Guilherme Baesso, Pedro Luiz N. Castanho - Professor Assistente Doutor Rogério Gomes</i>	
.....	214
A educação na TV digital interativa: um estudo comparado entre Brasil, Espanha e Portugal	
<i>Denise Gabriela dos Santos - José Luís Bizelli</i>	
.....	221
A lei de identidade de gênero como política pública federal para efetivação dos direitos dos transexuais	
<i>Marina Silveira, Patrícia Borba Marchetto</i>	
.....	229
O planejamento do programa Minha Casa Minha Vida e a garantia ao direito à educação infantil: o caso da demanda por creches na cidade de Araraquara	
<i>Giovana Corrêa de Souza - Profa. Dra. Soraya Gasparetto Lunardi</i>	
.....	235
Políticas públicas de fomento às micro e pequenas empresas: um estudo sobre seus impactos	
<i>Ana Leticia Terra Zebinato, Bruna Christina Battissacco - Ana Cláudia Fernandes Terence</i>	
.....	240
EIXO TEMÁTICO 5: ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
.....	245
Direito e poder político: a atuação do Supremo Tribunal Federal na Operação Lava Jato	
<i>Luiz Antonio Martins Cambuhy Júnior - Prof. Dr. Murilo Gasparido</i>	

.....	246
Atuação social do design gráfico brasileiro no período ditatorial	
<i>Marina Eliza Salvanhini Campos - Prof. Me. Daniel dos Santos Robledo</i>	
.....	251
Das lutas sociais: também a serviço do capital?	
<i>Bruna N. M. Morato de Andrade, Paulo César Côrrea Borges - David Sánchez Rubio</i>	
.....	256
O design na obsolescência programada	
<i>Manuel Baldi Piñero - Prof. Me. Daniel dos Santos Robledo</i>	
.....	259
A ferrovia paulista no século XXI e o abandono: transformação urbana através do design thinking	
<i>Gabriela de Oliveira Sampaio - Prof. Me. Daniel dos Santos Robledo</i>	
.....	263
A comunicação pública e os canais de participação: o caso do Dialoga Brasil	
<i>Laercio José Peres dos Santos - Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Terence</i>	
.....	268
Inconstitucionalidade da vedação de aplicação de penas restritivas de direito em casos de tráfico de entorpecentes: estudo de caso na comarca de Franca – SP	
<i>Thamyres Bastos Silva - Prof. Dr. Paulo César Côrrea Borges,</i>	
.....	274
A crise na democracia moderna: as facetas do fenômeno da antipolítica na contemporaneidade	
<i>Laís Barreto da Silva - João Carlos Soares Zuin</i>	
.....	280
TRABALHOS DE EXTENSÃO	
<i>EIXO TEMÁTICO 1 – DIREITOS HUMANOS, CULTURA, COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA</i>	
.....	286
O acesso à educação: a correlação entre políticas de cotas e de permanência estudantil na UNESP	
<i>Débora Amorim de Paula, Felipe Cardoso Scandiuzzi, Rayra Alves de Faria - Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges</i>	
.....	287
Gênero e sexualidade: história, luta e resistência	
<i>Nicolas Seiji Aoki, Karine Ferreira Figueiredo - Professora Dra. Patrícia Borba Marchetto</i>	
.....	293
Melhoria do acesso ao campus da FCLAr	
<i>Ana Carolina Barros Marques, Ketlyn Rodrigues Alvares, Larissa Trindade Lopes, Marina Zen Bertolazzi - Professor Dr. José Luís Bizelli</i>	
.....	299
Cyberbullying: fronteira da liberdade de expressão na sociedade digital	

<i>Isadora Mussi Raviolo, Vinícius Henrique de Oliveira Borges - Prof. Dr. Paulo César Corrêa</i>	305
Fórum da cidadania: a importância do voto e do processo eleitoral nos municípios do cariri paraibano	
<i>Renata Chaves Cardoso, Thais Carneiro de Brito - Profa Dra Kelly Cristina Costa Soares,</i>	310
Projeto 'Visite a Câmara' e a complementação da formação escolar de alunos do ensino básico por meio de noções legislativas municipais	
<i>Gabriela de Paula Franca, João Vitor dos Santos Andrade, João Fredini, Cristiano P. Duarte, Gabriela Zanotti</i>	316
Políticas públicas para a educação infantil e formação docente	
<i>Cláudia Freire - Patrícia Aparecida Biotto</i>	320
Reflexos da violência conjugal nas crianças no âmbito escolar	
<i>Ana Paula Mittelman Germer, Luisa Lisbôa Guedes - Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges</i>	325
A representação do negro no espaço do teatro e do entretenimento do século XX	
<i>Danusa de Oliveira Jeremin - Dagoberto José Fonseca</i>	331
Vem pra economia	
<i>Lidia Maria Bussiman Gomes, Therezinha Aparecida Guirro de Godoy, Laysa Eduarda Nogueira Canhone, Vinicius Felizatti Jacinto, Erika Mattoso Lardizabal, Lili Zhu Shu Hua, Maria Helena Briquet Caradec Lasalvia, Rafael Augusto Maricato Boemi, Giordano Lastória, Felipe K. Segateli, Diego Ciocca Tomeu - Profa. Dra. Suzana Cristina Fernandes de Paiva</i>	337
Ler é viver: possibilidades de inclusão social e escolar	
<i>Laís Inês Sanseverinato Micheleti, Vitor Yamaguti Muno, Maria Fernanda Celli de Oliveira - Luci Regina Muzzeti</i>	342
Projeto mais segurança	
<i>Bianca Laverde, Iara Miranda, Jacqueline Nobre, Juliana Tiemi - Prof. Dr. José Luiz Bizelli</i>	346
Projeto fuxico	
<i>Vanessa Naomi Yamakawa, Adriele Campesan Mourão, Alana Cruz Pereira, Augusto Moizes Lousada Kotzent, Fernanda Gomez, Grazielle Siqueira Del Ponte, João Vitor de Faria Ferreira, Larissa Aparecida Godoy, Ligia Pissutto Louro, Lucas Mutti Bertin, Marcello de Gouvea, Carmello, Olivia Moraes Navarro</i>	348
O batuque na memória e na oralidade	
<i>Natália Carvalho de Oliveira - Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli</i>	352
UNATI – Araraquara: uma visão sobre as atividades realizadas	
<i>Débora C. Pereira - Profa Dra Edivani Vicente Aparecida Dotta</i>	357
PET na escola	
<i>Maria Victória Bernardo Pereira; Sofia Cardoso; Nikolas Seiji Aoki, Carolina Barrotti; João Vitor dos</i>	

<i>Santos Andrade; Vanessa Naomi Yamakawa; Rodrigo Deróbio Pironi; Gabriela Dias Zanotti,; Ana Julia Assumpção; Cristiano Parra Duarte; Daniela Cristine Stern; João Vitor de Araujo Fredini; Charles Vinicius dos Santos Cruz; Amanda Karine Ferreira Figueiredo; Poliana Cristina Chaves Tomazini; Isabella Mattos; Denise Gabriela dos Santos; Juliane de Aguiar Silva - Patrícia Borba Marchetto</i>	364
O bullying na convivência escolar no ensino fundamental	
<i>Rafael Varollo Perlati, Paulo César de Oliveira Borges - Paulo César Corrêa Borges</i>	368
Administrações e a gestão pública local: a região administrativa central do estado de São Paulo sob a ótica dos pequenos municípios	
<i>Rebeca C. Lyra Prince, Camila de Moraes Felipe, Renato Junio C. Seabra, Sofia B. Cardoso - Ana Cláudia Fernandes Terence, Patrícia Borba Marchetto</i>	372
A prevenção do bullying no ambiente escolar e a construção de uma sociedade menos preconceituosa	
<i>Hélio José dos Santos Júnior - Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges</i>	378
Diálogos com a administração pública	
<i>Laercio José Peres dos Santos - Prof. Dr. Fernando Ramalho Martins</i>	383
A homofobia como reflexo de uma educação construída para o modelo heterossexual	
<i>Rafael dos Anjos Souza, Lígia Lopes Andrade - Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges</i>	389
As possibilidades de uma educação pública emancipadora através de cursinhos populares	
<i>Luis Phellipe de Souza Thomza Dantas - Ana Lúcia de Castro</i>	393
EIXO TEMÁTICO 2 – MEIO AMBIENTE, SAÚDE, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	398
Projeto SALUS: disseminando o amplo conceito de saúde para a população de Araraquara	
<i>Gregório Luiz Anaconi, Patricia Souza Braulino - José Luís Bizelli</i>	399
Funções do espaço público: desbravando as praças de Araraquara	
<i>Juliana de Almeida Camarão, Denise Gabriela dos Santos, Camila de Moraes Felipe - Prof. Dr. José Luis Bizelli;</i>	404
EIXO TEMÁTICO 3 – TRABALHO, RENDA E ECONOMIA	409
Geração de emprego e renda no Brasil	
<i>Ronaldo Ogasawara - Marcos Alberto Claudio Pandolfi</i>	410
Projeto Araraquara Boa Praça	
<i>Murillo Trevisanello Pinotti, Marcos Paulo Andrade, Lucas Henrique Silva, Henrique Braga</i>	

<i>Chiapini, Yuri Martins Fontoura e Alexandre Amorim - José Luís Bizelli</i>	416
LabEcoSol: apoio e fomento à economia solidária em Balneário Camboriú (SC) e região <i>Alexandre Vieira Machado Neto, Mariene de S. Silva Palokowski - Luiz Filipe Goldfeder Reinecke</i>	421

CORPO DISCENTE DO PET ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Amanda Figueiredo
Ana Carolina B. Marques
Ana Júlia Assumpção
Carolina Barrotti
César Henrique Aleluia
Cristiano Parra Duarte
Denise Santos
Gabriela de Paula Franca
Gabriela Zanotti
Iara Miranda
Isabella Mattos
João Vitor dos Santos Andrade
João Fredini
Josiane Couto Matos
Lucas Henrique Silva
Marcos Paulo Andrade
Maria Victória Pereira
Marina Zen Bertolazzi
Murillo Trevisanello Pinotti
Nicolas Aoki
Patrícia Braulino
Poliana Tomazini
Rodrigo Pironi
Sofia Cardoso
Vanessa Naomi

TUTORIA

Patrícia Borba Marchetto

Departamento de Administração Pública da FCLAr - UNESP

AVALIADORES DOS RESUMOS

Alessandra Guimarães Soares (UFSCar)
Alexandre César Rodrigues da Silva (FEIS – UNESP)
Amaranta Vasconcelos (FCHS – UNESP)
Ana Claudia Niedhardt Capella (FCLAr – UNESP)
Ana Lelis Garbim (FCHS – UNESP)
Ariane Luzia dos Santos (FCLAr – UNESP)
Felipe Gonçalves Brasil (UFSCar)
Fernanda Castro Marques (FGV)
Gabriela Pirajá Cecilio Bunhola (FCHS – UNESP)
Geisa Mariah Bomfim Felício (FCHS – UNESP)
Guilherme Fernandes Porto (FCHS – UNESP)
Isadora Magalhães (FCHS – UNESP)
Jorge Oliveira (FCHS – UNESP)
Leonardo Agapito (FCHS – UNESP)
Luciléia Aparecida Colombo (FCLAr – UNESP)
Marcia Cristina Argenti Perez (FCHS – UNESP)
Patricia Borba Marchetto (FCLAr – UNESP)
Paulo César Corrêa Borges (FCHS – UNESP)
Rafael Alves Orsi (FCLAr – UNESP)
Rodrigo Alberto Toledo (FCLAr – UNESP)
Samira Chedid (UFSCar)
Sérgio Azevedo Fonseca (FCLAr – UNESP)
Silvana Aparecida Borsetti (FFC – UNESP)
Gregorio Vidotti (FFC – UNESP)
Thiago Costa (FCHS – UNESP)

BANCA DAS APRESENTAÇÕES ORAIS

Alessandra Aparecida Cruz Custodio
Alessandra Cardoso da Silva Ninin
Amaranta Vasconcelos Silva

Amauri Tadeu Barbosa Nogueira
André de Oliveira Gerônimo
Angelina Michelle de Lucena Moreno
Angelo Del Vecchio
Augusto Paschoalino
Camila Benjamim Vieira
Carlos Eduardo Tauil
Cássio Santos Pinto de Oliveira
Daiane Roncato Cardozo
Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
Dayane Aparecida Fanti Tangerino
Edmundo Alves de Oliveira
Fernanda Castro Marques
Gabriela Pirajá Cecilio Bunhola
Geisa Maria Bomfim Felício
Gislaine Cristina Pavini
Guilherme da Silva
Guilherme Fernandes Porto
Gustavo Erler Pedrozo
Isadora Beatriz Magalhães Santos
James Washington Alves dos Santos
Jessica Grava da Conceição
Joyce Hellen Luz
Leonardo Simões Agapito
Luana Naves Ferreira Silva
Lúcia Regina Centurião
Luciléia Aparecida Colombo
Maíra Kikuti Nunes
Márcio Vinícius Pedro
Marcos Antonio Munho
Paula Trottmann Corrêa
Rafael Alves Orsi
Ranata Aparecida Drape
Rodrigo Constantino Jeronimo

Sergio Azevedo Fonseca
Silvia Beatriz Adoue
Thiago Affonso de Araujo Costa
Tiago Antunes Rezende

PROGRAMAÇÃO XI JORNAP

09/06 – Terça-Feira

Roda de debate

“Políticas Públicas de Saneamento Básico”

Prof. Dr. Marcelo Coutinho Vargas (UFSCar)

Apresentação de trabalhos

Científico

Eixo Temático 1 - Gestão Pública Local

Eixo Temático 2: Economia e Finanças Públicas

Eixo Temático 3: Governança, Planejamento e Gestão Pública

Eixo Temático 4: Políticas Públicas e Administração Pública

Eixo Temático 5: Estado, Democracia e Participação Social

Extensão

Eixo Temático 1 – Direitos Humanos, Cultura, Comunicação, Educação e Política

Eixo Temático 2 – Meio Ambiente, Saúde, Ciências e Tecnologias

Eixo Temático 3 – Trabalho, Renda e Economia

Conferência

“A reforma da administração pública brasileira”

Fernando Luiz Abrucio (FGV)

Milton Lahuerta (UNESP)

10/06 – Quarta-Feira

Roda de debate

“A Atuação da Defensoria Pública na Garantia do Direito Fundamental à saúde”

Carlos Eduardo Montes Netto (Tribunal de Justiça de São Paulo)

Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro (Defensoria Pública do Estado)

Laboratório I

“Biblioteca Virtual do Estado de São Paulo e Comunicação Pública”

Regina Fazioli (UNIFAI)

Ana Cláudia F. Terence (UNESP)

Laboratório II

“Evolução Legislativa de Crimes Sexuais Contra os Costumes”

Sara Corrêa Fattori (UNIARA)

Carla Missurino

Conferência

“Do E-Gov ao I-Gov: A Trilha da Inovação na Administração Pública do Estado”

Roberto Meizi Agune (Governo do Estado de São Paulo)

José Luis Bizelli (UNESP)

11/06 – Quinta-Feira

Roda de debate

“Políticas Públicas para LGBT”

Maria Dolores Aybar Ramires (UNESP)

Guilherme Gattas

Laboratório I

“Política Externa Brasileira e Governança Global”

Alexandre Fucille (UNESP)

Laboratório II

“3º Setor e as Transformações do Estado”

Maria Nazaré Lins Barbosa (FGV)

Leandro Pereira Morais (UNESP)

Conferência

“A configuração das Políticas Públicas no Contexto Atual”

Carlos Etulain (UNICAMP)

Valdemir Pires (UNESP)

MENÇÃO HONROSA

Abaixo seguem os nomes dos trabalhos e dos autores que receberam menção honrosa na apresentação de trabalhos da XI JORNAP. As menções foram atribuídas para os trabalhos melhores avaliados pela banca examinadora após a apresentação oral.

EIXO TEMÁTICO 1: GESTÃO PÚBLICA LOCAL

A instalação da faculdade de ciências aplicadas da UNICAMP em Limeira/SP – entre interesses e interessados – a urbanização como meio para a implementação de políticas públicas

Autor: Murilo Santos da Silva

EIXO TEMÁTICO 2: ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Diagnóstico econômico e financeiro do município de Araraquara-SP

Autores: Integrantes do PET ECONOMIA da FCLAr-UNESP

EIXO TEMÁTICO 3: GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Gestão dos contratos da terceirização na administração pública do estado do Rio de Janeiro.

Autores: Adalberto Oliveira Brito, Bárbara Oliveira de Moraes e Evandro Costa Xavier

A reforma do aparelho do estado de 1995 - 1998 e o instituto jurídico das OSs: a emergência de um novo e controverso regime e percepções sobre o modelo no campo cultural em São Paulo

Autor: Sérgio Martins da Cruz

EIXO TEMÁTICO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A aplicação dos métodos adequados de resolução de conflitos no âmbito da administração pública federal

Autores: Mariana Lima Menegaz e Alexandre Walmott Borges

Formação da agenda governamental: uma análise dos discursos de posse de Dilma Rousseff (primeiro e segundo governo) e Michel Temer

Autores: Charles Vinicius dos Santos Cruz e Amanda Karine Ferreira Figueiredo

Trabalho de intervenção a violência contra a mulher em Araraquara

Autora: Ana Carolina Barros Marques

A educação na TV digital interativa: um estudo comparado entre Brasil, Espanha e Portugal

Autora: Denise Gabriela dos Santos

Desempenho em matemática na rede pública estadual de ensino - uma análise baseada nos dados do SAEB

Autora: Ana Júlia Assumpção

Caracterização das políticas recentes de incentivo à inovação no Brasil e no estado de São Paulo

Autores: Ana Luísa Pinheiro, Luís Guilherme Baesso e Pedro Luiz N. Castanho

A influência da agenda internacional na elaboração de políticas públicas no nível nacional: um estudo da agenda governamental brasileira no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014)

Autor: João Vitor dos Santos Andrade

EIXO TEMÁTICO 5: ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A crise na democracia moderna: as facetas do fenômeno da antipolítica na contemporaneidade

Autora: Laís Barreto da Silva

EIXO TEMÁTICO 1 (EXTENSÃO): DIREITOS HUMANOS, CULTURA,
COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

A representação do negro no espaço do teatro e do entretenimento do século XX

Autora: Danusa de Oliveira Jeremin

Gênero e sexualidade - história, luta e resistência

Autores: Nicolas Seiji Aoki e Amanda Karine Ferreira Figueiredo

Fórum da cidadania: a importância do voto e do processo eleitoral nos municípios do cariri paraibano

Autoras: Renata Chaves Cardoso e Thais Carneiro de Brito

As possibilidades de uma educação pública emancipadora através de cursinhos populares

Autor: Luis Phellipe de Souza Thomza Dantas

Ler é viver possibilidade de inclusão social e escolar

**Autores: Laís Inês Sanseverinato Micheli, Vitor Yamaguti Muno e Maria
Fernanda Celli de Oliveira**

PET na escola

Autores: Membros do PET Administração Pública da FCLAr-UNESP

EIXO TEMÁTICO 2 (EXTENSÃO): MEIO AMBIENTE, SAÚDE, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Funções do espaço público - desbravando as praças de Araraquara

**Autoras: Juliana de Almeida Camarão, Denise Gabriela dos Santos e Camila de
Moraes Felipe**

Projeto SALUS: disseminando o amplo conceito de saúde para a população de Araraquara

Autores: Gregório Luiz Anaconi e Patricia Souza Brulino

EIXO TEMÁTICO 3 (EXTENSÃO): TRABALHO, RENDA E ECONOMIA

Trabalho de extensão LabEcoSol - apoio e fomento à economia solidária em Balneário
Camboriú (SC) e região

Autores: Alexandre Vieira Machado Neto e Mariene de S. Silva Palokowski

TRABALHOS DE PESQUISA
EIXO TEMÁTICO 1: GESTÃO PÚBLICA LOCAL

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NOS MUNICÍPIOS BANHADOS PELO RIO ARAÇUAÍ

Amanda Karine Ferreira Figueiredo, Nicolas Seiji Aoki

Ana Cláudia Fernandes Terence

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Recursos Hídricos; Rio Araçuaí.

INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, é reconhecido pelo paradoxo de suas vastas riquezas naturais e culturais contrapostas à índices de extrema pobreza e baixo desenvolvimento, que remontam à época da colonização - a região foi colonizada 75 anos após a chegada dos portugueses ao Brasil. O rio que lhe dá nome nasce em Minas e deságua em Belmonte-BA, e foi durante séculos rota para o escoamento de mercadorias, das quais se destacam o algodão o ouro e os diamantes (SANTOS; SILVA, 2009).

Dentre os principais problemas enfrentados nessa região está a escassez de água. No semiárido mineiro as chuvas ocorrem em períodos que vão de três a cinco meses por ano e nesse curto espaço de tempo chove mais de 90% do volume esperado para o ano todo (BARROS, 2011; RIBEIRO et. al., 2013; SANTOS; SILVA, 2009).

A seca é o principal agravante da economia na região, incidindo cruelmente sobre as lavouras e a criação de gado. Os mais afetados por essa condição são os pequenos agricultores, que na impossibilidade de tratar o solo e armazenar água perdem suas colheitas e se veem dependentes do Estado ou forçados a migrar periodicamente para outros estados, nos quais trabalham principalmente no corte de cana e na colheita de laranja (RIBEIRO E MALIZONI, 2003; RIBEIRO et. al., 2013).

Além do desfavorecimento natural com relação ao solo e à chuva, outros fatores podem ser agravantes. Exemplo disso é a ampliação do plantio de eucalipto, para a produção de carvão ou celulose, desacompanhada de uma legislação regulamentadora e de fiscalização por parte dos governos. Assim, o eucalipto avança, destruindo a mata nativa, sem a qual a fauna perece e o solo, já fragilizado, se compacta (CALIXTO e RIBEIRO, 007).

Faz-se necessário então analisar como os municípios do Vale do Jequitinhonha administram seus recursos hídricos, levando em consideração os fatores culturais, suas limitações orçamentárias e geográficas.

Para isso, delimita-se como escopo desse projeto os dez municípios com maior número de habitantes banhados pelo Rio Araçuaí, que é um dos principais afluentes do Rio Jequitinhonha, cuja importância é tamanha que dá nome a todo o vale.

O assunto é permeado por questões tais como o atendimento às leis nacionais e estaduais, o trabalho de fiscalização, os entraves práticos, geográficos, burocráticos e orçamentários, além do trabalho de fiscalização. Questiona-se então: Os municípios mais populosos banhados pelo rio Araçuaí são capazes gerir seus recursos hídricos em conformidade com a legislação e atendendo às necessidades da população?

OBJETIVO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a gestão dos recursos hídricos nas dez cidades mais populosas banhadas pelo rio Araçuaí - maior afluente à esquerda do Jequitinhonha. O objetivo é produzir resultados capazes de auxiliar iniciativas de cooperativas, empresas e governo no desenvolvimento de políticas públicas e nas tomadas de decisão conjunta.

Como objetivos específicos pretende-se estudar as principais características da gestão dos recursos hídricos dos dez municípios com maior população banhados pelo Rio Araçuaí, principal afluente à margem esquerda do Jequitinhonha, bem como a forma como a população e o poder público lidam com o tema e suas principais dificuldades.

Verificar o impacto das leis federais, estaduais e municipais na gestão de recursos hídricos nos municípios banhados pelo Rio Araçuaí, considerando a adequação, aplicabilidade e os impactos orçamentários, verificar a existência de plano diretor e sua aplicabilidade prática nessas cidades.

Avaliar quais são os fatores que mais impactam na gestão dos recursos hídricos, analisando os agravantes das secas e verificando as estratégias dos municípios para combatê-la.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira etapa da pesquisa consiste em revisão de literatura e pesquisa documental. Nessa etapa serão estudados textos de livros, artigos e periódicos de autores com reconhecido mérito acadêmico, a fim de proporcionar as bases técnicas necessárias para o desenvolvimento das etapas subsequentes.

Ainda nessa etapa serão analisadas as seguintes redações da lei:

- LEI No 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- LEI No 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
- LEI No 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. LEI No 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.

Na segunda fase tenciona-se realizar um estudo multicaso. O primeiro passo dessa fase é uma pesquisa de campo, na qual será estabelecido contato com os municípios selecionados, através da internet, telefone, correspondências e ofícios. O intuito é angariar informações e buscar o plano diretor dos municípios que o tiverem, bem como as leis municipais que gerem os recursos florestais e hídricos, com o intuito de identificar se suas redações estão adequadas às leis estabelecidas pela União e pelo Estado de Minas Gerais.

Na terceira etapa será analisado até que ponto as leis estão efetivamente sendo cumpridas, quais os resultados alcançados e quais as dificuldades enfrentadas pelo município e pela população no prática.

A bacia do rio Araçuaí é composta por vinte e cinco municípios, dos quais dez foram selecionados para este estudo. Uma tabela com a estimativa populacional foi composta a partir de dados disponibilizados pelo IBGE e organizados por ordem decrescente da população. Apesar de apenas cinco municípios apresentarem a obrigação legal de possuir plano diretor (LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001), optou-se por analisar a legislação dos municípios que possuíssem número superior a 14 mil habitantes, com o intuito de ampliar a quantidade de dados disponíveis. Esses municípios são também os dez mais populosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda em estágio inicial, essa pesquisa ainda não contém resultados definitivos a serem apresentados. Espera-se conseguir analisar as leis, verificar sua aplicação nos municípios e a partir deste estudo coletar informações que serão repassadas aos gestores públicos das cidades pesquisadas. O andamento do projeto e os resultados obtidos em cada etapa também serão apresentados em congressos e seminários.

CONCLUSÕES

Segundo Barros (2011), a substituição da agricultura itinerante pela permanente fez com que a ocupação das regiões semiáridas ocorresse de forma desordenada, destruindo a vegetação natural para a utilização de lenha e pastejo, reduzindo a fertilidade do solo. Além disso, o manejo inadequado intensifica o processo de desertificação em localidades que apresentam maior vulnerabilidade e exploração acentuada dos recursos naturais (ROHRICH; CUNHA, 2014)

De clima semiárido o Vale do Jequitinhonha carrega o estigma de Sertão Mineiro, subentendendo sua escassez natural de água. O incremento dos processos de industrialização e urbanização tornam a água ainda mais escassa, seja pela ausência (seca) ou pela poluição que a faz imprópria para o consumo. Essa escassez acirra a disputa por sua utilização e cabe principalmente ao Estado gerir os conflitos inerentes a ela (FERREIRA; FERREIRA, 2006).

Sob essa perspectiva, políticas de gerenciamento e controle dos recursos hídricos precisam equacionar e disciplinar a situação, impondo o uso adequado e incorporando as reivindicações de ambientalistas, buscando assegurar o equilíbrio entre as atividades de uso da água e a proteção ao meio ambiente (FERREIRA; FERREIRA, 2006; BARROS, 2011).

Dessa forma, esta pesquisa é uma contribuição necessária, por desenvolver e compilar material de suporte teórico que fundamente e auxilie os gestores municipais na implementação de políticas públicas que adaptem a sociedade e o sistema produtivo à convivência com as questões ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José. Mudanças Climáticas, Degradação Ambiental e Desertificação do Semi-Árido. *Polêm!ca*, v. 10, n. 3, p 476 - 483 – , julho/setembro 2011.

FERREIRA, Gabriel; FERREIRA, Natália. Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. XIII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006.

JACOBI, Pedro; BARBI, Fabiana. Democracia e Participação na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. *Revista Katál. Florianópolis* v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007.

RIBEIRO, Eduardo, et.al. Práticas, Preceitos e Problemas Associados à Escassez da água no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Disponível em

<https://www.researchgate.net/publication/266036950_PRATICAS_PRECEITOS_E_PROBLEMAS_ASSOCIADOS_A_ESCASSEZ_DA_AGUA_NO_VALE_DO_JEQUITINHONHA_MINAS_GERAIS?enrichId=rgreq-0dce60294b994920af427a378c6049de-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2NjAzNjk1MDtBUzoyODg3ODE2ODE4NzI4OTIAMTQ0NTg2MjMyNjkyMA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf> Acesso em 12 de jan. 2017.

RIBEIRO, Eduardo; MALIZONI, Flávia. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. *Ambiente & Sociedade - Vol. V - nº2 - ago./dez. 2002.*

ROHRICH, Sandra; CUNHA, João. A Proposição de uma Taxonomia para Análise da Gestão Ambiental no Brasil. *RAC*, v. 8, n. 4, Out./Dez. 2004: 81-97

SANTILLI, Juliana. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) e Sua Implementação no Distrito Federal. *Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília*, Ano 9, V. 17, p. 144 – 179, jan./jun. 2001.

SANTOS, J. dos; SILVA, B. da. Análise do modelo conceitual e tecnológico do programa cisternas rurais em Sergipe. *Revista Engenharia Ambiental*, v. 6, n. 2, p. 464.

ESTRATÉGIAS DE AUMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: O CASO DA PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS

Ana Letícia Sampaio, Camila Maura Moreira da Silva, Daphne Costa Besen

Palavras-chave: arrecadação; participação; Duque de Caxias; transparência.

INTRODUÇÃO

O município de Duque de Caxias, bem como diversos outros da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro sofre com a situação econômica atual. A queda da arrecadação municipal e das transferências federais faz com que o município precise encontrar mecanismos para aumentar a arrecadação. Porém, aumentar a quantidade de tributos não é uma solução politicamente viável e como alternativa, o município optou por melhorar o sistema de tributação, por meio da atualização cadastral, tecnologia da informação, recursos humanos e legislação. Um dos objetivos da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do município de Duque de Caxias, levando esse cenário em consideração, é aperfeiçoar os processos de trabalho do setor tributário e implantar padrões de excelência e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos munícipes. Essas ações fazem parte de um modelo de gestão, em fase de implementação, que tem em vistas a desburocratização da Prefeitura. Parte desse processo é o projeto chamado Fazenda em Casa. A relevância do presente estudo está na necessidade de maior aprofundamento nos estudos sobre participação social na gestão municipal, especialmente no que tange a criação de mecanismos de aproximação do poder público com a população. Por isso da importância da divulgação de iniciativas como o projeto Fazenda em Casa.

OBJETIVO

Contribuir com uma análise da aplicabilidade do projeto Fazenda em Casa, no município de Duque de Caxias, como parte do processo de desburocratização da Prefeitura, elencado no plano de governo do atual prefeito. Aliado à ideia de eficiência, transparência e melhor gestão dos recursos financeiros, o projeto reúne diversas ferramentas que serão exploradas neste trabalho. Busca-se, também, analisar as estratégias adotadas com o objetivo de fomentar a participação da sociedade civil na gestão pública local do ponto de vista de três pilares básicos de uma gestão: a arrecadação

municipal, a participação social e a transparência.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo traz uma análise da aplicabilidade do projeto Fazenda em Casa, no município de Duque de Caxias, como parte do processo de desburocratização da Prefeitura, elencado no plano de governo da atual gestão. Para tanto, serão observados, estudados e analisados dados, um breve panorama fiscal e transformações realizadas nos primeiros meses de governo. A metodologia de pesquisa será qualitativa, com análise de materiais documentais e bibliográficos. Analisaremos projetos em fase de implementação e publicações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, o que nos auxiliará na compreensão acerca do desenvolvimento de políticas públicas de ampliação da transparência e participação. Em relação à literatura acerca do marco teórico, serão analisados textos sobre (i) gestão pública e desenvolvimento; (ii) arrecadação municipal; (iii) participação social e (iv) transparência na administração pública. Como recorte temporal e geográfico, a pesquisa analisa o município de Duque de Caxias no período de 01 de janeiro a 10 de abril de 2017, durante a gestão do Prefeito Washington Reis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Souza e Siqueira (2007), a Nova Gestão Pública é a aplicação da governança no setor público. A governança pública é o conjunto de princípios básicos e práticas que norteiam as ações da administração pública em busca da eficiência em suas práticas, promovendo a prestação de contas -*accountability*- e a transparência (BIZERRA, 2011). A arrecadação, vista pelo contribuinte apenas como um dever e uma obrigação, traz o entendimento de que o poder público está acima dos seus representados. Bobbio (1987) afirma que o Estado é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, devendo estes, obediência, em relações entre desiguais. A ausência de retorno em políticas públicas e mesmo de transparência dos atos públicos faz surgir um sentimento generalizado de que não há razão para que a população continue pagando seus impostos. Assim, cresce cada vez mais não apenas a insatisfação e descrença, mas gera, acima de tudo, uma diminuição da arrecadação em si. Sendo assim,

a distância entre a informação e a população gera um fortalecimento do poder do gestor e diminui o poder político do povo. O papel da transparência é fundamental, não só por dar publicidade às ações, mas por aproximar a população do governo, aumentando a participação na construção de políticas públicas, ou seja, é o famigerado retorno que se sente tanta falta. Essa é, portanto, uma forma de consolidação da cidadania. Vale ressaltar que a transparência é fundamental para a garantia de legitimidade do poder público, conferida pela participação social (PIRES, 2011). Essa abertura na gestão aproxima a própria população da gestão e abre a possibilidade de reivindicação da mesma para mais demandas. O acesso às informações referentes às despesas e receitas públicas permite a verificação da aplicabilidade dos gastos que atendem ao interesse coletivo. A adoção de práticas desse caráter aproxima a sociedade do poder público, fortalecendo a democracia e a participação. Logo, não se dissocia a transparência do acesso à informação, bem como não se permite distanciar a participação como fator importante nesse processo. Como salienta Bobbio (1987), para que se exerça a democracia, é essencial a divulgação das informações, devendo-se prestar atenção à qualidade das mesmas. Ceneviva e Farah (2006) inserem que ferramentas de controle e fiscalização tem como condicionante principal a transparência; bem como as informações divulgadas devem ser claras ao entendimento público, a fim de facilitar aos cidadãos o acompanhamento e avaliação da gestão pública. A transparência é também um instrumento capaz de contribuir para redução da corrupção e aumento da democracia. (SACRAMENTO, 2007). O distanciamento imposto entre o poder público e a população, de uma maneira geral, reflete mecanismos de administração e gestão ultrapassados, de uma velha política. Hoje, a ampliação das demandas por participação, incentivadas pelo próprio poder público, alavancadas pelo avanço da democracia participativa, embora embrionários sejam os passos, caminham na direção de uma cidadania plena, porém ainda distante da realidade. Como muitas políticas públicas da Baixada Fluminense, faltam recursos humanos e materiais para a realização do projeto Fazenda em Casa. A crise no município apenas agravou a situação fiscal e administrar e normalizar a balança de pagamentos é prioridade do atual governo. Porém, sem perder de vista a importância de incluir a população no processo, com uma nova gestão sob o prisma da transparência, aliada às estratégias para aumentar a arrecadação sem pesar o bolso do contribuinte, o desafio está agora nas mãos dos gestores.

CONCLUSÕES

O projeto Fazenda em Casa é apenas uma das estratégias da atual gestão municipal para aumentar arrecadação. Nessa mesma linha, a Secretaria de Fazenda e Planejamento prioriza também trabalhar em outros pilares, tais como a atualização da legislação tributária, investimentos em infraestrutura, melhoria dos recursos humanos para atender melhor o contribuinte e tecnologia da informação, principalmente no que diz respeito ao geoprocessamento do território do município. O projeto Fazenda em Casa, e demais que estão em fase de implementação, podem gerar impactos positivos nos mais diversos setores da administração pública, destaca-se também como modelo na implementação de iniciativas de captação de recursos, o que revela uma prática inovadora de gestão pública municipal em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. O Controle Social e a Democratização da Informação: Um processo em construção. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 376-382, 2003. ISSN 0104-1169.

BIZERRA, A. L. V. Governança no setor público: a aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança, 2011. 124p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BOBBIO, N. Estado governo; por uma teoria geral da política. 14^o edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Democracia, avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. In: Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: EnAPG ANPAD, 2006.

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Disponível em <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/vanuza-da-silva-figueiredo.pdf>>. Acesso em 14 de mar. 2017.

KOUPAK, K.; WOLOCHN, R. F. Disponível em <http://www.eaic.uepg.br/storage/uploads/2016/08779450989/2016-09-26_20-09-48.pdf>. Acesso em 14 de mar. 2017.

PIRES, A. K. Gestão pública e desenvolvimento. v. 6. Brasília: Ipea, 2011.

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 1, n. 1, p. 48-61, 2007.

SANTOS, J. L. L. Transparência Regulatória e Controle Social Experiências Exitosas em Regulação na América Latina e Caribe. Presidência da República, Brasília, 2012.

A INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DA UNICAMP EM LIMEIRA/SP - ENTRE INTERESSES E INTERESSADOS - A URBANIZAÇÃO COMO MEIO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Murilo Santos da Silva

Álvaro de Oliveira D'Antona

Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-UNICAMP)

Palavras-chave: Políticas Públicas; Urbanização; Intersetorialidade.

INTRODUÇÃO

De acordo com o relatório publicado pela ONU-HABITAT (2016)¹, a urbanização deve andar junto com o planejamento, caso contrário, podem ser criados cenários de outros problemas, tais como: poluição, congestionamentos e até conflitos civis. Poderíamos classificar os problemas citados no relatório como consequências não-intencionais. Este conceito vem sendo abordado por diferentes áreas do conhecimento, dentre elas a sociologia e a economia. Um dos precursores do conceito foi o sociólogo Robert Merton com a publicação em 1936 do artigo *The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action*. Em 1977, Raymond Boudon baseado no trabalho de Merton publica a coletânea *Effets Pervers et Ordre Social*. Já em 1988, Anthony Giddens traz reflexões importantes sobre o conceito na Teoria da Estruturação.

Segundo Merton (1936), Boudon (1979) e Giddens (1989), as consequências antecipadas de uma determinada ação equivalem àqueles resultados que os agentes pretendiam obter ao empreenderem esta ação, ou seja, suas intenções iniciais. Já as consequências não-antecipadas das ações sociais (Merton, 1936), chamadas de efeitos perversos por Boudon (1979) e de consequências impremeditadas por Giddens (1989), podem ser entendidas como as consequências não-desejadas, não-previstas, ou não-esperadas de ações individuais ou coletivas, decorrentes de ações intencionais ou não-

¹ ONU-HABITAT. *Urbanization and Development: Emerging Futures*. United Nations Human Settlements Programme, 2016. Disponível em: <http://cdn.plataformaurbana.cl/wp-content/uploads/2016/06/wcr-full-report-2016.pdf> Acesso em 29/11/2016.

intencionais, passíveis ou não de previsão e que podem, uma vez ocorridas, ser avaliadas como “positivas” ou “negativas”, dependendo da perspectiva do observador. (FURTADO et al, 2011, p. 02)

No caso estudado, a Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp faz parte de uma política pública de ensino superior, mas sua implementação depende de áreas como segurança pública, habitação, mobilidade urbana, saúde, urbanização, entre outras, dependendo assim de uma série de atores e de diferentes níveis de Governo. Desse modo, o planejamento urbano, a governança e a intersectorialidade são itens extremamente importantes, a fim de que não existam consequências não-intencionais nos projetos, programas e políticas públicas com características semelhantes.

Para a instalação do novo campus da Unicamp em Limeira, a Prefeitura Municipal encaminhou à Universidade no ano de 2003 um documento intitulado “Apresentação das primeiras informações à UNICAMP visando a instalação do campus universitário de Limeira”², no qual constavam todas as informações e indicadores do município, assim como uma espécie de protocolo de intenções que a municipalidade estava disposta a cumprir caso a instalação de fato se concretizasse.

Em 2005, a UNICAMP e o Governo do Estado assinam um acordo³ no qual constavam todos os repasses e contrapartidas do Estado para que a implantação do novo campus fosse realizada. A partir desse momento, todos passam a ter certeza de que Limeira teria uma nova unidade⁴ da Universidade Estadual de Campinas.

No ano de 2007, a Unicamp ainda não havia iniciado nenhuma construção no terreno que estava designado para o campus, apesar do Conselho Universitário (CONSU) já ter aprovado os trâmites necessários e o acordo com o Governo do Estado ter sido assinado. Neste momento, a Prefeitura Municipal de Limeira encaminha um ofício à

² Prefeitura Municipal de Limeira. Apresentação das primeiras informações à UNICAMP visando a instalação do campus universitário de Limeira. Disponível em: <https://www.goo.gl/PGZwK8> Acesso em 30/11/2016;

³ Governo do Estado de SP. Acordo Firmado entre UNICAMP e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo para implantação do novo campus em Limeira. Disponível em: <https://www.goo.gl/wXXGpv> Acesso em 30/11/2016;

⁴ FAPESP. Unicamp terá novo campus em Limeira. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/5637/unicamp-tera-campuslimeira/> Acesso em 30/11/2016;

Universidade questionando sobre a instalação do campus.⁵ Nesta ocasião, a Universidade responde à Prefeitura Municipal que sem o aporte financeiro prometido pelo Governo do Estado, a instituição não poderia iniciar as obras previstas.⁶

Apesar das dificuldades financeiras encontradas junto ao Governo do Estado, em 2008 a Unicamp decide continuar com as negociações⁷. Devido aos contratemplos, a construção atrasou além do previsto, mas em 2009, o novo campus da Universidade Estadual de Campinas em Limeira/SP ganha sua primeira unidade, a Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. A Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp abriu suas portas no ano de 2009 com oito cursos de graduação: Ciências do Esporte, Engenharia de Manufatura, Engenharia de Produção, Gestão do Agronegócio, Gestão do Comércio Internacional, Gestão de Empresas, Gestão de Políticas Públicas e Nutrição, ofertando quatrocentos e oitenta vagas anuais (FCA, 2016). A nova unidade se instalou numa região pobre e no entorno do primeiro bairro de casas populares do município, o Jardim Morro Azul.⁸

Figura 01: Entorno da Faculdade de Ciências Aplicadas, Morro Azul e Jardim Paulista.



Fonte: Retirado do *Google Maps*⁹

⁵ Ofício da Prefeitura Municipal de Limeira para Unicamp. Disponível em: <https://www.goo.gl/DL2xQu> Acesso em 30/11/2016;

⁶ Ofício da Unicamp à Prefeitura Municipal de Limeira. Disponível em: <https://www.goo.gl/Iet0dy> Acesso em 30/11/2016;

⁷ Ofício da Unicamp ao Secretário de Ensino Superior do Estado de SP. Disponível em: <https://www.goo.gl/pSXe4n> Acesso em 30/11/2016;

⁸ PINA, Silvia (1991, p. 5). As áreas habitacionais populares nas cidades médias paulistas: o caso de Limeira. Disponível em: http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/BT_00052.pdf Acesso em 30/11/2016;

⁹ Mapa Entorno FCA. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-22.5577219,-47.4294382,17z> Acesso em 27/01/2016;

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi analisar parte dos dados primários da pesquisa de Silva (2016)¹⁰, sob a ótica da urbanização do entorno, pois o planejamento e a infraestrutura para a construção do campus que viria a abrigar a FCA foi a primeira medida a gerar impactos para a região, os quais tiveram início antes mesmo da construção, existiram durante o processo de instalação e continuam existindo até os dias atuais, em 2017, quase quatorze anos após as primeiras negociações oficiais entre Prefeitura Municipal de Limeira e Unicamp.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp (CEP/UNICAMP), em 30/05/2016, com CAAE N° 55942416.2.0000.5404. E sua intenção foi aprofundar os resultados obtidos na pesquisa de Silva (2016), “Impactos da instalação da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, em Limeira/SP percepção da população do entorno. ”

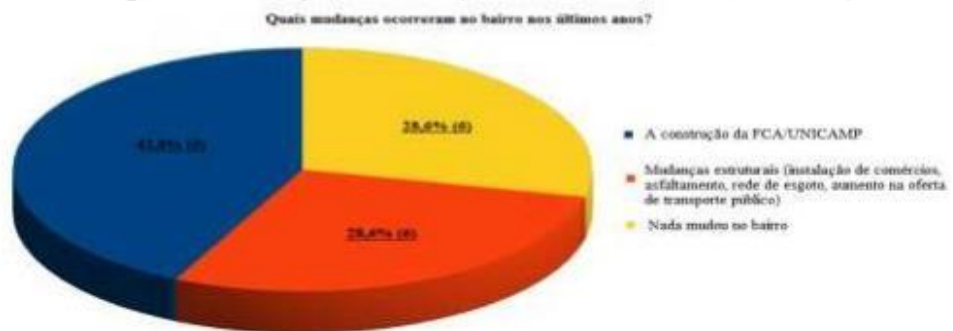
Na referida pesquisa, identificou-se que na percepção da população do entorno, dentre as consequências não-intencionais da instalação da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp em Limeira, dois itens se destacaram: (1) o aumento do valor dos aluguéis para os estudantes, e (2) o aumento da criminalidade (furtos e roubos) também para com os estudantes. Diante dos resultados obtidos, verificou-se a necessidade de aprofundar a discussão em torno das consequências não-intencionais resultantes da instalação da FCA e analisar a partir de uma perspectiva intersetorial o papel integrado das políticas públicas que permitem o funcionamento da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, construída no campus Cidade Universitária de Limeira.

¹⁰ SILVA, Murilo Santos da. Os Impactos da Instalação da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP em Limeira/SP - percepção da população do entorno e demais atores. Paper apresentado no II Encontro Nacional de Políticas Públicas, publicado nos anais do evento. Araraquara, junho/2016. p. 1930-1971. Disponível em: <http://www.enpp.com.br/index.php/anais/> Acesso em 20/10/2016;

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a pesquisa realizada por Silva (2016) com moradores residentes no entorno da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, estes foram questionados sobre as mudanças ocorridas em seus bairros nos últimos anos, e os resultados foram os seguintes:

Figura 02: Mudanças no entorno (Jardim Morro Azul e Jardim Paulista)



Fonte: Elaborado por Silva (2016)

A partir dos dados apresentados, verifica-se que a instalação da FCA/UNICAMP representou para a maioria dos entrevistados uma das principais mudanças no entorno. Quanto às mudanças estruturais, boa parte destas fizeram parte do processo de adequação e urbanização da região para receber o novo campus da UNICAMP.

A seguir serão apresentadas parte destas mudanças por meio de dois mapas da região em diferentes períodos, antes da construção da FCA e atualmente.

Figura 03: A FCA/UNICAMP e seu entorno em 10/05/2005.



Fonte: Retirado do *Google Earth*.

Na figura 03, ainda não havia nada construído no terreno do campus (área destacada em vermelho) que hoje abriga a FCA/UNICAMP.

Figura 04: A FCA/UNICAMP e seu entorno em 02/05/2016.



Fonte: Retirado do *Google Earth*.

A figura 04, representa o momento atual da região da FCA/UNICAMP, o sistema viário encontra-se em obras, mas ainda não foi entregue completamente conforme prometido pela municipalidade. O setor imobiliário avança, porém já não com a mesma força e intensidade dos primeiros anos. No interior do campus também não existem grandes obras em andamento. Neste caso, podemos considerar a urbanização como o fio condutor, eixo propulsor e passo primeiro para a implementação de políticas públicas, porém quando temos vários atores envolvidos, com interesses diversos, áreas distintas, diferentes níveis de Governo e Instituições, a intersectorialidade e a convergência em torno de um projeto que vise o ganha-ganha, se tornam mais difíceis de se concretizarem.

CONCLUSÕES

A Faculdade de Ciências Aplicadas modificou substancialmente o seu entorno, tanto pela ótica da urbanização, que foi a principal e primeira mudança verificada após a instalação da unidade, quanto pela necessidade de uma rede integrada de políticas públicas que atendesse o campus e seu entorno, fato este que ainda não aconteceu de maneira efetiva.

No processo de instalação da FCA/UNICAMP, alguns itens ficam muito evidentes, e talvez estes sejam um dos grandes obstáculos do projeto como um todo, que é a quantidade de interesses e interessados; protagonistas e coadjuvantes; Universidade e democratização do acesso; políticas públicas e direitos; Estado e Sociedade. Itens estes que hora se alinham e outra se confrontam.

Incorporar medidas como a intersetorialidade, a governança de políticas públicas e novos arranjos institucionais entre os atores e interessados talvez fosse uma das saídas para que a instalação da FCA/UNICAMP pudesse trazer ganhos ainda maiores e beneficiar à todos os contribuintes, intra e extramuros, oferecendo-lhes as benesses do investimento público e não as consequências não-intencionais, como o aumento da criminalidade e do valor dos aluguéis, além da visão de alguns moradores de que ao enxergar a Universidade, veem apenas prédios, ou seja, acabam não enxergando uma instituição pública estatal, pois a urbanização abriu os "caminhos", mas as políticas públicas ainda não chegaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDON, Raymond. Efeitos perversos e ordem social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FERREIRA, Flávio Batista. Título: Regulação local da política de expansão do ensino superior público paulista: diferentes concepções de universidade no projeto do novo campus da Unicamp em Limeira. Defesa em 11/09/2013. 209 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.

FURTADO, Raquel Alves; CARRIERI, Alexandre de Pádua; BRETAS, Paula Fernandes. Consequências Não-Antecipadas da Gestão Participativa e Trabalho em Equipe: Análise de uma Grande Empresa Siderúrgica. III Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2011/2011_ENGPR469.pdf Acesso em 30/11/2016.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MERTON, Robert K. Sociologia. Teoria e estrutura. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

TRABALHOS DE PESQUISA
EIXO TEMÁTICO 2: ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO: PLANOS PLURIANUAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Patricia Souza Braulino, Amanda Caroline de Souza Campos

Valdemir Aparecido Pires

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Orçamento Público; Plano Plurianual (PPA); Responsabilidade Fiscal; Transparência Orçamentária.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 cria, em seu art. 165, com vistas promoção do desenvolvimento social e econômico nacional, assim como à descentralização das competências do Estado, o Plano Plurianual (PPA): um instrumento de planejamento para o Poder Executivo em todos os entes federativos (União, estados e municípios), juntamente com mais duas ferramentas orçamentárias: a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Portanto, a partir desse momento, as prefeituras municipais possuem a obrigação de planejar uma ação estratégica com duração de quatro anos e, além disso, com a lei complementar n°101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) disponibilizar os PPAs virtualmente no seus sites, objetivando o princípio da publicidade na Administração Pública.

No entanto, mesmo com esse aparato normativo, coloca-se em questionamento o efetivo uso desses instrumentos pelas prefeituras de municípios de médio e pequeno porte. Ademais é colocada a dúvida acerca da qualidade do orçamento e da transparência em sua divulgação nessas prefeituras, para que o controle do gasto público possa ser estabelecidos nas unidades de base da Federação.

OBJETIVO

Os objetivos da pesquisa são verificar a disponibilidade dos PPAs nos sites das prefeituras dos municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, composta por duas regiões de governo, sendo elas: a Região de Governo de Araraquara, que é constituída por 19 municípios; e a Região de São Carlos, com 7 municípios; além

disso, analisar qualitativamente o instrumento orçamentário em questão, tendo como comparativo o PPA - “Plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação” de 2012-2015, desenvolvido pelo Poder Executivo Federal e o Plano Plurianual “Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social” de 2016-2019, também do governo federal.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho possui como metodologia uma pesquisa de campo, pois serão verificados e coletados dados dos sites das prefeituras citadas, gerando uma análise quantitativa e qualitativa, sendo que esta análise terá fundamentação teórica, demonstrada na bibliografia. Inicialmente foram feitas as leituras de familiarização com o tema. Em seguida foram obtido e analisados os PPAs federais. Foi feito o levantamento dos documentos disponíveis no site das prefeituras e em seguida procedeu-se à análise dos documentos encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da leitura bibliográfica (BRASIL, 2000; PIRES et alii, -ano; VAINER, ALBUQUERQUE e GARSON, 2001) foram definidas as partes básicas que os PPAs municipais devem possuir, sendo elas: a norma, ou seja, uma lei aprovada pela Câmara Municipal da cidade; os anexos, documentos contendo informações dos programas sistematizadas, em formato de tabela geralmente, considerando o orçamento disponível do município para ação dos projetos estratégicos; as justificativas, que trariam mensagens do prefeito apresentando o cenário financeiro e atual do município, assim como argumentos para a escolha dos planos.

Ao verificar se todas as prefeituras dos vinte e seis municípios estudados continham uma plataforma virtual para disponibilização dos seus conteúdos, constatou-se que todas tinham uma página online em formato de portal. Já quanto à disposição do planos dos municípios pesquisados, não foi obtido em nenhum dos casos o acesso a todas as partes componentes do PPA, sendo viabilizado parcialmente, ou seja, de uma a duas partes do mecanismo orçamentário em discussão, em 14 municípios: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Ibaté, Porto Ferreira,

Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Taquaritinga, Trabiçu. E, por fim, nos outros 12 municípios pesquisados (Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, NovaEuropa e Tabatinga) não foi encontradas nenhuma parte do PPA.

Em uma outra etapa da pesquisa, realizou-se uma análise das partes componentes aos PPAs nos municípios de São Carlos e Taquaritinga, considerados os melhores planos da região pesquisada, pelo conteúdo mais detalhado. Constatou-se que a primeira parte do Plano Plurianual, a mensagem do prefeito dos municípios em questão, não está contida em nenhum dos municípios analisados, sendo um déficit para o começo de um bom planejamento, já que comparativamente tem-se a Mensagem Presidencial do instrumento orçamentário federal do período de 2012 a 2015 e de 2016 a 2019, objeto no qual verifica-se a orientação estratégica e as dimensões táticas que devem ser seguidas pelo poder executivo, além de noções essenciais para que o plano tenha diretrizes gerais traçadas para os quatro anos de execução.

A segunda peça desse instrumento orçamentário é a lei que institui o PPA. Dessa forma, foram analisados o decreto-lei nº17.000 do município de São Carlos e o decreto-lei nº4.041 da cidade de Taquaritinga, face-a-face com o decreto-lei nº13.249 da União de 2015. Pontos em comum no três dispositivos normativos: a exposição do objetivo do plano, sendo constatado nos artigos 1º das leis municipais e no artigo 7º da lei federal; a declaração de como será a inclusão, alteração e/ou exclusão de alguma parte do PPA; e a vigência do plano plurianual. A tabela a seguir representa os pontos convergentes e divergentes das leis, como base em assuntos definidos ao longo das observações:

Quadro 1: Comparativos entre PPA,

Assunto abordado	União	São Carlos	Taquaritinga
Objetivo da lei: instituir PPA.	Art. 1º	Art. 1º	Art. 1º
Definição do planejamento do PPA	Art. 2º		
As prioridades da Administração Pública para o exercício financeiro	Art. 3º	Art. 3º/2º	
Diretrizes do PPA para o período de referência	Art. 4º		
Atuação de políticas públicas sobre o PPA	Art. 5º		
Composição dos programas e secretarias	Art. 6º		
Partes integrantes do PPA	Art. 7º	Art. 1º	Art. 1º
Inclusão, alteração e exclusão do PPA	Art. 15	Art. 6º/7º/12	Art. 3º/7º/5º
Empreendimentos/ operações de créditos	Art. 10	Art. 9º	
Responsabilidade do Poder Executivo	Art. 13	Art. 10	
Transparência		Art. 11º	
A gestão do PPA e os programas constantes	Art. 11		
Realização dos programas previstos na Lei		Art. 13	
Valor Global dos Programas	Art. 9º/ 14		
Vigência: data que a lei entra em vigor, sendo a partir publicação	Art. 16	Art. 14	Art. 8º
Princípios da Administração Pública que serão seguidos no Plano Plurianual	Art. 12		
Gestão do Plano Plurianual	Art. 11		
Investimento não planejado		Art. 8º	Art. 4º
Proposta de alterações através das Secretarias			Art. 6º
Estabelecimento de valores financeiros		Art. 5º	
Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual	Art. 8º	Art. 4º	Art. 2º

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES

Após o acesso aos portais, conclui-se que a disponibilidade virtual dos PPAs, em sites das prefeituras dos municípios da Região de Governo de Araraquara da Região Central Administrativa do Estado de São Paulo, é muito baixa e de alta dificuldade, pois foram poucos os municípios que tinham em seus sites todo o conteúdo dos Planos Plurianuais e uma quantidade pequena, também, de municípios com alguma parte do PPA. Ainda mais, devido à não padronização dos sites, a localização dos PPAs é dificultada, os sites possuem locais/áreas diferentes para as informações financeiras, as portas de entrada para verificar os orçamentos são muito diversas, o que ocasiona um

tempo maior de procura até que seja localizado o link para visualização desse planejamento estratégico e o link do PPA em pdf é obtido após de 4 a 6 passos.

Na comparação com PPAs da União, os municipais são extremamente deficitários em conteúdo estratégico, tal como compreendido por OLENSKI et alii (2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade de Fiscal.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf?sequence=2>> Acesso em 13 de jun. de 2016.

PIRES, Valdemir; MANCINI, Bruno; RAMALHEIRO, Geralda C. de F.; FAVARETO, Everton R. **As limitações das finanças públicas municipais no federalismo fiscal brasileiro: o caso dos pequenos municípios - Região Administrativa Central do Estado de São Paulo 2006-2008.**

Mensagem Presidencial do PPA “Plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação” de 2012-2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/mensagem_presidencial_ppa-2.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2016.

Mensagem Presidencial do PPA “Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social” de 2016-2019. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-20162019-ascom-3.pdf>> Acesso em 13 de jan. de 2017

VAINER, Ari; ALBURQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **Plano Plurianual, passo a passo da elaboração do PPA dos municípios.** 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_lrf/Ppa.pdf>. Acesso em 12 de jun. de 2016.

OLENSCKI, A. R. B.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. A.; PERES, U. D.; TERENCE, A.C. **Por uma Abordagem Metodológica de Estratégia em Governos Subnacionais em Dois Níveis: Longitudinal, a partir de Planos Plurianuais, e, em Profundidade, a partir de Múltiplas Variáveis Político-Administrativas.** XL Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Enanpad. Costa do Sauípe-BA, 25 a 28 de setembro de 2016.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO E O ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL

Jade Soares Lara, Lucas Rezende de Melo, Victor Lugan Rizzon Chen

Paulo César Correa Borges

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS – UNESP)

Palavras-chave: Direito Financeiro; Orçamento impositivo; Ordenamento Jurídico Nacional.

INTRODUÇÃO

É importante, num primeiro momento, compreender que o orçamento é uma peça que contém a previsão de receitas e a prévia aprovação das despesas de um período determinado, e que para o Estado, deixa de ser um mero documento contábil para refletir a vida econômica da Nação. Há uma divisão quanto ao entendimento sobre a sua natureza jurídica, no entanto, a Constituição Federal de 1988 confere a ele a natureza de lei, em seu artigo 165, inciso III, parágrafos 5º, 6º e 8º. É uma lei redigida anualmente, com efeito concreto, que estima receitas e fixa despesas do Estado necessárias à execução de políticas governamentais.

O orçamento é considerado o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei (Aliomar Baleeiro apud HARADA, 2013, p.67).

Do ponto de vista jurídico, o orçamento brasileiro é autorizativo, isto é, a efetivação de despesas não é obrigatória só porque estão descritas no orçamento, uma vez que nem sempre é possível estipular de forma exata a arrecadação de receitas. Isto é reforçado pela jurisprudência atual do STF, nos Recursos Extraordinários nº34.582-DF e nº75.908-PR:

O simples fato de ser incluída, no orçamento uma verba de auxílio a esta ou àquela instituição não gera, de pronto, direito a esse auxílio; (...) a previsão de despesa, em lei orçamentária, não gera direito subjetivo a ser assegurado por via judicial

Diferentemente da ideia de orçamento autorizativo, o orçamento impositivo pretende mudar a prática atual tornando obrigatória a execução de todo o orçamento na forma como ele foi aprovado pelo Congresso Nacional. De fato, à brasileira, a Emenda Constitucional nº86, de 17-3-2015 não tem por intenção tornar todo o orçamento brasileiro impositivo, mas ao mudar os artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal, impõe que os recursos para pagar emendas individuais de parlamentares sejam fixados em até 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, realizada no exercício do ano anterior, em que metade de tais recursos devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde. Também fixa a aplicação de pelo menos 15% da RCL na saúde.

OBJETIVO

Confrontar a legislação constitucional orçamentária em vigor, com as alterações propostas pela Emenda Constitucional nº 86, de 17/03/2015, identificando os pontos controvertidos na doutrina e na legislação a ser alterada, buscando-se como resultado, através de pesquisa bibliográfica e utilizando a dialética, identificar os avanços ou retrocessos que a emenda contemplará.

MATERIAIS E MÉTODOS

Através da dialética, será realizada uma análise dos prós e contras da legislação constitucional em matéria de orçamento, em comparação com a Emenda Constitucional nº 86, identificando os pontos controvertidos na doutrina e na legislação a ser alterada, para estabelecer os avanços ou retrocessos da alteração proposta, diante da aplicabilidade da nova legislação à realidade social, no campo da execução orçamentária.

Para tanto, serão utilizados a própria legislação em vigor, bem como materiais extras disponíveis que fomentem o debate no mundo jurídico sobre o tema, através de levantamento bibliográfico em doutrinas e referências na área do Direito Financeiro, possibilitando maior entendimento sobre o “estudo da arte”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do ponto de vista de maior controle fiscal, direcionar parte das emendas para a saúde é uma solução interessante ao Executivo, evitando enrijecimento adicional do orçamento. O problema, porém, é mais profundo, quando analisamos a qualidade destes gastos.

Se as emendas não forem adequadamente peneiradas na fase de apreciação no Congresso, corre-se o risco de substituir despesas em programas planejados e estruturados do Ministério da Saúde por despesas avulsas e pouco articuladas decorrentes das emendas, sem impacto significativo nos indicadores de saúde da população. Isso ressalta, mais uma vez, a necessidade de o Executivo encontrar mecanismos de incentivar os parlamentares a designar verbas para programas previamente estruturados. Dessa forma todos ganham: os parlamentares têm o crédito junto aos eleitores pela alocação da verba, enquanto o Ministério da Saúde não sofre uma pulverização em seu orçamento. (MENDES, 2015)

Esta proposta levará a um tratamento mais criterioso das emendas na lei de diretrizes orçamentárias, de critérios rígidos, mas em proporções não alarmantes pois não é um valor significativo com base na totalidade dos gastos primários e, ainda, porque o Poder Executivo destinou parte destes gastos ao setor da saúde, uma despesa que já é obrigatória.

No entanto, do ponto de vista político, há o risco de que haja o processo de barganha no parlamento, o que acontece por vias transparentes com a deliberação das emendas, poderá ser influenciado e tomar por base meios não tão transparentes, estando, assim, fora do alcance do poder de fiscalização da mídia.

Assim, vemos como fortes argumentos contrários à esta Emenda a pulverização dos recursos em obras menores e paroquiais, o aumento do risco de corrupção e a realização de uma receita mal prevista.

Do outro lado, no entanto, os Municípios receberiam maiores recursos, bem como a área da saúde, e poderíamos contar com despesas mais previsíveis.

CONCLUSÕES

É possível, portanto, depreender do texto, que o orçamento é peça fundamental da administração pública, de controle estatal e de fiscalização financeira, bem como não deixa de ser um ato político pois direciona as ações do Governo.

Apesar dos diversos argumentos contrários, e da imprevisibilidade de alguns gastos, é importante no ordenamento jurídico nacional a fixação das despesas de forma mais rígida, uma vez que a própria cultura brasileira e a prática política tendem a corromper os princípios do Direito. Não obstante, apesar do Princípio da Transparência, é de difícil acesso à população, leiga neste assunto, as contas públicas, ademais, a dificuldade de compreensão dos textos é notória.

Assim, positiva é a visão de que o orçamento autorizativo atual deve caminhar para tornar-se um orçamento impositivo, de previsibilidade das despesas e de maior controle fiscal sobre a execução orçamentária, a fim de coibir a corrupção parlamentar, e nos demais setores de contas públicas. Esta Emenda Constitucional é, ainda que falha, um primeiro passo para atingir o que se espera da prática jurídica na execução de planos governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Emenda Constitucional nº86, de 17 de março de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc86.htm>

FILHO, Sócrates Arantes Teixeira. **Orçamento Impositivo no Brasil: impactos na administração pública e no processo legislativo orçamentário**. Tese apresentada no ano de 2012 no Instituto Serzedêllo Corrêa e Tribunal de Contas da União. Disponível em <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2550140.PDF>>.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 22. Ed. Rev. e Ampl. – São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013.

LIMA, Eduardo Carlos Pontes. **Algumas observações sobre o Orcamento Impositivo no Brasil**. In: Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, jun/dez, 2003. Acesso em novembro de 2015. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/56/66>>

MENDES, Marcos. O que é orçamento impositivo? / Marcos Mendes e Fernando Álvares Correa Dias. In: Brasil: Economia e Governo. Acesso em novembro de 2015. Disponível em <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wpcontent/uploads/2014/05/o-que-e-orcamento-impositivo.pdf>>

Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. **Orçamento Impositivo Orientações: Procedimentos, Prazos e Responsabilidades.** Disponível em <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/publicacoes_tecnicas/CARTILHA%20IMPOSITIVO_05_02.pdf>.

TIBÚRCIO, César. **Orçamento Impositivo.** In: Contabilidade Financeira sobre débitos e créditos da vida real. Publicado em 16 de novembro de 2013. Acesso em novembro de 2015. Disponível em <http://www.contabilidade-financeira.com/2013/11/orcamentoimpositivo_16.html>

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito constitucional financeiro e tributário,** volume V: O orçamento na Constituição / Ricardo Lobo Torres – 2. Ed. rev. e atual. Até a publicação da Emenda Constitucional n. 27, de 21.3.2000, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar n. 101, de 4.5.2000) – Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NAS CADEIAS INTERNACIONAIS DE VALOR

André dos Santos Souza

Rogério Gomes

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr – UNESP)

Palavras-chave: Vestuário, Cadeia dirigida pelo comprador, Estrutura de Governança.

INTRODUÇÃO

A cadeia global de valor pode ser definida como um conjunto de redes interorganizacionais agrupadas ao redor de uma commodity ou produto, conectando países e empresas dentro de uma economia global (GEREFFI e KORZENIEWICZ, 1994). A expansão dessas estruturas tornou-se possível graças às revoluções tecnológicas nos transportes e comunicações, permitindo que as redes de produção e comércio diminuíssem as distâncias geográficas. Tais características, componentes daquilo que denominamos genericamente de “globalização”, implicam na integração entre diversos agentes econômicos, matérias-primas, fornecedores, fábricas, comerciantes e varejistas; internacionalmente dispersas, compondo sistemas de produção coordenados por agentes econômicos, geralmente privados, e segundo a estrutura governamental de cada país, criam as redes de comércio. A estrutura de governança de cadeias globais é essencial para a coordenação dos sistemas de produção internacionais. Dois tipos distintos de estruturas de governança para as cadeias globais de valor surgiram nos últimos anos, chamados de "producer-driven" e "buyer-driven" e posteriormente Gereffi, Humphrey, & Sturgeon (2005) desenvolveram uma nova terminologia mais adequada as novas formas de governança que foram descobertas.

A tipologia apresentada por Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) é a mais utilizada em CGV atualmente e vai além da dualidade Mercados/Hierarquias e do tripé Mercados/Hierarquias/Redes, pois procura diferenciar nos tipos modular, relacional e cativo as nuances de poder e coordenação existentes nas relações que não são puramente mercados ou hierarquias. As principais características de cada tipo são: mercados, modulares, relacional, cativo e hierarquia.

O setor de vestuário, objeto de estudo dessa pesquisa, define-se como produção buyer-driven, ou “dirigida pelo comprador”, presente em indústrias intensivas em mão de obra. Na nova terminologia a governança na indústria do vestuário varia entre os países, geralmente se movem da governança cativa para a relação mais complexa relacional ao passar das décadas, devido ao modelo de montagem orientado na governança cativa requisitava explícita coordenação e detalhes para a realização das fábricas. O principal trabalho nesta cadeia é gerenciar a produção e as redes de comércio, integradas para entregar o produto final ao consumidor. As redes de produção são organizadas por grandes varejistas, comerciantes por marca e empresas comerciais, desempenham o papel central na criação de redes de produção descentralizadas, geralmente em uma variedade de países exportadores, usualmente localizados no Terceiro Mundo. A produção é usualmente realizada por fábricas independentes de países em desenvolvimento que agregam valor na manufatura, muito intensivas em trabalho.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é reavaliar as novas estruturas organizacionais e a distribuição internacional do trabalho e produção das cadeias de valor da indústria do vestuário. O estudo procura examinar as mudanças estruturais, organizacionais e deslocamentos geográficos para avaliar as mudanças e consequências para os países, em particular o Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para avaliar as mudanças estruturais na cadeia de valor da indústria do vestuário, tendo o Brasil como foco, as etapas metodológicas são: (1) Revisar a bibliográfica básica da Indústria do Vestuário, a estrutura da indústria, os segmentos de mercado, a lógica competitiva e as estratégias empresariais; (2) Revisar a bibliográfica básica das Cadeias de Valor, atualizar toda a bibliografia recente para, avaliar as novas propostas e elaborar um quadro síntese (autor, obra, objetivo, argumentos, metodologia e conclusão) sobre o tema; (3) Avaliar o cenário da indústria no Brasil e no mundo e como as mudanças ocorridas afetaram as estruturas governamentais e dos agentes privados; (4) Avaliar os resultados das mudanças ocorridas na indústria do vestuário em relação ao valor

adicionado segundo os resultados dos indicadores do Trade in Value Added (TIVA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revolução da década de 1980 do varejo nos Estados Unidos, proporcionou mudanças organizacionais e geográficas no mundo inteiro, principalmente no terceiro mundo. A forma de governança entre os agentes econômicos ao longo da cadeia do vestuário se modificou devido a mudança da noção de que os grandes compradores podem exercer altos níveis de controle sobre a cadeia de valor.

CONCLUSÕES

As cadeias globais de valor estão sofrendo mudanças estruturais ao longo do tempo, etapas de produção de alto e baixo valor adicionado estão sendo realocadas para novos países, caracterizando uma inserção desses países cada vez mais. Na indústria do vestuário isso é verificado, países que na década de 1990 eram apenas produtores na etapa manufatureira e tinham como principal fator de atração das grandes empresas os baixos preços, devido a mão de obra barata, alteraram seu papel na cadeia de valor e ao longo da última década realizam outras etapas de maior valor adicionado na cadeia de valor da indústria do vestuário.

Dessa forma, a importância das mudanças nas estruturas das cadeias globais de valor se tornam cada vez mais importantes como fator de desenvolvimento dos países, pois insere novos países na participação de valor adicionado da produção mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdulsamad, A., Frederick, S., & Guinn, A. (2015). **Pro-Poor Development and Power Asymmetries in Global Value Chains**, (September).005).

Authors, V. (2014). *A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor (Vol. 2)*.

Gereffi, G. (1994). **The Organization of Buyer-Driven Global Commodity Chains: How U.S. Retailers Shape Overseas Production Networks** (pp. 95–122).

Gereffi, G., Humphrey, J., & Sturgeon, T. J. (2005). **The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, 12(1), 78–104.**

Morais, I. N. de. (2012). **CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS E AGREGAÇÃO DE VALOR: A POSIÇÃO DA CHINA NA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA DE CONSUMO, 4(3), 5–46.**

OECD. (2013). *Interconnected Economies* **BENEFITING FROM GLOBAL VALUE CHAINS. <http://doi.org/http://doi.org/10.1787/9789264189560-en>**

Oliveira, S. E. M. C. de. (2014). **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá. Fundação Alexandre de Gusmão.**

Scherer, A. L. F. (2014). **Cadeias de valor e cadeias globais de valor, 76–89.**

DIAGNÓSTICO ECONÔMICO E FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA-SP

Erika Mattoso Lardizabal, Giordano Lastória, Felipe K. Segateli, Diego Ciocca Tomeu,
Laysa Eduarda Nogueira Canhone, Lidia Maria Bussiman Gomes, Lili Zhu Shu Hua,
Therezinha Aparecida Guirro de Godoy, Maria Helena Briquet Caradec Lasalvia, Vinicius
Felizatti Jacinto, Rafael Augusto Maricato Boemi

Suzana Cristina Fernandes de Paiva

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Economia; Finanças; Receita; Despesas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste num dos eixos de uma pesquisa coletiva realizado pelo PET Economia no ano de 2016, intitulada "Diagnóstico Socioeconômico de Araraquara: construção de subsídios para uma agenda de desenvolvimento municipal", cujo objetivo era a sistematização dos dados socioeconômicos do município de Araraquara, com vistas a analisar as condições de vida e do bem estar do município, acolhendo o principal desafio colocado às sociedades contemporâneas: sua condição de produzir e manter-se econômica, social e ambientalmente sustentável. Com vistas a este objetivo, foram realizadas análises de diversos indicadores, como: Demografia, Economia, Mercado de Trabalho, Finanças Públicas, Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação e Saneamento e Segurança Pública do município. Dada a dimensão desta pesquisa, a proposta deste trabalho é apresentar os resultados relacionados à análise econômico e financeira do município. A avaliação de um município a partir de sua economia é fundamental para que se entenda não só as suas fragilidades, mas também seus potenciais de crescimento e sua saúde a nível fiscal. Avaliando variáveis como o PIB do Município, o PIB Per Capita, dados sobre os setores que mais contribuem para o valor adicionado do Município, além de informações sobre receitas e despesas, com as devidas comparações em relação à região de governo e ao Estado, podemos tecer um diagnóstico do município.

OBJETIVO

O objetivo principal deste trabalho é apresentar a evolução da situação econômica e financeira do município de Araraquara entre os anos de 2000 a 2015, através da análise dos indicadores econômicos e financeiros disponibilizados no pela Fundação Seade e pelo FINBRA - Finanças do Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a análise da situação econômica e financeira do município foram analisados dados disponibilizados pela Fundação Seade e pelo sistema Finanças do Brasil - FIMBRA, cujos dados compilados são de responsabilidade do Tesouro Nacional e cujas bases de dados podem ser facilmente encontradas no website oficial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Por conta da extensão dos dados coletados, decidiu-se delimitar a análise sobre os anos eleitorais a partir do ano de 2000. Os dados coletados formam corrigidos pelo IPCA, com ano base de 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2000 e 2012, a análise da variação total do PIB de Araraquara demonstra que houve um crescimento de 43%. Entretanto é possível notar que sua trajetória não é uma contínua ascendente. De 2001 a 2004, o PIB caiu em média 3,3%. Foi só a partir de 2005 que voltou a fechar positivo, seguindo uma sinuosa trajetória, até 2012, mas sempre apresentando sinais de crescimento. Neste intervalo o PIB de Araraquara apresentou duas quedas seguidas, em 2001 e 2002, e uma mais drástica em 2004, quando seu valor absoluto não passou da casa dos 4 bilhões. É possível interpretar este desajuste como uma provável falta de estímulo aos segmentos mais pungentes da economia. A participação do PIB araraquarense na composição total do PIB de sua Região de Governo, composta por 19 municípios, chega a 30%.

No que diz respeito à renda média dos trabalhadores da cidade de Araraquara, entre 2000 e 2012 há uma variação positiva de 22,9%. Todos os reflexos da variação do PIB refletem no PIB percapita, tanto a brusca queda de 2001 a 2004 quanto a ascendência a partir de 2005. No Quadro 1 é possível notar as taxas de variação:

Quadro 1– Renda *per capita* e Taxa de Variação. 2000 – 2012

Economia	PIB <i>per capita</i> (em R\$)	Var. PIB <i>per capita</i> (em %)
2000	27.090,87	0,00
2001	26.067,50	-3,78
2002	24.570,36	-5,74
2003	24.409,20	-0,66
2004	22.288,57	-8,69
2005	25.020,47	12,26
2006	27.114,81	8,37
2007	27.636,00	1,92
2008	29.973,04	8,46
2009	30.350,66	1,26
2010	33.038,72	8,86
2011	32.328,15	-2,15
2012	33.295,88	2,99

Fonte: Fundação Seade

Observamos que durante este período de 2000 a 2012 a taxa de urbanização e a taxa de crescimento populacional aumentaram 2% e 21%, respectivamente. Trabalhadores rurais se deslocaram para a zona urbana. Essa mobilidade ajuda a justificar a desaceleração da participação agropecuária na composição do valor adicionado de Araraquara em contrapartida à aceleração da participação do setor terciário.

A nível de empregos formais, o setor que mais absorveu estes aumentos citados foi o de serviços, que por sinal representou em média 73%, em 2013, da participação no valor adicionado da cidade, seguido pela indústria que teve participação de 24%, no mesmo ano.

Ao analisarmos os anos de 2010 e 2013 observamos que tanto o setor industrial como o agropecuário perderam participação para o setor de serviços na composição do valor adicionado total de Araraquara. Esta informação já transparece que o terceiro setor é o responsável pelo crescimento do município.

O setor de serviços tem contribuído, em média, com 70% do valor Adicionado ao Município. É seguido pela indústria com participação 26%. A participação do setor Agropecuário e Industrial ao longo da cronologia 2010 – 2013 tem diminuído, enquanto a participação de serviços aumentou. É possível, portanto, inferir que há uma migração dos setores produtivos no município.

A balança comercial de Araraquara é superavitária em todos os anos avaliados, mantendo grande um hiato entre o volume de exportações e importações. Nitidamente é um município importantíssimo para sua região de Governo. Não só o PIB de Araraquara

tem uma alta representatividade em relação à região, mas também as exportações de Araraquara representam uma média de 50% das exportações totais da região.

Com relação as finanças do município, observamos que o município, como grande parte dos municípios brasileiros, não dispõe das mínimas condições de se auto sustentar, dependendo muito das cotas-parte de impostos federais e estaduais, além de transferências intergovernamentais do estado de São Paulo e da União.

Todavia, ao longo dos anos estudados, tanto as receitas tributárias quanto as receitas orçamentárias aumentaram, apesar da porcentagem da participação da receita tributária na receita orçamentária manter-se constante, na faixa dos 17% aos 20%.

Analisando a participação do ISSQN na Receita Tributária, foi possível notar um grande destaque, também, para o ISSQN, que passou a partir de 2012 a ser o imposto que mais contribui para a arrecadação municipal e está relacionado com o crescimento econômico do município.

Ainda sobre as formas de arrecadação que dispõe o município, podemos destacar a cota-parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e a cotaparte do FPM – Fundo de Participação dos Municípios que, relacionadas, ditam o grau de desenvolvimento do município. Analisando a participação da Cotas-Parte do ICMS na Receita Corrente Líquida, podemos perceber o alto grau de arrecadação de ICMS, o que significa que a economia araraquarense detém fortes setores secundários (Indústria) e terciários (comércio e serviços) que apresentaram crescimento acelerado nos últimos anos.

Analisando a cota-parte de Araraquara no FPM vimos momentos de oscilação, contudo, tem apresentado queda gradual desde 2012, o que indica que a atividade econômica do município tem apresentado aceleração.

Com relação as despesas, percebemos que desde o início da série histórica, Araraquara apresentou sucessivos aumentos nas despesas com pessoal e encargos sociais, avançando nos últimos quatro anos à casa dos 50%, estando perigosamente próximo de se alcançar o limite máximo de 60% de gastos nesta área, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Também vale aqui ressaltar que as taxas de investimento no município estão caindo consideravelmente nos últimos 8 anos, representando hoje menos de 2% da despesa orçamentária, em comparação com o início da série histórica

em 2000, quando o índice era de quase 8%. Entretanto, o fato é que em função do comportamento das receitas e despesas de Araraquara, observa-se a existência de um superávit orçamentário, fortemente expandido durante o período da atual administração municipal.

Com relação ao endividamento de Araraquara, pode-se perceber que o total dos valores relativos ao passivo financeiro (dívidas de curto prazo) subiu continuamente a altas taxas, superando a marca dos 14%.

CONCLUSÕES

Dessa forma, percebemos que Araraquara tem se mostrado um município importante na sua região administrativa e que vem evoluindo para uma zona de desenvolvimento urbano cada vez maior, como comprova as análises sobre a evolução do setor de serviços frente aos setores industriais e agropecuários. Além disso o município apresenta uma balança comercial superavitária contribuindo com 50% das exportações da região administrativa e representando 30% do PIB da região.

Analisando a contribuição de impostos como o ICMS, ISSQN e FPM, todos apresentaram uma grande participação na composição da arrecadação de Araraquara, mostrando uma aceleração nas atividades econômicas, principalmente um alto desenvolvimento no setor secundário e terciário.

Em relação às dívidas, comprova-se que Araraquara apresenta um superávit orçamentário, apesar do aumento do passivo financeiro. Apresentando nos últimos anos um grande aumento nas despesas com pessoal, e uma diminuição considerável no investimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Finbra – finanças do Brasil. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. www.tesouro.fazenda.gov.br.

_____. Sistema de informações dos municípios paulistas. São Paulo. www.seade.gov.br/produtos/imp/index.thp.

_____. Perfil municipal. São Paulo: vários anos. www.seade.gov.br.

MEDIAÇÃO – A NOVA MEDIDA PRÁTICA À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EMPRESARIAIS NO SISTEMA GLOBAL

William Albano Rocha

Flávia Foz Mange

UNESP

Palavras-chave: mediação; solução de disputas; acesso à justiça.

INTRODUÇÃO

Será realizado um estudo acerca da efetividade e dos benefícios advindos do uso da mediação como um meio alternativo de solução de disputas no sistema jurídico pátrio, com ênfase a possibilidade de utilização deste método as relações empresariais considerando as especificidades que permeiam esse tipo de relação, além de indagar novas formas de soluções de disputas por meios-online (ODR). As experiências internacionais atestam os avanços da mediação. Nos Estados Unidos da América do Norte, desde 1970, a mediação vem tendo notável crescimento e aceitação tanto no Poder Judiciário quanto no setor extrajudicial, sendo reconhecida como método capaz de reduzir bilhões de dólares/ano de custos das empresas na resolução de disputas, sejam custos diretos (tempo, honorários e perícias, por exemplo) ou indiretos (perda de oportunidades e deterioração de relacionamentos).

No que tange as mediações por meios-online há muitas situações nas quais as soluções de disputas já estão ocorrendo por meio deste método, este projeto exige a quebra de uma série de paradigmas, mas que traz vantagens com a redução do tempo com deslocamento e realização de audiências de conciliação e permite às partes mais tempo para refletir sobre um possível acordo (MANGE, v. 12, p. 204, 2015).

OBJETIVO

Demonstrar a importância da mediação como um novo instituto ao acesso à justiça e apontar os seus procedimentos, seja no âmbito interno ou no âmbito internacional, demonstrando o conteúdo como mecanismo facilitador e célere. Relatar a importância da

aderência dos empresários/empresas nos pactos de mediação, com intuito de se comprometerem à utilização deste método alternativo a fim de desenvolverem uma política interna e externa na resolução de conflitos e institucionalizando-a de forma sustentável (utilizaremos como referência deste método de resolução de conflitos, o Conflict Prevention & Resolution – Prevenção e Resolução de Conflitos – Instituto CPR. Dissertaremos ainda os meios-online que hoje é indagado como um percussor contemporâneo à resolução de conflitos. Apresentaremos ferramentas que possam facilitar e ajudar a resolver conflitos/disputas no sistema global com ênfase à mediação e também debater as dificuldades ainda existentes e as vantagens que tal instituto possui.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo de Caso: Pretende-se avaliar o referido por meio de estudos doutrinários e jurisprudenciais, visando atingir uma conclusão material, pragmática e específica.

Pesquisa de Campo: Levantando pesquisas em relação a índices, dados e estatísticas relativas à mediação como forma facilitadora de resolução de disputas no âmbito interno e internacional.

Levantamento bibliográfico: Serão utilizados para este estudo vários autores a fim de chegar-se a uma análise mais profunda sobre o tema, além de outros que poderão compor o quadro base da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com todo este trabalho concluído será possível, dentro de uma realidade palpável e contemporânea, elaborar um estudo mais profundo sobre o assunto. O material apresentará meios alternativos para as soluções de conflitos com ênfase à mediação, a fim de demonstrar no presente trabalho, formas viáveis e contemporâneas que ajudem/facilitem a solucionar os problemas de maneira mais rápida e efetiva com todos os envolvidos, além de discutir as dificuldades ainda existentes neste método, com ênfase nas questões institucionais, e proporcionar uma análise profunda do processo mediador nas questões empresarias no âmbito interno e internacional.

CONCLUSÕES

A mediação de conflitos parte de intervenção do mediador junto às pessoas envolvidas em disputas ou controvérsias. O mediador tem como objetivo auxiliar na administração do conflito, a fim de promover como resultado a responsabilidade não somente gerada na interrelação que existe ou existia, mas, sobretudo, no que será construído futuramente a partir disto.

Podemos relatar que dentre as características da mediação encontramos a celeridade, como umas das características mais importantes do processo, sendo extremamente mais ágil se forem feitas comparações no processo judicial (podemos citar a mediação-online que traz vantagens com a redução do tempo com deslocamento e realização de audiências de conciliação e permite às partes mais tempo para refletir sobre um possível acordo), outro ponto importante a se destacar é a confidencialidade do processo, o que permite proporcionar aos empresários uma ampla confortabilidade no que tange em expressar suas opiniões de maneira aberta.

Deve-se notar que os custos e gastos com o procedimento de arbitragem ainda são empecilhos no momento de optar por um método alternativo de solução de controvérsias; as experiências com o uso do instituto da mediação, ainda crescente e contemporânea em questões empresariais, apresenta ganhos importantes, mesmo nos casos onde não seja provável o acordo, é possível diminuir as questões litigiosas e entender melhor o interesse da outra parte.

A mediação ainda passa por grandes desafios no âmbito empresarial, porém devemos promovê-la e inclui-la de veras nas questões de disputas/conflitos empresariais, seja no âmbito interno ou internacional. Há, ainda, grandes desafios na atualidade sobre o uso deste método, como por exemplo, a falta de remuneração adequada aos mediadores; a necessidade de mais mediadores (e profissionais mais qualificados); o incentivo do instituto no âmbito judiciário nas questões concernentes a área empresarial; a necessidade de empresas em assinarem mais pactos, como é o caso do Conflict Prevention & Resolution (Instituto CPR), tornando viável a cultura do uso do instituto no âmbito empresarial, seja interno ou internacional, a fim de solucionar disputas/conflitos e por fim, a promoção deste instituto entre advogados, empresas e clientes, a fim de cessar este receio (cultural), pelo uso do instituto de mediação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GREENBERG, S. ; MANGE, Flavia Foz . Institutional and Ad Hoc Perspectives on the Temporal Conflict of Arbitral Rules. *Journal of International Arbitration*, v. 27, p. 225-239, 2010.

MANGE, Flavia Foz. III Congresso de Mediação do CPR no Brasil ? Moldando o futuro: Redefinindo o conceito de vitória e adaptando-se para a mudança. *Revista Brasileira de Arbitragem*, v. 12, p. 204, 2015.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Internacional público e privado*. 8. ed. Salvador, BA: JusPodivm, 2016.

SOUZA, Luciane Moessa de. Mediação, acesso à justiça e desenvolvimento institucional. In: CASELLA, P.; SOUZA, L. (Coord.). *Mediação de conflitos – novo paradigma de acesso à justiça*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.

TRABALHOS DE PESQUISA
EIXO TEMÁTICO 3: GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO
PÚBLICA

OS DISCURSOS ORGANIZACIONAIS NO PERÍODO PÓS-CRISE DE 2008

César de Melo Aleluia

Fernando Ramalho Martins

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Organizações; Discursos; Gestão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscará descrever e analisar as mudanças nos discursos organizacionais e a tarefa que a crítica desempenha no mesmo, durante o período anterior e posterior à crise de 2008, apontando suas principais características. A análise de conteúdo está centrada nas revistas de negócio Exame que, conforme apontado durante o ano de 2007, apresentou uma tendência das organizações em apresentar tendências gerais de comportamento pró-ambiental. As organizações enfatizavam em seus discursos, assim como em suas práticas estratégias de negócios, posturas voltadas à proteção do meio-ambiente. Dentro desses discursos, haviam, na maioria dos casos apresentados, projetos e plano de longo prazo que contemplavam um melhor uso dos recursos em respeito ao meio-ambiente, como: construção ou aquisição de novos equipamentos menos poluentes; sedes com tecnologia sustentável; plano de carreiras que recompense as ideias que dialogavam com a sustentabilidade dentre outros casos afins. Com o advento da crise, o discurso foi tendo, gradativamente, um novo contorno e alvo ser buscado: produtividade e adaptação.

Daremos ênfase, neste trabalho, ao período posterior à crise, mais precisamente o ano de 2010. Sumariamente, o período será abordado em 2 blocos. Cada bloco constituirá de subitens os quais descreverão o discurso e a prática realizada na organização, analisando o conteúdo e identificando ambiguidades. O primeiro bloco de análise frisarà sobre o predomínio, dentro dos discursos, de uma ideia otimista da retomada gradual da atividade econômica nas organizações e a defesa constante da produtividade participativa. O segundo bloco vai destacar a retórica da administração organizacional sobre métodos importantes a se chegarem aos alvos pontuados no primeiro bloco, especialmente pelo período peculiar que o sistema capitalista estava passando pós-crise 2008: aumento do

controle dos resultados (metas destinadas a direção e subordinados), intensidade da flexibilização dos processos e integração na dinâmica de trabalho nas organizações.

Como forma de embasar e reforçar nossa análise teórica dos discursos, utilizaremos como método os trabalhos de Bardin (1977) – método de análise de dados – Análise de Conteúdo

O primeiro autor foca seu método na análise de dados das revistas de astrologia, buscando identificar e comparar as mudanças nos discursos presentes nos enxertos dos aniversariantes do mês, ou seja, o signo ao qual está vinculado o mês. O autor constatou que os signos dão maiores atenções ao universo profissional da vida das pessoas como a construção de seu cotidiano, de forma projetiva e generalizada (carreira e realização profissional, amor no trabalho, dinheiro, saúde para desempenhar bom trabalho ou algo que o relacione), ao invés de sua vida familiar ou relações interpessoais na sociedade (BARDIN, 1977, p. 73-77).

Quanto ao segundo autor, Boltanski e Chiapello (2009), este faz parte de um embasamento teórico ao qual faz uma minuciosa análise das revistas de gestão na França, cujas atentam para as novas tendências de gestão surgidas no capitalismo nos períodos que atendem às décadas de 70, do século XX, até o começo dos anos 2000, compreendido pelo autor como o *Novo espírito do Capitalismo*. Esse novo “espírito” envolve, segundo o autor, a relação dinâmica de uma nova forma de os gestores empresariais encararem a nova realidade econômica capitalista e o papel que a crítica exerce sobre a prática desses atores, em especial no que tange (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 34-55): as transformações das relações sociais e de trabalho; justificativas ideológicas para o engajamento da sociedade no processo de acumulação; o papel da crítica e suas respectivas provas na construção da justificativa e legitimidade; e modificações do sistema capitalista que não depende da atuação da crítica. Contudo, pôde-se observar algumas constatações de antemão: há uma correlação entre a crítica social ou formal (via academia ou imprensa) nas tomadas de decisões dos gestores empresarias; o processo que mudam os paradigmas da gestão nos países que buscam justificar a ideologia capitalista não são lineares no tempo e no espaço, há diferenças significativas; o *novo espírito do capitalismo* não é um movimento uno, mas apresenta “princípios” nos locais onde repousa.

Consoante os embasamentos teóricos apresentados, aos quais os blocos de análise se inspirarão, vale dizer como estará organizado o trabalho. O primeiro bloco está dividido em 2 subcapítulos, dos quais sumariamente compreendem: identificação e descrição das matérias de cunho otimista e entusiasmada, que visam adesão maior da sociedade para o projeto de recuperação capitalista. O segundo subcapítulo apresenta quais são as principais contribuições dos colunistas na empreitada para a retomada da atividade econômica nas organizações, assim como promover maior crítica aos modelos que não deram certo.

O segundo bloco está composto por 2 subcapítulos. O primeiro diz respeito à retórica da administração organizacional pelo ponto de vista dos próprios gestores, isto é, empresários, sobre quais são as melhores formas (métodos) de se conseguir auferir bons resultados no momento em que se encontravam no capitalismo. Num segundo momento, dá-se destaque a análise dos métodos que estão sendo colocados em prática, de acordo com que consta nas revistas e na literatura, e posteriormente fazer uma comparação entre a teoria (discurso) e a prática (atividades administrativas da empresa). Esse subitem busca pontuar quais foram os discursos e os meios usados pelas empresas para se adaptarem e superarem ao cenário instável.

Por fim, o capítulo derradeiro apresenta as conclusões do trabalho, bem como possíveis tendências futuras com relação aos discursos organizacionais e a crítica.

OBJETIVO

O presente trabalho tem como o objetivo principal analisar os discursos de gestão da revista de gestão EXAME no ano de 2010, com comparações aos anos anteriores à crise de 2008, sendo enfatizado o ano de 2007 como data base. Além disso, busca-se confirmar a hipótese levantada por Boltanski e Chiapello, na obra *O novo espírito do capitalismo*, em que os autores concluem que há uma modificação nas estruturas de econômicas do sistema capitalista nos locais onde ele habita, através das indicações críticas que os atores econômicos enfatizam no sistema (mídia de negócios, empresários, sociedade etc).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais utilizados na construção da pesquisa foram a leitura dos artigos da revista EXAME, durante todo o período de 2010. A seção analisada da revista foi todas que discorriam sobre a definição “Gestão” e que buscavam apresentar um papel de introduzir uma retórica em prol da manutenção das práticas de mercado, como as colunas de Richard Brason e Vicente Falconi. O embasamento teórico que sustentou a análise foi a bibliografia de Boltanski e Chiapello (2009) e Bardin (1977), este último sob o ponto de vista da estrutura metodológica de análise de conteúdo do artigo. Além destes atores basilares, utilizamos uma bibliografia que dialogavam de forma adjacente ao assunto, aos quais se destacam desde artigos científicos até legislação e relatórios institucionais, e que incorporasse uma nova visão de pensar o papel dos discursos organizacionais no país sob o ponto de vista teórico e pragmático.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pesquisas mostraram que houve uma grande modificação no teor dos discursos entre os anos pré-crise de 2008 e os anos posterior a ela, incorporando uma outra mentalidade de agenda empresarial e comportamental da sociedade capitalista local. Outro fator relevante destacado foi a tentativa de estabelecer tendências teóricas para o público alvo, no discurso de Branson e Facolni, que contrariavam, em seguida, com a prática empresarial na qual a própria revista anunciava por vezes. Embora isto tenha aparecido em algumas ocasiões, não tira o mérito de sua principal função do momento: manutenção do domínio ideológico por meio da gestão. Os resultados principais auferidos em toda análise foi a tendência (ou a grosso modo, padrão) do comportamento das estratégias de gestão foram tendo neste período. A principais foram a defesa da Inovação – em suas diversas frentes -, ampliação do mercado em dimensões geográficas e patrimoniais através de fusão e aquisição; e adaptação do sistema de regras do capitalismo local.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a hipótese de Boltanski e Chiapello (2009) confirma-se no que tange a metamorfose do sistema capitalista frente às críticas, sejam quais seu teor, assim

como sua capacidade de criar regras estruturais que contemple tais demandas da crítica num curto. Tudo aquilo que foi analisado, no que diz respeito ao Brasil, entre os anos de 2007 e 2010, confirma tal hipótese. Reforça-se o argumento de que não são somente a crítica via mídia de negócios ou atores sociais, que imprimem pressão para as mudanças, são capazes de gerar tais mudanças estruturais; mas também é necessário de uma emergência dos capitalistas em suprirem uma demanda de lucro maior, neste caso os tempos de crise severa do sistema econômico, conforme observado. Não é possível identificar um padrão único de comportamento dos atores, uma vez que se trata de uma amostra retirada da revista Exame, o que dá vazão a inúmeras outras hipóteses; contudo, grosso modo, é real afirmar que os fatos analisados são de enorme valia para definir constatações explícitas e apresentar termos gerais, que possibilita dar prosseguimento em futuras pesquisas de igual gênero.

Há, pois, relação direta das mídias de negócios através de suas críticas e sugestões implícitas com a realidade encontrada que, por vezes, se incide de maneira contraditória nas práticas adotadas pelos atores econômicos. Apesar disto, seu papel torna-se central na tomada de decisão da sociedade capitalista, bem como na manutenção da ideologia dominante *in loco*. Embora o ano verificado foi somente o ano de 2010, ao compararmos com os movimentos anteriores, com fecunda e fiel análise da bibliografia utilizada, é possível definir termos gerais das metamorfoses estruturais severas que ocorreram neste interregno com base nos apontamentos que foram feitos, a saber:

- a) Discurso otimista da retomada da atividade econômica;
- b) Disposição de novas ideias e sugestões no âmbito da gestão empresarial, com ênfase na gestão de recursos humanos;
- c) Supressão, gradativa, da pauta sustentabilidade no planejamento de longo prazo;
- d) Adaptação do sistema capitalista local, no âmbito normativo (ideias) e jurídico (normas legais), com base na incorporação das demandas da crítica;
- e) Aumento do uso de métodos de inovação que contemple resultados de curto prazo;
- f) Ampliação do aparato de influência mercadológica em proporções geográficas;

- g) Crescimento do patrimônio econômico das empresas via aquisição e/ou fusão, a fim de proteger ou fortalecer a segurança financeira frente à crise;
e
- h) Manutenção da ideologia dominante.

Nisto posto, é válido dizer que existe tendências que se confirmam aos poucos com a observação realizada na literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo: análise categorial**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei Federal nº 9.279/1996: Dispõe sobre os direitos à propriedade industrial no Brasil**. Brasília, DF, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. São Paulo: Editora Zahar, 3ª edição, 1974.

CHESNAIS, François. **Orígenes comunes de la crisis econômica y la crisis ecológica**. Paris (Francia), Herramienta, 2008.

CHIAPELLO, Eve. Capitalism and its criticism. In: GAY, Paul D., MORGAN, G. **New Spirit of Capitalism?: Crises, Justification and Dynamics**. London (England), Oxford University Press, p. 61-81, 2013.

DRUCKER, Peter F.. **Prática da Administração de Empresas**. São Paulo: Pioneira, 1981.

FARIA, José Henrique. **Por uma teoria crítica da Sustentabilidade**. Londrina: Revista Organizações e Sustentabilidade, v. 2, nº 1, 2014.

_____ **Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

GRUN, Roberto. **A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro em 2009**. Rio de Janeiro: DADOS - Revista de Ciências Sociais, vol. 53, nº 2, 2010.

OCDE. **Manual de Oslo: Diretrizes para coleta e integração de dados sobre Inovação**. 3º Edição. Paris: FINEP, 1997.

OLIVEIRA, Leandro D. **A ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão**. Rio de Janeiro: Revista Tamoios, ano I, v. 1, nº 2, 2005.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14º edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 1980.

WORD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Tratado de Cooperação em Matérias de Patentes**. Washington (EUA): WIPO, 1970.

LAPA, Tiago. **Quadro de trabalhadores no capitalismo flexível: uma abordagem cultural e sócio-cognitiva**. Lisboa (Portugal): CIES, nº15, 2006.

VERDANTIX. **Report Consulting: Global Sustainability Leaders Survey Brands**. London (England), 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **A hegemonia americana em estudos organizacionais**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, nº2, 2001.

ITUASSU, Cristina Trindade; TONELLI, Maria José. **Sucesso, mídia de negócios e a cultura do management no Brasil**. Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE. BR, v. 12, nº 5, 2014.

WOOD JR, Thomaz; TONELLI, Maria José; COOKE, Bill. **Colonização e Neocolonização da gestão de Recursos Humanos no Brasil (1950-2010)**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, v. 13, nº 3, 2011.

KPMG, Consultoria. **Pesquisa de Fusões e Aquisições 2010: 4º trimestre**. São Paulo, 2011.

GESTÃO DOS CONTRATOS DA TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Adalberto Oliveira Brito, Bárbara Oliveira de Moraes, Evandro Costa Xavier Ana Paula Pedrosa
Instituto de Ciências Humanas e Sociais Administração Pública (UFF)

Palavras-chave: Administração Pública; Contratos; Terceirização.

INTRODUÇÃO

O tema desenvolvido neste trabalho relaciona-se à gestão dos contratos da terceirização na administração pública do estado do Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro, a Administração Pública nos últimos anos ajustou suas atividades em decorrência da prerrogativa de terceirizar e transferiu grande parte do atendimento ao cidadão a atividades terceirizadas. No ano de 2016, com a calamidade financeira que se instaurou, tornou-se necessário compreender quem são as empresas que prestam os serviços terceirizados, qual valor é pago em cada contrato e quanto é repassado aos funcionários.

Segundo Pereira (1998), para ajustar-se as reais necessidades do cidadão e alcançar esse objetivo, a nova administração pública usa da descentralização e do incentivo à criatividade e inovação envolvendo mudança na estratégia de gerência, que dá ênfase a descentralização e delegação de competência.

A terceirização é apresentada então, como uma ferramenta de auxílio à necessária reestruturação organizacional que se expande no Brasil, após os programas de privatização de empresas e de serviços públicos implementados nos anos 1990 e a reforma do estado iniciada em 1995, através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, de responsabilidade do Ministério da Reforma do Estado - MARE.

OBJETIVO

Partindo do pressuposto que a terceirização tem consequências positivas e negativas e que está presente principalmente nas atividades de obras e serviços, para se entender o gerenciamento desses contratos, dos processos licitatórios e promover melhorias na responsabilidade em sua execução, à problemática central foi: quanto é gasto

com terceiros, qual critério de contratação ele utiliza e como se fiscalizam esses contratos?

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar a evolução dos gastos com despesas de pessoal envolvidos nas atividades de obras e terceirizadas no estado compreendido entre os anos de 2013 a 2016.

Os objetivos específicos foram: verificar os critérios de contratação de terceiros; identificar se há um sistema ou inovações tecnológicas utilizadas para o gerenciamento dos contratos no estado; mapear os contratos advindos da terceirização; demonstrar através de gráficos as despesas decorrentes da contratação de terceirizados e investigar a analogia entre os pressupostos teóricos e a prática na administração pública.

Este trabalho teve por justificativa produzir conhecimentos de subsídios teóricos para futuros trabalhos na área da Administração e gestão pública dos contratos terceirizados. Também deixará pressupostos iniciais para pesquisas e revisões bibliográficas futuras para profissionais, gestores e pesquisadores da área em questão.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo buscou demonstrar o cenário dos custos das contratações de atividades terceirizadas realizadas pela Administração do estado do Rio de Janeiro, para isso baseia-se em dados demonstrados pela Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro (SEFAZ) e pelo Sistema de Informações Gerenciais (SIG), ambos responsáveis por coletar e disponibilizar as informações dos custos decorrentes dos contratos celebrados e das despesas a serem pagas.

Conforme Gil (2002, pg.90), nas pesquisas documentais de cunho quantitativo, sobretudo naquelas que utilizam processamento eletrônico, os dados são organizados em tabelas e permitem o teste das hipóteses estatísticas.

Dessa forma, a pesquisa se utilizou de uma análise documental, que envolve uma análise de dados brutos, em que há a conversão dos dados em planilhas dos contratos de terceirização no estado, além das despesas convertidas de exposição quadrimestral em anual apresentada conforme exigência da LRF no site da SEFAZ, em que há exposição

dos demonstrativos desses gastos em valores reais e percentuais, constando nos gráficos apresentados uma melhor contextualização dessa análise documental.

Para Zanella (2009, pg.52), a abordagem quantitativa enfatiza números ou informações conversíveis em números, os dados são analisados com apoio da estatística ou de outras técnicas matemáticas. A metodologia de pesquisa quantitativa portanto, foi adotada para análise dos gastos demonstrados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas despesas com pessoal. Em um contexto geral, o artigo buscou avaliar o volume destinado a contratação de serviços terceirizados, comparando-se os custos anuais destinados aos profissionais concursados e terceirizados.

Em consonância com Gil (2002, pg.42), as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

A pesquisa descritiva foi utilizada para apresentar os conceitos acerca dos temas que envolvem a temática do artigo e seu desdobramento legal. Dessa forma, busca-se conceituar e compreender o que é, e como se dá a gestão dos contratos terceirizados, quais os serviços que podem ser terceirizados, a evolução da prática de terceirização na legislação, os modelos de gestão e a importância da terceirização como forma de descentralização para a administração pública, além da elucidação de quem compete à fiscalização desses contratos. Para tanto, foi necessário à utilização de um levantamento bibliográfico que comportou acesso a referencial de artigos e livros.

Para Gil (2002, pg.41), as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.

A Pesquisa exploratória adotada permitiu apresentar os custos envolvidos na contratação de terceirizados, o amparo legal para tal contratação e de que maneira se dá a transparência a esses gastos. Os dados levantados possuem base nos resultados apresentados nos portais SEFAZ, Transparência e SIG, do Governo do Estado do Rio de Janeiro do período compreendido entre 2013 e 2016, através das demonstrações de pagamento de pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de mapear o volume de contratos de serviços terceirizados pode-se visualizar quais modalidades no estado obtêm o maior volume de contratos firmados conforme observa-se a seguir:

Gráfico 1 – Total de Contratos de Obras e Serviços de 2013 a 2016



Fonte: Portal da Transparência SEFAZ (Elaborado pelo autor).

De acordo com o gráfico acima, nos últimos quatro anos, ainda com a crise no Rio de Janeiro, foram licitados de 2013 a 2016, 952 contratos de Obras e 4139 contratos de Serviços. Esses contratos são apenas os que foram fruto de contratação via licitação, pois nos portais consultados não há a demonstração de outros modelos de contratos firmados com a Administração Pública. Os sistemas utilizados permitem apenas que seja filtrado o ano e a modalidade do contrato (Obras ou Serviços), a partir daí é possível converter esses dados no Excel e filtrar os resultados aqui exposto.

Para retratar os gastos decorrentes com pessoal terceirizado oriundos dos contratos demonstrados, levantou-se nos sites SEFAZ e Transparência, os dados das despesas envolvendo os profissionais decorrentes dos contratos de terceirização, no referido relatório não há a exposição de despesas por categoria, apenas o volume total com terceirizados. Identificou-se a partir de então os seguintes gastos:

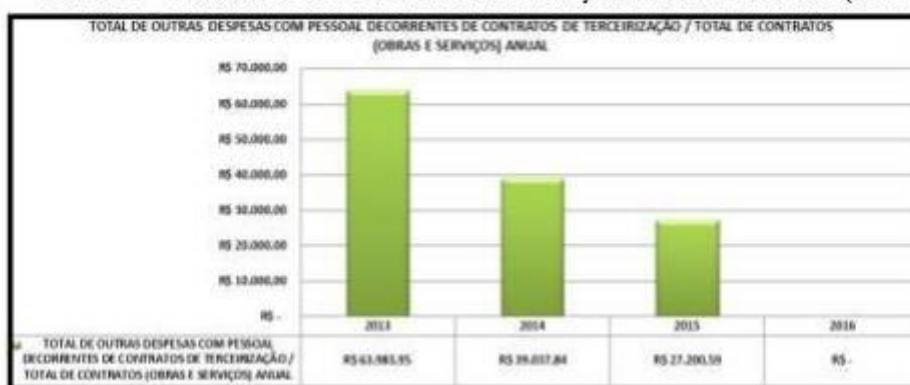
Gráfico 2 – Quantitativo gasto com despesas de pessoal de 2013 a 2016



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (Elaborado pelo autor)

Devido os sites pesquisados não disponibilizarem os dados de pagamentos por forma de contratação, ou seja, despesas com pessoal terceirizado de Obras e despesas com pessoal Serviços, realizou-se o cruzamento dos dados apresentados nos gráficos 3 e 2 para compreender-se os valores de cada contrato por período segundo as informações cruzadas conforme a seguir:

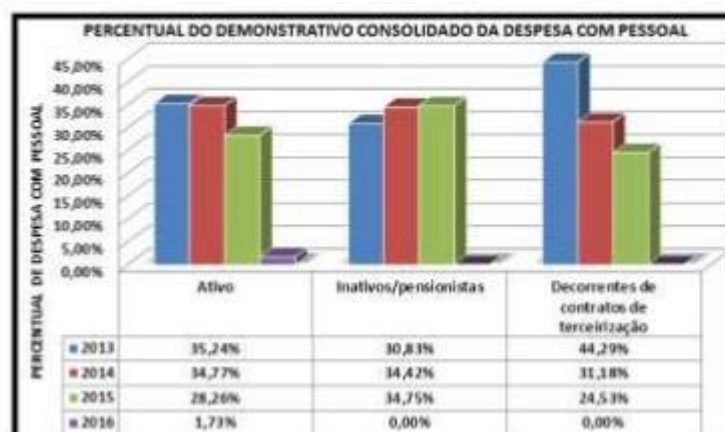
Gráfico 3 – Cruzamento dos Gastos com terceirização x Total de contratos (Obras + Serviços)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (Elaborado pelo autor)

Para identificar o peso das folhas de pagamentos por despesa, transformou-se os dados desses pagamentos de reais para percentuais e pode-se verificar a proporção dos valores destinados a terceirizados frente aos funcionários efetivos, inativos e pensionistas conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Percentual dos Gastos por Despesas



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (Elaborado pelo autor)

Os dados demonstrados nesta pesquisa permitem a percepção de que as despesas com pessoal ativo ou seja, funcionários efetivos oriundos de contratação via concurso público nos anos 2013 e 2014, mantiveram-se na mesma proporção. No ano de 2015, houve uma queda de aproximadamente 6,5% no comprometimento da folha do estado e no ano de 2016 devido a crise financeira, os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal não retrataram a realidade do comprometimento da folha. Verificou-se que do período de 2013 a 2015 as despesas com inativos e pensionistas sofreram aumentos, o mais significativo se deu de 2013 a 2014 em aproximadamente 4%. Mais uma vez, os dados de 2016 não retrataram os dados a que se propõe a pesquisa devido a crise financeira no Rio de Janeiro.

Finalmente, analisou-se os gastos com pessoal terceirizado e percebeu-se a queda em termos percentuais das despesas com terceirizados. Nos anos analisados as despesas com terceirização sofreram significativa queda, sendo que de 2013 a 2014 houve uma queda de 13% nas despesas oriundas de terceirizados, de 2014 a 2015 a queda foi de aproximadamente 6,65%. Novamente, devido ausência de informação nos sites consultados sobre o período de 2016 não foi possível retratar esse período.

CONCLUSÕES

A pesquisa conseguiu mensurar e identificar os gastos decorrentes das despesas com pessoal terceirizado, mas não conseguiu determinar o contingente de profissionais

que atuaram no período pesquisado, não sendo possível estabelecer, portanto se houve aumento ou queda na inserção desses profissionais no período analisado devido a insuficiência de dados dos portais pesquisados. Foi possível concluir que há a necessidade de investimentos em projetos de um cadastro de serviços terceirizados, essencial para o sucesso do gerenciamento dos contratos, pois desta forma será possível fornecer informações precisas sobre a necessidade de novas contratações e uma melhor negociação com os prestadores de serviços. Essa evolução não apenas tecnológica, se faz necessária não apenas para demonstração de transparência dos gastos públicos, mas possibilita a elaboração de políticas públicas destinadas a uma contratação efetiva, de fato econômica e que centraliza o controle e direção dos gastos públicos.

Na resolução deste artigo, algumas dificuldades foram encontradas, uma delas citadas acima e que refere-se à limitação dos indicadores disponíveis, que não são disponibilizados facilmente nos portais e que apresenta defasagem com a realidade atual, pois devido à crise financeira no estado do Rio de Janeiro, os dados das despesas com terceirizados do ano de 2016 não foram publicados na íntegra pelo SEFAZ, somente dados do pagamento dos ativos, que impactou a análise nos gráficos apresentados a respeito do referido ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo: CEDEC, n. 45, p. 49-95, 1998. PORTAL Transparência. Licitação, Contratos e Convênios. Consulta a contratos. Disponível em:
http://www.transparencia.rj.gov.br/transparencia/faces/OrcamentoTematico/Contratos?_afLoop=5373984278486135&_afWindowMode=0&_afWindowId=null&_adf.ctrlstata=jzmkks0sp_132 Acesso em: 05 mar. de 2017.

RIO DE JANEIRO. Poder Executivo. Relatório de gestão fiscal: janeiro a dezembro de 2013. Disponível em:
<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Fo>

lders/contadoria/relatoriosContabeis/lrf/2013/3%20Quadr%20Consol/Anexo_1_3%C2%BAQuad_RGF_Consolidado_2013.PDF Acesso em: 05 mar. de 2017.

RIO DE JANEIRO. Poder Executivo. Relatório de gestão fiscal: janeiro a dezembro de 2014. Disponível em:
http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/contadoria/relatoriosContabeis/lrf/2014/3%20Quadr/Anexo_1_3%C2%B0Quad_RGF_Consolidado_2014.PDF?lve Acesso em: 05 mar. de 2017.

RIO DE JANEIRO. Poder Executivo. Relatório de gestão fiscal: janeiro a dezembro de 2015. Disponível em:
http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/contadoria/relatoriosContabeis/lrf/2015/3%C2%BA%20Quadrimestre/Anexo_1_3%C2%BAQuad_RGF_2015.PDF?lve Acesso em: 05 mar. de 2017.

ZANELLA, L. C. H. Textos complementares. Metodologia da pesquisa. UFSC, 2009.

ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – A GESTÃO DOS CENTROS COMUNITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE BARUERI-SP

Vinícius Silveira de Almeida, Marcelo Eloy Fernandes, Marcelo T. Okano
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque-SP (FAC)

Palavras-chave: Organização Social; Eficiência do Projeto; Impacto Social.

INTRODUÇÃO

As organizações sociais desempenham um papel relevante na gestão pública, onde realizam as funções que via de regra deveriam ser executadas pelo Estado, mas dado sua flexibilidade e ordenamento jurídico estas podem celebrar contratos diretos com o poder público para atendimento de uma função específica e não exclusiva. Normalmente estas O.S. (organizações sociais) atendem prioridades na área da saúde, que são os casos mais comuns de sua utilização e descentralização de funções. O município de Barueri traz uma nova ótica à utilização destas: a gestão de centros comunitários, locais onde a população (crianças e jovens) tem acesso a serviços diversos, como atividades lúdicas, recreativas e cursos na área esportiva e cultural em bairros distintos da cidade. Assim, de forma exploratória, pretende-se entender o fenômeno de utilização desta na gestão pública municipal e entender o processo, seu amadurecimento e as causas e consequências de este não mais vigorar no município com a instituição.

OBJETIVO

- Entender o processo de utilização de organização social na gestão pública municipal;
- Compreender a utilização desta em detrimento da contratação direta de pessoal;
- Verificar as facilidades e entraves da gestão pública municipal e a proposta inicial do projeto;

- Entender as contingências que demandaram este tipo de implementação na gestão municipal de Barueri;
- Analisar a configuração do projeto, a abrangência, repercussão e descontinuidade;

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste estudo de caso foram analisados os dados quantitativos de todos os materiais impressos, relatórios de prestação de contas, descritivos de atividades cadastrados no sistema da Promoção Social do município de Barueri, bem como as prestações de contas e demais informes publicados em Diário Oficial municipal nos anos de 2013 e 2014. A análise organizacional, por incluir elementos que também expressavam a realidade do período e interação de diversos atores para resolver sua problemática do cotidiano, também utilizou de entrevistas com três colaboradores distintos que estavam no projeto deste seu início, cada um em um nível diferente da organização: operacional, técnico e estratégico. As informações qualitativas obtidas através dos relatos foram relacionadas através de perguntas não estruturadas e de resposta livre, deixando cada entrevistado explicar livremente. Desta maneira, buscou-se entender, de acordo com a metodologia proposta por Michel Crozier (1981) e conforme menciona De Almeida (2015, p.17) os seguintes tipos de raciocínio:

I) A lógica indutiva: da qual se busca entender a maneira de agir e de raciocinar do indivíduo dentro da estrutura formal (hierárquica) a qual pertence partindo para as premissas mais gerais da própria organização;

II) A lógica dedutiva: a cultura da organização, sua política, seus ambientes de ação e jogos estruturados, para que se chegue nas premissas mais específicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1

EMPENHO	CNPJ	FORNECEDOR	DIA DO PAGAMENTO	VALOR (R\$)
13274-2013	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	27/06/2013	1.111.492,93
13274-2014	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	26/07/2013	1.111.492,93
13274-2015	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	06/09/2013	1.111.492,93
13274-2016	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	26/09/2013	1.111.492,93
13274-2017	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	13/11/2013	444.597,19
13274-2018	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	04/12/2013	889.194,34
13274-2019	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	13/12/2013	889.194,34
1553-2014	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	16/01/2014	889.194,34
3129-2014	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	21/02/2014	889.194,34
6331-2014	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	27/03/2014	889.194,34
7218-2014	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	08/04/2014	889.194,34
8911-2014	15336047000106	ASSOCIACAO INOVACAO SOCIAL	05/05/2014	889.194,34
			<i>Valor Total:</i>	11.114.929,29

Fonte: http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/despesas_id/13/33/2013/despesas
(acessado em 20/08/2015 às 17:01) e
http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/despesas_id/13/33/2014/despesas

Analisando-se os dados é permitido aferir o caráter de importância que foi atribuído à O.S. Inovação Social – neste caso, pela alocação de recursos no curto espaço de tempo com relação a outras organizações que já vigoravam na cidade - e o seu projeto no município, pois a abrangência, escopo e alocação financeira foi a maior destinada a uma organização do terceiro setor na história e nos registros do município. Dado este cenário, três hipóteses são elencadas para justificar a não distribuição dos mesmos recursos financeiros entre as 27 instituições de terceiro setor com registro no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) ou nas 23 instituições com registro no CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barueri) - algumas instituições compartilham dos dois cadastros, outras não - existentes na cidade ou pela não contratação de funcionários públicos (através de concurso público) para executar esse projeto:

1. A facilidade de contratação de pessoal e dispensa destes, caso os funcionários não agissem de acordo com a proposta inicial aprovada;

2. Ter facilidade na modificação das ações e ter uma maior abrangência demográfica, pois as outras organizações - apesar de já atuarem em alguns bairros do qual a Inovação Social atuava - têm sua própria autonomia e espaço de realização e, uma vez estabelecidos e aprovados anteriormente, seriam de difícil modificação. No caso dos centros comunitários, com uma melhor estrutura física (cedida pela Prefeitura) e com maior facilidade na resolução das contingências, a O.S. estaria mais apta, pois estava vinculada a uma Secretaria Municipal que não cuidava dos assuntos do terceiro setor (Promoção Social), e sim a uma outra Secretaria: da Mulher;

3. Facilidade de “acomodação política”.

CONCLUSÕES

A experiência analisada em Barueri, no que tange à utilização de Organizações Sociais para a gestão de centros comunitários, extrapolou o uso costumeiro desse modelo na área da saúde e demonstrou que a ferramenta organizacional administrativa tem potencial e consegue suprir uma lacuna na gestão pública municipal, em especial em áreas de difícil acesso e com risco social aderente. Através de um mecanismo legal-burocrático (leia-se chamamento público) consegue-se ter uma participação de entidades que atuem no terceiro setor para, concomitantemente com o poder público, atuarem nos espaços geográficos com maiores desafios sociais. Entretanto, um dos critérios mais difíceis de mensurar neste campo é a avaliação do impacto e dos resultados dos projetos sociais, pois geralmente estes são um requisito para a obtenção de recursos por parte das agências financiadoras. De acordo Cabral (2011) as agências financiadoras monitoram a efetividade dos resultados alcançados ou a eficiência de sua relação custo-benefício, doravante o que se encontra no terceiro setor é uma incipiente profissionalização dos recursos humanos do setor e a falta de uma cultura sistemática e difundida no campo social que consiga expressar o conteúdo real e valorativo das ações sociais. A operacionalização do trabalho executado de acordo com o programa estabelecido mostrou-se eficaz – o que demonstra isso são os indícios de aceitação e colaboração da comunidade local no cotidiano das ações. Em contraposição, a gerência dos recursos humanos configurou-se como um desafio a parte, pois os funcionários,

muitas das vezes, não agiam de acordo com o esperado ou criavam-se dificuldades políticas em uma possível demissão. Isto evidenciou o nível de interferência política, tanto para admissão de funcionários quanto para sua possível demissão. Por essa razão, se fragilizou ou se comprometeu algumas frentes do projeto e se tornou, não obstante, um dos motivos de maior fragilidade na execução das ações. Há indícios de corporativismo político, onde vereadores protegem ou “seguram” indicações políticas para seus apoiadores ou pessoas de confiança dentro deste projeto. Essa pesquisa se concentrou em estudar a relação de distribuição de recursos municipais, tanto os financeiros como os humanos, do projeto desta organização social, remontando a comparação com outros projetos em vigor e também do mérito inovativo na utilização desta ferramenta na gestão municipal. Traz, também, como evidência empírica um apontamento importante na constatação de que “uma maior quantidade de recurso (financeiro/humano)” não necessariamente se traduz em “maior eficiência/longevidade” ao longo da prestação de serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE ALMEIDA, Vinícius Silveira de. Formas de cooperação, negociação e conflito no setor público: a análise estratégica da Secretaria de Planejamento, Gestão, Transportes e Suprimentos de Barueri de acordo com Michel Crozier. Saarbrücken, Deutschland: Novas Edições Acadêmicas, 2015

ANDRADE, Raquel Dully; de Mello ,Débora Falleiros. Organizações sociais e instituições governamentais: perspectivas de parceria na atenção à saúde da criança através dos voluntários e da pastoral da criança. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v.40, n.1, Mar. 2006

BASSOTTI, Ivani Maria; PINTO, Sandra Souza; SANTOS, Thiago Souza. Uma nova gestão é possível. São Paulo: FUNDAP - Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão, 2015.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge. New York: Doubleday Anchor Book, 1967

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado social e reforma gerencial. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.50, n.1, jan./mar. 2010
Caracterização do Projeto - Centros Comunitários de Barueri – Divulgação própria. O.S. Inovação Social, 2013

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.45, n.6, nov./dez. 2011

CROZIER, Michel. Fenômeno burocrático. Brasília: Editora UNB, 1981.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 464. Prefeitura Municipal de Barueri. Barueri. Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_01_04.pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 466. Prefeitura Municipal de Barueri. Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_01_09.pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 484. Prefeitura Municipal de Barueri. Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_02_20.pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 491. Prefeitura Municipal de Barueri. Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_03_13.pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 504. Prefeitura Municipal de Barueri. Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_04_15.pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 523. Prefeitura Municipal de Barueri.
Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_06_05.pdf.
Acesso em: 8 set. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DE BARUERI – Edição 546. Prefeitura Municipal de Barueri.
Disponível em: http://www.barueri.sp.gov.br/sites/scs/downloads/2014_08_05.pdf.
Acesso em: 8 set. 2015.

Grade de Atividades – 4 Centros Comunitários: Parque Imperial, Jardim Paraíso, Engenho Novo e Parque dos Camargos – Divulgação própria. O.S. Inovação Social, Mai 2014

HIRONOBU, Sano; ABRUCIO, Fernando Luiz. Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das Organizações Sociais de saúde em São Paulo. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.48, n.3, jul./set. 2008

Ibañez, Nelson; BITTAR, Olímpio José Nogueira Viana; Castro Sá, Evelin Naked de; Yamamoto, Edison Keiji; Almeida, Márcia Furquim de; Castro, Cláudio Gastão Junqueira de. Organizações sociais de saúde: o modelo do Estado de São Paulo. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.6, n.2, 2001

MELO, Cristina; TANAKA, Oswaldo. As organizações sociais no setor saúde: Inovando as formas de gestão? Organizações e Sociedade, Salvador, v.8, n.22, set./dec. 2001

Mello e Silva, Sylvio Bandeira de; Silva, Barbara-Christine Nentwig; Pirajá Silva, Maina. Organização social e indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo exploratório. Caderno CRH, Salvador, v.22, n.57, 2009

MODESTO, Paulo Eduardo Garrido. Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil: as dúvidas dos juristas sobre o modelo das organizações sociais. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília, v.48, n.2, 1997

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo 16º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2014.

Projeto Gestão dos Centros Comunitários para Crianças, Adolescentes e Famílias – Centros Comunitários de Barueri– Divulgação própria. O.S. Inovação Social, 2013
Relatório Semestral – Projeto Integrando Famílias – Divulgação própria. O.S. Inovação Social, jul./dez. 2013.

Relatório Quimestral – Projeto Integrando Famílias – Divulgação própria. O.S. Inovação Social, jan./mai. 2014.

Relação de Funcionários – Divulgação própria. O.S. Inovação Social, Mai 2014.
Estudo da Utilização de Organizações Sociais no poder Público Municipal – A Gestão dos Centros Comunitários no Município de Barueri - SP

SCHMIDT, Vera Viviane. Coerência programática e disciplina parlamentar: partidos políticos frente à proposta das organizações sociais. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.19, n.40, Oct. 2011

SILVA; Rosimeri Carvalho da; DELLAGNELO, Eloise Livramento. Redes de organizações sociais: a inserção da lógica de mercado e a formação de gestores. Caderno EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.2, n.3, Dec. 2004

SANTOS, Leane Mota Araujo dos; LOPES, Fernando Dias; Añez, Miguel Eduardo Moreno. Análise crítica em organizações sociais: apropriando teoria e prática de seus componentes estruturais e culturais. Caderno EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.5, n.2, Jun. 2007

SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa; MELO, Cristina Maria Meira de; FILHO, Alvinho Sanches. Subsídios para avaliação da gestão pública: processo de construção de indicadores para avaliação da capacidade de gestão de organizações sociais. Organizações e Sociedade, Salvador, v.13, n.37, abr./jun. 2006

____. 1998b. Lei 9 637, de 15 de maio. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília, 15.mai.1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L9637.htm Acesso em: 01.jul.2015.

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS ESTATAIS: UMA RELAÇÃO ENTRE ESTADO, MERCADO, SOCIEDADE, BUROCRATAS E POLÍTICOS.

Felipe Bauer Granai

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: empresas estatais; governança corporativa; stakeholders.

INTRODUÇÃO

Ao longo do Século XX, a economia dos diferentes países tornou-se cada vez mais marcada pela integração e fluxos de bens e serviços, devido ao aquecimento do comércio internacional. As companhias foram igualmente marcadas por essa nova fase da economia mundial, o ritmo de crescimento das atividades destas companhias foi se acentuando, resultando em uma readequação da estrutura de controle dessas organizações, separando a propriedade e a gestão empresarial das companhias. Nesse sentido surgem os primeiros debates a respeito da governança corporativa, que remete a conflitos existentes entre a propriedade dispersa e a divergência entre sócios, acionistas e executivos. A governança Corporativa seria um instrumento para equilibrar os conflitos em prol dos interesses da companhia.

O tema governança corporativa não está relacionado apenas ao setor privado. As empresas estatais também são influenciadas pelas melhores práticas e princípios de governança a fim de melhorarem seus processos internos de tomada de decisão, bem como aprimoramento da transparência e *accountability*. A onda reformista ocorrida nos anos 80 e 90 teve sua face no Brasil em 1995 na qual se estabeleceu que, uma gama de serviços e funções antes monopolizados e/ou explorados economicamente pelo Estado, fossem transferidos para a iniciativa privada. Muitas empresas estatais foram privatizadas na década de 90, e as grandes empresas remanescentes, tais como, Petrobras e Eletrobras, sofreram mudanças significativas para atender aos novos dilemas das relações entre Estado e Mercado - como resultado da abertura do capital para investimentos externos.

O grande número de empresas estatais comprova o papel importante que o Estado brasileiro possui na economia. Muitos críticos olham com maus olhos a presença massiva

de empresas estatais operando na economia, as acusando de causar certas distorções no mercado, agindo muitas vezes sem uma previa análise de risco.

A Governança Corporativa surge visando superar o “conflito de agência” entre acionistas e gestores. A partir de estudos focados em empresas norte-americanas e britânicas, Jensen e Meckling identificaram o “problema de agente-principal”, que posteriormente deu origem à “Teoria do Agente-principal”. Segundo a referida teoria, os gestores contratados pelos acionistas para administração das companhias, tendem a agir de forma a maximizar seus próprios benefícios (maiores salários, estabilidade do emprego, maior poder) em detrimento dos interesses da empresa e de seus acionistas. O conflito existente entre acionistas e gestores é mais frequente nas companhias americanas e britânicas, onde o capital das empresas tende a ser pulverizado em muitos acionistas. No Brasil, onde a propriedade é concentrada em poucos acionistas, predominam os conflitos de interesse que acontecem à medida que novos sócios passam a fazer parte da sociedade, resultando em um conflito de interesses entre acionistas majoritários e minoritários. Tal fato ocorre também nas empresas de economia mista, à medida que pequenos grupos de acionistas majoritários tendem a formar coalizões com governo.

O Instituto brasileiro de Governança Corporativa define o termo como sendo “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgão de fiscalização e controle e demais partes interessadas”. É por isso que muitos países e empresas preocupam-se cada vez mais com as práticas da Governança Corporativa em seus mercados, na busca de atrair maiores investimentos e aprimorar o mercado de capitais. Para o governo, o crescimento desses mercados aumenta o fluxo de investimentos externos para o país, que gera uma ampliação das fontes de capital para o desenvolvimento empresarial impulsionando projetos privados (FONTES FILHO, J.R, 2006). O presente tema também se torna importante, visto que, as crescentes denúncias e desmandos ocorridos nas altas cúpulas do poder, envolvendo políticos e diretores das empresas estatais – indicados muitas vezes por razões políticas e nem sempre técnicas – levaram a opinião da sociedade a um processo de criminalização da política e uma sobrevalorização da técnica. A Lei 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estabeleceu pontos importantes para barrar a interferência política nas companhias, e foi tida como uma resposta rápida

para a crescente perda de credibilidade das empresas estatais frente à sociedade. Porém, um olhar mais crítico tende a analisar os atuais acontecimentos de maneira ponderada, visando equalizar de maneira equilibrada os conflitos entre a política, a técnica (burocratas), o Mercado e a sociedade sem perder de vista as recomendações internacionais de governança corporativa. Visto que, além das finalidades econômicas, as empresas públicas possuem um papel importante do ponto de vista estratégico.

OBJETIVO

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar o tema da governança corporativa, no âmbito de empresas estatais. Bem como, avaliar os modelos e tipos de controle destas empresas ao redor do mundo. O trabalho visa analisar os impactos que a lei 13.303 de 2016 tende a provocar no âmbito das companhias, sobretudo no que diz respeito a polarização entre técnica e política. Trata-se, portanto, de uma análise do comportamento dos agentes e dos *stakeholders* envolvidos: políticos, burocratas e acionistas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizado para a presente pesquisa, um levantamento bibliográfico sobre o tema de governança corporativa, sobretudo, as diretrizes preconizadas pela OCDE – que publica sistematicamente materiais de apoio e recomendações aos países membros no campo da governança corporativa. A consulta à legislação pertinente ao caso - Decreto nº 6.021, de 22 de Janeiro de 2007 e a Lei nº 13.303, de 22 junho de 2016. Documentos primários e recomendações utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa também serviram de escopo para a consolidação do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um estudo realizado pela OCDE junto a seus membros, destacou três tipos de gestão em empresas estatais: Descentralizado (ministro setorial), Dual Ministry Model e Centralizado. No primeiro modelo, descentralizado ou “ministro setorial”, as empresas estatais estão vinculadas aos ministérios relacionados às suas respectivas áreas de

atuação. Esse modelo possui a vantagem de contar com a expertise do ministério setorial, e evita mudanças abruptas no direcionamento das ações da empresa, proporcionando certa liberdade, e menor interferência política. O segundo modelo, Dual Ministry Model, é caracterizado pela atuação de dois ministérios na supervisão das empresas públicas, um de caráter setorial e outro comum a todas as demais empresas, geralmente representado pelo Ministério de Finanças. O terceiro modelo é o Centralizado, onde a função de supervisão fica a cargo de um único ministério, seja ela da Indústria, Finanças e/ou Planejamento. O modelo concentrado é tido pela OCDE como o modelo mais preferível e eficaz, pois torna as ações mais claras e objetivas, além de reforçar o caráter da propriedade estatal. Nota-se nos relatórios da OCDE e nas legislações pertinentes, que se busca separar o fator técnico da política na condução das empresas, evitando-se, em tese, que a utilização das companhias para fins políticos resultem em distorções no mercado. Ao mesmo tempo que recomenda-se a separação, a mesma OCDE, defende a utilização de um modelo concentrado de decisão, visando, sobretudo, evidenciar o caráter da propriedade estatal sobre as empresas. Mas ao evidenciar a propriedade estatal, torna-se indissociável a presença da influência política nas decisões da empresa.

CONCLUSÕES

A ingerência política e o uso das empresas para fins políticos sem uma previa análise de risco dessas ações, acarretaram sérios problemas de imagem às empresas estatais, diante dos investidores internacionais. Nesse sentido, assumindo os compromissos de uma economia globalizada são necessários, mecanismos que visem aumentar a capacidade de gestão das empresas públicas pautadas por diretrizes globalmente aceitas para o tratamento entre gestores e acionistas, entre o Estado e os investidores. Ademais, a propriedade estatal das empresas deve prescindir, sem dúvida, que as companhias estejam alinhadas aos interesses nacionais estratégicos e coletivos. Não defende-se apropriação da companhia por grupos organizados em práticas não republicanas, mas a utilização de recursos disponíveis ao Estado para a condução da política estratégica e econômica é sem dúvida um ponto a ser encarado, justificando também a propriedade estatal da empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei no 13.303, de 22 junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 de jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm, acesso em 20/01/2017.

BRASIL. Decreto no 6.021, de 22 de Janeiro de 2007. Cria a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União CGPAR, e da outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 de jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6021.htm, acesso em: 20/01/2017.

FONTES FILHO, J.R; PICOLIN, Ledice Meireles. Governança Corporativa em empresas estatais: avanços, propostas e limitações. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/07.pdf>, acesso em 04/12/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA:
<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa>, acesso em 03/01/2016.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT.

Principles of corporate governance, 2004a. Disponível em: <http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/31557724.pdf>, acesso em 03/12/2016.

A REFORMA DO APARELHO DO ESTADO DE 1995 - 1998 E O INSTITUTO JURÍDICO DAS OSs: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO E CONTROVERSO REGIME E PERCEPÇÕES SOBRE O MODELO NO CAMPO CULTURAL EM SÃO PAULO

Sérgio Martins da Cruz

André F. Alcântara, Daniel Tonelo, Fábio R. Jesus e Priscila S. Maia

ETEC CEPAM

Palavras-chave: Gestão Pública Não-Estatal; Organizações Sociais; Princípios da Administração Pública.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho publiciza um primeiro conjunto de esforços e reflexões que foram empreendidos em recente trabalho de conclusão de curso Técnico Legislativo na ETEC (Gestão Pública) CEPAM, sob o título "OSs, Estatais e o incentivo à cultura: contextos, convergências e apontamentos normativos sobre triangulações não declaradas", em que problematizei a captação de recursos pelas Organizações Sociais contratadas com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, junto às Empresas Estatais do mesmo nível de governo, nos termos da Lei Federal de Incentivo à Cultura (8.313/1991) - a popular Lei Rouanet, à luz dos princípios da Administração Pública (C.F., 1988, Art. 37 e C.E./ SP, 1989, Art. 111) e da Lei Estadual nº 10.177 de 30 de Dezembro de 1998, que regula o processo administrativo no âmbito da pertinente Administração, positivando e ampliando tais princípios.

OBJETIVO

Nesta apresentação, particularmente, os objetivos são evidenciar o instituto jurídico das OSs no movimento reformista para o Estado brasileiro em seu longo espectro histórico, enfatizando o contexto e Plano Diretor de 1995, as principais dúvidas sobre a forma de propriedade e regime que emergiram com aquela novidade em nosso ordenamento, a judicialização sobre os mesmos que culminou na Ação Direta de

Inconstitucionalidade 1923-DF de 1998 e o debate sobre a adoção e experiência no campo cultural no Estado de São Paulo (2004 - 2015).

MATERIAIS E MÉTODOS

Além da bibliografia pertinente, foram imprescindíveis pedidos de acesso à informação com base na Lei federal nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 e Decreto estadual nº 58.052 de 16 de Maio de 2012 para a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, que os acolheu e para aqueles dados que não os dispunha prontamente, me disponibilizou em três reuniões presenciais posteriores, com acompanhamento de suas Coordenadorias de Fomento e Economia Criativa e de Avaliação e Monitoramento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando que os resultados e reflexões totais do referido Trabalho de Conclusão de Curso, quais sejam, diversos cruzamentos sobre os projetos culturais das OSs, incentivos por elas recebidos das Estatais paulistas e densa análise principiológica e normativa, sacrificariam sobremaneira a presente oportunidade, almejo apresentar as grandes conclusões em ocasião futura.

No que concerne às grandes narrativas quando da chamada Reforma do Aparelho de Estado de 1995, estavam contrapostas uma crítica realizada por partidos de esquerda e movimentos sociais, que a entendiam como um aprofundamento neoliberal, em função sobretudo de privatizações de Empresas Públicas e pelo lado do Governo, o argumento de consolidação do Estado de Bem Estar Social, à medida em que afastava do aparelho estatal seu papel de produtor para o mercado historicamente adquirido, para se concentrar em atividades de prerrogativa exclusiva, ou seja, não passíveis de prestação por particulares, como os serviços de segurança pública, fiscalização e justiça e na "publicização", leia-se delegação ou congênere de "serviços de relevância pública", a serem prestados em cooperação com a sociedade civil organizada.

No sentido descrito, juristas divergiram quanto ao instituto das OSs como bem sintetizou Paulo Modesto (1997), em dois grandes conjuntos de questões - sua natureza (e propriedade), ou seja, sua exata posição no ordenamento e sobre a dispensa de licitação,

podendo inclusive perceberem cessão de bens públicos que não recursos financeiros. Também entre os juristas, o debate foi corroborado pelo fato de que a Lei nº 9.637 de 15 de Maio de 1998, instituidora da qualificação de Organizações Sociais para o plano federal e seu específico instrumento - o Contrato de Gestão, não tendo e nem poderia ter poder vinculativo para as Administrações Públicas estaduais e municipais, mas podendo com estas partilhar previsões e procedimentos, trazia em seu bojo a obrigatoriedade de constituição de Conselhos de Administração, com garantida representação de representantes da Administração Pública e ainda a cessão de servidores de carreira, não ressalvadas e por isso mesmo recebeu críticas de Juarez Freitas (1999), a possibilidade de sobretudo estes últimos serem ordenadores de despesas, configurando significativo conflito de interesses. Não obstante estas questões, há a ainda uma de caráter trabalhista, que atribui invariável precarização daqueles a operarem as OSs, se não pela falta de vínculos formais nos termos da CLT, por sua imediata perda de representação sindical (SOUTO MAIOR, 2016).

Este amplo movimento de reconfiguração dos papéis do Estado, partícipe de concomitantes processos de racionalização, descentralização e autonomização (MARTINS, 2005), liderado por Bresser-Pereira, um "autor-ator" que como Visconde do Uruguai, Oliveira Vianna e Guerreiro Ramos, pretendeu a partir da transformação da engenharia político-administrativa influenciar o ethos político da sociedade brasileira (ROMÃO NETTO, 2016), não vem se sedimentando tranquilamente no campo cultural, dada a ausência de consensos mínimos sobre o papel do Estado a nele desenvolver, entre outras evidências disso, a ainda indiferenciação de competências por entre os três níveis de governo (MARTINS CRUZ, 2016).

Precisamente o instituto das OSs no Estado de São Paulo, o maior case do campo cultural no país recém completados 10 anos (2014) e mais do que isso, de centralidade em sua política cultural, seja do ponto de vista de recursos dispendidos, seja da estratégia de capilarização de equipamentos e programas, tem sido analisado tanto por "autores-atores" da gestão pública cultural no Aparelho do Estado (COSTIN, 2005) ou com ele pactuado (SOUZA LEITE, 2014; MARCUCCI ARRUDA, 2016), quanto por servidores especialistas da carreira de Especialistas em Políticas Públicas (FIORE, PORTA e DUARTE, 2011) e por autores à luz da qualidade da democracia (ROMÃO NETTO, BITTENCOURT e MALAFAIA, 2012), dentre outros.

CONCLUSÕES

Comumente as diferentes perspectivas analíticas convergem em ressaltar a ampliação conquistada para a oferta de serviços culturais pelas OSs em São Paulo (o que aliás está ressaltado em publicação da Secretaria de Cultura, ver em <http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2016/03/2017.02.17boletim-UM-n.-2-Balanco-10-anos-atualizado.pdf>), tendo sido propiciada pelos princípios gerenciais que as regem em detrimento da arraigada cultura burocrática, que prioriza controles rígidos e mais do que para resultados, para processos. Convergem também ao reclamarem maior transparência para os processos de qualificação e desqualificação das entidades, dos chamamentos públicos para celebração de Contratos de Gestão e do aprimoramento dos mecanismos e instâncias de controle, interno e externo, pluralmente como é intrínseco ao modelo, além da transparência de iniciativa pelas próprias OSs, o que nos parece ser um ponto cego entre os estudos já realizados.

O controle social já tivera sido reconhecido por Bresser-Pereira como um dos maiores desafios.

em uma exposição que fiz à Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, por volta de maio de 1995, não mencionei o controle social. Minha velha amiga, Maria Conceição Tavares, da forma indignada que lhe é peculiar, cobrou-me o fato. Não precisou de um minuto para me convencer porque a falta de menção ao controle ou à responsabilização social fora um problema de esquecimento [...] A democracia participativa que muita gente pensa ser mera utopia é algo possível se a pensarmos não como uma alternativa à democracia representativa, mas como uma forma de democracia na qual os cidadãos, organizados em entidades públicas não-estatais de advocacia política ou de responsabilização social, têm um papel muito maior na definição de políticas públicas e na sua fiscalização do que na simples democracia representativa. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 27)

Um balanço das legislações estaduais atinentes corroborou com esta preocupação (PONTE, 2012), sob pena de se não enfrentada, incorrerem as OSs numa espécie de "autarquização" (DONNINI, 2016), fazendo cair por terra sua legitimidade para além daquela conferida por autorização legislativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Burocracia do estado e classe dirigente no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, v. 28, 2007, p. 9-30.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995**. Revista Brasileira de Direito Público, v. 23, 2009, p. 145-186.

COSTIN, Cláudia. **Organizações Sociais como modelo para gestão de Museus, Orquestras e outras iniciativas culturais**. ReRE – Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, nº 2, Junho/ Julho/ Agosto de 2005.

DONNINI, Thiago Lopes Ferraz. **Organizações sociais de cultura: recomendações para programas de publicização na área cultural** [livro eletrônico]. 1ª ed. São Paulo: ABRAOSC, 2016.

FIORE, Danilo C., PORTA, Rogério H., DUARTE, Tiago s. B. **Organizações de Cultura em São Paulo – desafios e perspectivas**. Brasília/ DF: Anais do IV Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2011.

MARCUCCI ARRUDA, Fausto Augusta. **Parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor: a experiência da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo**. Brasília/ DF: III Congresso CONSAD de Gestão Pública. Disponível em: <<http://consad.org.br/evento/iiicongresso/>>, acesso em 05 de Setembro de 2016.

MARTINS CRUZ, Sérgio. **OSs, Estatais e o incentivo à cultura: contextos, convergências e apontamentos normativos sobre triangulações não declaradas**. Trabalho de Conclusão de Curso Técnico Legislativo - ETEC CEPAM. São Paulo, 2016.

MARTINS, Humberto Falcão. **Em busca de uma teoria da burocracia pública não estatal: Política e Administração no Terceiro Setor**. ReRE – Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, nº 2, Junho/ Julho/ Agosto de 2005.

MODESTO, Paulo. **Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil: as dúvidas dos juristas sobre o modelo das organizações sociais**. RSP – Revista do Serviço Público, ano 48, nº 2, Maio/ Agosto de 1997.

MODESTO, Paulo. **Reforma do Estado, formas de prestação de serviços ao público e parcerias público-privadas: demarcando as fronteiras dos conceitos de serviço público, serviços de relevância pública e serviços de exploração econômica para as**

parcerias público-privadas. ReDAE – Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, nº 2, Maio/ Junho/ Julho de 2005.

PIRES, Valdemir. **Reforma do Estado: Uma Contribuição ao Debate.** Cadernos de Direito (UNIMEP), Piracicaba/ SP, v. 2, n. 4, 2003, p. 241-248.

ROMÃO NETTO, J.V. **Estrutura administrativa do governo brasileiro, cultura política e a busca pela sociedade ideal.** Revista Sociedade e Estado, volume 13, nº 1, Janeiro/ Abril de 2016, páginas 211-235.

ROMÃO NETTO, J.V. BITTENCOURT, Lúcio e MALAFAIA, Pedro. **Políticas Culturais por meio de Organizações Sociais em São Paulo: Expandindo a qualidade da democracia?** Rio de Janeiro: Anais do III Encontro Internacional de Políticas Culturais, 2012.

SOUZA LEITE, Ana Flávia Cabral. **Organizações Sociais da Cultura - um modelo de sucesso: O caso da Fundação Osesp.** 1. ed. São Paulo: Pau Brasil, 2014.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **ADI 1923: legitimação e ampliação da terceirização no setor público.** Carta Maior, Princípios Fundamentais, 22 abr. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/ADI-1923-legitimacao-e-ampliacao-da-terceirizacao-no-setor-publico/40/33321>>. Acesso em 01 set. 2016.

**IMPACTO DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DA REFORMA DO
APARELHO DE ESTADO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA APRESENTADA
NOS CONGRESSOS DO CENTRO LATINO AMERICANO DE
ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

Isabella Mattos

Álvaro Martins Guedes

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Plano Diretor; Reforma Administrativa; Congresso do Centro Latino Americano de Administração Pública.

INTRODUÇÃO

Com a intenção de readequar o estado, na década dos anos 1930 no Brasil, criou-se o Departamento Administrativo do Estado (DASP). Inicia-se assim um processo histórico de reformas administrativas. Posteriormente, em meados dos anos 1990, dada a crise de financiamento do estado, ocorreram modificações nos modelos e nas práticas administrativas públicas, contrapondo-se ao modelo burocrático de administração. Com a edição do Plano Diretor do Aparelho do Estado, de 1995, é possível observar essas alterações e os novos valores norteadores dessa reforma. São esses desde o incentivo à participação de cidadãos até a apropriação de novas tecnologias administrativas. Contudo, apesar do impacto desse processo, ainda não há bom número de pesquisas que possibilite uma análise histórica com vistas ao significado e repercussão dessas alterações. Isso porque houve significativa diversidade da implementação de inovações na administração pública e elevado número de projetos. A presente proposta almeja trazer ao conhecimento uma base histórica quanto ao significado de isoladas ações, pesquisas e reflexões que visaram, de uma forma ou outra promover alterações silenciosas no padrão administrativo estatal brasileiro, sob a égide da propalada Reforma Administrativa contida no Plano Diretor. Para tal finalidade foi criado um banco de dados com vistas a identificar dados associados aos textos apresentados nos Congressos do Centro Latino Americano para Desenvolvimento, CLAD. O número de textos aprovados em língua portuguesa ultrapassa os 1300 (mil e trezentos) ao longo de vinte congressos já concretizados. Existe, assim, uma base significativa e crescente de investigação quando a pertinência ou não das

intenções expressas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresentado em 1995.

OBJETIVO

O presente projeto tem o objetivo de fornecer elementos para a compreensão histórica do real impacto do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado nas pesquisas e práticas administrativas públicas no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa decorrente do banco de dados plenamente alimentado dos textos aprovados ao longo de duas décadas nos Congressos do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento (CLAD), terá como método o tipo qualitativo, com o caráter exploratório-descritivo. O banco de dados pode ser entendido como um conjunto de registros armazenador em um computador por meio de um sistema possibilitando, assim, incorporar efetivamente dados históricos e técnicos; estabelecer uma abordagem balanceada para a entrada de dados; permitir uma variedade de usuários com diversas habilidades técnicas e fornecer uma variedade de consultas para uma diversificados usuários.

Além disso, para que os resultados sejam minuciosamente analisados, será ressaltada a observância dos autores nos artigos publicados e também as suas áreas de atuação dentro do horizonte temporal no qual escreveram. Dessa forma, a precisão quanto aos aspectos históricos e culturais pertinentes, contará com um aparato múltiplo sobre as visões do âmbito da Administração Pública.

Verifica-se, portanto, a compatibilidade entre o objetivo, a metodologia e os procedimentos com o instrumento de que se servirá a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em virtude de ter sido iniciada há pouco e encontrar-se em andamento essa pesquisa ainda não permite resultados finais. Contudo, espera-se alcançar os objetivos

propostos e fornecer um embalsamento histórico e teórico à área de Administração Pública, tão ainda escassa de pesquisas.

CONCLUSÕES

A pesquisa encontra-se em andamento por isso não há nenhuma conclusão final até o presente momento. Contudo, já é possível observar tanto a aplicabilidade do banco de dados, visto a consistência de seus dados, quanto a abrangência dos textos já coletados. Ainda que inicialmente, já se revelam informações e diversos elementos para observar que de fato o Plano Diretor de 1995 foi um marco histórico relevante. Estima-se concluir as observações propostas dentro do cronograma apresentado originalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARZELAY, M. **Breaking Through Bureaucracy: a new vision for managing in government.** University of California Press, Oxford England, 1992.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília. Imprensa Nacional, nov. 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle.** Caderno MARE de reforma do Estado.

GRAU, N. C. **Repensando lo público através de la sociedad: nuevas formas de gestión pública y representación social.** Caracas: CLAD, 1997.

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM AUTARQUIA PÚBLICA E AS
RACIONALIDADES INSTRUMENTAL E SUBSTANTIVA SEGUNDO
GUERREIRO RAMOS**

Getúlio de Azevedo Ramos Júnior

Fernando de Oliveira Vieira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: Avaliação de Desempenho; Racionalidade Instrumental; Racionalidade Substantiva.

INTRODUÇÃO

A avaliação de desempenho ocupa um papel cada vez mais relevante no serviço público federal e a proposta é que se procure identificar os fatores que impactam no desempenho dos servidores, de forma a permitir que as instituições elevem os padrões de desempenho institucional, segundo os paradigmas da administração pública, visando o alcance dos resultados e o atendimento satisfatório do cidadão (Brasil, 2013).

Segundo Vroom (1997) a avaliação de desempenho é uma questão importante e relevante na medida em que se trata de um processo destinado a alinhar os objetivos dos gerentes e de seus subordinados diretos. Porém, para Guerreiro Ramos (2009), no serviço público a racionalização se manifesta através da burocracia onde predomina o interesse universal sobre o interesse particular. A avaliação de desempenho pode ser vista como um instrumento de racionalização do trabalho.

Segundo ele, a abordagem por uma racionalização substantiva seria mais adequada, uma vez que leva em consideração os interesses da organização e do trabalhador.

Serva (1997) baseado nos estudos de Guerreiro Ramos e Habermas identifica os elementos constitutivos das racionalidades instrumental e substantiva, mostrados no Quadro 1.

Quadro 1 - Elementos constitutivos das racionalidades instrumental e substantiva

Racionalidade Instrumental	Racionalidade Substantiva
<ul style="list-style-type: none">• Cálculo• Fins• Maximização dos recursos• Êxito, resultados• Desempenho• Utilidade• Rentabilidade• Estratégia interpessoal	<ul style="list-style-type: none">• Autorealização• Entendimento• Julgamento ético• Autenticidade• Valores emancipatórios• Autonomia

Fonte: Serva, 1997

Em junho de 2015 foi implementada a avaliação de desempenho por múltiplas fontes no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN, um instituto de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN. A avaliação de desempenho sob o viés das racionalidades instrumental e substantiva é o objeto de estudo deste trabalho.

OBJETIVO

Avaliar se a avaliação de desempenho por múltiplas fontes leva em consideração as necessidades do instituto e dos servidores, sob o viés da racionalidade instrumental e da substantividade, como definido por Guerreiro Ramos.

Examinar as expectativas dos servidores quanto ao propósito da avaliação por múltiplas fontes, comparando com a visão das chefias.

Verificar se há diferença de expectativas quanto a avaliação por múltiplas fontes ao comparar as áreas meio e finalística do instituto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo, será considerado o universo de servidores que ingressaram por concurso público e que estão aptos à avaliação de desempenho. O CDTN conta, em 2016, com 309 servidores.

Neste trabalho será feita uma pesquisa quali-quantitativa através de um questionário, uma vez que este instrumento de pesquisa permite atingir uma grande quantidade de servidores.

O questionário foi aplicado a 3 chefes e 7 servidores subordinados, selecionados aleatoriamente, para comprovar o bom entendimento das perguntas. Em seguida foi aplicado na forma eletrônica utilizando a ferramenta *SurveyMonkey* que pode ser encontrada em “<https://pt.surveymonkey.com>”. A modalidade de coletor e-mail foi utilizada, enviando o questionário para todos os servidores ativos da autarquia. Esclarecimentos para preenchimento foram feitos no próprio corpo do e-mail com o link para o questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Viés substantivo

Q01 - O incentivo financeiro que posso receber em função da gratificação dependente do desempenho individual é relevante para me motivar a trabalhar melhor.

Q20 - É positiva a vinculação da ADI à remuneração.

O resultado da avaliação de desempenho influi no percentual da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT. Essa gratificação é composta 80% pela avaliação institucional e 20% pela avaliação individual. Assim, o servidor só recebe a gratificação integral se for 100% bem avaliado pela chefia. Na afirmativa Q01, 65,50% dos servidores concordaram que o incentivo financeiro dependente do resultado da avaliação os ajudam a trabalharem melhor. A alta concordância com essa afirmativa Q20 (62,94%) mostra que para os servidores a avaliação de desempenho está atrelada a recompensa financeira.

Q02 - A ADI possibilita o reconhecimento ou a identificação das minhas qualidades.

Q06 - A ADI possibilita o reconhecimento ou a identificação das minhas habilidades.

Os servidores concordam com as duas afirmativas, sendo que 68,60% estão de acordo com a Q02 e 57,99% com a Q06.

Q04 - As práticas de ADI na Administração Pública Federal direta refletem um viés paternalista.

Q08 - O impacto da parcela variável dependente da ADI sobre a remuneração final do avaliado influencia a avaliação feita por seu avaliador.

Na afirmativa Q04 a quantidade dos que concordam é de 42,94%. Houve um alto grau de abstenção (27,65%) que pode ser estudado no futuro. Por outro lado, 60,36% concordam com a afirmativa Q08, que o impacto financeiro influencia o avaliador.

- | |
|--|
| Q10 - A ADI possibilita o acompanhamento do meu desenvolvimento profissional. |
| Q12 - A ADI permite ao gestor identificar como minhas atitudes em relação aos colegas ou equipe, contribuem para a melhoria do ambiente de trabalho. |
| Q13 - Vejo o reconhecimento de meu mérito profissional como um dos principais produtos da ADI. |

Os respondentes concordam que a avaliação de desempenho individual contribui para o desenvolvimento profissional (52,35%) e que a ADI proporciona o reconhecimento do mérito profissional (52,94%). Embora também concordem que a ADI permite identificar as atitudes em relação aos colegas ou equipe, o resultado “Neutro” (19,30%) mais o resultado “Discordo” (31,76%) superam o resultado “Concordo” que foi de 45,03%, revelando incerteza quanto a essa afirmação.

- | |
|---|
| Q21 - A ADI permite ao gestor identificar o grau de satisfação na realização das minhas atividades. |
|---|

O resultado para “Concordo” foi de 53,25%, mostrando que um ponto importante na racionalidade substantiva se faz presente na ADI.

- | |
|---|
| Q22 - Os avaliadores e avaliados reconhecem a utilidade e os benefícios que o sistema de ADI atual pode proporcionar. |
|---|

Aqui o resultado foi negativo, no sentido que 45,93% discordaram a afirmativa e, apenas 36,63% concordaram. É uma questão que deve ser analisada no futuro.

Viés instrumental

- | |
|---|
| Q03 - A existência de metas individuais formalmente definidas permite efetuar uma ADI mais precisa. |
|---|

Aqui foi obtido um alto grau de concordância – 79,17%. Expressa a necessidade de promover uma ADI mais objetiva.

Q05 - Nesta organização os resultados das ADI são utilizados como insumos para outros processos de gestão de recursos humanos, tais como: capacitação, política de sucessão, mobilidade, planos de desenvolvimento profissional.

Q07 - Há integração entre as metas estabelecidas para o indivíduo, para a equipe e para a organização em que trabalho.

Q11 - Os dados fornecidos pelas avaliações têm sido transformados em informações gerenciais importantes para o processo de tomada de decisões.

Discordo da Q05 igual a 56,73%, da Q07 igual a 44,12% e da Q11 igual a 53,29%. Confirmam a visão explicitada na afirmativa Q22 onde não reconhecem a utilidade da ADI. A organização precisa pôr em prática os resultados da ADI.

Q09 - Os critérios de ADI adotados nesta organização permitem ao avaliador aferir objetivamente o desempenho de seus subordinados.

Apesar da divisão de opinião, 50,60% dos respondentes concordam com a afirmação. Isso se dá, já que a avaliação de desempenho leva em consideração o PTI – Plano de trabalho individual, que é bem definido.

Q14 - A ADI permite ao gestor identificar como minhas atitudes contribuem para o alcance das metas estabelecidas.

57,06% responderam que concordam com essa afirmativa. Questão pode ser estudada futuramente através de entrevista.

Q15 - Há uniformidade quanto ao nível de rigor das avaliações efetuadas por diferentes gerentes nesta organização.

60% discordam dessa afirmativa. É apontada a necessidade de treinamento para os gestores.

Q16 - A existência de um sistema de avaliação de desempenho individual (ADI) permite a melhoria das condições necessárias à realização de meus trabalhos.

Houve 45,18% de discordância nessa afirmativa. Também um elevado número de neutros (18,07%). Esses resultados demonstram que não estão sendo praticados os resultados da ADI.

Q17 - A ADI possibilita a identificação dos meus pontos fracos o que permite efetuar as mudanças necessárias para a melhoria do meu desempenho.

Concordam com a afirmativa 53,22% dos respondentes. A proposta do Sistema de Desempenho Individual – SDI é que as chefias façam um constante acompanhamento das metas estabelecidas. Esse acompanhamento é possível identificar problemas e rever ações para se alcançar as metas.

Q18 - Em minha organização existe um acompanhamento sistemático do desempenho dos avaliados por parte dos avaliadores.

Discordam = 50%; neutros = 22,35% e concordam = 27,65%

Tem-se uma cobrança de acompanhamento por parte dos respondentes. Poucos concordam que existe o acompanhamento, e uma boa parcela, não quiseram opinar.

Q19 - O uso do atual sistema de ADI favorece a comunicação entre avaliadores e avaliados.

Aqui o nível de concordância foi de 42,68%. O alto percentual de neutros indica que o sistema informatizado diminui ou elimina a comunicação direta.

CONCLUSÕES

A racionalidade substantiva se faz presente na opinião dos respondentes. Os resultados ficaram dispersos tendo em vista que o nível de concordância ficou próximo de 50% na maioria das respostas. Nas questões com viés substantivo houve a concordância dos servidores, entretanto os avaliadores e avaliados não reconheceram a utilidade e os benefícios que o sistema de avaliação atual pode proporcionar.

As características formais e técnicas, quando apareceram nas questões relacionadas à racionalidade instrumental tenderam a ter um grau de concordância mais elevado. A objetividade é valorizada na avaliação de desempenho em detrimento da subjetividade.

Não há um acompanhamento sistemático do desempenho dos avaliados e isso foi notado na pesquisa.

A visão das chefias coincide com as dos subordinados na maioria das questões, tanto com viés substantivo quanto instrumental. Para os gestores existe a integração entre as metas estabelecidas para os servidores e para a organização, entretanto, essa opinião não é compartilhada pelos servidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Manual de orientação para a gestão de desempenho**. Brasília: Secretaria de Gestão Pública, 2013.

BERGAMINI, C. W.; BERALDO, D. G. R. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. São Paulo: Atlas, 1988.

DEMING, W. E. **Qualidade**: a revolução da administração. Tradução de Clave Comunicações e Recursos Humanos. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações - uma reconceituação da riqueza das nações**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUERREIRO RAMOS, A. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Artes Gráficas e Editora Pontual Ltda, 2009. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/livro-guerreiroramos/Guerreiro%20Ramos.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, v. I e II, 1987.

HOBBS, T. The English works. In: OAKSHOTT, M. Leviathan. Londres: Macmillan, 1974. p. 41.

MANNHEIM, K. **O homem e a sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidade da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 200597.

SERVA, M. Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37 n. 2, p. 18-30, Abr./Jun. 1997.

VROOM, V. H. **Gestão de pessoas, não de pessoal**. Tradução Priscilla Martins Celeste Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS: ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Wagner Luiz Taques da Rocha

Martin Jayo

EACH/USP

Palavras-chave: comunicação pública; política pública; nova gestão pública.

INTRODUÇÃO

Não são poucos os trabalhos que tentam discorrer sobre o conceito de comunicação pública. Existem diversos entendimentos teóricos, alguns visam agregar e outros a diferenciar as modalidades de comunicação do Poder Público, o que torna prudente alegar que ainda é um conceito em construção.

A grande maioria dos trabalhos que abrangem a temática são produzidos por estudiosos e profissionais da área de Comunicação Social, voltados a reflexões epistemológicas, pesquisas teóricas do campo comunicacional e com abordagens superficiais em conteúdos concernentes à gestão pública e suas estratégias.

A convergência encontrada nesses estudos já existentes é o reforço da importância estratégica da comunicação para a evolução da administração pública. Deste modo, devido às (ainda) escassas produções existentes voltadas para os processos comunicacionais nas esferas de governo, principalmente no Executivo, que visam discutir a questão de forma não fragmentada, mas de maneira multidisciplinar e com enfoque no viés da gestão pública e de suas políticas, faz-se necessário o desenvolvimento de trabalhos como esse.

O objeto em questão é a comunicação pública como política pública e social de Estado no cenário contemporâneo de democracia e controle social. O contexto subnacional, nesse caso a Prefeitura Municipal de São Paulo, foi escolhido pela proximidade que o cidadão tem com a municipalidade, já que é a esfera pública autônoma

com contato mais direto com o cidadão, o que promove o poder local como um espaço potencial de comunicação entre o Estado e a sociedade civil.

O presente projeto, ainda em fase inicial de pesquisa, nasceu da inquietação a respeito da prática da comunicação pública na Prefeitura Municipal de São Paulo, da vontade de compreender a política que a norteia e a repercussão dessa no cotidiano da gestão municipal paulistana. Diante disso, a pesquisa pretende responder ao seguinte problema: Há política formal e estrategicamente orientada de comunicação pública na Prefeitura Municipal de São Paulo, que a identifique institucionalmente e que possa repercutir na gestão democrática e controle social das demais políticas?

A existência de uma política formal significa que aquilo que norteia as práticas está expresso normativamente. Segundo Jorge Duarte (2009), quando não há política formal considera-se que ela é informal ou implícita.

As políticas implícitas tendem a gerar ações pontuais (caso a caso), assistencialistas (o agente público é o “dono” do processo) e intuitivas, em contraposição ao modelo ideal que seriam as estruturantes, integradas e globais, emancipatórias (por exigir participação ativa) e planejadas. A não formalização induz ao improvisado e à visão comprometida conforme os interesses do momento. (DUARTE, 2009, p.61)

A relevância do problema se dá pela indissociabilidade da relação entre Estado e sociedade para a Nova Gestão Pública no Brasil e pela falta de políticas de comunicação capazes de compreender a sociedade atual e as suas necessidades de representação no ambiente democrático. Entende-se como responsabilidade do Estado, a instituição de fluxos informativos e comunicativos com seus cidadãos para que se possibilite o acompanhamento da gestão dos negócios públicos.

A primeira e fundamental consequência de se reconhecer o direito à comunicação é entender de que ela precisa ser vista como passível de discussão e ação enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros. (RAMOS, 2005, p.6).

OBJETIVO

Dada a relevância de se entender o processo comunicativo entre Estado e sociedade, o trabalho objetiva analisar as políticas públicas de comunicação do município de São Paulo e, sob a perspectiva de democratização e transparência da gestão, refletir sobre de que formas são efetuadas essas práticas comunicativas, buscando avaliar os reais interesses nelas representados.

Objetiva-se também refletir como os protocolos comunicacionais possibilitam o controle e participação na gestão pública, com base em conexões entre a comunicação pública e suas políticas com elementos como o direito à informação, interesse público e cidadania diante do atual campo político.

Ao tratar a comunicação pública como instrumento de gestão e como política pública e social, visa-se examinar se os arranjos institucionais (conjunto de regras para resolver problemas da administração), constituídos na Prefeitura de São Paulo, são eficazes, eficientes, e de que maneira afetam as demais políticas públicas, o desenvolvimento da gestão municipal e a relação dialógica entre Estado e sociedade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de um estudo de caso exploratório, quanto aos procedimentos. Por meio de estudo de caso (GIL, 2009), busca-se associar os instrumentos de Comunicação Pública às garantias de acesso à informação, ao direito à comunicação e às possibilidades e desafios colocados para participação nas políticas públicas.

A questão central para o estudo de caso é verificar se existe política formal (geral) e estrategicamente orientada de comunicação pública na Prefeitura de São Paulo, que é colocada em prática, que a identifique institucionalmente e que possa repercutir na gestão democrática e controle social das demais políticas.

A coleta de dados será por meio de entrevistas com pessoas que trabalham com comunicação na Prefeitura (administração direta) e também por análise documental de planos/diretrizes de comunicação das secretarias, associando-os com a política formal de comunicação da Prefeitura (caso exista), bem como com as práticas evidenciadas.

A coleta procura obter dados como: existência de planejamento, existência de orçamento, principais produtos desenvolvidos, autonomia do setor, principais problemas enfrentados, diretrizes e como é definida a política de atuação.

Para coleta e análise de dados será utilizado o protocolo orientador, formado pelas seguintes categorias (Sardinha, 2011):

Natureza da Informação (o que circula em meio aos fluxos) – para avaliar os critérios de publicização do debate público. É identificar questões pontuais defendidas como gerais; interesses particulares em sobreposição aos interesses públicos; a supervalorização de questões em detrimento de outros; os privilégios de determinadas vias de compreensão em detrimento de outros.

Dinâmica dos fluxos (onde circulam as informações) – para identificar as principais esferas públicas que se organizam em torno dos espaços políticos decisórios da comunicação e a relação entre essas esferas para uma indicação das principais redes de sujeitos/atores identificados na produção de informação/ sentido.

Modelo de comunicação (como circulam as informações em meio aos fluxos) – para entender a(s) matriz(es) comunicacionais que organizam o protocolo de comunicação entre esferas públicas/espço social/esfera política.

Práticas e dispositivos comunicativos (por que circulam nos moldes identificados pelos modelos de comunicação) – Caracterização do perfil e percepção da comunicação que orientam, referenciam e/ou ordenam as relações comunicativas em interface com o campo da Comunicação Pública (FAUSTO NETO, 1995; MONTEIRO, 2009; DUARTE, 2009).

O mapeamento da natureza e dinâmica dos fluxos de informação envolvendo as esferas públicas que se relacionam com o espaço decisório da comunicação pública da Prefeitura de São Paulo, bem como modelos e práticas comunicativas que organizam, regulam e sistematizam os fluxos informativos nesses espaços, tem como pressuposto a comunicação pública como política para o controle social e democratização da gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudar as políticas públicas, a partir de seus instrumentos, permite-nos assim entender como se dão suas mudanças e quais os padrões de relação e governança entre os diversos atores de uma arena de *policy*.

Ao abordar a importância da esfera pública “como o ‘locus’ privilegiado da emancipação social e da democratização das relações sociais”, Habermas (1994) se mantém em evidência por seu projeto teórico-social. A proposta de uma comunicação relacionada às políticas públicas exige uma perspectiva social e não apenas estratégica. Por alguns de seus principais conceitos, a teoria de Habermas referencia esta construção.

O direito à comunicação é mais abrangente que o direito à informação. Interessa aqui o estudo da relação Estado/sociedade pela perspectiva da comunicação. Por isso, sabe-se que é fundamental ao se tratar de políticas públicas para a Comunicação Pública que seja considerada a comunicação como instrumento de democratização da gestão pública e fortalecimento da participação popular; além de ser necessária a ampliação de políticas da transparência, de garantia do acesso à informação pública e do compartilhamento do conhecimento; assim como políticas públicas para acesso a meios de comunicação e fomento à pluralidade e à diversidade e a gestão participativa das políticas de comunicação.

Quando constatadas iniciativas que se contrapõem a algumas características do padrão tradicional de ação do Estado no Brasil, elas são indicadas por dois eixos principais: o tipo de conteúdo das políticas (novas políticas) e o processo político e a gestão (novas formas de gestão, novos processos decisórios, novas formas de provisão de serviços). Constituem, portanto, mudança de relação entre o governo e os governados.

Uma nova gestão pública cria “novas” instituições políticas e amplia as atividades públicas para um compartilhamento entre o governo e a sociedade. A interação do poder público estatal e cidadãos (relação entre a participação e as políticas sociais) passa a ser considerada como forma de fortalecer o projeto político da gestão pública e a relação da comunicação também com responsabilização, transparência e acesso à informação pública.

Significa a “democratização” do poder de comunicar e a gestão é concebida como uma instância social na qual confluem o “instrumental” e o “comunicativo”. Os governos

sabem identificar a necessidade de comunicação, mas poucos compreendem que a “boa” comunicação, ou seja, aquela fundamental para a sua “sobrevivência, com a existência de fluxos comunicativos que permitam a sociedade acompanhar/participar da gestão dos negócios públicos.

De acordo com Habermas (1994), a sociedade civil passa a compartilhar poder e ter uma função no controle da esfera de atuação do Estado. Governos promovem hoje o uso das tecnologias de informação e comunicação como forma de “criar” o Estado informacional, resta saber de que modo favorecer o uso social da informação governamental e como fortalecer a comunicação para a participação.

A comunicação pública, como ferramenta de gestão pública, vai além do objetivo de disponibilizar transparência sobre a origem e o destino dos recursos públicos. São exigidas ações que colaborem para que a informação e a comunicação não se restrinjam a “ação instrumental de mera consulta”. É necessário tratar a comunicação como um processo mais amplo; que exija adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos. (Duarte, 2009, p. 59)

A comunicação pública teria mudanças benéficas se fosse construída por equipes multidisciplinares, principalmente por profissionais da área de comunicação e ciências sociais como sugere Rothberg (2010). Duarte sinaliza a respeito da informação quanto à necessidade de sua “formatação, edição, tradução, fusão, impressão e ser colocada no contexto do interessado para se tornar útil” (DUARTE, 2009, p. 62). Já Kunsch (2003, p. 245) diz que não basta pautar-se por ações isoladas de comunicação, centradas no planejamento tático, sem uma conexão com a análise ambiental e as necessidades do público, de forma permanente e estrategicamente pensada.

O paradigma informacionalista e transferencial, presente nas políticas de comunicação do Estado é potencializada pelos dispositivos tecnológicos. Entender essa lógica contratualista, que perpassa esses modelos de comunicação (dos mais centralizadores aos participativos e críticos), é essencial para compreensão da comunicação não como um dispositivo (técnico ou de mediação), mas como prática consequente de um conjunto de “leis”, “regras”, “normas” e “agendas, que estruturam e significam o processo sociocultural.

Segundo Motta e Vasconcellos (2006), os objetivos, as estruturas, as regras e a cultura organizacional são os produtos sociais das trocas simbólicas e das interações cotidianas entre os diversos grupos, com várias lógicas de ação, valores e interesses políticos. Por isso, “uma informação, qualquer que seja sua natureza, não existe a não ser pela sua relação com um ator dotado de um projeto” (FAYARD, 2000 apud DUARTE, J., 2007, p. 62).

CONCLUSÕES

A comunicação, como política estrategicamente orientada, se instala na defasagem de condições de produção e reconhecimento de sentidos, o que legitima a necessidade de uma gestão comunicativa que a regule e a organize.

Os objetivos da comunicação pública não devem ser divergentes dos objetivos das instituições públicas. Ela exerce posição de mediadora entre o Estado e a sociedade, estabelece diálogo que promove a melhoria na relação entre governo e cidadão e, conseqüentemente, estimula o engajamento cívico.

A sociedade está cada vez exigente no que se refere aos seus direitos, inclusive o de ser bem atendida. Ao mesmo tempo em que surge essa consciência do “cidadão-cliente”, as práticas de comunicação pública passam por crises de identidade e percebe-se a importância da adoção de práticas mais democráticas e direcionadas, em oposição ao viés de massificação historicamente adotado pelo setor público.

É preciso fortalecer as relações com os cidadãos e estimular a participação para aumentar a confiança pública no governo, melhorar a qualidade da democracia e a capacidade cívica da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCCI, Eugênio. O Estado de Narciso : A comunicação pública a serviço da vaidade particular / Eugênio Bucci. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

Brandão, e. P.; Bueno, Wilson da Costa; Martins, L.; Matos, Heloísa; Monteiro, M. da Graça; Novelli, Ana Lucia. Conceito de comunicação pública. In: JORGE DUARTE.

(org.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. Ed. Atlas, 2009.

HABERMAS, Jürgen, Mudança Estrutural na Esfera Pública, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4. ed. – rev., atual. São Paulo: Summus, 2003.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. Líbero, São Paulo: Fundação Cásper Líbero, Ano II, nº. 3-4, pp. 32-37, 1999.

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.G. Teoria Geral da Administração. São Paulo, Cengage Learning, 2006.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005

ROTHBERG, D. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p.149-172, 2008.

SARDINHA, Antonio Carlos (2011). Comunicação Pública e participação no conselho gestores de políticas públicas – um estudo de caso do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

ESTUDO COMPARATIVO DO IMPACTO CAUSADO PELO USO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS ONLINE NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA E NA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS

Juliane de Aguiar Silva

Soraya Regina Gasparetto Lunardi

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Ética em pesquisa; Tecnologias da informação; Administração Pública.

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa escolheu estudar o processo de tramitação dos projetos dentro do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) e da CEUA (Comissão de Ética no Uso de Animais). Neste estudo selecionamos a Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara. A escolha se justifica pelo fato desta instituição possuir os dois órgãos colegiados citados acima, CEP e CEUA, e pelo fato da pesquisadora ter realizado seu estágio obrigatório na Seção Técnica Acadêmica que é responsável por secretariar estes órgãos. A CEUA possui um processo que é realizado em grande parte sem a utilização de tecnologias da informação. Já o CEP realiza todo seu processo através de uma plataforma online chamada Plataforma Brasil. Assim neste estudo iremos verificar se inserção de tecnologias da informação dentro do CEP têm o intuito de tornar o processo mais efetivo e eficaz. Isto será feito através de métodos comparativos analisando se a inserção da Plataforma Brasil no CEP têm sido efetiva e eficaz comparada com a CEUA que ainda possui seu processo realizado via documentação impressa. Pois de acordo com Fresneda (1998) deve-se utilizar TI (Tecnologias da Informação) para quebrar a estrutura e cultura burocráticas, características comuns à maioria das organizações públicas, esperando transformá-las em organizações mais efetivas e eficientes, e não apenas utilizar TI para automatizar os processos.

OBJETIVO

O seguinte estudo tem como objetivo verificar se a utilização de tecnologias da informação aumentou a eficácia e efetividade do processo do CEP comparado com o processo da CEUA. Analisando comparativamente os dados quantitativos referentes ao tempo de espera do processo total, e o tempo de espera dos procedimentos operacionais de ambos. Ainda se espera identificar quais são os procedimentos operacionais que demandam maior tempo de espera, podendo deste modo apresentar propostas de otimização do trabalho e redução do tempo dos procedimentos operacionais resultando em um processo mais rápido e eficaz.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo optou-se por uma metodologia de levantamento de dados quantitativos (MARTINS e THEÓPHILO, 2009) referentes ao tempo gasto em cada um dos procedimentos do processo de submissão e aceitação de projetos de pesquisa pelo CEP e pela CEUA. Deste modo, a seguir, veremos quais são cada um destes procedimentos.

Em ambos os comitês os procedimentos são semelhantes. Inicia-se com a entrega dos documentos feita pelo pesquisador; A secretaria verifica os documentos; Se os documentos estão de acordo o protocolo é aberto; O coordenador do comitê indica um professor relator; O professor relator elabora um parecer; A secretaria inclui o protocolo como item de pauta para reunião; Na reunião com base no parecer do relator o colegiado aprova ou aponta pendências/adequações a serem corrigidas. Caso seja aprovado emite um parecer de aprovação, caso o protocolo tenha pendências emite um parecer com as pendências e adequações necessárias para que o pesquisador corrija; Após a correção o coordenador verifica se pode liberar um parecer aprovando “ad-referendum” ou se é necessário incluir como item de pauta novamente para que o colegiado inteiro verifique as correções. Abaixo segue um fluxograma destes procedimentos.



O recorte do estudo foi o período de 7 meses, desde janeiro de 2016 a julho de 2016. Os dados foram coletados com base nas atas de reuniões e nos arquivos individuais de cada protocolo aberto neste período. Excluindo do estudo protocolos recusados, cancelados, de alterações, e de relatórios parciais ou finais. Analisaremos assim apenas protocolos com projetos novos que foram aprovados para iniciar uma pesquisa científica.

Os projetos foram divididos em dois grupos, estes são projetos que apresentaram pendências e projetos que não apresentaram pendências. Dentro de cada grupo foram subdivididos em projetos do CEP e da CEUA. Totalizando 4 grupos. Grupo 1: Projetos da CEUA com pendências; Grupo 2: Projetos do CEP com pendências; Grupo 3: Projetos da CEUA sem pendências; Grupo 4: Projetos do CEP sem pendências. Para os grupos 1 e 2 foram criados 7 indicadores a serem estudados, foram estes: I- Tempo total da abertura de protocolo até o parecer final de aprovação; II- Tempo para indicação do relator pelo coordenador; III- Tempo de relatoria; IV- Tempo de espera para reunião; V- Tempo de espera para liberar o parecer; VI- Tempo de adequação das pendências pelo pesquisador; VII- Tempo de espera para aprovação. Para os grupos 3 e 4 foram criados 5 indicadores a serem estudados, foram estes: I- Tempo total da abertura de protocolo até o parecer final de aprovação; II- Tempo para indicação do relator pelo coordenador; III- Tempo de relatoria; IV- Tempo de espera para reunião; V- Tempo de espera para liberar o parecer.

Após a coleta de dados calculamos a média, moda e mediana de cada indicador. Escolhemos essas três fórmulas matemáticas para observar com maior clareza os resultados, pois com o cálculo de tempo médio teremos um valor que irá considerar casos extremos de projetos que foram aprovados muito rápido e projetos que demoraram muito para ter sua aprovação. Já com o cálculo de moda iremos obter o tempo que mais se repete, ou seja, o tempo que a maioria dos projetos leva para aprovação. E por fim, com

o cálculo da mediana teremos o valor que está no meio da sequência de dados, podendo ou não coincidir com a média, pois assim como a moda a mediana é menos sensível aos valores extremos.

O cálculo da média consiste na soma de todos os números (x) e divisão do total de números (N). Sendo essa a fórmula da média = $\Sigma.x / N$

O cálculo da moda consiste na seleção do número (x) que mais se repete na sequência, podendo não existir no caso de sequências que não tenham números repetidos. E o cálculo da mediana consiste na organização dos números (x) em forma crescente ou decrescente e localização do número que está no centro da sequência, sendo este o valor da mediana. No caso de sequências com total de números pares, se calcula a média dos dois números (x e y) localizados no centro da sequência e o resultado é o valor da mediana.

Com os dados coletados e calculadas as médias, modas e medianas foram elaboradas tabelas e gráficos para melhor visualização e entendimento dos resultados. Assim concluindo o trabalho e mostrando de fato se o uso da Plataforma Brasil tornou o processo do CEP mais eficaz que o da CEUA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CEUA da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP Araraquara tem por finalidade emitir parecer e expedir certificados sobre os protocolos de ensino e experimentação que envolvam o uso de animais. No período deste estudo esta comissão se reuniu 4 vezes. Ainda é importante lembrar que a Comissão é composta por 18 membros e todos estão sujeitos a receberem protocolos para analisarem como parecerista. E que cada protocolo é enviado para dois pareceristas diferentes de forma oculta para que não saibam quem é o outro parecerista. Por fim, em alguns casos além de um parecerista da comissão é indicado um parecerista externo a comissão, não sendo apenas os membros da comissão que elaboram os pareceres.

O CEP da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP Araraquara constitui um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro de

padrões éticos. No período deste estudo esta comissão se reuniu 5 vezes. Ainda é importante lembrar que os 24 membros da comissão estão sujeitos a receberem protocolos para analisarem como parecerista. No entanto diferente da CEUA no CEP o sistema da Plataforma Brasil só permite um relator por protocolo, e este tem que ser membro do Comitê ao qual o protocolo foi submetido.

Devido a limitação de espaço não será possível apresentar todos os gráficos e a análise individual de cada indicador. Porém de um modo condensado podemos afirmar que quando comparados os grupos 1 e 2 verificou-se que mesmo o CEP utilizando uma plataforma online seu desempenho é inferior ao da CEUA. Pois tanto no cálculo de média como mediana a CEUA apresentou um tempo total menor para realização do processo (Gráfico 1). Vale lembrar que os grupos 1 e 2 por si só já apresentam maior tempo total por terem 2 procedimentos a mais devido às pendências apontadas pelos colegiados. Também na análise individual de cada indicador pode-se concluir, que a CEUA apresentou um melhor desempenho que CEP na maioria dos indicadores. No entanto o CEP apresentou melhor desempenho nos procedimentos de aprovação após as adequações e no procedimento de inclusão dos protocolos nas reuniões.

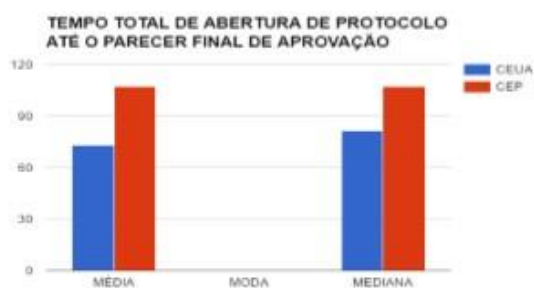


Gráfico 1: Grupo 1 vs Grupo 2



Gráfico 2: Grupo 3 vs Grupo 4

Agora passamos a análise dos grupos 3 e 4 para verificar se estes valores coincidem com os dos grupos 1 e 2. Os grupos 3 e 4 se diferenciam dos grupos 1 e 2 por serem compostos por protocolos que obtiveram aprovação após a reunião, sem a necessidade de se realizarem correções por parte dos pesquisadores. Assim é analisado inicialmente a comparação entre tempo total desde a abertura até a aprovação dos protocolos. Quando comparados CEUA e CEP novamente a CEUA apresenta um valor médio, modal e mediano menor que o do CEP (Gráfico 2). A comparação entre os grupos 3 e 4 se diferencia da dos grupos 1 e 2 por ter dois procedimentos a menos e pelo resultado da análise do tempo de espera para liberar o parecer. No demais o resultado da análise é

bem semelhante. O que indica que o CEP não é necessariamente mais eficaz e eficiente em todos procedimentos pelo fato de se utilizar de uma plataforma online. Mostrando que no CEP a TI é utilizada apenas para automatizar os processos.

CONCLUSÕES

Assim concluo este trabalho afirmando que o uso de sistemas da informação no CEP da FCFAR não representa maior eficácia e eficiência quando comparado com a CEUA. Porém o motivo da falta de eficiência e eficácia não está apenas atrelado ao uso de sistemas da informação. No caso da Plataforma Brasil muitos membros (relatores) têm dificuldade em utilizar a plataforma para emitir parecer. Ainda muitos pesquisadores apresentam dificuldades para submeter seus projetos. Em relação a essas dificuldades existem os manuais disponíveis na própria plataforma que podem ser utilizados, e ainda a secretaria da CEUA e do CEP presta atendimento a pesquisadores e pareceristas. Mas é nítido que a plataforma necessita de atualizações que facilite e acelere o processo. Porém os problemas não são relacionados apenas com dificuldades do uso da plataforma, e sim são problemas relacionados a estrutura e a cultura burocrática do CEP. Como defendido por Fresneda (1998) a TI deve agir exatamente nessa estrutura para inovar e transformar o CEP em um colegiado mais efetivo e eficiente.

Neste ponto apresento algumas propostas simples que visam amenizar os problemas com procedimentos que não decorrem diretamente do uso da plataforma, como por exemplo, a demora no tempo de indicação de relator. Este problema poderia ser solucionado com a adesão de um rodízio entre os membros do CEP, assim não precisando necessariamente consultar o coordenador toda vez que um protocolo novo fosse recebido. Ou seja, de acordo com um rodízio indicar cada protocolo novo para um membro e relator do CEP. Ainda não foi apenas o CEP que apresentou problemas de demora em seus procedimentos. A CEUA apresentou um problema de demora para realização de suas reuniões. Assim é aconselhável que se realize mais reuniões tendo em vista que a demanda de projetos da CEUA é maior do que a do CEP.

Alguns problemas identificados demandam de soluções mais complexas as quais este trabalho não aborda, como por exemplo, a demora na liberação dos pareceres, relatoria, e adequação das pendências. Esses são procedimentos que dependem de atores

externos a secretaria do CEP e da CEUA. Deste modo necessitaria de uma análise e intervenção externa que auxiliasse na mudança de estrutura ou cultura burocrática dos atores para que esses procedimentos fossem realizados em um período de tempo menor. Porém este assunto já é tema para uma nova pesquisa. Por fim, a partir da análise dos indicadores percebe-se que o sistema não necessariamente é mais eficiente que o outro processo, mas que maiores detalhes sobre as razões destes problemas poderiam e deveriam ser comprovados a partir de entrevistas com servidores que utilizam os dois processos, consolidando assim as percepções desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. O; BERTAGNA, J. L; VAROLI, J. J. Sistema de tecnologia da informação para gestão de empreendimentos da SABESP. In: Congresso Consad de Gestão Pública, Brasília, 2008.

BARBOSA, A. S; BOERY, R. N. S. O; FERRARI, M. R. Importância Atribuída ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Revista de Bioética y Derecho, núm. 26. 2012.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Ministério da Saúde.. Conselho Nacional de Saúde. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei no 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2008.

FRESNEDA, Paulo Sérgio Vilches. Transformando organizações públicas: a tecnologia da informação como fator propulsor de mudanças. Revista do Serviço Público, 1998.

LEVIN, JACK. Estatística aplicada a ciências humanas. Harbra 2 ed. São Paulo, 1987.

LYRIO, A. B; NUNES, G. S; RIBEIRO, J. H; GOMES, H. N. Tecnologias da informação aplicadas às compras. III Congresso Consad de Gestão Pública, Brasília, 2010.

MARCELINO, KARLA JÚLIA. A importância da estatística na atualidade. Disponível em:<http://www2.ouvidoria.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=199119&pdfderId=201437&name=DLFE-20714.pdf>; Acesso em: 10 de março de 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo. 2009.

SÃO PAULO (estado). Lei nº11.977, de 25 de agosto de 2005. Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências. Assembleia legislativa do Estado de São Paulo. 2005.

VAZ, José Carlos. Processos de trabalho no setor público: gestão e redesenho. 2008. Disponível em: <<http://vaz.blog.br/blog/wp-content/uploads/2011/05/textorevisaoprocessosrevisado1.pdf>> Acesso em 29 de junho de 2016.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Renato Veloso

Fernando de Oliveira Vieira

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Palavras-chave: Métodos Alternativos de Solução de Conflitos; Mediação; Autarquia Pública.

INTRODUÇÃO

A Mediação de conflitos está em amplo debate no País, com implantação de comitês de Mediação em diversas organizações públicas e privadas, visando uma forma humanística para solucionar as lides entre as pessoas e órgãos.

Com a publicação da Lei n. 13.140 em 26 de junho de 2015, a mediação já é uma realidade positivada, e ganha força no cenário atual com sua entrada em vigor em 26 de dezembro de 2015. Esta Lei estabeleceu a mediação judicial, extrajudicial e também deu tratamento a autocomposição de conflitos em que for Parte Pessoa Jurídica de Direito Público.

Nas organizações públicas, o apaziguamento de conflitos ocorre através de Processo Administrativo Disciplinar, Sindicância Punitiva, Sindicância Acusativa ou Contraditória, Sindicância Investigativa Inquisitória, Sindicância Patrimonial, Termo Circunstanciado Administrativo.

Torna-se imperativo que a Administração Pública, altere sua forma de conduta, aproximando e acreditando nos mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos, conhecidos como MESC's ou na doutrina internacional denominada, ADR – Alternative Dispute Resolution.

Os métodos adequados de solução de conflitos são conhecidos como: **Conciliação**: O CNJ tem a conciliação como uma forma de solução de conflitos em que as partes, por meio da ação de um terceiro, o conciliador, chegam a um acordo, solucionando a controvérsia (BRASIL, 2013). **Mediação**: Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é uma forma de solução de conflitos em que um terceiro neutro e imparcial auxilia

as partes a conversar, refletir, entender o conflito e buscar, por elas próprias, a solução. **Negociação:** No entendimento de Fisher e Ury (2014, p. 21), é um meio básico de conseguir o que se quer de outrem. “É uma comunicação bidirecional concebida para chegar a um acordo, quando você e o outro lado têm alguns interesses em comum e outros opostos”. **Arbitragem:** Segundo Braga Neto (2010, p. 14) é um meio de resolução de controvérsias, referentes a direitos patrimoniais disponíveis, onde ocorre a intervenção de um terceiro pretensamente mais independente e imparcial, que recebe poderes de uma convenção denominada arbitral para decidir por elas, sendo sua decisão equivalente a uma sentença judicial.

Assim sendo, é necessário que a administração pública possa atender aos preceitos da nova legislação em vigor, vencer os desafios e permitir a necessária adequação a Lei 13.140/15, num importante movimento de pluralizar saídas para a gestão e resolução dos conflitos de forma pacífica, mudando os paradigmas da Administração Pública.

OBJETIVO

- Analisar a visão dos Gestores sobre mediação de conflitos. A pesquisa será restrita aos Gestores de uma Autarquia Pública Federal.

- Identificar se os Gestores estão familiarizados com os métodos alternativos de solução de conflitos.

- Abordar a Lei nº 13.140, de 26 de julho de 2015, que dispõe sobre a Mediação como meio de solução de controvérsias e discutir sua importância na resolução de conflitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a Mediação de conflitos, Teoria do Conflito, Mediador e Lei 13140/2015. Foi feita uma pesquisa qualitativa de forma a obter as respostas sobre o tema, baseando-se principalmente Strauss e Corbin (1990).

Foi desenvolvido um questionário tendo como fundamento a bibliografia apresentada.

Foi realizado um pré-teste com um grupo de dez gestores selecionados aleatoriamente.

A pesquisa é exploratória, pois se refere a estudos preliminares sobre um assunto com pouco desenvolvimento teórico. A pesquisa desenvolvida, teve como base em dados qualitativos, utilizando questionário, através de questões visando responder às seguintes questões:

- Os gestores consideram pertinente a Mediação de conflitos?
- Os gestores entendem que podem contribuir para a implantação da Mediação de conflitos?
- Que benefícios podem favorecer aos servidores com a prática da Mediação de conflitos?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO

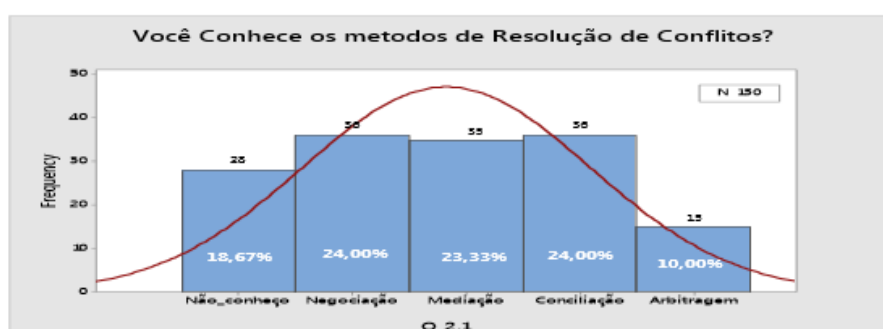


Figura 1 - Resposta à questão "Você conhece os métodos de Resolução de Conflitos?"
Fonte: Dados coletados na pesquisa.



Figura 2 - Resposta à questão "Qual a forma de resolução de conflitos adotada na sua gerência?"
Fonte: Dados coletados na pesquisa.



Figura 3 - Resposta à questão “Você já utilizou alguma vez algum meio consensual em seu trabalho?”
 Fonte: Dados coletados na pesquisa.



Figura 4 - Resposta à questão “Você lida com uma questão que está gerando conflito?”
 Fonte: Dados da pesquisa



Figura 5 - Resposta à questão “Você normalmente evita discussões abertas sobre os conflitos entre servidores?”
 Fonte: Dados coletados da pesquisa



Figura 6 - Resposta à questão “Você tenta encontrar uma opção intermediária para resolver um impasse?”
 Fonte: Dados coletados da pesquisa



Figura 7 - Resposta à questão “Você tenta evitar divergências com os servidores?”
 Fonte: Dados coletados da pesquisa



Figura 8 - Resposta à questão “Você tenta fazer com que todas as aspirações do grupo de trabalho sejam expostas de modo a resolvê-las da melhor maneira possível?”
 Fonte: Dados coletados da pesquisa

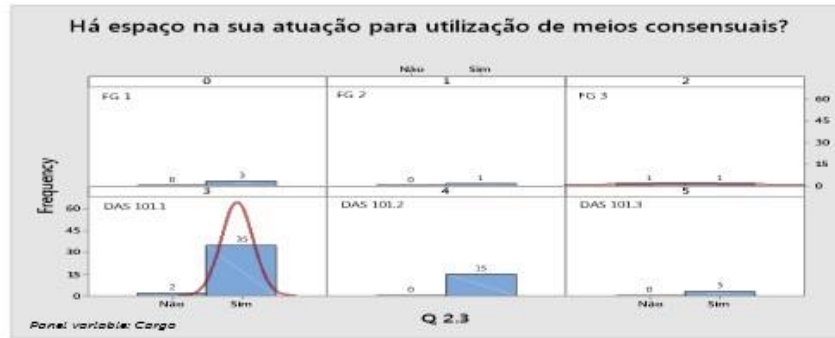


Figura 9 - Resposta à questão “Há espaço na sua atuação para utilização de meios consensuais?”
 Fonte: Dados coletados da pesquisa



Figura 10 - Resposta à questão “Você considera que os métodos extrajudiciais de solução de conflitos são aplicáveis no serviço público?”
 Fonte: Dados coletados na pesquisa

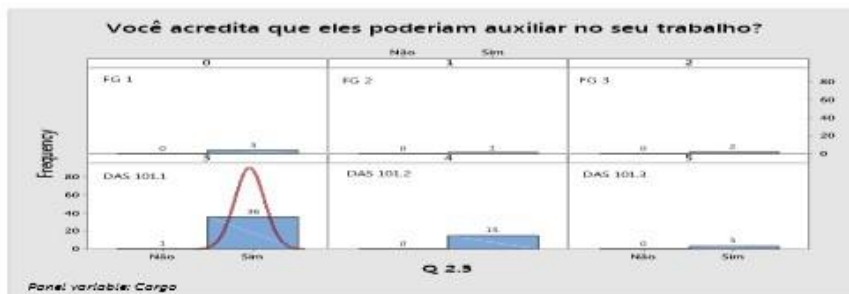


Figura 11 - Resposta à questão “Você acredita que eles poderiam auxiliar no seu trabalho?”
 Fonte: Dados coletados na pesquisa

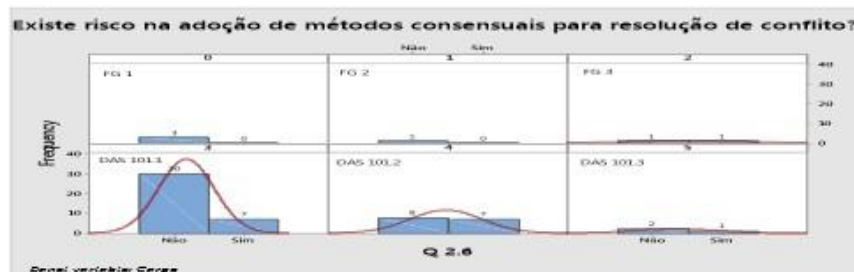


Figura 12 - Resposta à questão “Existe risco na adoção de métodos consensuais para resolução de conflito?”
 Fonte: Dados coletados na pesquisa



Figura 13 - Resposta à questão "Existe vantagem na adoção de métodos consensuais para resolução de conflitos?"

Fonte: Dados coletados na pesquisa.

CONCLUSÕES

Com a análise dos dados levantados e com fundamento no estudo teórico apresentado sobre mediação, será apresentada uma proposta para implantação de um núcleo de mediação na Autarquia Federal objeto deste estudo. Sendo assim, em um contexto de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, pesquisar o papel dos métodos extrajudiciais de solução de conflitos é inovador e necessário, considerando uma análise da sua atuação atual, redimensionada numa perspectiva cooperativa nesta construção de uma solução fomentada pela cultura do diálogo na mediação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Eduardo Vasconcelos; **GUIMARÃES**, Paulo Mesquita. **ARCOS. Mediação como forma alternativa de resolução de conflito**. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/> s>. Acesso em 19 out. 2015.

BERGAMASCHI, André Luís. **A resolução dos conflitos envolvendo a administração pública por meio de mecanismos consensuais**. São Paulo, 2015. (Dissertação (Mestrado), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2015.

BRAGA NETO, Adolfo. **SAMPAIO**, Lia Regina Castaldi. **O que é Mediação de Conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CEBRAME - CENTRO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO -. **O que é Mediação.**

Disponível em: <<http://www.centrobrasileirodemediação.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2015.

CONIMA - Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. Disponível em: <<http://www.conima.org.br>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MOORE, Christopher W. **O Processo de Mediação.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Luciane Moessa de. **Meios Consensuais de Solução de Conflitos Envolvendo Entes Públicos.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GESTÃO E TRANSPARÊNCIA EM MUNICÍPIOS MINEIROS DE PEQUENO PORTE SOB A ÓTICA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Myla Freire Machado Fernandes, Nathalia Bertú Moura, João Batista Rezende

Centro de Estudos de Políticas Públicas – Fundação João Pinheiro

Palavras-chave: Tecnologia da Informação; Administração Pública; Transparência.

INTRODUÇÃO

O cenário da administração pública é fortemente condicionado pelas Tecnologias da Informação (TIs), uma vez o surgimento de uma nova orientação do funcionamento dos governos para o atendimento ao cidadão exige novos processos de trabalho, ampliação da interação com a sociedade e utilização intensiva de informação. Nesse contexto, é relevante a Lei de Acesso à Informação - LAI (BRASIL, 2011) cujo objetivo consiste em regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no Brasil e que se fundamenta em seis preceitos: máxima divulgação, com abrangência em termos de informações e acesso; obrigação de publicar, correspondendo ao princípio da publicidade; promoção de um governo aberto, estimulando a criação de processos mais transparentes e combate à cultura de sigilo; limitação das exceções, reduzindo as restrições ao direito de acesso, fundamentadas no interesse público e bem definidas; procedimentos que facilitem o acesso, que devem ser simples, tempestivos e de fácil compreensão e moderação dos custos, evitando que os cidadãos sejam impedidos de acessar as informações por restrição financeira. Apresenta-se o fato de que, no processo de implementação das políticas públicas nos municípios, especialmente os de pequeno porte, há uma tensão entre a heterogeneidade de realidades locais e a padronização e as normas (BRAGA, 2016). O grau de informatização, de capacidade de acesso e a consciência cidadã também são pontos que diferem entre localidades. Vale ressaltar que esses fatores compõem pequena parte das dificuldades relacionadas às temáticas informacionais e que, ainda assim, trazem consigo grandes entraves frente à promoção da cidadania via manejo adequado das Tecnologias da Informação pelos municípios. É mister que se reconheça a devida relevância do papel das informações e,

consequentemente, do papel das Tecnologias da Informação no atual cenário governamental brasileiro e na consolidação de garantias constitucionais cidadãs.

OBJETIVO

O trabalho busca trazer luz ao questionamento sobre qual é, de fato, a influência das debilidades dos sistemas de Tecnologia da Informação na transparência e no controle da administração pública, com ênfase nos municípios mineiros de pequeno porte (até 50.000 habitantes, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Tem-se, como objetivo geral, a avaliação do contexto da accountability em tais municípios, com foco no Território de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – utilizou-se a regionalização de Territórios de Desenvolvimento: recortes regionais recentes utilizados pelo atual governo do estado de Minas Gerais - em termos relativos à ausência do manuseio adequado dos sistemas de TI. Especificamente, pretende-se: i) Analisar os impactos da ausência do manuseio adequado das TIs sobre a realidade municipal, com ênfase na transparência e no controle da Administração Pública; ii) Avaliar os Portais da Transparência dos municípios mineiros do Território de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha; iii) Explorar a relação entre a inadequada utilização dos sistemas de TI, a transparência e o controle da administração pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho, de natureza exploratória, investigou os impactos da inadequação do manuseio dos sistemas de Tecnologia da Informação sobre o contexto da transparência e do controle da administração pública nos municípios mineiros, com foco para o Território de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Utilizou-se a pesquisa do tipo exploratória em busca de maior conhecimento acerca da temática abordada e seu objetivo foi proporcionar maior familiaridade com o problema, estruturando-se em um planejamento mais flexível para que se considerem todos os aspectos relativos ao fato estudado. Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, realizou-se pesquisa bibliográfica em fontes diversas para o embasamento teórico acerca do cenário estudado. Foi efetuado também estudo empírico, via imersão, no município mineiro de Cambuquira, em julho de 2016, e pesquisa documental sobre os dados referentes aos Portais da

Transparência dos municípios do Território de Desenvolvimento do Jequitinhonha com o objetivo de avaliá-los e relacioná-los à problemática central do presente trabalho, subsidiando-a também desse tipo de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o propósito de analisar os impactos da ausência do manuseio adequado das Tecnologias da Informação sobre a realidade municipal, com ênfase na transparência e no controle da Administração Pública, é válido consolidar a ideia de que os municípios de pequeno porte, característica da totalidade dos municípios estudados, ainda na atualidade e, apesar das reformas administrativas, reproduzem traços de uma gestão pública patrimonialista: personalismo, clientelismo e troca de favores. A utilização das TIs sobre essa realidade municipal pode representar uma forma de combate a esse contexto, quando sob a ótica dos objetivos que conduzem o artigo.

Considerando a avaliação realizada sobre os Portais da Transparência dos municípios estudados do Território de Desenvolvimento do Jequitinhonha, região mineira, é possível concluir que ações e políticas governamentais que envolvem a imbricada relação entre a Lei de Acesso à Informação e o processo de implementação de governos eletrônicos - decorrente do uso das Tecnologias da Informação - ainda precisam ocupar agendas governamentais, principalmente no caso dos municípios de pequeno porte. Estes necessitam desenvolver seus projetos de planejamento, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de governo eletrônico, garantindo o poder de exercício da cidadania e desenvolvimento de governança municipal.

Por sua vez, a experiência empírica do setor de compras da Prefeitura Municipal de Cambuquira, cujas atividades - desde as licitações, existência de um registro de fornecedores e de controle de entradas e saídas de estoque, até a disponibilização de documentos à população e a difusão obrigatória de informações de interesse público - se apresentavam prejudicadas pela ausência de um sistema informatizado adequado. Dessa forma, é identificada a necessidade de difusão do papel das Tecnologias da Informação no gerenciamento interno de processos e no controle, elementos estes que não apenas contribuem para os aspectos de governança supracitados, mas também para a qualidade da gestão pública municipal.

CONCLUSÕES

A qualidade do serviço e das políticas públicas é prejudicada pela ausência de sistemas informatizados adequados, tanto em termos de questões administrativas internas - tais como ter uma maior celeridade, eficiência e confiabilidade nos processos - quanto em questões externas - relativas ao controle por parte da população, à accountability e ao acesso à informação. Planos de ação adequados à solução dessas problemáticas envolvem a compreensão das particularidades locais, observado o desenvolvimento e a execução das políticas e serviços públicos, e a construção de uma cultura organizacional cooperativa - cujos pensamentos e planejamentos se expandem para além do curto prazo - e focada no interesse público e na necessidade de interlocução entre sociedade e Administração Pública na execução de suas atividades e alcance dos objetivos.

É válido ressaltar que as Tecnologias da Informação – e sua utilização plena - resvalam em conquistas que vão além da otimização de processos internos e cumprimento de aspectos legais por parte de uma gestão pública municipal que almeja ser caracterizada como eficiente, e incidem em conquistas democráticas e consolidação de garantias constitucionais cidadãs, como o real direito de acesso à informação e a execução prática do princípio da publicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, L.; REZENDE, D. **Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, mar./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.tvassembleia.org/alepi/upload/modeloPrefeitura231351686707.pdf>>. Acesso: em 21 jan. 2017, às 14:55.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **Como incentivar os municípios a prevenir a corrupção?** Prêmio JOTA INAC, 2016. Disponível em: <https://jota.info/especiais/comoincentivar-os-municipios-prevenir-corrupcao-07122016#_ftn6>. Acesso em 30 abri. 2017, às 10:26.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 08 abr. 2017, às 15:55.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 08 abr. 2017, às 11:43.

COELHO, Espartaco Madureira. **Governo eletrônico e seus impactos na estrutura e na força de trabalho das organizações públicas**. Revista do Serviço Público. Ano 52. Número 2. Abr-Jun 2001. Disponível em: <https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/governo_eletronico_impactos.pdf>. Acesso em 30 abr. 2017, às 10:28.

DINIZ, E.; BARBOSA, A.; JUNQUEIRA, A.; PRADO, O. **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2009.

LIPSKY, M. **Street Level Bureaucracy: Dilemmas of the individual in Public services**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

MANUAL da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios. Controladoria Geral da União. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1 ed. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparenciapublica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf> Acesso em 30 abr. 2017, às 10:21.

MEYERS, Marcia K.; VORSANGER, Susan. **Burocratas de nível de rua e a implementação de políticas públicas** in Peters, B e Pierre, Jon (orgs.) Administração Pública: Coletânea. São Paulo: Unesp, 2010.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil**: Brasília: ENAP, 2000. Texto para discussão 37.

POWER, Timothy Joseph; TAYLOR, Matthew MacLeod (Orgs.). **Corruption and democracy in Brazil: the struggle for accountability**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2011.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios**. RAP. Rio de Janeiro, maio/jun de 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n3/a07v41n3.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2017, às 10:31.

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: EFICIÊNCIA NO CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS?

Cintia Barudi Lopes, Flávia Piva Almeida Leite

FMU, FAAC - UNESP – Bauru

Palavras-chave: parcerias público-privadas; eficiência nos gastos públicos; responsabilidade fiscal.

INTRODUÇÃO

A parceria público-privada (PPP) regida pela Lei nº 11.079/2004 é uma modalidade contratual revestida de regras próprias e que pode adotar duas roupagens de ajuste: concessões patrocinadas e concessões administrativas.

A concessão patrocinada nada mais é que uma concessão comum da Lei nº 8.987/95 em que a remuneração do parceiro privado, além de tarifas pagas pelos usuários, ainda envolve uma contraprestação pecuniária paga pelo parceiro público. Nessa modalidade de parceria, a remuneração do serviço público está submetida, necessariamente, pelo menos em parte, ao sistema tarifário.

A concessão administrativa é tida como novo modelo contratual e não mera repetição de modelos já existentes, caracterizando-se por envolver a execução, a longo prazo, de serviços públicos ou não, ainda que envolva a realização de uma obra, ou o fornecimento de um bem ou de um equipamento, cuja remuneração é suportada integralmente pelo parceiro público mediante resultados de desempenho e de qualidade previstos contratualmente. Essa modalidade não compreende a remuneração por tarifas pagas pelos usuários.

Ambas são modelos contratuais sujeitos a longos prazos, de no mínimo 05 a no máximo 35 anos, envolvendo valores não inferiores a vinte milhões de reais.

Diante disso, a legislação federal tratou de criar um novo cenário de responsabilidade fiscal e contábil em relação às PPPs (parcerias público privadas), como forma de controlar as contas públicas impactadas por essas contratações de altos vultos) e de longos prazos, a fim de se evitar um maior endividamento dos gastos públicos.

OBJETIVO

O objetivo do presente artigo é analisar as principais restrições fiscais e contábeis à celebração das parcerias público-privadas (PPPs) e, constatar se estes ajustes contratuais podem ser tidos como instrumentos eficientes de controle dos recursos públicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado é o dedutivo e a pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Legislação Federal de nº 11.079/2004 – Lei das PPPs, inaugura preocupação fiscal e de controle de gastos antes não existente no ordenamento jurídico brasileiro. Mas essa preocupação legal não afasta uma série de desafios a serem enfrentados pelos Poderes Públicos ao celebrar uma parceria público-privada no país a fim de que possam contribuir, a cada nova contratação, para um melhor controle dos gastos públicos.

As parcerias público-privadas fortalecem, por meio de um controle fiscal, a necessidade de planejamento das atividades estatais para preservação das finanças públicas. A despeito de previsão na Lei de Responsabilidade fiscal, as regras contidas na Lei das PPPs reforçam a necessidade de uma contratação responsável pelo Poder Público, sem esquecer, contudo, que a contratação de uma parceria público-privada não é regra, já que as condições financeiras da Administração são sempre limitadas.

Ante tais limitações orçamentárias, não se pode celebrar parceria público-privada para toda e qualquer contratação, e essa restrição também auxilia a evitar endividamento dos gastos público no futuro.

CONCLUSÕES

Não se pode negar que as parcerias público-privadas contribuem para viabilizar investimentos no setor público muito maiores que seriam possíveis nas concessões tradicionais, com prestação de serviços a longo prazo e com resultados de desempenho mais eficientes.

Todavia, isso não significa que as PPP não apresentem desvantagens, apesar da preocupação legal em criar um sistema de controle de gastos públicos. Se forem mal utilizadas e pouco planejadas corre-se o risco de um aumento no endividamento do governo.

É imprescindível que as contratações de parcerias público-privadas se ajustem tanto quanto possível às regras de responsabilidade fiscal. Não se pode negar a relevância da Legislação federal nº 11.079/2004 ao estatuir um sistema de controle de gastos públicos, com diversos limites fiscais, contábeis e financeiros às contratações dessas parcerias. O Brasil é considerado um país inovador nesse ponto.

Mas os desafios, a despeito desse sistema de controle de gastos, ainda são vários. É bom que se destaque que a Lei nº 11.079 não afastou a aplicabilidade da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Ao contrário, a Lei nº 11.079 reitera a observância dos limites e condições da aplicação dos artigos 29, 30 e 32 da LRF, sujeitando, portanto, os compromissos de PPPs aos controles de gasto e dívida já estabelecidos por esse documento legal.

As parcerias público-privadas inauguram um novo modelo contábil e fiscal nas contratações de alto vulto e de impacto financeiro no orçamento estatal no país. Porém, a contratação de uma concessão administrativa deve ser analisada com cautela e prudência, embasada no critério inglês conhecido como value for Money, sendo, portanto, imprescindível que o parceiro público comprove que a concessão administrativa é a melhor alternativa no caso concreto para a valorização dos recursos orçamentários em comparação com os modelos tradicionais de contratação.

As PPPs são contratações diferenciadas que, em razão das regras especiais a que estão submetidas, poderão contribuir beneficentemente para os serviços que dependam de investimentos de infraestrutura e de contínua manutenção no país, desde que haja um planejamento adequado e um controle monitorado dos resultados para funcionar como mais um instrumento de eficiência e efetivação de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BULOS, UadiLammêgo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria da administração**. Edição compacta. 3a edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DALLARI, Adilson de Abreu. **Administração pública no estado de direito**. Revista Trimestral de Direito Público. N° 5. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 22a edição. São Paulo: Atlas, 2009.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Direito administrativo**. 4a edição. São Paulo: Atlas, 2007.

FILHO, Marçal Justen. **Curso de direito administrativo**. 2a edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILHO, Ubirajara Costódio. **A emenda constitucional 19/98 e o princípio da eficiência na Administração Pública**. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. Ano 7, n° 27. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999 (abril/junho).

FRANÇA, Vladimir da Rocha. **Eficiência administrativa na Constituição Federal**. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, n° 220, abril/junho, 2000.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Parceria Público-Privada**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **O minidicionário da língua portuguesa**. 4a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

JESUS, Avelino de. **Qual o problema das parcerias público-privadas?** Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/qual_eacute_o_problema_das_parcerias_pua_cuteblico_privadas; Acesso em 02/04/2017.

MACHADO, Hugo de Brito. **Princípio da eficiência em matéria tributária**. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord); ALVES, José Carlos Moreira (conferencista inaugural). **Princípio da eficiência em matéria tributária**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006 (Pesquisas tributárias. Nova série; 12).

MODESTO, Paulo. **Notas para um debate sobre o princípio da eficiência**. Revista de Direito Eletrônica de Direito Administrativo (REDAE), Salvador, Instituto de Direito Público, n° 10, maio/junho/julho, 2007, p. 2. Disponível na internet:

<http://www.direitodoestado.com.br/redae.asp> Acesso em: 12/04/ 2017.

STARLING, Felipe. **Limites à Contratualização de Parcerias Público-Privadas: aspectos contábeis do modelo brasileiro.** IV CONGRESSOCONSAD de gestão pública, painel 29/105, p. 3. Disponível em <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/588>, Acesso em 19/07/16.

TRABALHOS DE PESQUISA
EIXO TEMÁTICO 4: POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A INFLUÊNCIA DA AGENDA INTERNACIONAL NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO NÍVEL NACIONAL: UM ESTUDO DA AGENDA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA NO PRIMEIRO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2014)

João Vitor dos Santos Andrade

Ana Cláudia Niedhardt Capella

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr/UNESP)

Palavras-chave: agenda governamental; agenda internacional; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O processo de formulação de uma política pública possui diversos momentos e muitos deles, por sua complexidade, precisam ser analisados de maneira mais aprofundada para que sejam bem entendidos pelos analistas. De acordo com diversos autores é o reconhecimento de um problema e a colocação dele na agenda que inicia esse processo já que é nela que vão constar as questões elencadas como importantes para determinado governo e suscitar discussões e propostas de como agir (SECCHI, 2013; HOWLETT, 2013; CAPELLA, 2007).

Mas de onde vem as pressões para mudança na agenda de determinado governo? Essas pressões efetivamente resultam na elaboração de uma política pública? Influenciam de fato o governo na formulação de um plano de ação?

Quando pensamos na teoria do Estado moderno e nas relações com que cada pessoa de direito público internacional se ocupa no contexto global fica difícil não notar influências externas na elaboração de ações no âmbito interno. Pegando como exemplo os blocos regionais essa influência fica mais nítida já que em muitos deles é necessário que o país signatário faça ou deixe de fazer algo para entrar ou permanecer no conjunto. No caso do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) os países-membros precisam garantir que a legislação editada e as políticas adotadas não barrem a livre circulação de bens e serviços, a coordenação de políticas que visem assegurar condições adequadas de concorrência (principalmente no que concerne às importações) e cumprir outras cláusulas ligadas aos direitos humanos.

No caso da União Europeia a influência dessa entidade supranacional em questões internas é flagrante. A autonomia dos Estados-membros fica limitada em questões que envolvem políticas econômicas, monetárias e as ligadas ao controle de fluxos financeiros, de serviços e de bens. Essa limitação se encontra respaldada nos diversos tratados assinados e legitimada pela criação de instituições que ficam responsáveis por fornecer diretrizes, como o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, a Comissão Europeia e, na área econômica, o Banco Central Europeu e os Tribunais de Contas.

Além disso, são diversos os locais onde a reunião de países funciona como catalisadores de políticas públicas, principalmente os ligados à ONU, ao FMI e ao Banco Mundial. Tratados internacionais que vinculam suas partes também vão influenciar uma determinada matéria entrar ou não na agenda de um país, principalmente pelo princípio máximo do direito internacional público e a teoria dos tratados que diz que “os pactos assumidos devem ser cumpridos” (*pacta sunt servanda*).

Na era da globalização nos moldes como vemos atualmente é inevitável não notar que questões internacionais influenciam nas agendas nacionais, basta, contudo, analisar mais profundamente como essas questões são incorporadas no direito interno e nas ações dos governos nacionais para que essa dinâmica fique mais clara.

OBJETIVO

O objetivo desta nova pesquisa é entender como questões tratadas no cenário internacional influenciam na agenda e na formulação de políticas públicas no Brasil. O período de análise se concentrará no primeiro governo Dilma (2011-2014) e vamos tentar responder a pergunta: como a agenda internacional influenciou a produção de políticas públicas no Brasil durante o período analisado?

MATERIAIS E MÉTODOS

Serão utilizados para esta investigação os dados coletados e sistematizados pelo Laboratório de Pesquisa Sobre Agenda Governamental que desde 2014 estuda quais as questões que incorporam a agenda governamental dos governos brasileiros recentes (desde o primeiro mandato Lula até o segundo Dilma). O Laboratório analisa a agenda

em três perspectivas: agenda do Executivo Federal, do Legislativo e da mídia. Estes dados mostram qual a agenda interna em determinado momento.

Para a análise da agenda internacional será feito um estudo a partir das atas, relatórios ou acordos de organizações internacionais selecionadas, além de um levantamento dos tratados internacionais assinados pelo Brasil na última década para comparar os assuntos discutidos nesses locais com a produção de políticas públicas no nosso país. Também será utilizado informações retiradas do *Comparative Agenda Project* (CAP), plataforma online formada por países onde se encontram pesquisadores que estudam as respectivas agendas internas, para fazer uma comparação de quais temas vem sendo tratados de maneira mais intensa neles para que seja possível fazer uma comparação com o caso brasileiro. Vale lembrar que o Brasil, a partir do Laboratório acima mencionado, compõe o CAP junto com mais vinte e um Estados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do modelo dos fluxos múltiplos (*multiple streams*) proposto por John Kingdon temos a ideia de que existem três variáveis a serem observadas para dizer quando há a abertura de uma janela de oportunidade (*policy window*) para uma questão entrar na agenda governamental: fluxo de problema (*problem*), de alternativa (*policies*) e de política (*politics*) (KINGDON, 1994).

Temas tratados internacionalmente poderiam servir como elemento influenciador desses fluxos (principalmente o fluxo de problemas e o de alternativa) trazendo para as discussões internas elementos anteriormente não considerados.

Na teoria de Baumgartner e Jones (*punctuated equilibrium*) a agenda conta com momentos de estabilidade e momentos em que surgem novas ideias acerca dos elementos presentes nas discussões políticas. No momento de estabilidade é a manutenção do status quo que permanece, enquanto nos outros emergem novas compreensões acerca de determinados problemas, quando estes já são reconhecidos, ou novos, quando determinadas questões ainda não são tratadas como tal (BAUMGARTNER; JONES, 1993). A análise focada na agenda internacional pode indicar a força das discussões em fóruns mundiais e nas organizações multilaterais na mudança dessas percepções dos governos nacionais.

É necessário considerar que os Estados possuem perante outros atores internacionais sua soberania como fundamento, ou seja, nenhuma instituição internacional pode interferir diretamente na política interna nem nas ações realizadas sem a anuência do Poder Público de cada localidade. Na prática vemos que existem diversos instrumentos para pressionar governos nacionais a adotar determinado caminho, principalmente os ligados às sanções econômicas oriundas de um outro Estado ou de um conjunto ligado à uma organização internacional. Embora isso possa ser visto com bastante regularidade em determinados contextos ainda não há uma pesquisa que mostre explicitamente qual é a posição do Brasil nesse cenário de influência internacional nem quais políticas públicas elaboradas aqui se basearam em acordos Internacionais ou ainda foram criadas através do que acontece em outras localidades fora de nossas fronteiras.

Não é só em políticas setoriais onde organismos multilaterais internacionais podem influenciar, também pode ser o caso deles afetarem o modo como as políticas se desenvolvem. Leite aponta isso ao dizer que esses organismos tem a capacidade de “influenciar fortemente a agenda” no caso do impulso para a descentralização de políticas sociais nas décadas de 1980 e 1990 (LEITE, 2011, p. 1).

CONCLUSÕES

Por ser uma pesquisa que se encontra em fase inicial ainda não há resultados nem conclusões. O que se espera é que dentro de um ano as respostas às perguntas apresentadas no início deste texto e àquela presente no tópico sobre objetivos possam ser respondidas.

O que fica claro com o início dos trabalhos é que essa é uma temática que não encontra muitas discussões em nível nacional, necessitando assim de enfoques direcionados a entender as peculiaridades levantadas neste resumo sobre a participação de elementos externos na agenda interna brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTNER, Frank R; JONES, Bryan D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

CAPELLA, Ana C. N. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas.** In Hochman, G.; Arretche, M; Marques, E. (orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas.** 3 ed. São Paulo: Elsevier, 2013.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies.** 2º ed. Harper Collins College Publishers, 1994.

LEITE, Cristiane K; FONSECA, Francisco. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: impasses da descentralização pós-1988.** Revista organizações e sociedade. v.18, P. 99-117, janeiro/março, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquema de análise, casos práticos.** 2a. São Paulo, Cengage Learning, 2013.

A DISCUSSÃO DA PÓS VERDADE PARA A FORMAÇÃO DE AGENDA DO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Nicolas Seiji Aoki

Ana Cláudia Niedhardt Capella

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: agenda governamental; pós-verdade; governo Dilma Rouseff.

INTRODUÇÃO

Os governos encontram-se confrontados com escolhas, impasses e restrições de toda natureza na gestão de suas políticas públicas, dado que algumas são consideradas prioritárias pelos gestores, enquanto outras recebem menor atenção. A partir daí é importante utilizar a definição de Jones e Baumgartner (2005) sobre o processo de formação da agenda:

O processo de formação da agenda governamental consiste em alocar a atenção governamental para alguns assuntos específicos e, neste processo, as alterações na forma como uma questão é definida podem levar a mudanças na maneira como o governo prioriza os problemas (JONES e BAUMGARTNER, 2005).

Contudo, as escolhas devem ser feitas assim com a resolução dos impasses e para Capella e Brasil (2015), o processo da tomada de decisão, foco da construção e seleção de temas da agenda, mostra-se a maior expressão da função desempenhada no *exercício do poder* (sublinho meu). Percebendo-se desta forma, segundo os autores, a importância entre as escolhas de governo *versus* o exercício do poder.

No campo da ciência política, os primeiros estudos que consideraram a formação da agenda como parte fundamental do processo político datam dos anos 1970 (CAPELLA, 2012). Por outro lado, no Brasil ainda há poucos estudos voltados à investigação de formação da agenda, uma vez que a maior parte deles foram realizados em estudos de caso de políticas setoriais específicas (CAPELLA, SOARES e BRASIL, 2014) demonstrando a necessidade de uma investigação sobre o tema no cenário brasileiro já que os estudos aqui presentes são incipientes. Nesse sentido, dada a insuficiência de estudos relacionados à formação de agenda governamental, a presente

pesquisa buscará identificar, durante os quatro anos do governo Dilma Rousseff, as políticas públicas que tiveram mais atenção, logo, quais pautas foram consideradas mais importantes para a gestão Dilma.

O conceito de políticas públicas antecede qualquer discussão relacionada ao ciclo da mesma e sobre a agenda governamental, sendo necessário definir o que são e entendê-las enquanto ferramentas pelas quais o Estado interage com sociedade.

Deste modo, deve-se considerar a mutação do conceito de políticas públicas, desde a mais conhecida, destacando-se Thomas Dye que a descreve como “tudo o que o governo decide fazer ou deixar de fazer” (DYE, 1972, p.2) até o conteúdo dinâmico de Jenkins cuja definição complementa a sucinta explicação de Dye, definindo as políticas públicas como:

(...) um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores (JENKINS, 1978).

O ciclo das políticas públicas apresenta, de acordo com Howlett (2013) e Secchi (2013), como início a fase de formação da agenda governamental, passa pela formulação, avança pelo processo decisório, implementação e termina antes de recomençar o ciclo, na avaliação da política elaborada.

Tem-se, então, o intuito da agenda: analisar o processo de ascensão e queda na importância de temas ao longo do tempo na agenda de alguns atores e na relação entre eles (SOROKA, 2002). Percebe-se, portanto, que a entrada e saída de determinadas pautas do governo não são lineares dada a imensidade de variáveis que afetam a importância (ou não) de uma discussão.

Ao analisar a importância de uma discussão, deve-se verificar a prioridade governamental e da mídia, dado que a última filtra e seleciona as informações discutidas na arena política. Nesse sentido, pode-se equacionar o conceito de pós-verdade que, de acordo com o dicionário Oxford (2016), é aquilo que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal. Speed e Manion (2017, p. 251) complementam afirmando que os veículos de comunicação em massa criaram a incapacidade de distinguir o real do

falso e do pós-moderno, que até mesmo a evidência econômica pode ser contestada, chamado de hiperrealidade por Baudrillard.

Assim percebe-se a importância de estudar e pesquisar sobre a formação da opinião pública advinda da relação entre a agenda governamental verum e a transmitida pelos veículos de comunicação de massas que, de acordo com Spedd e e Mannion (2017), causam a hiperealidade por Baudrillard.

OBJETIVO

A presente pesquisa busca identificar, durante os quatro anos do governo Rousseff, as políticas públicas que tiveram mais atenção, logo, quais pautas foram consideradas mais importantes para gestão Dilma e como foi o posicionamento dos veículos de comunicação em massa em relação à agenda do governo Dilma Rousseff.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizar-se-á I) a revisão bibliográfica sobre agenda governamental e o conceito da pós-verdade; II) Estabelecer-se-á a relação entre as discussões realizadas pelos veículos de comunicação e os debates que estão na arena política; III) verificação das emendas constitucionais, leis complementares, decretos legislativos e medidas provisórias do período compreendido entre 2011 e 2014, todas encontradas na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML) as quais sinalizam as questões prioritárias do período; IV) mapeamento, cuja importância implicará em um melhor detalhamento nas linhas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho encontra-se em processo, uma vez que os dados já foram coletados e, em seguida, serão analisados e cruzados com as informações a respeito das pautas que as mídias de comunicação consideraram importantes para o debate público. Além disso, percebe-se a importância do estudo da agenda pois não existem estudos que investigam como a agenda governamental é estruturada no Brasil, salvo em questões pontuais. Além de inexistir material que sistematiza as matérias legislativas do governo federal, cuja

aplicabilidade e utilidade diz respeito a diversas áreas da política, desde políticas assistenciais até demarcações de terras indígenas, por exemplo. Por outro também é inexistente a composição de agenda da mídia.

Embora o trabalho esteja em andamento percebe-se sua importância dada a versatilidade que se pode fazer com os dados coletados a fim de promover outras pesquisas, como: I) com a codificação e análise das matérias legislativas pode-se traçar o perfil de determinado governo (objetivo deste projeto inicial) e, em seguida, compará-lo a governos anteriores ou posteriores, confrontando o que cada gestão considerou importante e como determinadas matérias –questões indígenas ou desapropriação, por exemplo- evoluíram ou não em certas fatias temporais; II) comportamento das pautas em relação ao debate público e o comportamento do debate público em relação às questões que foram discutidas pelos *policymakers* (decisores públicos).

CONCLUSÕES

O avanço do projeto proporcionará uma literatura própria, brasileira, sobre formação da agenda, além de propiciar estudos comparativos entre gestões diferentes, podendo também analisar como determinados temas ganharam espaço no debate público, na arena política e como é a relação de autenticidade desses dois espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLA, A. C. N. . **A política de acesso à agenda governamental**. In: 8º Encontro da ABCP, 2012, Gramado. Anais do 8º Encontro da ABCP, 2012.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A.C. **O Processo da Agenda-setting para os estudos de Políticas Públicas**. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, v. 1, p. 43-63, 2015.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; ALVES, R. P. . **Agenda-Setting: Mídia e Opinião Pública na Dinâmica de Políticas Públicas**. In: 10º Encontro da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, 2016, Belo Horizonte. Anais do 10º Encontro da ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, 2016.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SOROKA, S. N. **Agenda-setting dynamics in Canada**. Vancouver, BC: UBC Press, 2002.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A.C. . **O processo de agenda-setting para os estudos das políticas públicas**. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, v. 1, p. 43-63, 2015.

SPEED, E.; MANNION, R. **The Rise of Post-truth Populism in Pluralist Liberal Democracies: Challenges for Health Policy**. International Journal of Health and Management. 2017;6(5):249–251.

Oxford English Dictionary (12 vols). Oxford: Oxford University Press.

PRIOLLI, G. **A era da pós-verdade**. Carta Capital, Londres, Janeiro, 2017.

DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO: UMA ANÁLISE BASEADA NOS DADOS DO SAEB

Ana Júlia Assumpção

Camila Fernanda Bassetto

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Desempenho em Matemática; Ensino Médio; SAEB.

INTRODUÇÃO

No contexto social atual é de suma validez salientar a importância da Economia da Educação, isto porque, a partir dela, torna-se possível notar e compreender as informações e consequências que os incrementos na escolaridade dos indivíduos trazem para o próprio bem-estar e para a sociedade como um todo (MOREIRA; JACINTO, 2013). Para mensurar tais consequências e possíveis fatores que interferem no desenvolvimento educacional do aluno, existe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o qual é composto por avaliações externas de larga escala, englobando uma prova de Português e Matemática, um questionário socioeconômico e um sobre as características da escola. (AMBRÓSIO, 2014).

A história do SAEB iniciou-se em 1990. No decorrer dos anos algumas mudanças foram feitas para melhor adequação do sistema, seja quanto às séries envolvidas e avaliadas, quanto à mudança de nomenclatura, ou quanto às matérias inseridas no processo avaliativo. O ano relevante foi o de 2001, pois foi a partir daí que os alunos passaram a ser avaliados apenas nas matérias de Língua Portuguesa e Matemática. A partir de 2005, o SAEB passou, então, a ser formado por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), popularmente conhecida como Prova Brasil. Tal Prova Brasil serve como um auxílio para gestores públicos, governadores, educadores e população em geral, isto porque é através das informações obtida nela que poderão ter uma visão mais concreta e detalhada que ajudará no direcionamento dos investimentos e melhorias dentro do âmbito escolar (INEP, 2011).

O desempenho dos alunos em qualquer matéria que seja está sempre associado a alguns fatores, sendo o nível socioeconômico um exemplo disto. A partir daí,

verifica-se que é importante desenvolver estratégias que orientem políticas públicas no sentido de ampliar o papel da escola no desempenho dos estudantes de modo a proporcionar igualdade de oportunidades (MOREIRA; JACINTO, 2013).

OBJETIVO

O objetivo específico do presente estudo é apresentar um panorama atual dos níveis de proficiência em matemática de alunos matriculados na terceira série do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino. Para alcançar tal objetivo, dados referentes às notas obtidas pelos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, no período entre 1995 e 2005, foram consideradas, além do percentual de alunos em cada um dos níveis de proficiência. A análise foi desenvolvida considerando as macrorregiões brasileiras, isto é, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Ainda assim, o objetivo secundário é investigar a existência de uma relação entre o desempenho médio em matemática, no SAEB de alunos da 3ª série do Ensino Médio da rede pública de ensino e o IDH, ambos considerados para as macrorregiões brasileiras. A partir dos resultados alcançados, espera-se contribuir de forma significativa para o ambiente educacional, especificamente para a recente discussão sobre os fatores que influenciam o desempenho dos alunos em avaliações de larga escala, tal como o SAEB.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados considerados no presente estudo referem-se à nota obtida em matemática no SAEB pelos alunos matriculados na terceira série do Ensino Médio nas escolas públicas estaduais localizadas nas macrorregiões brasileiras. Concomitantemente, os percentuais de alunos em cada um dos níveis de proficiência em matemática também foram utilizados. A análise do desempenho em matemática destes alunos é realizada a partir de uma organização tabular e também de ilustrações gráficas. Primeiramente, os dados coletados foram organizados em tabelas contendo as notas médias em matemática por macrorregião e também os percentuais de alunos em cada um dos 13 níveis de

proficiência em matemática considerados pelos SAEB, elaborados a partir da Matriz de Referência, a qual especifica as habilidades e competências necessárias para o desempenho adequado em cada uma das séries da educação básica. Tais tabelas mostram a variação ocorrida nestes valores durante o período entre 1995 e 2005 e permite destacar as mudanças consideradas significativas. Figuras foram elaboradas para proporcionar uma visualização gráfica do comportamento anual destes valores a fim de explicitar as maiores alterações ocorridas.

Além disso, realizou-se uma análise empírica de correlação entre o desempenho em matemática no SAEB com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das macrorregiões brasileiras, a partir do cálculo das matrizes de correlação entre as variáveis “desempenho médio no SAEB” e “IDH”, extraídas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dentro do intervalo equivalente aos anos de 1995 a 2005.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa, alcançados a partir da elaboração de tabelas e gráficos utilizando dados referentes às notas médias em matemática e também aos percentuais de alunos em cada dos níveis de proficiência, no período entre 1995 e 2005, permitem observar significativas oscilações, com quedas e aumentos significativos.

No que se refere às notas médias em matemática obtidas no SAEB, por macrorregião, foi possível identificar que:

- Norte: as notas médias em matemática entre 1995 e 2005 permaneceram entre 243.6 e 260.6. Classificada assim, no nível um e dois de proficiência, o que significa que podem ser capazes de associar uma tabela de até duas entradas a informações apresentadas textualmente ou em um gráfico de barras ou de linhas (nível 1) e também podem ser capazes de associar um gráfico de setores a dados percentuais apresentados textualmente ou em uma tabela (nível 2).
- Nordeste: com notas médias entre 247.6 e 258.8, os alunos classificam-se em sua maioria, nos níveis um e dois de proficiência em matemática.

- Centro-Oeste: as notas médias variaram entre 261,2 e 282,1 colocando os alunos em uma posição melhor das anteriores. Então, se classificam nos níveis dois e três de proficiência em matemática. No nível três, o aluno pode ser capaz de reconhecer o valor máximo de uma função quadrática representada graficamente, determinar, por meio de proporcionalidade, o gráfico de setores que representa uma situação com dados fornecidos textualmente e é provável que resolvam problemas utilizando operações fundamentais com números naturais.
- Sudeste: na macrorregião Sudeste, a nota média em matemática variou entre 264.5 e 280.5, classificando os alunos nos níveis dois e três novamente.
- Sul: comparada às demais macrorregiões, a Sul ocupou melhores posições, uma vez que, no intervalo entre 279.5 e 294.5, os alunos classificaram-se no nível três de proficiência em matemática.

Além disso, o presente estudo possui também os resultados obtidos a partir do cálculo dos coeficientes de correlação de cada macrorregião brasileira que constituiu a análise empírica de correlação. Sendo assim, foi possível notar que:

- Os coeficientes de correlação entre o IDH e o desempenho médio em matemática no SAEB para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul foram iguais a -0,65; -0,52; -0,79; -0,08 e -0,60, respectivamente.
- Para a região Sudeste, no caso, o coeficiente de correlação igual a -0,08 permite concluir que há uma possível ausência de qualquer relação entre tais variáveis.
- Para as demais regiões, observa-se uma relação negativa, porém moderada ou fraca.

CONCLUSÕES

Os resultados negativos observados a partir da aplicação das avaliações de larga escala, como o SAEB, evidenciam um cenário crítico no que se refere à educação básica brasileira. Cenário este em que a maioria dos alunos avaliados não demonstra capacidades e habilidades necessárias para lidar com conceitos básicos da matemática, problema que preconiza urgentemente, a implementação de políticas públicas que visem à melhoria da

qualidade da aprendizagem nessa área e, como um todo, ajude a reverter o atual quadro da educação brasileira. Além disso, a partir da análise dos diagramas de dispersão e dos valores dos coeficientes de correlação realizados, há correlações moderadas negativas entre as duas variáveis em jogo, sugerindo que onde o IDH é mais alto, o desempenho educacional é mais baixo, e há também ausência de correlação, em outras palavras, quando não existe relação alguma entre as variáveis. Dada a complexidade das variáveis envolvidas nesse tipo de estudo, há inúmeras controvérsias sobre a existência de um efeito contínuo sobre a correlação entre o desempenho em matemática e o IDH, assim como a dimensão de sua influência, ou ainda se o mais provável é o pertencimento a grupos identificados por idade, sexo, origem étnica ou habilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INEP. Histórico do Saeb. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

AMBROSIO, E. L. Fatores associados ao desempenho escolar em matemática do SAEB 2011 para alunos do 5º ano no Distrito Federal: um estudo multinível. 2014. ix, 55 f., il. Monografia (Bacharelado em Estatística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MOREIRA, K. S. G.; JACINTO, P. A. Determinantes da Proficiência em Matemática no Rio Grande do Sul: uma análise a partir de Modelos Hierárquicos. In: XVI ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 2013. Curitiba. Anais, 2013.

O PANORAMA DA GESTÃO HÍDRICA BRASILEIRO: ANÁLISE DO PAPEL DO BANCO MUNDIAL NA POLÍTICA DE GESTÃO HÍDRICA DO PAÍS

Guilherme Correa Bianchini

Fernanda Mello Sant'Anna

UNESP

Palavras-chave: Gestão Hídrica; Cooperação Internacional; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A gestão de recursos hídricos, em face ao caráter fundamental destes para o suprimento das mais básicas necessidades da vida e para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, tem sofrido um grande processo de intensificação e modernização de suas atividades desde a década de 1990. Esta intensificação tem origem a partir de debates realizados em fóruns e convenções internacionais sobre o meio ambiente, como a Conferência Mundial sobre a Água e o Meio Ambiente de janeiro de 1992, em Dublin, e a Rio 92, tendo como resultado o estabelecimento de um novo paradigma que visa a preservação na gestão e no uso destes recursos estratégicos.

A nova dinâmica global determinada por este paradigma tem sua influência consolidada no Brasil com a promulgação da Lei nº 9.433 em 1997, que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), contemplando o país com um diploma legal inovador e avançado no que tange a gestão de recursos hídricos ao se encaixar nas novas diretrizes globais, propondo uma gestão integrada de recursos hídricos.

Este caráter inovador da gestão dos recursos presente na PNRH se deve também à sua divisão organizacional. A divisão institucional se dá em âmbito nacional, regional, municipal em diversos órgãos, entre a Agência Nacional de Águas – responsável pela aplicação da PNRH em âmbito nacional, Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e Distrito Federal, Comitês de Bacias Hidrográficas e órgãos de poderes públicos nos diferentes âmbitos.

Com a nova política formulada e implementada, o país se depara com um obstáculo: a aplicação das diretrizes estabelecidas na lei em um contexto de discrepâncias nas necessidades regionais. Fatores econômicos, físico-climáticos, bióticos, sócio-

culturais e demográficos se tornaram um grande desafio para a adequação, proposta pela própria lei, da gestão à estas diversidades regionais.

Desta forma, o ordenamento jurídico e a prática das políticas se desenvolvem de maneiras completamente diferentes, necessitando ainda muito amadurecimento. As disparidades de indicadores como os fatos de a região amazônica possuir entre 70% e 80% da disponibilidade de água do país e a região nordeste sofrer anualmente com a falta deste mesmo recurso torna evidente a necessidade de uma abordagem ecossistêmica e regional mais eficaz.

Portanto, a divisão estrutural da PNRH, frente a certos entraves institucionais, não se mostra suficiente para suprir as necessidades que se tem no contexto de grande complexidade dos recursos hídricos brasileiros. Neste cenário de dificuldades internas na administração, se tem grandes oportunidades de parcerias e cooperação entre o Brasil e atores internacionais.

Dentre estes atores, se destaca o Banco Mundial e suas atividades que têm como foco os esforços dos países com problemas significativos em relação à escassez de água, alocação das águas, eficiência na gestão e degradação ambiental. Para isso, ao identificar as áreas de cooperação multilateral, o Banco fornece investimentos, propõe programas, projetos e obras, fornece assistência técnica e troca de experiências com o intuito de promover reformas políticas e institucionais que melhorem a eficiência na gestão sustentável dos recursos hídricos.

Neste plano se insere as questões brasileiras no que tange os conflitos e os descompassos na gestão hídrica, o que resulta em uma parceria entre o Banco Mundial e o Brasil. Ao propor uma Estratégia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil (EGRHB), tendo como objetivo geral apoiar o país em seus esforços para redução da pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, o Banco se consolida como parceiro efetivo do Brasil na implementação de uma agenda de gestão das águas.

Para que os desafios brasileiros no setor dos recursos hídricos sejam superados, apesar das reformas legais e políticas que vêm sendo realizadas desde a década de 1990 com o apoio do Banco, há a necessidade de um fortalecimento nas políticas para coordenar as ações institucionais e os investimentos realizados em infraestrutura. Mesmo com o progresso da Agência Nacional das Águas no desenvolvimento de instrumentos e

projetos de gestão das águas, as capacidades em níveis estaduais e regionais continuam frágeis e pouco desenvolvidas.

Destarte, tendo em vista os investimentos em infraestrutura do governo brasileiro durante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a capacidade institucional limitada que atrasa a implementação de muitos investimentos deste Programa, há a proposição de um novo projeto. Este projeto, denominado Interáguas, surge com o objetivo de enfrentar, no complexo cenário brasileiro, os problemas relacionados à coordenação institucional no gerenciamento de recursos hídricos.

O novo projeto nacional, aprovado no ano de 2011 e com previsão de término para o ano de 2018, foi criado com o objetivo de auxiliar o governo brasileiro na melhoria da coordenação e no fortalecimento da capacidade institucional no planejamento integrado da gestão dos setores de recursos hídricos. Este aprimoramento é proposto através de melhorias políticas e normativas, planos de investimento setoriais e intersetoriais e geração de capacidades, sendo elas organizacionais, pessoais e técnicas. Para isto, o apoio do Banco se consolida através de um empréstimo de US\$ 107,3 milhões, incluindo US\$ 35,7 milhões em fundos de contrapartida do governo brasileiro.

O Interáguas é estruturado por cinco componentes para atingir seus objetivos, sendo estes: (1) Gerenciamento de Recursos Hídricos, (2) Água, Irrigação e Gestão de Risco e Desastres, (3) Abastecimento de Água e Saneamento, (4) Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado e (5) Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto.

Os três primeiros foram preparados para apoiar as reformas no setor da água e o fortalecimento institucional, dando continuidade à proposta nacional do Banco Mundial. Já o quarto e o quinto são inovações e buscam, respectivamente, melhorar o desempenho da implementação e coordenação de políticas em bacias hidrográficas específicas fornecendo apoio ao planejamento integrado; e funcionar como a ferramenta de ponderação das atividades do projeto.

OBJETIVO

Analisar o projeto Interáguas, sua estrutura e seus resultados obtidos, até o mês de setembro de 2016, no aprimoramento de políticas públicas de gestão hídrica. Assim, será

definida a estratégia do Banco Mundial para a gestão das águas no Brasil, analisado o papel do Banco, em especial os financiamentos de programas e projetos, no aprimoramento da gestão hídrica brasileira à luz do projeto analisado, outros trabalhos realizados no histórico da parceria do país com o Banco, e das diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo do projeto Interáguas se dará através do banco de dados disponível para pesquisa *online* no portal do Banco Mundial, onde são encontrados documentos que disponibilizam as diretrizes do projeto, análises qualitativas sobre seus resultados parciais e avaliações de satisfação com os resultados obtidos até então.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa ainda está em desenvolvimento, portanto os resultados obtidos em relação aos efeitos do projeto Interáguas são parciais, porém apresentam uma breve possibilidade dos que podem ser os resultados gerais da cooperação entre o Banco Mundial e o Brasil.

O Banco fornece resultados moderadamente insatisfatórios nos meses de março e setembro de 2016 em sua última classificação do progresso geral implementação do projeto e uma classificação moderadamente satisfatória no progresso para alcançar o objetivo do projeto (PDO) nos mesmos meses. Estas avaliações dos resultados vêm sendo mantidas nos relatórios bianuais desde abril de 2014, sem notáveis mudanças no andamento do projeto. A análise desses documentos deixa em questionamento se há efetividade dos investimentos resultantes desta parceria e se há resultados significantes para o aprimoramento do setor das águas no Brasil.

CONCLUSÕES

Concluída a análise dos resultados parciais obtidos até setembro de 2016 pelos trabalhos realizados no projeto Interáguas se tem uma certa incredibilidade acerca da

eficácia da cooperação entre o Banco Mundial e o governo brasileiro na execução de projetos para aprimoramento de políticas de gestão hídrica.

Desta forma, para que se obtenha a análise completa desta cooperação, o próximo passo desta pesquisa será o estudo da política do Banco Mundial em relação à gestão de recursos hídricos e do papel do Banco no financiamento de outros programas e projetos deste setor de recursos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA – Agência Nacional de Águas. **Informações Sobre Recursos Hídricos**. Disponível em: <<http://www.snirh.gov.br/>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

_____. **Interaguas: Programa de desenvolvimento do Setor Água**. Disponível em: <<http://interaguas.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 28 de março de 2017.

BRASIL. **Lei nº 9433, de 8 de Janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)**. Brasília, 1997.

_____. **Lei nº 9984, de 17 de Julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA**. Brasília, 2000.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Agenda 21 Global**. Cap 18. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda21-global>>. Acesso em 27 de set. 2016.

WORLD BANK. **Documento de Avaliação: Projeto Integrado Federal do Setor Água**
– Interaguas. 2011.

_____. **Formal and informal Markets for Water: Institutions, Performance, and Constraints**. Pp 99-116. 1999.

_____. **Projects and Operations: Setor de Recursos Hídricos Integrados Federais do Brasil – Interaguas**. Disponível em: <<http://projects.worldbank.org/P112073/br-federalintegrated-water-interaguas?lang=pt&tab=overview>>. Acesso em: 29 de março de 2017.

FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE POSSE DE DILMA ROUSSEFF (PRIMEIRO E SEGUNDO GOVERNO) E MICHEL TEMER

Charles Vinicius dos Santos Cruz, Amanda Karine Ferreira Figueiredo

Ana Cláudia Niedhardt Capella

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Agenda Governamental; Políticas Públicas; Discursos de Posse.

INTRODUÇÃO

A agenda governamental é a parte inicial do ciclo de uma política pública. Sua formação relaciona a percepção das demandas à forma como o governo reage a elas. A agenda é, então, o filtro pelo qual o governo seleciona, dentre a profusão de assuntos que permeiam as discussões políticas, quais questões se tornarão objeto das políticas públicas.

É da estruturação da agenda governamental que se delineiam quais serão as prioridades de ação por parte do governo. Cobb e Elder (1971; 1972) evidenciam a importância desse processo pré-decisório para a compreensão das alternativas pautadas pelos tomadores de decisão. A construção da agenda é capaz de apontar quais temas são priorizados por aqueles que realmente são capazes de transformar ideias em políticas, além de contribuir para que as relações entredemandas públicas e a ação governamental se tornem mais compreensíveis. Firma-se então como o desenrolar inicial de um processo, que passa em seguida pela formulação, pelo processo decisório, implementação e, por fim, na avaliação da política elaborada (Secchi, 2013).

Diversos indicadores podem ser considerados na análise da entrada e saída de assuntos na pauta governamental ao longo de dado período de tempo. É possível, por exemplo, mapear, através de manchetes de jornal, quais assuntos receberam maior atenção por parte da imprensa, considerando-se que os assuntos destacados na primeira página são escolhidos de acordo com sua relevância. Assim, essas manchetes indicam quais temas despertam o interesse das discussões cotidianas em certo recorte temporal.

Paralelamente, podem-se investigar os textos das leis propostas e/ou aprovadas pelo Legislativo dentro do mesmo período e, por meio de análise comparada, perceber até que ponto a mídia exerce influência nos processos decisórios, ou confrontar até que ponto os assuntos de interesse da população são os mesmo ou se diferenciam daqueles nos quais se centra a atenção do governo.

Evidentemente é possível extrair da análise da agenda governamental mais uma profusão de informações relevantes e, além dos assuntos elencados pela mídia e das Leis propostas e/ou aprovadas pelo Legislativo, a literatura recente utiliza como indicadores, dentre outros, emendas, leis complementares, medidas provisórias; documento “Mensagens ao Congresso”; pesquisas de opinião pública, dados de orçamento aprovado anualmente e discursos da Presidência da República. É nesse último indicador que esse projeto de pesquisa se concentra, inserido nos estudos conduzidos pelo “Laboratório de Agenda Governamental”, sediado na Unesp-Araraquara.

O discurso de posse é o marco inicial, por meio do qual o chefe do Executivo declara quais são as prioridades do seu governo, sendo um dos seus marcos mais expressivo. Configura-se, portanto, como relevante para as investigações conduzidas pelo Laboratório e que, somado a um conjunto de outros indicadores, permitirá mapear o trabalho e a atenção dos formuladores de políticas públicas pelos poderes Executivo e Legislativo brasileiro.

OBJETIVO

Como objetivo geral essa pesquisa pretende mapear e analisar os discursos de posse proferidos pela Presidente Dilma Rousseff, em 2011 e 2015 e também o discurso de posse proferido pelo então Presidente interino Michel Temer, em 2016. Mapear, classificar e analisar esses documentos possibilita identificar quais temas os oradores, no início de seus mandatos, elegeram como prioritários. Os discursos poderão ainda ser estudados em conjunto com outros elementos mapeados no âmbito do Laboratório de Agenda Governamental, construindo um paralelo entre agendas do Executivo, do Legislativo e da mídia.

Listam-se como objetivos específicos:

- Identificar e mapear o conteúdo dos discursos presidenciais de posse proferidos em 2011; 2015 e 2016;
- Analisar os discursos, classificando-os de acordo com as políticas públicas às quais o documento faz referência;
- Identificar e analisar mudanças e continuidades nas prioridades relacionadas às políticas públicas mencionadas nos discursos sob análise;
- Analisar, comparativamente, as prioridades encontradas nos discursos presidenciais de posse e outros indicadores de agenda já mapeados pelo Laboratório de Agenda Governamental.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira etapa do trabalho é composta por revisão de literatura teórica sobre o processo de formação da agenda governamental e formulação de políticas públicas, bem como pela seleção do conjunto de documentos que serão submetidos aos procedimentos de análise - nesse caso, os discursos de posse proferidos pela Presidente Dilma Rousseff, em 01 de janeiro de 2011 (contendo cerca de 4000 palavras) e em 01 de janeiro de 2015 (cerca de 4600 palavras); e pelo então Presidente Interino Michel Temer, em 12 de maio de 2016 (cerca de 2800 palavras) - encontrados no site virtual do Palácio do Planalto da Presidência da República.

Em seguida, inicia-se a segunda fase, composta pelo mapeamento dos principais temas abordados nos três discursos selecionados, utilizando-se o método da análise de conteúdo, que propõe o uso de recortes dos textos, compostos por trechos, palavras ou temas, para posterior categorização.

Esses recortes serão dos discursos serão então alocados e categorias temáticas e constituirão um banco de dados sobre a frequência em que os tópicos se repetem nos documentos analisados. Esta pesquisa adotará as categorias pré-estabelecidas pelo *codebook* do Laboratório de Pesquisas sobre Agenda Governamental, livro de códigos baseado na proposta do *Comparative Agendas Project* – rede de pesquisa que reúne

investigadores de diversos países em torno da análise das agendas governamentais, com base em uma metodologia comum – e adaptado ao cenário político brasileiro.

Por fim, os dados categorizados serão submetidos à análise histórico-comparada, propiciando confrontar em que medida houve continuidade ou mudança nas prioridades do Executivo e seus discursos de posse. Será possível ainda identificar padrões de prioridades setoriais e perceber suas mudanças ao longo do período analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa está em estágio inicial e, portanto, não há resultados definitivos a serem apresentados. O trabalho concentra-se agora na sistematização dos dados coletados e no embasamento teórico e metodológico, para que no segundo semestre de 2017 sejam iniciadas as codificações dos temas e, posteriormente, às análises propostas pela terceira etapa, constante na metodologia.

CONCLUSÕES

Todas as políticas públicas percorrem o caminho que vai da formulação da agenda à avaliação dos seus resultados. Compreender esta formulação é, portanto, compreender o raciocínio com que o governo desenvolve suas atividades, quais são suas prioridades e como se trava o processo decisório.

Ainda em sua primeira fase, percebe-se que há uma escassez histórica de material teórico no que concerne à formulação da agenda governamental, mas que o tema tem crescido como tema de pesquisa em anos mais recentes. Expandem-se as análises incorpora-se novos conceitos e abordagens importantes para a compreensão da formação e no processo de mudança da agenda.

A análise da agenda é, de certo modo, a composição de um retrato de uma sociedade e seus governos, abrangendo suas demandas e a maneira como elas se

reconfiguram, se extinguem e que surgem novas temáticas ao longo do tempo e nisso reside muito da sua importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLEBY, Paul H. **Policy and Administration**. Alabama. University of Alabama Press, 1949.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMGARTNER, Frank R; JONES, Bryan D. **Agendas and Instability in American Politics**.

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D., "The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory", **Journal of Politics**, vol. 33, nº 4, 1971 (pp. 892-915).
_____. **Participation in American Politics: The dynamics of agenda building**. Boston: Allyn and Bacon, 1972.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas**. Elsevier, 3ª edição, São Paulo, 2013 (pp. 103-120).

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T.S. e MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquema de análise, casos práticos**. 2ª. Ed. São Paulo, Cengage Learning, 2013.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ENCARCERAMENTO FEMININO

Jéssica Santiago Cury, Paulo César Corrêa Borges

UNESP-Franca

Palavras-chave: prisão; políticas públicas; mulheres.

INTRODUÇÃO

Os cárceres têm servido como grande depósito de seres humanos que vivem em situações degradantes e de constantes violações de seus direitos fundamentais. Os presos sofrem punições que ultrapassam a penalidade imposta pelo delito cometido. A situação caótica das prisões é impulsionada diariamente pelo encarceramento em massa.

Mesmo diante dessa realidade o Brasil vive uma incoerência entre o alto investimento em segurança pública e a escassez de políticas públicas voltados para encarcerados, tal realidade é suscetível de análise no que concerne às funções implícitas que o sistema penal exerce. Uma possível hipótese seria o controle da desordem cometido pela exclusão e desigualdade social.

No tocante às políticas públicas voltadas para as mulheres encarceradas, tal prerrogativas são ainda mais precárias, mesmo sendo visível a vulnerabilidades dessas mulheres. Assim, diante desse cenário a presente pesquisa buscou analisar as diferentes significações sobre políticas públicas e como tais políticas podem ajudar a efetivar os direitos das encarceradas, promovendo assim sua visibilidade perante a sociedade cível.

OBJETIVO

Busca-se por meio desta pesquisa descrever algumas significações de políticas públicas e algumas de suas espécies, como por exemplo, política criminal e penitenciária. Além disso, demonstrar como tais prerrogativas é um caminho de promover a visibilidade

das mulheres encarceradas, bem como são instrumentos de efetivação do princípio da dignidade humana destas mulheres que se encontram em situações degradantes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a presente pesquisa será necessário um aprofundamento bibliográfico acerca do tema e dos conceitos que constituem o objeto estudado (políticas públicas e encarceramento feminino), com objetivo de aprofundar a pesquisa.

O método utilizado será o dialético, uma vez que a realidade do cárcere não é algo dado e estabilizado, sendo necessário identificar os processos, os conflitos existentes e as contradições envolvidas.

O método dialético, além de identificar os processos e os conflitos existentes, compreende a dificuldade de apresentar o real, sendo que a realidade irá se construir durante a pesquisa por meio das noções de totalidade, mudança e contradição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar da mulher ser minoria no sistema prisional, constituindo cerca de 6% dos encarcerados do Brasil, nos anos 2000 a população carcerária feminina era de 10.112 mulheres, já em 2014 foi constatado 37.380 mulheres em situação de prisão (DEPEN). Diante disso, tem-se o difícil desafio de promover políticas públicas para toda essa população carcerária que vem aumentando em grandes proporções.

De acordo com os dados colhidos pelo DEPEN as mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade são maiorias pretas ou pardas, com baixa escolaridade, de baixa renda, jovem, acusadas ou condenadas pelo crime de tráfico de drogas. A pobreza e a questão da igualdade são sempre principais pautas nas políticas públicas, porém a efetividades destas se contrapõe com o ideal capitalista que fortalece uma política privatista. Nesse ínterim, entende-se por política pública:

[...] ação estatal deve estar focada no bem-estar público, trata-se de uma ação pública realizada com recursos que também são públicos, porque tanto os objetivos quanto os mecanismos ou procedimentos através dos quais a ação governamental se concretiza devem fazer com que se obtenha o maior bem-estar possível de forma mais eficiente. Dessa forma, a PP tem o objetivo de encarar e resolver um problema público de forma racional através de um processo de ações governamentais. (VÁZQUEZ; DELAPLACE, 2011)

Dentro do gênero política pública, há várias espécies, entre elas a política social e penitenciária, esta última voltada para a execução penal, estabelecimentos prisionais, apoio ao egresso, etc. O que não se pode confundir com política criminal que constitui "a tarefa de rever e, em dado caso, delimitar novamente a zona penal, assim como medir a forma operativa das sanções segundo a missão da justiça criminal" (FERNANDES, 2001).

Assim, tem-se política penitenciária é um tipo de política pública direcionada ao setor de segurança pública e execução criminal, enquadrando, assim, a questão das mulheres encarceradas. Tais políticas públicas tem que se pautar na dignidade da pessoa humana como fim de garantir os direitos fundamentais das mulheres presas.

Quando se pensa em políticas públicas direcionadas as mulheres presas, além das questões gerais que envolve o sistema carcerário, como por exemplo estigmatização da população negra e pobre, marginalização socioeconômica, tais prerrogativas no âmbito do cárcere feminino detém de certas particularidades, tais como questões relacionados a filhos/as, gravidez, liberdade para exercício sexual.

Portanto, uma alternativa para atender as particularidades da mulheres presas , e assim, promover sua visibilidade perante a sociedade civil e a Administração Pública é a construção de políticas públicas voltadas as necessidades específicas de tais mulheres. Para entender quais são essas especificidades é necessário construção do sujeito de direito, nesse caso, a mulher em situação de prisão. Por isso, se torna indispensável dar voz para tais mulheres, para que assim seus direitos sejam efetivados

CONCLUSÕES

O escopo da presente pesquisa foi traçar um breve diagnóstico no que concerne as políticas públicas direcionadas as mulheres encarceradas, a partir do recorte de como tais prerrogativas promovem a visibilidade da mulher em situação de prisão.

Através de um estudo analítico que envolveu as definições de políticas públicas, percebe-se que política criminal, penitenciária e social, constituem o gênero “política pública”, constituindo espécies distintas. Além disso, distinguem-se quanto a aplicabilidade de cada uma, porém a política penitenciária constituiu forma de política social e possui como finalidade garantir direitos fundamentais os encarcerados.

Por fim, é necessária implementação de tais políticas, respeitando as particularidades das mulheres presas, para que assim promova a visibilidade do encarceramento feminino perante a sociedade civil, bem como efetive os direitos sociais de tais mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório estatístico analítico**. Brasília, 2014.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ALVES, Paula Pereira Goonçalves. Prisão e políticas públicas: Uma análise do encarceramento feminino no estado do Ceará. *Revista de Ciências Jurídicas Pensar*. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/3631> acesso em 18 abr 2017.

FERNANDES, Fernando Andrade. **O processo penal como instrumento de política criminal**. Coimbra: Alamedina, 2001.

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domtille. Políticas Públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo de construção. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 8, n. 14, p. 35-66, jun. 2011.

FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL: UMA COMPARAÇÃO NO DISCURSO DE POSSE ENTRE OS CHEFES DO EXECUTIVO MUNICIPAL E FEDERAL ELEITOS PELO PT

Bruna Carolina Soares de Jesus, Charles Vinicius dos Santos Cruz

Ana Cláudia F. Terence

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: discurso de posse; executivo; formação; agenda governamental; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante destacar que para entender com maior afinco a temática de políticas públicas, deve-se ter como base que as mesmas percorrem, em toda sua formulação e prática, uma série de momentos até serem de fato concretizadas. Os momentos são divididos em processos analíticos como um ciclo.

Esse ciclo de políticas públicas, como um modelo, tem origem na formação da agenda governamental, passando pela fase da formulação posteriormente, o que permite por consequência um avanço ao processo decisório quanto ao que foi formulado, e por conseguinte, a implementação. É importante ressaltar o término do ciclo antes mesmo do recomeço, na avaliação da política elaborada (HOWLETT, 2013; SECCHI, 2013).

A fase inicial, sendo o momento de pré-decisão, tem alta magnitude vez que impacta decisivamente os resultados e todo o processo político. (HOWLETT, 2013).

Para uma avaliação acerca de comparação, com intenção de análise a partir da Agenda Governamental, foi escolhido avaliar os discursos de posse dos seguintes agentes públicos: Luiz Inácio Lula da Silva e Edson Antônio Edinho da Silva. O primeiro assumiu a Presidência da República, pela primeira vez, no ano de 2003, e o segundo assumiu a Prefeitura de Araraquara no ano de 2005, em seu segundo mandato consecutivo. Em tais discursos, há expectativas e promessas de melhoras perante um conjunto de pessoas e o local delimitado pelo cargo. Esses vêm carregados de intenções, as quais deseja-se reconhecer através de uma análise com base na Agenda

Governmental dos agentes escolhidos, para definir se as mesmas advém de uma ideologia partidária ou se realmente possuem essência de preocupação originada por necessidade local.

Para que seja melhor compreendido o intuito do projeto, é significativo conhecer que a literatura sobre a Agenda Governamental nasceu no campo da ciência política, ao decorrer dos anos 1970, por forte influência da discussão embasada em pautas de conflito e poder inerentes aos estudos de Bachrach e Baratz (1962; 1963) e Schattschneider (1960). A análise dessa formação foi construída ressaltando a importância fundamental dos processos iniciais, os quais precedem as decisões sobre a formulação da Agenda, o que gera um maior entendimento perante o que será enfocado, isto é, decido por aqueles que tomarão a decisão de fato a cerca da formulação e seus processos até a prática (COBB E ELDER, 1971; 1972).

Conforme Arretche, Hochman e Marques (2007) no Brasil a literatura sobre a formação da Agenda ainda é inópia. Todavia o estudo sobre as políticas públicas vem sendo ampliando nas últimas décadas.

Para verificar o processo de entrada e saída de assuntos na pauta do governo ao decorrer do tempo, diversas variáveis podem ser aproveitadas.

Uma contemporânea literatura internacional, a mais recente, tem utilizado como indicadores os seguintes elementos: dados do orçamento aprovado anualmente; leis propostas e/ou aprovadas pelo Legislativo; assuntos veiculados pela mídia; discursos da Presidência da República, entre outros proveitos (BAUMGARTNER; JONES, 2002; BONAFONT, PALAU; BAUMGARTNER, 2015).

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa em questão é mapear, analisar e comparar o conteúdo dos dois discursos de posse, enunciados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e pelo Prefeito Edson Antônio Edinho da Silva, em 2005. Por meio das três fases planejadas para avaliação dos conteúdos presentes nessas declarações, será possível identificar os temas prioritários selecionados pelos oradores no momento de início de seus mandatos. A partir dessa verificação, haverá a possibilidade de compará-los e chegar à conclusão de

se tais discursos seguem uma ideologia partidária ou não. Para tanto, será feita uma análise comparativa entre os temas presentes em ambos.

Além disso, os discursos proferidos no momento da posse podem ser avaliados em contraste com outros elementos da pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Agenda Governamental.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracterizada como exploratória e comparativa de casos, será organizada em três fases para a sua realização: a primeira delas refere-se a revisão de literaturas, as quais abranjam as temáticas do projeto (formação da agenda governamental, processo de formulação de políticas públicas e discurso), tal como o levantamento do *corpus documental*, isto é, “a seleção do conjunto dos documentos que serão levados em consideração para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2011, p. 126). Diante disso, os documentos a serem levantados são dois discursos de posse, proferidos no Congresso Nacional por: a) Luis Inácio Lula da Silva, em 01 de janeiro de 2003; na Prefeitura Municipal de Araraquara e por: b) Edson Antônio Edinho da Silva, em 01 de janeiro de 2005. Os documentos referentes a esses discursos podem ser encontrados no site virtual do Palácio do Planalto da Presidência da República e com a assessoria oficial do Prefeito Edinho Silva. Essa fase inicial, de construção da pesquisa, é parte fundamental do processo que estrutura as bases teóricas e metodológicas para a análise que pretende ser realizada.

Feito o levantamento desse *corpus documental*, a próxima etapa contará com a identificação e mapeamento dos principais temas apresentados nos discursos de posse. Para tanto, será necessário ponderar a etapa através do método de análise de conteúdo. A metodologia de análise de conteúdo propõe o uso de “unidades de codificação” para a análise de documentos textuais, isso quer dizer que, recortes do texto serão utilizados, os quais podem ser trechos, palavras ou temas, para subsequente categorização e análise. Dessa forma, as palavras, trechos ou temas que serão selecionados através dos discursos de posse são designados em categorias temáticas previamente definidas compondo um banco de dados sobre a frequência em que determinados tópicos aparecem nos documentos examinados. Assim, a pesquisa adotará as categorias pré-estabelecidas pelo

codebook do Laboratório de Pesquisas sobre Agenda Governamental, livro de códigos baseado na proposta do Comparative Agendas Project, o que constitui a base de estudos mais recentes da literatura internacional sobre mapeamento e mudanças na agenda governamental.

Para que a última etapa seja concretizada, o uso do método de análise-comparada se fará presente, afim de que possam ser identificadas as políticas em comum citadas em ambos os discursos. Através disso será possível aferir se as prioridades no discurso de posse do Executivo surgem em razão da necessidade de intervenção ou surge a partir de um plano ideológico de atuação já pré-definido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto em questão ainda está em sua fase inicial de desenvolvimento, sendo insuficiente para serem apresentados os resultados preliminares. No entanto está sendo possível estudar com maior afinco um tipo de questionamento, que é de suma relevância para o campo da Administração Pública, uma vez que como futuros Administradores Públicos, devemos buscar compreender o porquê certas decisões são tomadas por agentes públicos e com base no que elas são oferecidas. Quando alocamos a situação para a questão política, levamos em conta que a forma como a área tem sido estudada e explorada, atualmente, deixa em menor dos casos a origem da motivação dos discursos dirigidos por candidatos políticos. Devemos lembrar que eles são, de toda forma, o início para uma boa gestão, portanto, os discursos em sua essência devem levar a mesma importância e foco para os pesquisadores do conjunto na área política.

CONCLUSÕES

O tema em questão oferece a oportunidade de trabalhar com um assunto significativo não apenas para a graduação, mas principalmente, para o aprimoramento e experiência, embasados em pesquisas, sobre a realidade da profissão pública. Além disso, os resultados obtidos com a pesquisa proporcionarão ainda uma enorme contribuição para o “Laboratório de Agenda Governamental”, linha de pesquisa do “Grupo de Estudos em Teorias da Administração e Políticas Públicas” (GETAPP),

conduzido pela Prof. Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella, que poderá contar com uma base nova de dados, que será fundamental para a comparação com outros dados já existentes no banco de dados do grupo, além de contribuir para a literatura nacional, que é bastante escassa em nosso país, possibilitando o aprimoramento no entendimento da formação da agenda governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLEBY, Paul H. **Policy and Administration**. Alabama. University of Alabama Press, 1949.

BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S. "Two Faces of Power". *American Political Science Review* vol 56, nº 4, 1962 (pp. 947-952).

_____. "Decisions and Nondecisions: An Analytical Framework". *American Political Science Review*, vol 57 nº 3, 1963 (pp. 632-642).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMGARTNER, Frank R; JONES, Bryan D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

_____. **Policy Dynamics**. Chicago, University Of Chicago Press, 2002.

BONAFONT, Laura.C; PALAU, Anna.M. e BAUMGARTNER, Frank R. **Agenda Dynamics in Spain**. London, Palgrave Macmillan, 2015

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D., "The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory", *Journal of Politics*, vol. 33, nº 4, 1971 (pp. 892-915).

_____. **Participation in American Politics: The dynamics of agenda building**. Boston: AllynandBancon, 1972.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas**. Elsevier, 3ª edição, São Paulo, 2013 (pp. 103-120).

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T.S. e MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2007.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies**.3a. Ed. New York: Harper Collins, [1984] 2003.

SCHATTSCHEIDER, Elmer E. **The Semi-Sovereign People**. New York: Holt, Rinehart e Winston, 1960. ok

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquema de análise, casos práticos**. 2a. Ed. São Paulo, Cengage Learning, 2013.

A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL DO BNH AO MINHA CASA MINHA VIDA 2 – UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DO EQUILÍBRIO PONTUADO

Jéssica Gomes Lima, Carla R. Roczanski, Mariana Guedes, Camila Puhl

Marcello B. Zappellini

Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG-UDESC)

Palavras-chave: Política habitacional; Equilíbrio Pontuado; Agenda governamental.

INTRODUÇÃO

O trabalho mencionado procurou compreender a lógica da evolução da política habitacional no Brasil a partir da teoria do equilíbrio pontuado, elaborada por Frank Baumgartner e Bryan D. Jones. Esta foi utilizada como modelo de análise de política pública, tendo sido escolhido o período entre 1967 e 2014 para tal estudo. Sua hipótese norteadora é a de que a evolução da política segue uma lógica que pode ser compreendida a partir de tal teoria, com eventos que representam pontos de mudança na trajetória da política habitacional, mudanças de fóruns de política, etc. (BAUMGARTNER; JONES, 2009). Assim, observou-se há uma relação entre variáveis como a atenção dos meios de comunicação (mídia), despesa orçamentária e a produção de leis no Congresso se relacionam com a evolução histórica da política habitacional.

OBJETIVO

O presente projeto teve como objetivo principal investigar a evolução da política habitacional do Brasil no período abrangido entre a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH – instituição emblemática da política habitacional brasileira por décadas), em 1964, até o ano de 2014, em que tal política é realizada por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. A pesquisa abordou a evolução dessa política pública, mantida pelo governo federal, por meio da teoria do Equilíbrio Pontuado (Punctuated Equilibrium), proposta por Jones e Baumgartner (em obra publicada em 1993), de modo a observar a forma pela qual essa política, ao longo

do tempo, sofreu apenas alterações pontuais, para em momento subsequente, ser significativamente alterada (ruptura da política existente). Nessa trajetória, a pesquisa avaliaria os principais atores envolvidos, a inclusão do tema na agenda governamental, os eventos que levaram a mudanças pontuais e à mudança significativa representada pela emergência do Programa Minha Casa Minha Vida.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente foi realizada a leitura já levantada de artigos, livros nacionais e internacionais que envolvem o tema desenvolvido na pesquisa. Em seguida, houve o aprofundamento da mesma literatura e da metodologia qualiquantitativa quanto à abordagem, diacrônica quanto à perspectiva temporal, exploratória, explicativa quanto aos fins e bibliográfica e documental quanto aos meios, tipologia da pesquisa científica que foi utilizada. Os dados qualitativos consistem no histórico da política habitacional, enquanto que os quantitativos consistem nos dados orçamentários colhidos nas Leis Orçamentárias Anuais, na produção legislativa e nas notícias nos meios de comunicação selecionados. Ainda em termos de classificação da pesquisa, conforme Yin (2003) trata-se de um estudo de caso único.

A convergência entre os dados, definida por Cresswell (2015) como o resultado desse *design* de pesquisa, deu-se por meio de uma tentativa de associar os quantitativos da produção de leis com o Orçamento Público Federal e o tratamento dos meios de comunicação (mídia). Esses três dados de ordem essencialmente quantitativa foram relacionados com os dados qualitativos consolidados na evolução histórica da política habitacional do período. Devido ao fato de não ter sido possível encontrar as LOA de 1964 a 1966, a análise dos dados se realizou entre 1967 e 2014, ainda que o ano de 1964 seja o ano-base para o início da pesquisa histórica devido à criação do BNH e do Plano Nacional de Habitação.

Posteriormente ao levantamento bibliográfico, elaborou-se um resumo analítico dos principais marcos históricos sucedidos, durante a evolução histórica da política habitacional no Brasil, entre 1967 e 2014, também a relação desses fatos com os aspectos relacionados à teoria do Equilíbrio Pontuado. Tais como a importância do setor habitacional na agenda política; as trocas de governo; a repercussão de mudanças estruturais e institucionais da política, nos meios de comunicação; alterações de ministérios, fóruns (*venue changes*) na esfera do Executivo; etc. Além disso, foram

investigadas as Leis Orçamentárias Anuais da União, no intuito da coletada e interpretação dos valores orçados para habitação (durante o intervalo de tempo abordado), identificando os reflexos da política habitacional no orçamento público. Ao termino de cada fase, foi discutido os resumos sobre os elementos pesquisados e desenvolvidos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

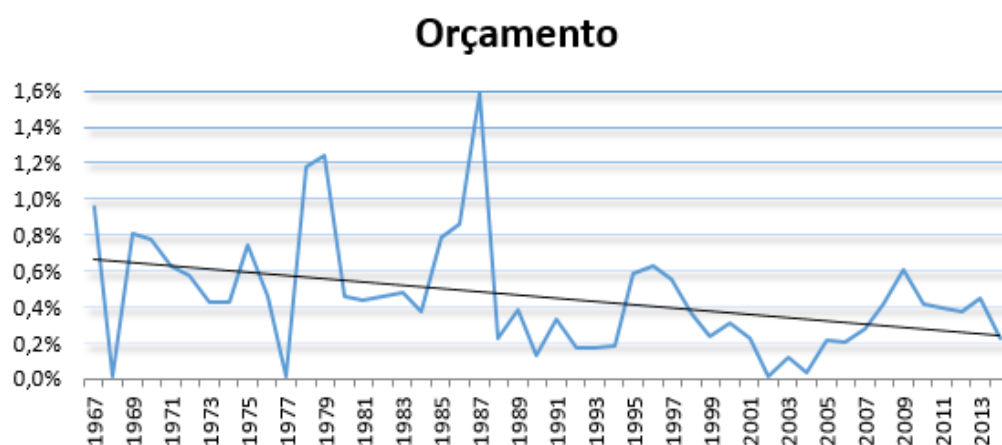
O projeto de pesquisa permitiu a compreensão sobre o que são políticas públicas, por meio de algumas definições, mas optou-se pela concepção de política pública como diretriz de ação para resolução de um problema público, esse problema deve ser reconhecido por uma coletividade como relevante, segundo abordagem de Secchi (2013). Portanto, essa definição permite perceber nas políticas públicas, a influência e participação de múltiplos atores, conseqüentemente, existindo formas de ação diferentes, logo, tais políticas tendem a ter trajetórias alteradas por intervenção desses atores. Tal conceito converge com o referido objetivo de pesquisa, permitindo a realização de análise da evolução das políticas habitacionais, e para isso se adota a teoria do equilíbrio pontuado.

Esta teoria surge no início dos anos 90 abordada pelos autores Frank R. Baumgartner e Bryan D. Jones, no livro “Agendas and Instability in American Politics” (2ª edição, 2009). Os autores a explicam como um meio de descrever a trajetória de uma política pública, que intercala períodos de estabilidade e mudança incremental com momentos de modificações significativas. Para melhor compreensão dessa característica é necessário o estudo dos múltiplos fóruns (*venues*) onde ocorrem as decisões de política (BAUMGARTNER; JONES, 2009).

A ideia de equilíbrio pontuado surge da relação de um conceito da dinâmica de políticas públicas fundamentada em mudanças normais, não inovadoras de forma contínua, interposta por momentos de transformações radicais que interrompem intensamente com a maneira pelas quais as políticas eram implementadas (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Baumgartner e Jones (2009) abordam a relação de influência entre as imagens de política e os fóruns, pois a manipulação do entendimento das questões e problemas de política e influência pelos *policymakers* sobre as organizações que desempenham jurisdição sobre esses; dessa forma, procuram interferir no processo em fóruns oportunos para reforçar imagens, articulando de forma apelativa ou que chame atenção de um determinado grupo político (BAUMGARTNER; JONES, 2009).

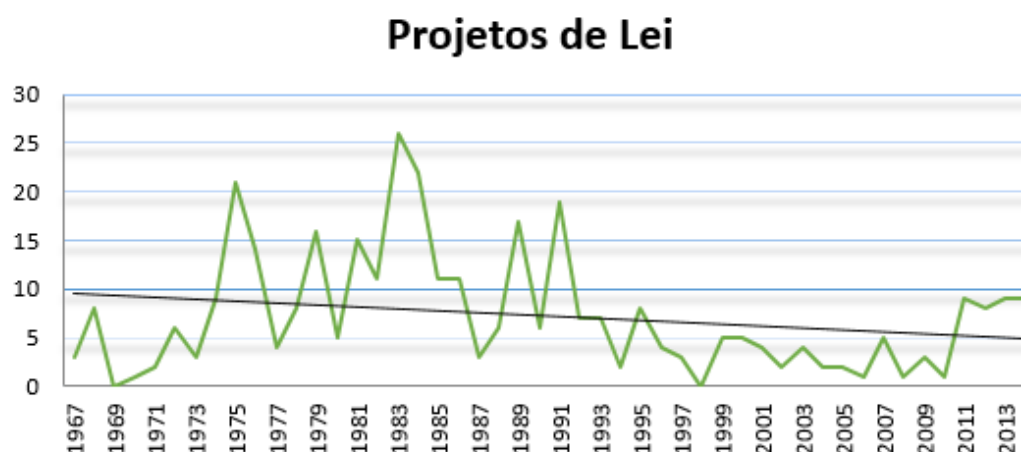
A partir dos resultados obtidos foi possível observar nos gráficos a seguir (fig.1, fig.2 e fig. 3) que a política habitacional não apresenta uma trajetória de crescimento incremental interrompida por pontuações causadas por eventos focalizadores relevantes, ainda que tais pontuações tenham ocorrido de fato, pois não se vê, historicamente, mudanças institucionais ou a criação de políticas ocorrendo nos momentos em que há alterações no orçamento, na atenção dos meios de comunicação ou na produção legislativa. Ou seja, a trajetória não segue a prevista nas análises feitas por Baumgartner e Jones em seus livros e artigos. Ao longo do período analisado, pode-se observar significativa variação nas dotações orçamentárias previstas para a política habitacional.

Figura 1: Orçamento



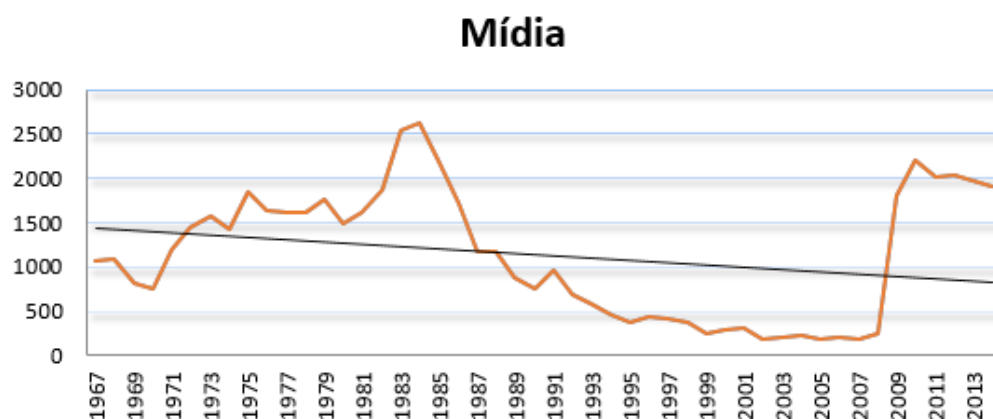
Fonte: elaboração própria

Figura 2: Projetos de lei



Fonte: elaboração própria, 2015.

Figura 3: Meios de comunicação



Fonte: elaboração própria, 2015.

CONCLUSÕES

Um importante aspecto facilitador foi o apoio dos professores, do orientador e membros do grupo de pesquisa ao se colocarem a disposição para qualquer dúvida ou sugestão. Analisando o processo de pesquisa, o aspecto que dificultou foi a indisponibilidade de alguns dados e documentos, por parte de órgãos públicos responsáveis pelo fornecimento de informações substancialmente públicas, que auxiliariam no aprofundamento da análise dos conteúdos, a exemplo os anexos detalhados de Leis Orçamentárias Anuais da União, não acessíveis no portal eletrônico do planalto, impedindo a obtenção dos dados orçamentários; a morosidade no atendimento e negligência da gestão do TJ-SC no cumprimento da Lei 12.527 (lei de acesso a informação). Além disso, os dados fornecidos pela mídia são incompletos, limitados a jornais disponíveis online, não proporcionando maior alternativa aos meios de comunicação.

Durante a pesquisa, por meio da utilização da teoria do equilíbrio pontuado como modelo de análise de política pública na área habitacional. Pode-se perceber que a trajetória da política não converge com a prevista nos estudos realizados por Baumgartner e Jones em seus escritos. Vale ressaltar que a pesquisa realizada se diferencia em diferentes aspectos das executadas pelos autores, sendo nítida a distinção. No que se refere a momentos de ruptura no mesmo período entre as variáveis, havendo mudanças na trajetória da política em momentos diferentes. Também, no sentido da utilização das

variáveis, principalmente, a do orçamento onde não foi possível a análise, por meio dos valores absolutos, em razão da variação monetária ocorrida no país durante esse período. Além disso, o contexto brasileiro tem muitas características diferentes do americano, mas em alguns momentos é perceptível, a exemplo no período que anterior à extinção do BNH, onde há uma trajetória de equilíbrio nas variáveis do orçamento e projetos de lei, ao passo que os meios de comunicação representam queda significativa. Já com o surgimento do MCMV, observa-se forte aumento da abordagem ao tema pelos meios de comunicação, enquanto o orçamento e projetos de lei demonstram pequeno aumento; porém, o programa não sofre influência num primeiro momento por essas oscilações, este pode ser considerado como causa.

Os resultados obtidos pelo projeto de pesquisa, por meio da publicação de dois artigos em eventos significativos de abrangência nacional na área de ciências sociais aplicadas, contribuíram para aprendizado sobre política pública e a importância desta para a gestão do Estado, e na resolução de problemas públicos enfrentados pela sociedade, em todo mundo. Mesmo sendo um tema ainda pouco explorado no Brasil de forma sistemática, já é possível identificar tais políticas em diferentes áreas de atuação estatal, como o estudo de caso trabalhado na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTNER, Frank R. Punctuated equilibrium theory and environmental policy. In: REPETTO, Robert (ed.). **Punctuated equilibrium and the dynamics of U. S. environmental policy**. New Haven: Yale University Press, 2006. p. 24 – 46.

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in American politics**. 2. Ed. Chicago: Chicago University Press, 2009.

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D.; MORTENSEN, Peter B. Punctuated Equilibrium Theory: explaining stability and change in public policymaking. In: WEIBLE, Christopher M.; SABATIER, Paul A. (eds.). **Theories of the policy process**. 3. ed. (e-book). Boulder: Westview Press, 2014.

BOUSHEY, Graeme. The punctuated equilibrium theory of agenda-setting and policy change. In: ARARAL Jr., Eduardo et al. (eds.). **Routledge handbook of public policy**. Abingdon: Routledge, 2013. p. 138 – 152.

BRASIL. Caixa Econômica Federal: **Minha Casa Minha Vida**: Manual do Beneficiário Apresentação de Propostas. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acessado em: 25 jun. 2015.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Programa Minha Casa Minha Vida**: Entidades Recursos FDS. Disponível em: <http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/5_Minha_Casa_Minha_Vida_ENTIDADES.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BRASIL. Planalto. **Lei Orçamentária Anual, de 1967 a 2014**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acessado em: 25 mar. 2015.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

YIN, Robert K. **Case study research**. 3. Ed. Thousand Oaks: Sage, 2003.

TRABALHO DE INTERVENÇÃO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM ARARAQUARA

Ana Carolina Barros Marques

Soraya Regina Gasparetto

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Mulher, violência, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Nas sociedades primitivas a violência física era o único modo de dominação conhecido. Nelas o homem mais forte era o líder do grupo, e as mulheres eram submetidas aos homens devido às violências físicas deles, assim ficavam encarregadas da criação dos filhos e com a evolução social, conseqüentemente foram relegadas aos cuidados domésticos.

Com o desenvolvimento cultural esse papel de *segundo sexo*¹ se reforçou socialmente. E apenas no período pós-guerra com a introdução da mulher no mercado de trabalho, adquirindo assim um papel na vida social e econômica, que as mulheres passaram a exigir seu lugar de direito na sociedade.

No contexto nacional, as primeiras denúncias de violência contra a mulher surgem apenas em 1978, cerca de um ano após a Lei do Divórcio (Lei nº6.515, de 26 de dezembro de 1977).

A principal alegação feminina para a busca do divórcio era justamente a violência doméstica. Entretanto, a lei supracitada ainda não dava o respaldo necessário à impunidade dos atos violentos contra as mulheres, já que ainda vigorava a tese da legítima defesa da honra.

Sete anos depois, mais um passo é dado em direção à proteção feminina, em 1985 é criada na cidade de São Paulo a primeira Delegacia da Mulher.

¹ O conceito “mulher” é amplamente discutido por Beauvoir (2009) ao longo de sua mais célebre obra, “O segundo sexo”, ela discorre da construção da identidade feminina em oposição à masculina, que, segundo a autora, é como o polo positivo e o neutro, enquanto a mulher é o negativo. Portanto, ela é o “não ser”, o não homem, o “outro” que deve ser mantido rebaixado para que o primeiro continue em sua posição superior. Assim a mulher é sempre posta como complemento do homem, ela nada significa sem ele, ela é a extensão de sua existência e o que ele lhe permite ser, sendo deste modo, o segundo sexo (BEAUVOIR, 2009).

Porém, é apenas com a Constituição Federal de 1988 que começa a surgir um ainda frágil respaldo legal a mulher. Em seu artigo 226, parágrafo 8, constará pela primeira vez o direito a segurança no âmbito doméstico-familiar: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa, de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 2016).

Contudo, na prática essa segurança e assistência não existiam e o Estado brasileiro mais uma vez se fazia omissivo com os direitos humanos. Esta omissão se descerrou ao mundo com o caso da farmacêutica e funcionária pública Maria da Penha Maia Fernandes.

Maria da Penha sofreu do pai de suas três filhas e até então esposo duas tentativas de homicídio. Da primeira, quando o agressor atirou na esposa dormindo na cama do casal, Maria saiu com paraplegia irreversível, da segunda quando ele tentou eletrocutá-la, Maria saiu com a convicção de não deixar Marco Antônio Heredia Viveiros ser mais um agressor de mulheres que saia impune neste país.

Desse modo, em 1983, mesmo ano de seus atentados, ela começava uma longa trajetória em busca de justiça, em busca de direitos fundamentais que o país não garantia.

Foram oito longos anos até seu ex-marido ser julgado pela primeira vez e condenado a 15 anos de prisão por júri popular. Mas, em pouquíssimo tempo este julgamento foi anulado, levando mais cinco anos para o novo ocorrer, no qual a condenação já menor, 10 anos e 6 meses, também veio a ser anulada.

Maria com auxílio de ONGs buscou órgãos de justiça internacional para pressionarem o governo brasileiro a punir seu agressor.

Em 1997 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) recebe a petição do caso. Nos anos 2000, já com o envolvimento de outros órgãos de justiça internacional ela aprovou o relatório sobre o caso e um ano após o reencaminhou para o Brasil, que não se manifestou.

Apenas em março de 2002, o nosso país se manifestou e se prontificou a seguir as recomendações desses órgãos.

Em setembro do mesmo ano, após a segunda audiência da OEA, finalmente a justiça brasileira condenou Heredia e ele foi preso.

O ex-marido de vítima ficou apenas dois anos em cárcere. Entretanto, sua condenação e a luta de Maria da Penha geraram frutos antes nunca vistos na história legal do país.

A OEA condenou o Brasil por negligência e omissão em relação às mulheres e entre outras exigências, o obrigou a criar uma legislação específica contra esta violência às acomete.

A partir de 1999 já começaram a surgir projetos de lei. Estes projetos nasceram de movimentos sociais, de ONGs de defesa à mulher e aos direitos humanos, e órgãos públicos e de justiça nacional e foram discutidos por operadores de direito antes de chegarem ao Congresso para a votação.

Deste modo, em 2004 surge a lei que dois anos posteriores foi promulgada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, que recebe também a alcunha de Lei Maria da Penha (LMP) em homenagem a mulher cuja luta a fez florescer.

Conseqüentemente, a lei aludida tipifica e define a violência doméstica contra a mulher, promovendo medidas para o combate e a prevenção da violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral da mesma.

OBJETIVO

O artigo oitavo² da Lei 11.340/2006 traz as medidas preventivas às quais todos os órgãos governamentais juntamente com não governamentais devem se incumbir e fomentar para a prevenção da violência doméstica e familiar, enquanto o décimo quarto³ prevê a criação de um juizado próprio para o combate da mesma.

Deste modo, visamos com esta pesquisa verificar até que ponto estes artigos estão sendo honrados, se estas instituições criadas com o intuito de prevenir, combater e punir a violência doméstica à mulher estão sendo eficazes.

Buscamos também averiguar se o resultado da lei supracitada é realmente positivo e quais são suas conseqüências para o combate à violência ao gênero feminino.

² A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes[...] (BRASIL, 2016).

³ Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2016).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Teremos como fonte basilar um artigo do IPEA que afirma que a lei em questão foi responsável por um decréscimo de 10% nesta violência no país.

Assim, buscaremos por meio da coleta de dados na Delegacia de Defesa da Mulher, na Defensoria Pública e no Centro de Referência da Mulher, confirmar se esta afirmação do IPEA corrobora com os dados da cidade de Araraquara.

Visamos também verificar outros dados quanto à eficácia das políticas públicas efetuadas para este fim, para isso faremos os questionamentos: Quantas mulheres procuramos órgãos públicos para pedir ajuda contra a violência? Quantas desistem no meio do processo? Qual o argumento para a retração? Há reincidência?

MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente iremos às instituições supraditas coletar dados e quaisquer informações que nos auxiliem a estudar a aplicabilidade da LMP e das políticas públicas que essa propiciou.

Com a posse destes dados faremos uma análise da eficácia e buscaremos com os órgãos responsáveis respostas caso esta análise apresente um resultado negativo. Caso isso ainda não seja satisfatório buscaremos propor soluções embasadas nessas pesquisas para implementar as políticas públicas objetivadas.

Como principal material de embasamento teórico iremos utilizar a Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Penal, mas especificamente, nesse último a Lei 11.340/2006.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho está começando este ano, sendo assim ainda estamos na fase de estudo da literatura de referência e de contato com os órgãos supramencionados para marcar a coleta de dados e discutir o problema com os agentes que trabalham na área para formarmos um cabedal basilar que nos possibilite estudar o tema com propriedade.

CONCLUSÕES

Desta maneira, nossa pesquisa ainda não apresenta conclusões, contudo, a apresentação deste trabalho nesta jornada científica visa construirmos mais uma escora para nosso arcabouço de estudo para que tenhamos a proficiência necessária ao estudo um tema tão complexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2016.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 13 de nov. 2016.

FONSECA, P. S. da. *Histórico da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.29638&seo=1>>. Acesso em: 14 abr. 2017. Pesquisa avalia a efetividade da Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24610>. Acesso em 7 abr. 2017.

SANTOS, R. A.; SOUZA, R. G. (org). *Tecer a Rede: relato e análise sobre políticas públicas para as mulheres no município de São Carlos*. São Carlos: PMSC, editora Instituto Cultural Janela Aberta, 2012.

SILVEIRA, M. L. da; COSTA, M. L. da; GODINHO, T. (org). *As mulheres construindo a cidade. Resoluções da 2ª Conferência Municipal de Mulheres da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, nº7)

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 314).

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIÇO BRASILEIRO DE RESPOSTAS TÉCNICAS E DO SISTEMA INTEGRADO DE RESPOSTAS TÉCNICAS JUNTO AOS USUÁRIOS ESPONTÂNEOS E INDUZIDOS

Isabella Mattos, Ariel Torres Alves, Rodrigo Deróbio Pironi

Sérgio Azevedo Fonseca

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Respostas Técnicas, Inovação Tecnológica, Demandas Espontâneas e Induzidas.

INTRODUÇÃO

O SIRT – Sistema Integrado de Respostas Técnicas da UNESP surge em 2011 para amparar às crescentes demandas recebidas pelo SBRT (Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas) que foi desenvolvido pelo governo federal devido à grande importância das micros e pequenas empresas para a economia nacional. Através de um sistema online gratuito é possível obter informações técnicas que possibilitem ao usuário desenvolver seu empreendimento. Essas informações são denominadas como notas técnicas as quais se subdividem em respostas técnicas e respostas técnicas complementares. Antes do SIRT o SBRT era composto apenas por usuários de demandas espontâneas, contudo havia a necessidade eminente de uma experiência de aproximação ao usuário, experiência essa, que foi desenvolvida pelos mediadores do SIRT ao induzirem demandas com a perspectiva de um novo olhar voltado a inovação.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é avaliar o desempenho do SBRT (Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas) e do SIRT (Sistema Integrado de Respostas Técnicas) a fim de se constatar a efetividade dos mesmos com relação as demandas pelos usuários espontâneos e prospectadas no caso dos usuários induzidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa conta com um banco de dados fornecido pelo sistema integrado de respostas técnicas (SIRT) que em um primeiro momento foi utilizado com o intuito de selecionar a amostra dentro dos critérios apresentados no projeto da pesquisa em questão. Os critérios foram: seleção das demandas espontâneas e induzidas, das respostas técnicas e respostas técnicas complementares dentro do horizonte temporal de junho de 2011 a junho de 2013 e do raio de 200 quilômetros em relação a cidade de Araraquara.

O segundo passo, se conteve na elaboração de um instrumento de coleta de dados que nesse caso foi um questionário que visasse correlacionar as características dos usuários com as respostas apresentadas, bem como o desenvolvimento das mesmas. No intuito de validá-lo realizou-se uma pré aplicação em usuários SIRT residentes em Araraquara.

Como próxima etapa, tentou-se contactar os usuários a fim de realizar as viagens previamente estabelecidas e organizadas por regiões administrativas na intenção de coletar dados mais abrangentes. Essa etapa ocasionou um atraso significativo a pesquisa pois muitos usuários em detrimento dos dados desatualizados não foram encontrados e os que foram, raros exitosos a participar da pesquisa. Nesse cenário, houve a expansão do horizonte temporal de 2011 a 2015 com o propósito de obter-se a amostra de 40 usuários. Contudo as dificuldades continuaram as mesmas e a amostra obtida foi de 28.

Portanto, as fases seguintes se debruçarão nas análises metodológicas quantitativas e qualitativas dos dados diante da tabulação dos resultados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa encontra-se em sua fase final, portanto, não há resultados explícitos até o momento. Porém, através das dificuldades apresentadas no tópico anterior, pôde-se constatar algumas falhas no serviço prestado, principalmente no que diz respeito a plataforma online. Grande parte dos indivíduos não apresentaram informações de contato como telefone e e-mail bem como os nomes completos, pois a plataforma não exigia os mesmos. Os que constavam no banco de dados na maioria deles possuíam contatos

desatualizados. Além disso, diante do horizonte temporal englobar respostas técnicas antigas como as dos anos de 2011, muitos usuários não se interessaram em participar da pesquisa por não terem mais interesse no assunto demandado, muitos já haviam mudado de emprego (no caso de usuários que eram funcionários), outros fecharam a empresa e outros tantos mudado de localidade (encontrando-se fora do raio proposto). Para tentar encontrá-los os pesquisadores se utilizaram de ferramentas de busca do google como o site “busca sócio” e também em redes sociais como Facebook e LinkedIn. Mesmo diante das tentativas o número da amostra teve de ser reduzido.

A tabela abaixo ilustra as dificuldades encontradas com relação aos usuários espontâneos.

TABULAÇÃO DOS USUÁRIOS ESPONTÂNEOS NÃO QUESTIONADOS	
1º ANÁLISE	
USUÁRIOS SEM FORMA DE CONTATO	7
USUÁRIOS SEM NOME COMPLETO	25
2º ANÁLISE	
USUÁRIOS COM MUDANÇA DE LOCALIDADE	3
USUÁRIOS COM MUDANÇA DE EMPREGO	4
USUÁRIOS COM MUDANÇA DE RAMO	3
USUÁRIOS COM EMPRESAS FECHADAS	2
USUÁRIOS COM CONTATO DESATUALIZADO	17
USUÁRIOS NÃO DISPOSTO A PARTICIPAR	7
TABULAÇÃO DOS USUÁRIOS ESPONTÂNEOS QUESTIONADOS	
USUÁRIOS PARTICIPANTES	14
<i>TOTAL</i>	85

CONCLUSÕES

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, ainda não é possível extrair conclusões definitivas. Pode-se inferir contudo, que, com base nas eminentes dificuldades, para que o serviço brasileiro de respostas técnicas (SBRT) possa permanecer

uma relação mais direta com seus usuários bem como avaliar os serviços prestados pelos sistemas vinculados, é de extrema importância que haja mudanças na plataforma online do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, S. A.; KRUGLIANSKAS, I. Inovação em microempresas de setores tradicionais: estudos de casos em incubadoras brasileiras. In: Tecnologia e inovação: experiência de gestão na micro e pequena empresa. São Paulo: PGT/USP, 2002, p. 89-109.

FONSECA, S. A.; SARTORELLI, N. L.; BARBOZA, R. A. B. A resposta técnica como fator indutor de inovações de baixa complexidade para empreendimentos de pequeno porte. In: XV Congresso Latino Iberoamericano de Gestão de Tecnologia - ALTEC 2013, 2013, Porto. Anais... Porto: UTEN Portugal, 2013. v. 1. In: MARCOVICH, J.(Org.) Tecnologia da informação e estratégia empresarial. São Paulo: FEA/USP, 1996.

UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

Kemilly Bianca de Mello

Wilson José Alves Pedro

UFSCar

Palavras-chave: Programas de Qualidade de Vida; Instituições Públicas de Ensino Superior; Setor Público.

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida no trabalho proporciona melhorias tanto à organização quanto aos indivíduos que nela atuam, contribuindo para os aspectos profissionais e pessoais. Nesse sentido, muitos Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) vêm sendo adotado pelas organizações visando valorizar os trabalhadores e ainda propiciar um bom ambiente de trabalho.

Apesar da prevalência de PQVT em organizações privadas, o setor público vem também implementando esse tipo de programa. Novas propostas de gestão e mudanças nas estruturas burocráticas aparecem para estabelecer um melhor ambiente de trabalho e produção, levando em consideração não apenas a organização em si, mas também as pessoas envolvidas. Nesse contexto é que os PQVT mostram-se importantes de serem implantados. O bom convívio do indivíduo em seu ambiente de trabalho, a garantia de benefícios e satisfações, a valorização e o reconhecimento dos trabalhadores são ações fundamentais para o desempenho das pessoas e dos resultados da organização.

A gestão de um PQVT exige grandes responsabilidades, seja na articulação do programa, no processo de avaliação ou na interação com outros setores e unidades da organização. O rol de competências de um gestor de PQVT é extenso, por conta disso há muitos desafios a serem superados.

Reconhecendo a repercussão que um PQVT pode acarretar na organização, aos trabalhadores e aos gestores é que esta pesquisa foi realizada. Considerando ainda a necessidade de refletir sobre os caminhos que a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e seus programas vêm tomando e seu grau de impacto e influência na organização e nas pessoas. Cabe salientar que este trabalho representa um recorte da dissertação de mestrado da pesquisadora.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho é caracterizar a gestão de programas de Qualidade de Vida no Trabalho em instituições públicas de ensino superior (IES), analisando as práticas atuais em Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho das IES públicas localizadas no Departamento Regional de Saúde de Araraquara - DRS III.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa foi teórica e empírica. Segundo Vergara (2005) há dois critérios quanto ao tipo de pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios. De acordo com essa classificação, a pesquisa quanto aos fins foi descritiva e exploratória, e quanto aos meios de investigação foram adotados a pesquisa documental, bibliográfica e estudo multicaso.

O estudo multicaso foi desenvolvido com as instituições públicas de ensino superior do Departamento Regional de Saúde de Araraquara - DRS III: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) - Universidade de São Paulo (USP) e Faculdade de Ciências e Letras (FCL) - Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada. Três pessoas foram entrevistadas, sendo uma gestora do PQVT da EESC-USP e duas representando o PQVT da UFSCar. Apenas na FCL-Unesp é que não foi possível a realização de

entrevista, e devido a este fato as informações acerca do PQVT desta instituição foram adquiridas por documentos, sites e outras referências de domínio público.

Antes de iniciar a análise e interpretação dos dados foi realizada a transcrição das entrevistas. No próximo momento se deu a pré-análise, em que foi feita a leitura dessas transcrições, assim como de documentos, relatórios, editais, regimentos, boletins informativos, portarias, jornais e de informações presentes em sites. A seguir ocorreu a exploração do material através da codificação, por meio da busca de partes e trechos principais referentes à temática da pesquisa, assim, com esses dados foi possível compará-los entre si, para que dessa forma se desse sua organização e classificação em blocos da mesma categoria, como por exemplo: gestão do PQVT, ações e atividades do PQVT, histórico do PQVT.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os PQVT das IES denotam muitas particularidades, não há uma regra geral para gerir um programa desta categoria, pois cada ambiente de trabalho apresenta um contexto específico, com sua história, cultura, valores, normas, metas, objetivos, além das diversas categorias dos trabalhadores. Essa promoção de qualidade de vida envolve mudanças internas na organização, porém esse processo é lento, principalmente no setor público, já que as organizações apresentam fortes traços burocráticos.

A disseminação dos ideais do programa é crucial para seu sucesso já que apenas a implantação de um PQVT não garante êxito. A gestão de um programa de QVT requer um trabalho de comunicação, conscientização e educativo entre a própria equipe e esta e os trabalhadores.

Quadro 1 - Análise comparativa entre os PQVT

		EESC-USP	FCL-Unesp	UFSCar
IMPLEMENTAÇÃO	Iniciativa	<ul style="list-style-type: none"> Individual (professor) 	<ul style="list-style-type: none"> Individual (professora) 	<ul style="list-style-type: none"> Coletiva (ProEx)
	Razões	<ul style="list-style-type: none"> Questão estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> Questão estratégica 	<ul style="list-style-type: none"> Questão legal
	Eixo norteador	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da saúde
GESTÃO	Dimensões e componentes da competência profissional	<ul style="list-style-type: none"> Formação teórica Engajamento ético 	<ul style="list-style-type: none"> Formação Teórica Formação Metodológica Engajamento ético 	<ul style="list-style-type: none"> Formação Teórica Formação Metodológica Engajamento ético
	Perspectivas futuras	<ul style="list-style-type: none"> Expansão por todo o campus da USP 	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento do programa 	<ul style="list-style-type: none"> Sem projeções

AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Feedback pós atividades e ações Diálogos com membros da equipe 	<ul style="list-style-type: none"> Encontros e diálogos entre os articuladores 	<ul style="list-style-type: none"> WHOQOL-BREF Escala de Autoestima de Rosenberg Feedback pós atividades e ações Relatórios
-----------	---------------------------	---	---	---

Fonte: Autoria própria.

CONCLUSÕES

Caracterizar os programas de QVT da UFSCar, EESC-USP e FCL-Unesp, focalizando na sua gestão, ensejou muitas reflexões que proporcionaram um maior conhecimento e envolvimento com a temática QVT. A realização de um estudo multicaso ocasionou conhecimentos sobre três grandes IES públicas e estas informações mostraram-se oportunas como forma de contribuição para novas investigações tanto em outras IES, quanto em outras organizações que apresentam um programa de QVT.

Apesar de muitos esforços advindos desde a implantação dos programas e que ainda perduram para a sua manutenção, é necessário que esta disposição em melhorar o ambiente de trabalho e a qualidade de vida do servidor permaneça, pois isto é a força motriz para profundas mudanças organizacionais, de hábitos e de mentalidades. É

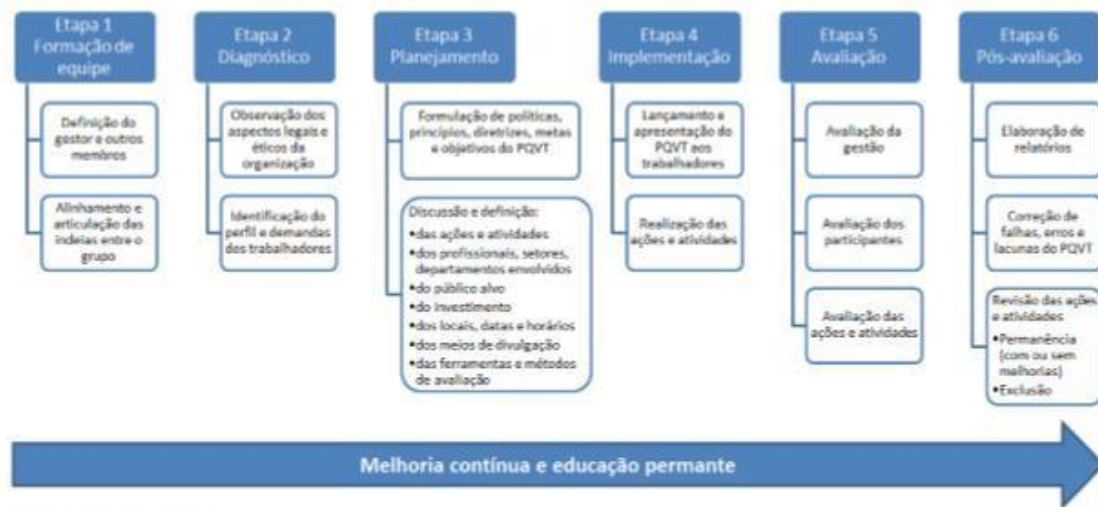
compreensível que os resultados e objetivos previstos não sejam identificados em curto ou médio prazo, pois um programa capaz de influenciar nos aspectos biológicos, psicológicos, sociais e organizacionais demanda muita dedicação, conhecimento, envolvimento coletivo e outros fatores internos e externos. A interação entre os membros da equipe e esta com outros setores e unidades da instituição mostra-se primordial para o fortalecimento do PQVT e favorece na propagação dos princípios que o programa adota.

Outro ponto importante a ser destacado é a avaliação, pois é um processo essencial para medir a QVT e decidir os caminhos a serem seguidos, sendo necessário o manejo de instrumentos e técnicas adequadas, sem ignorar as demandas dos servidores. Pois, caso não haja um cuidado neste processo os esforços serão direcionados erroneamente. Dessa maneira, das inúmeras vantagens que uma boa avaliação pode trazer, frisa-se a aprendizagem e expertise que os gestores ou avaliadores conquistarão, e isso proporcionará uma reflexão nas decisões e ações futuras do programa.

As contribuições acerca da caracterização dos casos pesquisados visam identificar qual é a tendência dos programas de QVT implantados nas IES públicas da região DRSIII-Araraquara. A partir dessas informações, acredita-se que outras IES possam se beneficiar com esta pesquisa, implantando, modificando ou permanecendo no trajeto que vem sendo trilhado em relação ao programa. Mas a contribuição maior é quanto ao incentivo em investir em PQVT, e que apesar das dificuldades que este apresenta, os benefícios intangíveis acarretarão grandes melhorias aos trabalhadores e à organização.

Por fim, segue um direcionamento de algumas etapas acerca dos caminhos para a implantação de um PQVT, segundo os casos pesquisados e os aspectos teóricos. (FIGURA 1):

Figura 1- Etapas para a implantação de um PQVT



Fonte: Autoria própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Mário César. **Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. Brasília: Edições LPA, 2011.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. Gestão da qualidade de vida no trabalho: evolução, aplicação e soluções da metodologia biopsicossocial e organizacional-BPSO96. IN: **Temas avançados em qualidade de vida**, v.1. Londrina: Midiograf, 2015.

OGATA, Alberto; SIMURRO, Sâmia Aguiar. **Temas avançados em qualidade de vida: gestão de programas de qualidade de vida, manual prático para profissionais brasileiros**. v.2. Londrina: Midiograf, 2015.

Rede Viva Melhor. Disponível em: <<http://unesp.br/redevivamelhor>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

VERGARA, S. V. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2005.

A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Mariana Lima Menegaz, Alexandre Walmott Borges

UNESP

Palavras-chave: Administração Pública; Mediação; Conciliação.

INTRODUÇÃO

O poder judiciário encontra-se com inúmeros processos em trâmite, em todas as suas instâncias, não possuindo lapso temporal estimado para que as demandas encerrem-se definitivamente, constituindo coisa julgada.

Segundo pesquisa realizada, a Administração Pública encontra-se entre os maiores litigantes do país (BRASIL, 2016a). Desse modo, é notório que a cultura do litígio está instaurada em nossa sociedade, haja vista que os indivíduos almejam no Poder Judiciário, soluções para qualquer questão controversa que envolva duas ou mais pessoas, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

O diálogo, a interação e a certeza de que os próprios indivíduos são os melhores capacitados para resolverem litígios, necessita ser retomada por todos, através do empoderamento das partes (URY, 2003), inclusive das pessoas jurídicas, que estão em juízo representados por seus prepostos, sócios e também pelo Advogado-geral da União, nos casos em que a parte é a Administração Pública Federal.

Os métodos alternativos de resolução de conflitos, que incluem a mediação, a arbitragem e a conciliação, estão dispostos no ordenamento jurídico brasileiro, porém, encontram respaldo em países estrangeiros há tempos, como nos Estados Unidos da América (EUA), que, desde 1970, utiliza o sistema de “Multidoor Courthouse” (BRASIL, 2016b), verificando que as questões podem ser resolvidas para além do judiciário e que ninguém melhor do que os envolvidos para definirem qual a solução correta aos seus próprios conflitos.

A legislação brasileira apoia a utilização da arbitragem, conciliação e da mediação como forma alternativa, em face à tradicional, que é o Poder Judiciário, para solução dos conflitos que envolvam a Administração Pública como parte, conforme vislumbrado na Lei nº 13.140/15, na Lei nº 9.307/96 e Lei nº 13.129/15 (referentes à Arbitragem), no Código de Processo Civil de 2015 (BRASIL, 2017a) e no Decreto nº 7.392/10, que regulamenta a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

Conforme o artigo 32, I, da Lei nº 13.140/15, é possível a autocomposição em conflitos envolvendo pessoas jurídicas de direito público. Ademais, o artigo 1º da Lei 13.129/15, que altera o artigo 1º, §1, da Lei 9.307/96, afirma que a Administração Pública, direta ou indireta, poderá utilizar da arbitragem para solucionar conflitos que envolvam direitos patrimoniais disponíveis.

É possível ainda, verificar que a ANEEL e o CADE já utilizam os métodos alternativos para solução de conflitos, assim como a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (OLIVEIRA, 2014) e demais projetos já em aplicação, por todo o território brasileiro (BETTERO, 2008).

Nota-se também, que há expansão dos métodos alternativos no tocante à saúde pública, haja vista a utilização deles para dirimir controvérsias envolvendo órgãos públicos e o SUS (Sistema Único de Saúde), conforme se verifica com o CIRADS (Comitê Interinstitucional de Resolução Administrativa de Demandas da Saúde), no estado do Rio Grande do Norte, utilizado para a busca de soluções estatais conjuntas para qualquer cidadão que esteja insatisfeito com as políticas públicas de saúde (SANTOS, 2017).

Desse modo, é notória a importância do estudo acerca da aplicação dos métodos alternativos de resolução de conflitos à Administração Pública Federal, analisando qual método é o mais adequado para se utilizar, em cada questão controvertida. Ademais, deve-se verificar também se há efetividade na aplicação desses mecanismos no âmbito das pessoas jurídicas de direito público, para que assim, haja melhor aplicação dos métodos, conseqüentemente, a diminuição dos processos em trâmite e aumento do cumprimento das decisões firmadas entre as partes.

OBJETIVO

O presente trabalho possui como objetivos gerais, a verificação dos institutos que compõem os métodos alternativos de resolução de conflitos, seus conceitos e em quais situações cada um deles é mais indicado.

Posteriormente, tem-se como objetivo específico analisar se os mecanismos indicados acima são possíveis de solucionar conflitos que envolvam a Administração Pública Federal como parte e em quais casos práticos já é possível verificar a atuação dos métodos nestas determinadas lides.

Por fim, objetiva-se refletir quais os caminhos a serem percorridos para que a conciliação, a mediação e a arbitragem tenham seu uso disseminado por todos da sociedade, principalmente, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

MATERIAIS E MÉTODOS

O centro de análise e observação da pesquisa é a resolução de conflitos envolvendo a Administração Pública Federal através de meios alternativos, como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

Para atingir os objetivos propostos, serão utilizadas fontes diversas, como bibliográficas e documentais (análise do sistema de dados do poder judiciário e de câmaras de conciliação sobre casos em que foram utilizados os métodos alternativos de solução de conflitos, disponíveis em meio eletrônico), principalmente para conceituar quais os métodos alternativos existentes e em quais situações eles são mais adequados (TARTUCE, 2016).

Assim, será utilizado o método dogmático-jurídico, que observa e analisa o Direito segundo orientações cujos pressupostos são provados de maneira cognitiva ou são catalisados a partir de experiências reais geradas por casos concretos ocorridos anteriormente, e a pesquisa de campo acerca de propostas já existentes para utilização dos mecanismos citados acima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se, através desta pesquisa, que a utilização dos métodos alternativos de resolução de conflitos nas demandas envolvendo a Administração Pública é, em grande parte dos casos, a opção mais correta e efetiva para solucionar as lides e, conseqüentemente, diminuir as demandas do Poder Judiciário.

Ademais, acredita-se que, com a utilização dos métodos alternativos de resolução de conflito, haverá maior interação entre os órgãos da Administração Pública Federal, evitando a judicialização desnecessária de demandas e o encerramento de processos já em trâmite.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, ainda que a utilização ampla dos métodos alternativos seja recente, e verifique-se resistência por parte da população e dos próprios advogados para sua utilização, é possível vislumbrar que os acordos firmados entre as partes, após o exercício de empoderamento das mesmas, são cumpridos com maior frequência, não sendo necessário executá-los posteriormente. Ademais, em decorrência destes mecanismos, a solução tende a ser mais célere e efetiva, além de auxiliar na redução das demandas judiciais.

Desse modo, a pesquisa não possui o intuito de esgotar o tema tratado, mas sim de servir como reflexão da utilização dos mecanismos alternativos e adequados no âmbito nacional, principalmente no tocante à Administração Pública Federal, sendo uma contribuição para a mudança da cultura do litígio, vivenciada pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BETTERO, Helia Maria de Oliveira. **Conciliação na Administração Pública Federal**. Projeto enviado e homenageado na V Edição do Prêmio Innovare. Brasília, 2008. disponível em: < <http://www.premioinnovare.com.br/praticas/1/conciliacao-naadministracao-publica-federal-1744>> Acesso em: 14 de abr de 2017.

BRASIL. **Código de Processo Civil**, de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 24 mar. 2017a.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **100 Maiores Litigantes**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf>. Acesso em: 15 ago de 2016a.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Manual de Mediação Judicial**, 6 edição. Disponível em: <file:///Users/usuario/Downloads/cartilha_-_camara_de_conciliacao_ccaf.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2016b.

OLIVEIRA, Gustavo Justino. **Novos rumos da mediação e arbitragem na Administração Pública brasileira**. Disponível em: <<http://www.justinodeoliveira.com.br/site/wpcontent/uploads/2015/11/Media%C3%A7%C3%A3o-e-Arbitragem-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-P%C3%ABblica-Ago.2014.pdf>>. Acesso em: 23 mar 2017.

SANTOS, Marina França. **O Dever da Administração Pública de Promover a Justiça: Eficiência, Moralidade e Juridicidade na Solução dos Conflitos**. Disponível em: <file:///C:/Users/Hp/Downloads/o_dever_da_administracao_publica_de_promover_a_justica_eficiencia_moralidade_e_juridicidade_na_sol.pdf>. Acesso em: 14 de abr de 2017.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. São Paulo: Método. 2016.

URY, Willian L. **Supere o Não: Negociando com pessoas difíceis**. Trad. Regina Amarante. São Paulo: Best Seller. 2003.

FALHAS DE MERCADO NO SUS: POTENCIALIDADES DA MODELAGEM DE SISTEMAS COMPLEXOS

Francisco Percival Pinheiro Filho

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)

Palavras-chave: Falhas de mercado; Sistema Único de Saúde; Modelagem baseada em agentes.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a atuação do governo no setor saúde tem por fundamento a promoção, a proteção e a manutenção da saúde da população, assim como o tratamento e a reabilitação de doenças ou agravos.

A Constituição Federal de 1988, que definiu as bases para a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado e estabelece que tanto as políticas sociais quanto as econômicas devem buscar a redução do risco de doença e garantir o acesso universal, integral e igualitário às ações e serviços de saúde.

Universalidade, equidade e integralidade são os princípios que orientam o SUS e visam garantir a todos os cidadãos o acesso aos serviços de saúde nos diversos níveis de complexidade, em igualdade de condições e segundo suas necessidades, abrangendo ações relativas à promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento e reabilitação, sob um modelo de financiamento que combina subsídio à demanda na atenção primária por meio de remuneração per capita e o subsídio à oferta em serviços de média e alta complexidade via remuneração por produção (BRASIL, 2009).

A organização do sistema público de saúde deve seguir três diretrizes operacionais: a descentralização das políticas, com direção única em cada esfera de governo e ênfase na prestação dos serviços pelos municípios; a regionalização da rede de serviços; e a hierarquização da infraestrutura de serviços em diferentes níveis de complexidade (BRASIL, 2009):

Tanto os princípios orientadores do SUS quanto suas diretrizes operacionais impõem uma determinada estrutura de atendimento ao sistema que quando cotejada com o seu modelo de financiamento tende a levar ao surgimento de falhas de mercado que dificultam a gestão e, por conseguinte, que os seus objetivos sejam alcançados.

OBJETIVO

Analisar as potencialidades da utilização de modelagem baseada em agentes (MBA) para simulação da evolução da rede de serviços do SUS visando à minimização dos efeitos das falhas de mercado sobre o sistema.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo exploratório sobre as potencialidades da utilização de MBA para a simulação da rede de serviços do SUS tendo em vista seus princípios, suas diretrizes e seu modelo de financiamento. A MBA é realizada a partir da caracterização dos agentes que seguem regras de comportamento simples, definidas a partir dos incentivos que obtêm na rede de interações sociais. O processo de tomada de decisão de cada agente é autônomo, apresentando certo grau de interdependência, adaptação e responsividade. O sistema evolui a partir do comportamento e das interações entre agentes, sendo possível identificar a formação de estruturas organizacionais e padrões de comportamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção de um sistema de saúde a partir do pressuposto de acesso universal da população aos diferentes níveis de complexidade de ações em saúde, segundo sua necessidade individual, requer o estabelecimento de uma rede de serviços com elevada capacidade de atendimento, disponibilidade de atuação e escopo de ação, que busque constantemente incorporar novas tecnologias relativas a serviços terapêuticos e diagnósticos, isto é, uma rede de prestação de serviços cujo financiamento é caracterizado

por elevado custo fixo e baixo custo marginal, situação que qualifica existência de um monopólio natural. Neste contexto, a diferença entre o valor de remuneração estipulado e o custo dos serviços de saúde pode levar à ineficiência produtiva ou à escassez de oferta. A remuneração por produção dos serviços de média e alta complexidade associada à assimetria de informação possibilita a indução da demanda e a fragmentação da oferta, resultando em deseconomia de escala, elevação do custo unitário e acirramento da disputa pelos recursos disponíveis.

O uso de MBA permite testar o impacto de diferentes regras de financiamento e outros tipos de incentivos na gestão do sistema público de saúde e verificar a possibilidade de se minimizar o impacto das falhas de mercado sobre o sistema público de saúde.

CONCLUSÕES

As características estruturais e a heterogeneidade de atores no âmbito da rede de serviços do SUS e as configurações diversas assumidas pelas sub-redes regionalmente definidas, cujos gestores apresentam certo grau de autonomia decisória e mantêm interações entre si segundo regras preestabelecidas, impõem dificuldades analíticas uma vez que sua configuração global é resultado da evolução das interações ocorridas em seu interior.

A utilização de MBA apresenta significativas vantagens à compreensão da organização, heterogeneidade e dinâmica estrutural da rede de serviços do SUS, assim como possibilita a busca pela minimização dos efeitos das falhas de mercado sobre o sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais**: Determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, São Paulo: FAPESP, 2000.

ARROW, K. J. Uncertainty and the Welfare Economics of medical care. **The American Economic Review**; Pittsburgh, v. 53, n. 5, p. 941-973, 1963.

BOUSQUAT, A. E. M. Espaço e saúde. In: Ibañez N, Elias PEM, Seixas PHD, organizadores. **Política e gestão pública em saúde**. São Paulo: Hucitec, Cealag; 2011. p. 243-260.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CASTRO, J. D. Regulação em saúde: análise de conceitos fundamentais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 122-135, 2002.

FRANK, R. **Behavioural economics and health economics**. Cambridge: National Bureau of Economic Research; 2004. (NBER WP10881).

JACK, W. **Principles of health economics for developing countries**. Washington, DC: The World Bank, 1999. (WBI development studies).

CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS RECENTES DE INCENTIVO À INOVAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Luísa Pinheiro, Luís Guilherme Baesso, Pedro Luiz N. Castanho

Rogério Gomes

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Inovação; Tecnologia; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Conforme Schumpeter (1961), o impulso fundamental da evolução de uma economia capitalista procede dos novos produtos, novos métodos de produção ou transporte, novos mercados e novas formas de organização industrial criados a partir das empresas. Este é o motor da mutação industrial que revoluciona a estrutura econômica de “dentro”, destruindo o antigo e criando elementos novos, o chamado processo de destruição criadora (SCHUMPETER, 1961).

Cada vez mais na literatura econômica a inovação e todo seu processo de busca passam a ser um elemento importante para se pensar o desenvolvimento de um país. A inovação é capaz de destruir estruturas existentes e criar novas, capazes de dinamizar a concorrência e conseqüentemente aumentando a atividade econômica na medida em que os agentes irão aumentar seus esforços para não saírem prejudicados pela concorrência, e estarem sempre na fronteira tecnológica.

Por outro lado, os investimentos a inovação “são caracterizados por uma perspectiva temporal indefinida, pela dificuldade de apropriação privada dos benefícios (FRENKEL, 1993) e pela indivisibilidade. Além do mais, apresentam uma elevada assimetria de informação entre o ofertante de crédito e o demandante (CHRISTENSEN, 1992). Estas características que tornam impossíveis quantificações ex-ante dos custos e da lucratividade potencial, fazem com que seja difícil o financiamento (ARROW, 1962) e que os mecanismos de mercados falhem em assegurar um financiamento (funding) adequado (GUINET, 1995).” (SIQUEIRA, 2013)

Nota-se, então, um elevado esforço por parte das políticas públicas recentes em incentivar estes tipos de atividade no âmbito privado. No Brasil, o governo vem elevando o número de programas e recursos destinados a fomentar o desenvolvimento tecnológico. Porém, diversos estudos e autores, como (AVELLAR, 2009) e (PACHECO, 2011), apontam para como o aumento de empresas participantes e montantes ofertados em programas de apoio à atividade inovativa não demonstraram uma mudança significativa nos indicadores de resultados de inovação tecnológica, traduzindo na permanente baixa competitividade da indústria brasileira.

OBJETIVO

O objetivo central do presente trabalho é de caracterizar essas políticas de incentivo a inovação no Brasil com um foco para o estado de São Paulo, os instrumentos utilizados e as empresas auxiliadas. De tal modo à agregar literatura sobre o assunto, de um ponto de vista da demanda dessas empresas por recursos de terceiros para o processo de inovação, pois há extensa literatura sobre a natureza da inovação e seu papel central para o desenvolvimento econômico, contudo, ainda é escassa a literatura sobre o financiamento a estes projetos (HOLLANDA, 2010).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o determinado fim, se faz uso de diversas bases de dados, algumas públicas, outras não. É utilizado o método de análise de dados descritivo, se observando os dados agregados e desagregados para se tirar conclusões quanto a temática.

Por conta da disponibilidade das bases de dados e uma atenção maior ao tema no âmbito das políticas públicas para o período, utilizamos dados da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) período de 2007 a 2016, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de 2005 a 2014 e RAIS edição de 2013 (Relação Anual de Informações Sociais/MTE).

Utilizando os CNPJ das empresas das bases de dados das agências, procuramos na base de dados da RAIS para o Brasil algumas características dessas empresas. Aqui neste resumo, se concentra o porte e natureza jurídica das mesmas. As siglas da natureza jurídica são extraídas da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), sendo Sociedade Anônima Aberta (entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresária, cujos valores mobiliários de sua emissão estão admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários, estando sob a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários), Sociedade Anônima Fechada (semelhante a anterior, porém sem emissão de valores mobiliários no mercado de valores), Sociedade Empresária Limitada (as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, de natureza empresária, cujo capital social é dividido em quotas cabendo uma ou diversas a cada sócio, que responde de forma restrita ao valor de suas quotas, porém todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social), Outros Públicos (compreendem: Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal, Autarquia Estadual ou do Distrito Federal, Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, Empresa Pública, Fundação Pública de Direito Público Municipal, Serviço Social Autônomo, Sociedade de Economia Mista) e Outros Privado (compreendem: Associação Privada, Empresário (Individual), Sociedade Simples Limitada, Fundação Privada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, Sociedade Em Conta de Participação, Cooperativa).

Já as classificações de porte foram retiradas de um trabalho apresentado pelo IBGE/SEBRAE de 2011, definido pela quantidade de funcionários, classificando como Micro (1 à 19), Pequena (20 à 99), Média (100 à 499) e Grande (acima de 500) empresa.

Os valores monetários foram corrigidos à inflação utilizando o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) com ano base 2014. O uso do indicador IGP foi por conta da abrangência de índices de preços neste, no qual, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, desempenha uma função de deflator de valores nominais, como os contratuais, receita tributária e consumo intermediário no âmbito das contas nacionais. Enquanto o DI, exclui a evolução dos preços de exportação, além de ser o indexador da dívida dos Estados à União. Desta maneira, o uso dele é condizente com os dados obtidos, tratando desses serem contratos públicos provenientes de recursos obtidos de receitas do governo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre as formas de incentivo público a atividade de inovação, analisamos aqueles incentivos financeiros, ao passo em que deixamos de lado os incentivos fiscais. A principal diferença entre ambos é o fato dos fiscais se fazer através da isenção tributária, créditos fiscais, entre outros, enquanto os financeiros funcionam como um aporte direto dos recursos. Ainda, neste último existem duas linhas principais na qual o incentivo se divide, a modalidade dos reembolsáveis e dos não-reembolsáveis. Sendo reembolsáveis aqueles no qual se espera uma contrapartida na forma de recursos (crédito), enquanto não-reembolsáveis não se espera contrapartida desta natureza (subvenção econômica, subsídio). Dessa maneira, reservamos este trabalho apenas a explorar os programas de incentivo financeiro, ao observar aqueles reembolsáveis por parte do BNDES e não-reembolsáveis pela FINEP. Os motivos para tal decisão está mais centrada na disponibilidade de dados.

A Tabela 1 mostra o total aportado por ambas as agências. Pode-se observar uma predominância dos recursos de apoio reembolsáveis do BNDES sobre os não-reembolsáveis da FINEP, o que é compreensível dada a natureza de “fundo perdido” daquelas da FINEP. Porém, há também uma maior concentração desses primeiros, dado que em média temos um aporte 15 vezes maior do BNDES por pedido.

Tabela 1

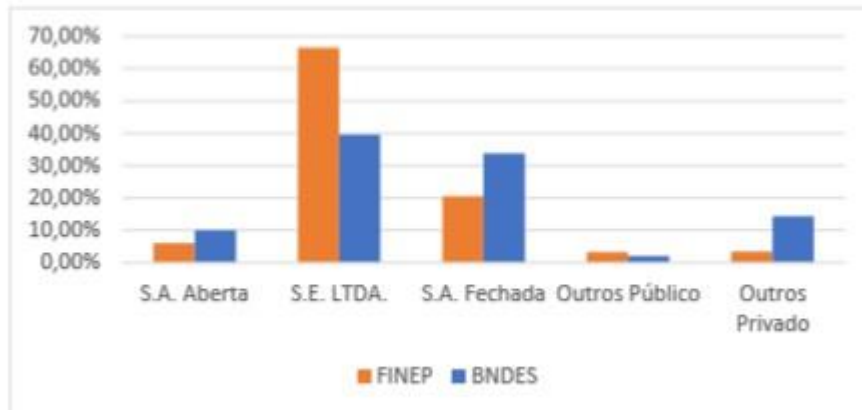
Agência	Período	Valor Contratado Reajustado	Número de Pedidos	Média por Pedido
FINEP	2007-2016	R\$ 3.404.054.764,19	1110	R\$ 3.066.716,00
BNDES	2005-2014	R\$ 29.452.096.321,71	618	R\$ 47.657.113,79

Fonte: FINEP e BNDES, elaboração própria.

Os gráficos 1 e 2, expõe as características das empresas destinos quanto a natureza jurídica e porte dessas. Para natureza jurídica, há predominância das Sociedades Empresariais Limitadas (S.E. LTDA), seguida pelas Sociedades Anônimas Fechadas (S.A. fechada). Então, há uma diferença entre as agências, sendo a terceira maior participação do BNDES os Outros Privados (com relevância para as Fundações Privadas), e as Sociedades Anônimas Abertas (S.A. aberta) por parte da FINEP. De forma condizente com a literatura, observa-se uma participação relativamente pequena das

empresas de capital aberto em bolsas de valores, pois possuem outras formas de buscar financiamento, havendo maior direcionamento a empresas de natureza fechada e limitada.

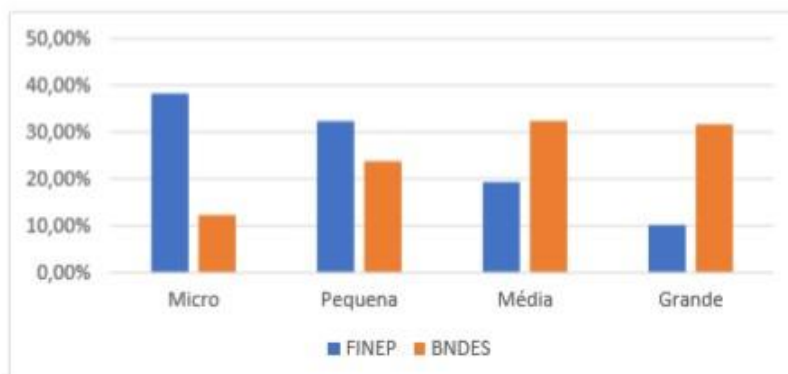
Gráfico 1



Fonte: FINEP, BNDES e RAIS (2013), elaboração própria.

Já quanto ao porte dessas empresas, observa-se um “efeito espelho” no gráfico, apresentando uma diferença de composição entre as agências. As empresas vistas nos programas da FINEP são cerca de 70% micro ou pequeno porte, enquanto estas representam cerca de 35% para o BNDES. A maior participação de uma única classificação é da microempresa (38,22%) na FINEP e da média (32,37%) para o BNDES.

Gráfico 2



Fonte: FINEP, BNDES e RAIS (2013), elaboração própria.

CONCLUSÕES

Os resultados são parciais, de modo que ainda estão sendo adicionados novas variáveis a análise assim como uma continua tentativa de expandir o número das empresas encontradas.

Visto que as empresas limitadas e fechadas possuem um acesso mais restrito as formas externas de captação de recursos, e quando há, se tem na forma de custos elevados para o investimento numa atividade de inovação. A maioria dessas na composição de ambas as agencias demonstram um direcionamento correto dos incentivos públicos. Vale a pena apenas pontuar uma crítica razoável a participação tímida de algumas instituições públicas e privadas de pesquisa em comparação as S.A abertas.

As necessidades de financiamento diferenciam entre o porte da empresa, no qual, nas pequenas (e de base tecnológica, especialmente) os ativos intangíveis são consideráveis e os tangíveis são reduzidos, agravam a capacidade de captação de financiamento externo. Nestes casos, um arranjo institucional que proveria recursos a estas está intimamente ligado ao desenvolvimento das mesmas (SIQUEIRA, 2010). Aliado, seguindo os aspectos mencionados por (BUSOM; CORCHUELO; ROS, 2012) quanto os instrumentos públicos de financiamentos, e adaptando-a para os instrumentos reembolsáveis, pode-se concluir sobre os portes das empresas demandantes que: 1) as pequenas são corretamente contempladas por instrumentos de subsidio; 2) mesmo uma participação maior do que o esperado das grandes empresas nos programas reembolsáveis, vale lembrar que “a elevação dos custos de pesquisa e desenvolvimento e o encurtamento do ciclo do produto, especialmente em alguns setores e subsetores de atividade, frequentemente obrigam empresas de grande porte, com forte capacidade de geração de fluxo de caixa, a recorrer a fontes externas de financiamento.” (SIQUEIRA, 2010, pg 43); e 3) a participação absoluta de 64% dos destinos dos recursos do BNDES as médias e grandes ainda está dentro dos aspectos relevantes dos diferentes tipos de instrumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELLAR, A. P. Impacto das políticas de fomento à inovação no Brasil sobre o gasto em atividades inovativas e em atividades de P&D das empresas. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 3, p. 629–649, 2009.

BUSOM, I.; CORCHUELO, B.; ROS, E. M. Tax incentives or subsidies for R&D? n. 31, p. 52, 2012.

HOLLANDA, F. S. M. **Financiamentos e Incentivos à Inovação Industrial no Brasil**, 2010.

PACHECO, C. A. O financiamento do gasto em P&D do setor privado no Brasil e o perfil dos incentivos governamentais para P&D. **Revista USP**, v. 89, p. 256–276, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd, p. 487, 1961.

SIQUEIRA, M. R. **O Financiamento aos Investimentos em Inovação no Brasil** *Journal of Chemical Information and Modeling*, 2010.

SIQUEIRA, M. R. Padrão de Financiamento aos Investimentos em Inovação no Brasil.

CEDEPLAR, v. 497, p. 27, 2013.

A EDUCAÇÃO NA TV DIGITAL INTERATIVA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL, ESPANHA E PORTUGAL

Denise Gabriela dos Santos

José Luís Bizelli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Televisão Digital; interatividade; Educação

INTRODUÇÃO

O universo tecnológico contemporâneo apresenta ao telespectador uma vastidão de possibilidades para acesso aos meios de comunicação e mídias. É importante destacar o papel e o desafio impostos à TV, no momento em que ela abandona o modelo analógico e migra para a interface digital. A sociedade televisiva brasileira é de formato aberto e terrestre, penetrando em quase cem por cento dos lares e desafiando as políticas públicas a responderem como articular tecnologia de ponta em realidade concreta, permeada de entraves à inclusão digital (SILVA, 2011).

Se o aparecimento da TV trouxe consigo uma forma de entretenimento e de propagação da informação para a sociedade, segundo Dreves e Sousa (2013) a sua evolução tecnológica possibilita novas maneiras de pensar comunicação. A política pública de mudança de sinal analógico para digital junto a implementação do sistema de interatividade altera a forma de *fazer TV*, abrindo caminhos para interação, acessibilidade e educação, desenvolvendo possibilidades de inovação no campo da Educação a Distância (EaD).

É importante salientar que a TV Digital interativa (TVDi) assume formas de implantação e uso diferenciados nos diversos países, o que explica nosso interesse por entender o processo por que passam Brasil, Portugal e Espanha, no que diz respeito, por um lado, à regulamentação das relações entre empresas midiáticas e governos nacionais; e, por outro lado, aos usos e desenvolvimentos de produtos ligados à Educação.

OBJETIVO

A investigação proposta busca avaliar comparativamente os processos de implantação e desenvolvimento da TVDi, em países ibero-americanos, através da análise dos processos ocorridos no Brasil, na Espanha e em Portugal. Embora baseados em padrões diferentes de transmissão¹, o que interessa aqui diz respeito a três aspectos:

1. verificar se existem ações que apontem para o discurso que justifica investimentos feitos para absorver inovações digitais através da TV, ou seja, incentivos a democratização dos meios de comunicação; extensão de políticas públicas a parcela maior da população cidadã; revolução na relação passiva entre empresa televisiva e telespectador² e de novas formas para se pensar a universalização da Educação através de uma aprendizagem proporcionada pelo Educação a Distância (EaD);

2. investigar a efetiva produção de aplicativos interativos destinados à Educação;

3. descrever os diferentes modelos criados pelas empresas de comunicação e suas relações com os governos nacionais para facilitar ou dificultar a programação educativa.

A TVDi apresenta grande leque de oportunidades, tendo capacidade de acoplar aplicativos que podem cumprir a função de redefinir a relação ensino-aprendizagem nos modelos de Educação a Distância (EaD), para redes públicas ou privadas. Apesar disso, é notória a ausência de experiências significativas nos três países. Na verdade, o que está em jogo – no Brasil, na Espanha e em Portugal – é o desenho de um modelo de política pública que possa solucionar as questões que, na TVDi, dizem respeito à distribuição do sinal digital e da interatividade.

Os processos de inovação em EaD avançaram: os cursos por correspondência passaram pela fase das vídeo aulas e, hoje, a programação de conteúdo educativo é

¹ Embora com algumas peculiaridades, no Brasil e na Argentina se trabalha com o sistema japonês ISDB-T (Integrated Services Digital Broadcasting – Terrestrial), enquanto que o padrão europeu, respeitadas também diferenças nacionais, é o DVB (Digital Video Broadcasting apud BIZELLI, 2012).

² Sobre a possibilidade substituir o telespectador pelo interagente veja Bizelli e Stipp (2011).

exibida através de programas em canais abertos. Com a disseminação do E – Learning³ e a crescente inclusão digital, a TVDi pode oferecer mais possibilidades para essa modalidade de educação, aplicando o T-Learning⁴. Mesmo sendo uma modalidade educativa, no T-Learning não se pode desassociar a TV da cultura, da informação e do entretenimento – características de grande impacto na vida social, política e econômica do país (SEGURADO, 2011). O método de EaD complementa a identidade atual da TV, oferecendo o lazer e aperfeiçoando os recursos digitais do e-Learning que, por estarem na rede, são acessíveis através de qualquer dispositivo terminal para a TVDi.

Levando em consideração todas as mudanças tecnológicas, midiáticas e educacionais expostas, o presente projeto pretende responder a seguinte questão:

Em quais aspectos Brasil, Espanha e Portugal se assemelham no processo de implementação e em relação a programação voltada a educação na efetivação da TVDi?

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir o objetivo proposto estamos realizando estudo de caso comparando a implantação da TVDi nos países escolhidos. A pesquisa é qualitativa e exploratória, desenvolvendo-se em três momentos: 1) busca bibliográfica em base de dados, documental e de outros materiais relevantes, como fundamentação teórica para o estudo pertinente a cada país apontado; 2) análise da implantação de processos educacionais aliados à tecnologia da TVDi; 3) Comparação das dificuldades encontradas e das soluções propostas nos três países analisados.

³ Categoria de EaD aplicada para transmitir conhecimento por meio de mídia eletrônica, sendo uma relação professor–aluno online ou apenas alguém interessado usufruindo do material disponível na rede.

⁴ É a aprendizagem através da TV, o conceito pode ser considerado uma ramificação do conceito de E-Learning, em que o meio de distribuição do conteúdo e de comunicação (bidirecional) é provido pela transmissão da TVDi (SEGURADO, 2011)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa está em desenvolvimento, possuindo apenas resultados parciais por estar na fase de análise da trajetória da implantação da TVDi no Brasil, os dados que obtivemos até agora são:

Brasil

No Brasil, a televisão tem maior penetração que computadores: a era da informação alimenta uma revolução democrática de conhecimento e cidadania ativa, a TV é o principal meio informativo no país. Informação é poder e o poder pode estar ao alcance de qualquer um (STEFANELO, 2008). Nesse sentido, é importante analisar as mudanças dos meios e seus impactos nos espectadores: a passagem do rádio para a TV, a passagem para a imagem colorida e as mudanças de conteúdos midiáticos, que se alteram perante as transições culturais da sociedade. Tais processos, além de serem influenciados pelos avanços tecnológicos e pelas transformações dos interesses, são fatores de indução de demanda, que vieram a influenciar os espectadores a desejarem por *mais*: mais acesso a informação, mais cultura e mais educação. É nesse contexto que ideia da TVDi se insere, readaptando o meio mais conhecido e aceito pelos brasileiros apresentando mais oportunidades, além do lazer.

Em seus primeiros anos, é possível afirmar que a televisão digital é uma mistura da televisão analógica, de cinema e de computadores com recursos de internet e tende a seguir assim – meio computador na televisão e meio TV analógica – até encontrar sua própria identidade (CASTRO; MARQUES DE MELO; CASTRO, 2010, p.31).

O debate sobre a implementação da TVDi no Brasil ocorre desde 2000, quando muitos países começaram a implementar o sistema (FREITAS, 2004). O modelo de televisão digital escolhido para ser aplicado foi o Japonês – Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (ISDB-T) – que permite a recepção móvel em aparelhos portáteis. Ao modelo Japonês foi combinado o uso do middleware brasileiro Ginga, responsável pela interatividade. Em 2003, o modelo passou a se chamar: Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD).

Além disso, em novembro de 2003, o Decreto 4.901 apontou claramente a relevância que o SBTVD possuía como ferramenta de política social por trazer em seu bojo inclusão social, diversidade cultural e promoção da língua portuguesa; permitir a criação de rede universal de educação à distância; possuir um processo de transição que permita a adesão de pessoas de baixa renda (BRASIL, 2003).

A implantação da televisão digital é um grande passo para um país em desenvolvimento e desperta esperanças de mudança na regulamentação setorial e na estrutura dos mercados de radiodifusão, ambas defasadas e anacrônicas, aprofundando, por outro lado, tendências de convergência, com impactos desestruturantes também sobre os setores envolvidos, exigindo novas regras. (BRITTOS, BOLAÑO E ROSA, 2010; apud DREVES; SOUSA, 2013, p.3)

Em 2007, ocorreu a primeira transmissão digital do país. Em 2017, ainda não foi alcançado o desligamento do sinal analógico em 100% do território. As dimensões da política social pretendida pelo Decreto 4.901 ainda estão sendo estruturadas e a interatividade depende de conversores ou TVs que já possuam o conversor embutido. Para atingirem a completa interatividade há que disponibilizar acesso à internet.

A partir de 2016, os set-top-box passaram a ser entregues a beneficiários de programas federais cadastrados no Cadastro Único do Governo Federal.

Os cidadãos contemplados pelo receptor com acesso à Internet poderão se valer da interatividade plena da TV Digital, ou seja, com capacidade de não somente receber conteúdo interativo, mas também de enviá-los. No entanto, a compatibilidade dos conversores com modems 3G/4G sugere que, caso o usuário do conversor opte por ter acesso à Internet, ele terá que comprar o modem e um plano de acesso, o que implica em impeditivos de custeio (DINIZ; NOVAES, 2015).

Nesse sentido, o governo tem implantado políticas públicas para expandir o acesso à banda larga, como o programa Brasil Inteligente, que possui a finalidade de buscar a universalização do acesso à internet no País (BRASIL, 2016), concedendo incentivos para que municípios aumentem o acesso à tecnologia e internet para a população.

A preocupação com usuários de baixa renda que usufruam de programas sociais e a necessidade de democratização dos meios de acesso a essa tecnologia atuou no sentido de proporcionar espaços de cultura e educação que não necessitem de internet.

Uma das grandes novidades relacionadas ao conversor digital é a possibilidade de assistir produções nacionais a qualquer momento. Graças a uma parceria com o Ministério da Cultura, o aparelho é equipado com o aplicativo “Quero Ver Cultura” [...]. A vantagem, contudo, é que não será necessário possuir conexão com a internet para acessar o conteúdo. A programação será transmitida através do sinal da própria antena (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2016).

São 17 anos de concepção, formulação e aplicação da TVDi no Brasil. Embora atitudes tenham sido tomadas para garantir o processo de transição que permita adesão à tecnologia por pessoas de baixa renda, para promover diversidade cultural, ainda é preciso abordar o processo de implantação com ressalvas, já que a aplicação da política pública e sua atuação na Educação e na extensão da democracia não atingiu seus objetivos, sendo que expectativas de inclusão social – como por exemplo a áudio descrição, que viabilizaria acessibilidade através da TVDi – vêm se frustrando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZELLI, J. L. O direito ao avanço científico e tecnológico como forma de construção da cidadania na sociedade da informação. In: ALBUQUERQUE, C. M. P.; GENNARI, A. M. (Org.). **Políticas Públicas e Desigualdades Sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, p. 125-145.

BIZELLI, J. L.; STIPP, S. B. C. Desafios educativos para la construcción de la televisión digital interactiva universitaria. In: HEREDERO, E. S.; BRIS, M. M. (Org.). **La escuela de la sociedad del conocimiento: perspectivas innovadoras en Brasil y España**. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2011. p.79-91.

BRASIL. **Decreto** nº 4.901, de 26 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm>. Acesso em 20 Jan 2017

BRASIL. **Decreto** nº 8.776, de 11 de maio de 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8776.htm>. Acesso em 20 jan 2017

CASTRO, D.; MARQUES DE MELO, J.; CASTRO C. (orgs). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. 3 v.

DINIZ, R.; NOVAES, T. **A reinvenção da TV Digital no Brasil**. Carta Capital, Política, 02 Jun 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-reinvencao-da-tv-digital-no-brasil4423.html> >. Acesso em 02 Jan 2017

DREVES, T. A.; SOUSA, J. F. Televisão Digital: uma breve análise das potencialidades e da implantação no Brasil. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: **XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, 2013 Bauru - SP. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0150-1.pdf>>. Acesso em 20 Out 2016.

FREITAS, I. V. B. **Televisão digital**: que imagem terá o modelo brasileiro? Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, textos para discussão; 18, dez. 2004 <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/96>>. Data de acesso: 27 Out 2016.

PROGRAMA BOLSA DA FAMÍLIA. Como receber o Conversor Digital do Bolsa Família. Brasília: **Governo Federal**. Disponível em <<http://www.programabolsadafamilia.com.br/como-receber-o-conversordigital-do-Bolsa-familia/>>. Acesso em 10 Mar 2017.

SEGURADO, V. S. Métodos de pesquisa em EAD e transferência de conhecimento: Tecnologia Educacional Interação e Comunicação em Comunidades de Aprendizagem. In: **7º Congresso Internacional de Educação a Distância**: Associação Brasileira de Educação a Distância, 2011 Manaus - AM. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/183.pdf>>. Acesso em 17 Jan 2017.

STEFANELO, M. C. B. O Espaço público na TV digital de alta definição: o espaço público no contexto dos conceitos de regulação e separação de poderes - relações teóricas frente à discussão brasileira referente à digitalização da radiodifusão (TV Digital) e o

respeito aos princípios de um processo regulatório. 2008. 298 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, D. M. F. Bê-a-bá a tv digital: proposta de produção de interprogramas para canais públicos. 2011. 149 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89533>>. Acesso em 30 Dez 2016.

A LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO COMO POLÍTICA PÚBLICA FEDERAL PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRANSEXUAIS

Marina Silveira, Patrícia Borba Marchetto

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP)

Palavras-chave: Identidade de gênero; Transexuais; Dignidade Humana.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o panorama atual da sociedade que é predominantemente patriarcal, machista e sexista, situando aqueles que não se classificam na bipolaridade (gênero homem/mulher) à margem da própria sociedade é que a abordagem de gênero merece destaque.

O presente trabalho pretende analisar o “universo trans” e as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos transexuais em virtude da falta de políticas públicas direcionadas a esses indivíduos que representam uma grande parte da sociedade, e ainda frente a omissões legais e estatais, e a presença de regulamentações burocráticas e da inexistência no ordenamento jurídico de uma lei de identidade de gênero.

Diante desse cenário os direitos dos transexuais são deixados à margem, eis que o judiciário ao estar na posição de precisar tutelar os direitos dos transexuais, em decorrência da omissão legal tem se declarado contrariamente no que se refere a esses direitos. Inclusive em relação ao direito dos transexuais de alcançarem a dignidade que é inerente a qualquer ser humano independentemente de seu gênero ou sexualidade.

Segundo Maria Helena Diniz (DINIZ, 2002) a transexualidade constitui condição sexual da pessoa que rejeita a sua identidade genética e a sua própria anatomia, identificando e psicologicamente com o gênero oposto.

Essa condição determina ao indivíduo um excessivo desconforto com o próprio sexo e com o papel de gênero, levando-o a um estado de profundo sofrimento,

principalmente quando analisada a sensação de inadequação social que o atinge, de não pertencer ao contexto no qual é inserido.

Já a identidade de gênero é o sentimento da pessoa de pertencer a um sexo, independentemente de seu órgão sexual. É a busca pela harmonização entre o seu corpo e o sexo psicológico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o transexualismo como um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Ao considerar o transexualismo como uma patologia, tendo em vista que está registrado no Cadastro Internacional de Doenças (CID 10 F 64.0), percebe-se o tratamento de um indivíduo que é perfeitamente saudável cujo sexo biológico apenas não condiz ao seu gênero com uma imagem depreciativa de indivíduo doente.

Nesse sentido, ao considerar a transexualidade como uma doença o Conselho Federal de Medicina editou a Resolução nº 1.955/10 que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização, tornando-o um procedimento burocrático, tendo em vista os requisitos exigidos para a sua efetivação.

Pode-se citar como requisitos necessários para a cirurgia de transgenitalização a necessidade de um diagnóstico médico de transgenitalismo, o indivíduo ser maior de vinte e um anos, a ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia, o acompanhamento pelo período de no mínimo dois anos por uma equipe multidisciplinar composta por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social.

Merece destaque que atualmente apenas nove hospitais no Brasil realizam a cirurgia de transgenitalização, sendo que os indivíduos transexuais passam anos na fila até conseguirem realizar a referida cirurgia. Percebe-se então que a regulamentação do Conselho Federal de Medicina trouxe um grande avanço e visibilidade aos transexuais,

garantindo seu direito à saúde, direito esse que é assegurado a todos os indivíduos pela Constituição Federal, no entanto é considerada uma medida insuficiente, vez que não atinge toda a demanda existente.

Outro aspecto importante que deve ser analisado é em relação a retificação do nome e do designativo de sexo do indivíduo transexual. Toda pessoa que nasce com vida, ao adquirir os direitos da personalidade tem direito ao nome (artigo 54, §4º da Lei de Registros Públicos, Lei nº. 6.015/73), nome esse que possui relevante função social, eis que o identifica socialmente.

Mas segundo prescreve o artigo 58 da citada lei o nome é imutável, com algumas exceções. Pode citar como exceções no caso de adoção, na hipótese de casamento, separação e divórcio, proteção de testemunha, nome vexatório ou erro gráfico no nome, inserção de apelidos públicos notórios ou nome social e patronímico do padrasto ou madrasta.

Nota-se então a inexistência no ordenamento jurídico dentre as exceções apresentadas da hipótese de alteração do nome em razão da divergência do nome dado à pessoa em relação a identidade de gênero.

Por tal motivo, o transexual que apresenta uma divergência entre sua realidade social e seus documentos, precisa necessariamente entrar com uma ação própria no judiciário pleiteando a retificação do registro civil e a modificação do prenome e a alteração de sexo.

A maior dificuldade enfrentada é que muitos juízes ainda possuem o entendimento, deveras ultrapassado, entendendo ser necessário primeiro haver a cirurgia de modificação de sexo, transgenitalização, para depois se conceder ao transexual a possibilidade de alteração do prenome e do sexo no registro civil, enquanto outros dispensam a cirurgia como requisito necessário.

Essa situação acarreta uma insegurança e instabilidade jurídica, tendo em vista que não há um consenso na jurisprudência, deixando a decisão ser estabelecida a partir da discricionariedade do juiz, que pode indeferir a demanda baseado em suas convicções morais.

Diante de todo o contexto apresentado merece destaque o projeto de Lei João Nery (50022013), identificado como uma política pública federal para salvaguardar os direitos dos transexuais ao reconhecimento de sua identidade de gênero e facilitar os trâmites para mudança de nome e gênero. O projeto de lei é de autoria dos deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF) e é baseada na legislação argentina.

O referido projeto visa assegurar a desjudicialização da demanda de retificação de nome e sexo no registro civil, permitindo a qualquer indivíduo maior de dezoito anos a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem registrada na documentação indo diretamente nos cartórios registrais sempre que não coincidam com sua identidade de gênero.

E ainda garante tratamentos cirúrgicos e hormonais oferecidos gratuitamente pelo SUS e a desnecessidade de laudos psiquiátricos e autorização judicial para a realização de cirurgias de transgenitalização, assegurando assim a liberdade para que transexuais alterem seu corpo da maneira que desejarem.

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa é analisar o cenário atual da sociedade sob a perspectiva dos transexuais, tendo em vista a falta de políticas públicas direcionadas a essa população e em virtude da inexistência no ordenamento jurídico de uma lei de identidade de gênero.

Diante de tais fatos os transexuais acabam não conseguindo efetivar seus direitos, inclusive o direito a dignidade humana e no contexto das omissões legais no ordenamento jurídico é que é de suma importante a presente pesquisa para garantir meios para salvaguardar tais direitos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando-se que o tema permeia diversas questões não só sociais, mas também jurídicas, será utilizado o método dedutivo-bibliográfico, através de estudos bibliográficos.

Também será utilizado o estudo do direito comparado a partir de contribuições estrangeiras ao assunto, como legislações, doutrinas e debates em outros países que auxiliarão no entendimento da problemática dentro do cenário nacional e indicarão possibilidades de transformação.

Serão empreendidos também o estudo dialético, gerador da discussão e da argumentação, e o estudo dogmático-jurídico, que analisa a lei, a jurisprudência e a doutrina, fazendo analogias e interpretações. No campo da prática e do empirismo, através do método indutivo, serão buscados processos cíveis que envolvam a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa ainda está em andamento, portanto os resultados obtidos são parciais. Mas já é possível constatar que a instituição de uma lei de identidade de gênero trará grandes avanços para toda a população transexual, tendo em vista que estabelecerá o direito de reconhecimento da identidade de gênero independentemente da realização de cirurgias e/ou terapia hormonal, assegurando assim direitos aos transexuais, direitos esses que são inerentes a qualquer ser humano independentemente de seu gênero ou sexualidade.

CONCLUSÕES

Diante da análise dos resultados parciais percebe-se a necessidade da implementação de uma lei de identidade de gênero no Brasil para garantir os direitos dos transexuais, tornando desnecessária a judicialização da demanda e permitindo a solicitação da retificação no registro de mudança de nome, sexo e imagem registradas na documentação pessoal sempre que não coincidam com sua identidade de gênero e ainda

garantir o direito de reconhecimento da identidade de gênero independentemente da realização de cirurgias e/ou terapia hormonal.

Para que se tenha a análise completa deste contexto os próximos passos da presente pesquisa serão os estudos a partir do direito comparado das leis de identidade de gênero de outros países e sua aplicação no caso concreto, principalmente a lei da Argentina que inspirou o projeto de lei João Nery.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS. **Transexualismo na CID.**

Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transexualismo>>

Acesso em: 16. abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº. 1.955/10.** Disponível em:

<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm> Acesso em

15. abr. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCHETTO, Patricia Borba (Org.); BERGEL, S. D. (Org.); FALAVINHA, D.H.S (Org.); RAMPIN, T. T. D. (Org.). **Temas fundamentais de Direito e Bioética.** 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2012. v. 1. 332p

OLIVEIRA, Alexandre Miceli Alcântara de. **Direito de autodeterminação sexual.** São Paulo. Juarez de Oliveira, 2003.

VEIGA JR., Hélio. O direito de pertencer a si mesmo. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2016.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos.** São Paulo, Editora Santos, 1996.

_____. **Bioética e sexualidade.** São Paulo. Editora Jurídica Brasileira, 2004.

O PLANEJAMENTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A GARANTIA AO DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DA DEMANDA POR CRECHES NA CIDADE DE ARARAQUARA

Giovana Corrêa de Souza

Soraya Gasparetto Lunardi

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: políticas públicas; direito à moradia; direito à educação.

INTRODUÇÃO

A administração pública brasileira enfrenta atualmente diversos problemas sociais que projetam a atuação falha de governos anteriores, assim como a ruptura de ações desses Governos para com o atual (SILVA JUNIOR 2011); dentre esses problemas, o déficit de habitação vêm se tornando cada vez mais relevante, apesar de precariamente tratado, uma vez que possui um histórico de políticas públicas ineficientes e pouco desenvolvidas para remediar o problema (CLEMENTE 2011). Em outro polo, o acesso à educação infantil tem ganhado espaço nas discussões políticas nacionais. Ora por ser objeto de ações de combate à pobreza (assim como a maioria das medidas adotadas para o combate ao déficit habitacional), ora por representar um interesse, por parte do governo, de melhorar o desenvolvimento do ensino fundamental; ambos os motivos suportados, principalmente pelas aquisições legais voltadas às crianças e jovens (NASCIMENTO 2010). E, é a partir da análise do histórico do problema do déficit de habitação no país, juntamente com a pontuação de práticas voltadas para a educação infantil (mais precisamente da faixa etária de 0 a 4 anos de idade) que este projeto buscará delimitar o assunto para apresentar uma iniciativa de pesquisa que apresente um acréscimo de informação relevante às problemáticas.

A Constituição Federal regulamentou em seus arts. 23 e 182 questões básicas sobre a política urbana. O artigo 182 especifica em seu parágrafo 4º, que é facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor,

exigir, nos termos da lei federal, ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento. Esse dispositivo foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01. Tivemos na sequência a Lei Federal 11.124/05 que estabeleceu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Popular. Em 2007 a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Programa Minha Casa Minha Vida regulado pela Lei 11.977/09 serão as normas responsáveis pelos resultados do aumento das moradias populares no Brasil. (LUNARDI 2013)

A partir da inclusão dessas normas sobre habitação, a quantidade de domicílios com água canalizada passou de 22.559.665,12, em 1991, para 34.859.393,00, em 2000. Além disso, houve significativo aumento no número de habitações com luz elétrica, passando de 30 milhões, em 1990, para 42 milhões, em 2000. (LUNARDI 2013)

Paralelamente, a formação da massa social “residente” das moradias do PMCMV acarreta o problema de acesso à rede educacional, que continua sendo um dos mais difíceis de ser sanado pelo governo, sendo expressiva a demanda por políticas públicas que forneçam assistência às crianças e suas famílias. Entretanto, quando se trata de políticas públicas voltadas à educação, as crianças não fazem parte do foco e a educação para a faixa etária de 0 a 5 anos é tarefa da família (NASCIMENTO 2010), porém algumas famílias necessitam de vários empregos para oferecer uma vida digna para a família.

Torna-se necessário neste ponto o desenvolvimento de uma intersecção entre as duas problemáticas: o acesso a moradias adequadas e o acesso à educação infantil que auxilie, principalmente, as famílias trabalhadoras que precisam de um lugar adequado e de confiança que acolha seus filhos durante os turnos de serviço.

OBJETIVO

O objetivo geral desse trabalho é certificar que no município de Araraquara, o planejamento urbano dos residenciais, localizados no Jardim Selmi Dei, atendidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, incluem em planejamento atender a demanda por

creches. Como objetivos específicos têm-se: analisar a bibliografia coletada; detectar e apontar as falhas do planejamento e implementação Programa Minha Casa Minha Vida no bairro araraquarense em questão, a fim de buscar alternativas de aperfeiçoamento da Política Pública e melhorar a qualidade de vida das famílias residentes no quesito acesso a creche.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos será realizado um amplo levantamento bibliográfico documental, qualitativo e exploratório, inclusive com pesquisa de campo nas creches, acerca do Programa Minha Casa Minha Vida para detectar e pontuar seus pontos de efetividade e falhas, voltando-se principalmente para o planejamento do Programa no quadrante norte da cidade de Araraquara: Residencial Laura Molina, Residencial Jardim do Valle e Residencial do Valle Verde.

Concentrando-se nas falhas, a pesquisa será dividida em quatro períodos: 1) coleta de dados do PMCMV em Araraquara; 2) análise do planejamento das creches do bairro Jardim Selmi Dei; 3) análise do motivo da falta de vagas nas creches; e 4) certificação de que no município de Araraquara, o planejamento urbano dos residenciais atendidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida incluem em seu desenvolvimento a preocupação em atender a demanda por creches.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como dito anteriormente, objetivo deste trabalho é certificar que no município de Araraquara, o planejamento urbano dos residenciais atendidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida incluem em seu planejamento a necessidade de atender a demanda por creches. Portanto espera-se, através dos objetivos propostos e dos métodos estipulados para realização da pesquisa, que os resultados obtidos possam esclarecer o modo como a política pública norteadora do PMCMV busca atender a demanda por creches, encontrando possíveis rupturas entre as políticas Federal e Municipal.

CONCLUSÕES

Por estar em fase inicial o projeto ainda não apresenta conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, S. (1988). Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, 22 (4), 107-119.

BALESTRINI, M. (2016). O Programa Minha Casa Minha Vida e o Marco Regulatório Urbanístico do município: o caso de Araraquara. *Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana*.

CLEMENTE, A.L. (2011). Políticas públicas habitacionais e os desafios da concretização do direito à moradia urbana na nova ordem constitucional brasileira. *Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Sociais de Franca*. 2011, 140 f.

BRASIL. Constituição. Emenda Constitucional nº 26 de 14 de Fevereiro de 2000 que *altera a redação do art. 6º da Constituição Federal*.

Ag. Indusnet FIESP. Levantamento inédito mostra déficit de 6,2 milhões de moradias no Brasil<dip.em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/levantamento-inedito-mostra-deficit-de-62-milhoes-de-moradias-no-brasil/>>

BRASIL. Constituição. Lei nº 10.863 de 28 de Maio de 2003 que <*dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*>.

BRASIL. Constituição. Lei nº 11.124 de 16 de Junho de 2005 que <*dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS*>.

BRASIL, Constituição. Lei nº 11.977 de 7 de Julho de 2009 que <dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o DecretoLei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.>

LOUREIRO, M.R; MACÁRIO, V; GUERRA, P.H. (2015). Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. *Revista de Administração Pública*, 49 (6).

LUNARDI, S.G (2013). Habitação. In: DIMOULIS, D. et. al. Resiliência Constitucional. 1. ed. -- São Paulo: Direito GV, 2013. P, 52-58.

NASCIMENTO, M.L.B.P (2010). A creche na educação infantil: entre o ofício e o direito. *Estud. Sociológico*. Araraquara, v.15, n.29, p.555-566, 2010

RODRIGUES, L.P. D; MOREIRA, V.S. (2016). Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*.

SILVA JUNIOR, C.G. (2011). A política habitacional brasileira entre 2003 e 2010: rupturas e continuísmos. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. 2011. 145 f.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE SEUS IMPACTOS

Ana Leticia Terra Zebinato, Bruna Christina Battissacco

Ana Cláudia Fernandes Terence

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: políticas públicas; pequenas empresas; políticas de fomento.

INTRODUÇÃO

A Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que as pequenas e médias empresas (PME) representam 91,3% do total de empresas ativas no Brasil (CNC, 2016), e conforme apontado pelo Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (SEBRAE, 2014), elas respondem por 99% da quantidade de estabelecimentos no país e são responsáveis por 41,4% dos salários pagos aos trabalhadores desses estabelecimentos.

Analisando o número de trabalhadores em cada setor de atividade econômica, observa-se que na indústria, as micro e pequenas empresas representam 51% da mão-de-obra com carteira assinada, as médias 26% e as grandes 23%. No comércio, aproximadamente 78% dos postos de trabalho formais estão nas pequenas e medias empresas, enquanto que 9% estão nas médias e 13% nas grandes (ANTONIK, 2004).

A classificação segundo o seu porte, está regulamentada através da Lei Complementar nº 123/06 (BRASIL, 2006), na qual as empresas que auferirem receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 são denominadas como microempresas, e as que auferirem receita bruta superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4,8 milhões são consideradas empresas de pequeno porte.

Considerando-se a sua potencialidade em gerar emprego e renda, é possível afirmar que as PME são importantes para a economia de um país, visto suas vantagens comportamentais relacionadas à maior flexibilidade e capacidade de adaptação às

mudanças do mercado, no qual estão inseridas, se comparadas com as vantagens materiais das grandes empresas de gerar e adotar inovações (LA ROVERE, 2001).

Se por um lado as pequenas empresas possuem certa flexibilidade para se ajustar ao mercado, por outro elas encontram dificuldades para se manter ativas nesse contexto. Entre as limitações principais estão: falta de capital, excessiva carga tributária, dificuldades para adquirir crédito, grande regulamentação para conseguir crédito. Levitsky (1996) aponta ainda como obstáculos: máquinas obsoletas, administração inadequada e dificuldades para comercializar seus produtos em novos mercados.

Diante desses impedimentos, é preciso ter em mente que, naturalmente, o mercado irá impor obstáculos sobre o desenvolvimento das PME, tornando-se essencial a existência de uma ampla e ativa política pública de incentivo às empresas desse porte, as quais são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (AMARO; PAIVA, 2002).

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa consiste em mapear e identificar políticas públicas de fomento às PME no Brasil. Após identificá-las, serão analisados quais os efeitos de tais políticas de fomento quando implementadas.

Atingindo-se esse objetivo inicial, será possível classificar as políticas públicas de fomento às PME como positivas ou negativas. As que obtiveram êxito em sua aplicação, serão reconhecidas como políticas de boas práticas, considerando-se os benefícios gerados às empresas. Quando as políticas se apresentarem negativas, também será possível detectar as variáveis que contribuíram para seu insucesso e, através de uma análise comparativa, prevenir a repetição de tais falhas.

Deste modo, levantando-se e descrevendo numericamente as políticas públicas que de fato promoveram o melhor desenvolvimento, o pesquisador identificará os aspectos determinantes para os resultados dessas, estudando os municípios nos quais as PME beneficiadas se localizam, bem como sua área de atuação e seu público alvo, afim de que possa-se estudar os impactos sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Buscando atingir o objetivo proposto será realizado um estudo de caso com empresas de pequeno porte, identificando as que foram beneficiadas com as políticas públicas, sendo esta pesquisa caracterizada como qualitativa e bibliográfica.

Primeiramente, será feito um levantamento bibliográfico, expondo de forma cronológica as políticas públicas adotadas no Brasil voltadas ao fomento das PME. Deste modo, será possível observar quais variáveis são fundamentais pra o seu desenvolvimento e quais foram substituídas ou abolidas.

De forma conjunta, uma pesquisa de campo será realizada com uma visita às PME, afim de estabelecer os ganhos gerados tanto para as empresas, quanto para os municípios nos quais estão localizadas.

A coleta de dados será feita através de entrevistas realizadas seguindo um roteiro estruturado, junto aos dirigentes dessas empresas, os quais, visto o porte da empresa, são os que possuem contato direto com as políticas públicas. Os resultados obtidos nas entrevistas serão analisados de acordo com o levantamento bibliográfico, relacionando as políticas encontradas e que ainda estão ativas, com os benefícios proporcionados às empresas entrevistadas e os municípios que abrigam essas.

Assim, como questões de pesquisa, têm-se:

- 1) Quais são políticas públicas de fomento às PME que permanecem ativas?
- 2) Quais os benefícios que elas trouxeram às empresas?
- 3) Quais as falhas que essas políticas apresentaram ao serem implementadas?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa encontra-se em estado inicial, e, portanto, a pesquisa de campo ainda não foi executada. Assim sendo, não é possível obter resultados apresentáveis.

CONCLUSÕES

Pelo fato dos dados ainda não terem sido coletados e analisados, não se pode tirar conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, M. N.; PAIVA, S. M. C. (2002). **Situação das micro e pequenas empresas**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/152/55.pdf?sequence=4> >. Acesso em: 29 jan. 2017.

ANTONIK, L. R. (2004). A administração financeira das pequenas e médias empresas. Revista FAE Business, n.8, p. 35-38. Disponível em: < http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_09_antonik.pdf >. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL (2006). Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm#art88 >. Acesso em: 30 jan. 2017.

CNC (2016). Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo. Disponível em: < <http://cnc.org.br/> >. Acesso em: 30 jan. 2017.

SEBRAE (2014). **As Micro e Pequenas Empresas nas Exportações Brasileiras: 1998-2014.** /relatório de pesquisa/ Disponível em: <
[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/as%20mpe%20nas%20ex
portacoes_2014.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/as%20mpe%20nas%20exportacoes_2014.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2017.

LA ROVERE, R. L. (2001). Perspectivas das micro, pequenas e médias empresas no Brasil.

Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.5, número especial, p. 137-154.

LEVITSKY, J. (1996). Support Systems for SMEs in Developing Countries a Review. Paper commissioned by the Small and Medium Industries Branch, n.2, Small Medium Programme, UNIDO.

**TRABALHOS DE PESQUISA EIXO TEMÁTICO 5: ESTADO, DEMOCRACIA E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

DIREITO E PODER POLÍTICO: A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA OPERAÇÃO LAVA JATO

Luiz Antonio Martins Cambuhy Júnior

Murilo Gaspardo

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP)

Palavras-chave: Direito; poder político; jurisprudência.

INTRODUÇÃO

Ao longo do desenvolvimento da teoria jurídica, muitos debates de fundamental importância se deram, sendo certamente um dos maiores e mais controversos já abordados pela doutrina aquele que diz respeito à relação do Direito com o poder político, questão que, embora tenha acompanhado todo o desenvolvimento jurídico-teórico, tendo sido tratada pelas mais importantes e diversas doutrinas e nomes jurídicos, permanece em fundamental discussão até hoje.

No Brasil contemporâneo, a análise da atuação do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Operação Lava Jato tornou-se um verdadeiro estudo acerca de como se dá essa relação ao observar em que medida o tribunal responsável pela guarda da Carta que carrega consigo a supremacia formal e material do nosso ordenamento jurídico tem decidido em ações que, por si mesmas, já trazem uma forte responsabilidade e influência política, levando determinadas práticas e vícios do jogo político majoritário a nossa Suprema Corte, principalmente em meio àquelas que lidam com figuras determinantes para o futuro político do país.

OBJETIVO

O principal objetivo do presente trabalho é, por meio da análise jurisprudencial, interpretar, de forma crítica, como têm se dado as principais decisões do Supremo

Tribunal Federal no âmbito da Operação Lava Jato, para assim se realizar, por meio da comparação bibliográfica com estudo doutrinário histórico, uma profunda apreciação sobre a relação entre Direito e poder político no Brasil contemporâneo, também se almejando, através dessa análise, a discussão de relevantes conceitos para o Direito Constitucional, como acerca das competências do STF, do conceito de segurança jurídica, do princípio da moralidade, das responsabilidades do Presidente da República e de sua analogia à linha sucessória, do conceito de “delinquência no poder”, de separação e harmonia entre os poderes, do “periculum in mora” e da legalidade das doações eleitorais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho, enquanto pesquisa de natureza qualitativa, terá como metodologia a análise jurisprudencial das decisões do Supremo Tribunal Federal relativas a AC 4070, MC/ADPF 402, MS 4070, MS 34609 e INQ 3982 combinada, por meio do método comparativo, com a análise bibliográfica referente às principais escolas teóricas jurídicas que exerceram estudo sobre o debate em torno da relação entre direito e poder político, sendo elas a Teoria Tradicional do Direito, o Positivismo Jurídico, a teoria constitucional de Carl Schmitt, o realismo jurídico norte-americano, “os critical legal studies”, a Teoria Crítica do Direito e a Política Jurídica.

O método inicial utilizado no trabalho é o processo de levantamento bibliográfico e documental para uso na pesquisa, com a determinação dos principais autores e obras, de fundamental contribuição, das teorias jurídicas a serem abordadas, além da coleta das decisões do Supremo Tribunal Federal necessárias, extraídas do próprio site do colegiado. Além disso, valeu-se também de documentos que ajudam a esclarecer de quais contextos emergiam as decisões aqui analisadas e quais consequências tiveram, por meio do próprio portal de notícias eletrônico do STF, mas também através de notícias publicadas em variados meios de comunicação e análises feitas por jornalistas políticos.

Posteriormente, apreciou-se criticamente a bibliografia teórica selecionada, com o levantamento dos principais elementos de cada teoria acerca do debate entre direito e poder político e também daqueles que os diferenciam entre si. Da mesma maneira, examinou-se os documentos jurisprudenciais, estes já feitos de forma comparada. Assim,

foram comparados em termos de contexto, argumentação jurídica e decisão final os casos análogos, sendo analisado de forma isolada somente o caso Valdir Raupp.

Exercidas isoladamente ambas as análises documentais mencionadas, foi aplicado o método comparativo para observar como ambas se interseccionavam, naquele que é o principal objetivo da presente pesquisa. Assim, por meio da comparação entre os principais elementos levantados por ambas os exames, foi possível responder as perguntas por este trabalho objetivadas. Com as respostas das perguntas objetivadas, deu-se início ao processo de análise dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo do estudo do debate entre direito e poder político na doutrina jurídica, é possível perceber uma gradativa mudança de concepção a respeito de como os dois podem se relacionar, uma vez que, nas primeiras conceituações, ambos eram colocados em espaços completamente distintos e opostos pelas visões mais tradicionalistas, enquanto nas visões realistas e críticas buscou-se compreender o Direito observando os diversos motivos que influenciam suas resoluções e as circunstâncias ideológicas que fomentam ou deveriam fomentar o seu nascimento e a sua utilização. Entretanto, tais escolas não ganharam suficiente espaço na discussão ampla acerca da construção e da aplicação do direito, o que fez com que as visões tradicionalistas ainda hoje vigorassem com força (BARROSO, 2013). Essas visões, porém, passam a ser questionadas pela sociedade por meio da atuação do Supremo Tribunal Federal na Operação Lava Jato, onde ganha atenção o aspecto do direito que é suscetível às pressões do poder político em momentos politicamente sensíveis.

A primeira situação a colocar tal visão à prova fora justamente o pedido de indeferimento da investidura do ex-presidente Lula como Ministro-Chefe da Casa Civil, sob a alegação de desvio de finalidade, pedido este que fora aceito pelo Ministro Gilmar Mendes, contrariando próprio voto anterior em questão. Meses depois, semelhante pedido fora rejeitado pelo Ministro Celso de Mello que opôs--se a acusação de desvio de finalidade na indicação de Moreira Franco para ocupar a Secretária-Geral da Presidência da República.

Em meio a este caso, figurava também a ação que julgava a constitucionalidade da ocupação de cargos na linha sucessória da Presidência por réus em processos judiciais, que afetara diretamente a situação do então Presidente da Câmara Eduardo Cunha e do Presidente do Senado Renan Calheiros. Ambos réus, Cunha, sob a argumentação de empregar a delinquência no poder, foi afastado da Presidência da Câmara e teve seu mandato cassado, enquanto Calheiros, após desrespeitar decisão monocrática de Marco Aurélio de Melo, permaneceu na Presidência da casa, apenas não podendo ocupar o Executivo em caso de vacância.

Em fato mais recente e que deve se constituir em importante precedente para a elaboração de futuras denúncias dentro do contexto da Operação Lava Jato, o Supremo também aceitou acusação contra o senador Valdir Raupp, o qual teria recebido doação eleitoral em forma de propina. Tal decisão, tomada em meio ao debate sobre o caixa dois, provocou reação imediata no Congresso Nacional, que retomou, em seus bastidores, discussões como acerca da anistia ao caixa dois e o fim do foro por prerrogativa de função.

CONCLUSÕES

A necessidade do STF de tomar decisões relativas à classe política envolvida na Operação Lava-Jato em um momento frágil como é o da crise institucional, aproximou a sua postura à dos outros poderes no que se refere à manutenção do *poder político*, entendido aqui principalmente como capacidade de se manter o ambiente de atuação política ou de cooperação e negociação (HELD, 2006).

Este processo de manutenção do poder político envolveu historicamente no Brasil práticas clientelistas, uma das principais causas da crise de governabilidade brasileira (SILVA, 2005). Estas práticas, entretanto, sempre mantiveram uma certa distância da Suprema Corte de nosso país, principalmente por esta ser um poder não investido através do voto. Porém, decisões importantes como as aqui abordadas movimentaram a disputa do jogo político para o STF, que passou a sofrer diretamente a influência e pressão de agentes políticos externos.

Seja em prol de uma manutenção da “harmonia entre os poderes” ou de um abrandamento da crise conforme ela aumentou suas proporções, este tipo de busca por influência no Supremo parece ter surtido efeito no sentido de causar grandes alterações na postura do colegiado, a ponto de permiti-lo aceitar reuniões extraoficiais com envolvidos em ações na véspera destas serem julgadas, tomar decisões contraditórias em situações praticamente análogas em um curto período de tempo e costurar acordos inconsistentes juridicamente.

Com todas as críticas recebidas em meio ao processo e buscando atenuar o descontentamento popular, o Supremo também fez pequenas concessões à opinião pública, muitas vezes para isso até ultrapassando o limite da legalidade, como no caso de Valdir Raupp, em que os votos para a aceitação da denúncia do Ministério Público Federal se valeram do principal argumento de que uma eventual dúvida jurídica, no atual momento, milita em favor da sociedade. Esse tipo de ação, entretanto, junto às demais acima já expostas, somente afeta ainda mais princípios constitucionais como o da segurança jurídica e transporta a crise democrática e institucional para a Suprema Corte, agravando o cenário políticojurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção de um novo modelo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HELD, David. **Models of democracy**. 3ª ed. Redwood City: Stanford University, 2006.

SILVA, José Afonso da. **A governabilidade num Estado Democrático de Direito**. In: *Governabilidad y constitucionalismo en América Latina* [S.l: s.n.], 2005. Disponível em: < <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/4/1648/4.pdf>>, p.6. Acesso em: 13 fev. 2017.

ATUAÇÃO SOCIAL DO DESIGN GRÁFICO BRASILEIRO NO PERÍODO DITATORIAL

Marina Eliza Salvanhini Campos

Daniel dos Santos Robledo

UNIARA

Palavras-chave: Design Gráfico; Ditadura Civil Militar; Movimento Tropicália.

INTRODUÇÃO

Foi bastante relevante o papel social do design gráfico no período da Ditadura Civil Militar brasileira (1964 - 1985), uma vez que o país passava por um momento de dicotomias ideológicas, cerceamento à liberdade de expressão e perseguições políticas. Naquele momento, os designers conseguiram expressar mensagens democráticas por meio da linguagem gráfica, utilizando-se das capas de discos, cartazes e jornais para disseminar conteúdos de interesse social. Dessa forma, o presente projeto percorre a trajetória do design gráfico brasileiro durante o período da ditadura, buscando entender a extensão de sua função social, analisando, assim, produtos gráficos da época, apontando convergências e divergências entre o papel social, as ideias do designer e o mercado. Nessa perspectiva, examinar os signos visuais para identificar qual foi a influência que projetos gráficos tiveram nesse contexto sócio histórico específico, é muito importante, pois ajuda a compreender como as linguagens gráficas utilizadas dialogavam com os movimentos de contracultura, como o Movimento Tropicália.

OBJETIVOS

O trabalho se propõe a investigar as especificidades da produção cultural, na área do design, durante o período do Regime Militar, com enfoque no Movimento Tropicália, buscando compreender a relevância social que esta produção teve na época, bem como

na influência que este legado exerceu nas décadas posteriores, sendo, inclusive, grande influenciador de uma nova linguagem no design gráfico nacional.

Para que tal objetivo seja alcançado, serão analisadas algumas produções gráficas tropicalistas, buscando a compreensão das escolhas compositivas e o que estas tangenciavam com o contexto político e cultural da época, bem como, a autonomia cultural que este movimento buscava.

Adicionalmente, o projeto propõe um questionamento, buscando conscientizar os profissionais da área do design em relação às implicações de sua atividade, compreendendo-se como questionadores da ordem vigente e formadores de opinião, entendendo sua contribuição e participação social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa será fundamentalmente documental, realizando levantamento de referências bibliográficas, filmográficas e sitiográficas, no sentido de amparar as análises das capas de disco do Movimento Tropicália. Por se tratar de uma pesquisa que fará análises focadas no design, será utilizada a metodologia desenvolvida pelo designer Tim Brown, em seu escritório de design na Califórnia conhecido como IDEO. A metodologia em questão, conhecida como *Design Thinking*, permite que se aborde um problema de maneira ampla, com uma grande novidade: protótipos são produzidos ao longo de todo processo, ao contrário dos métodos mais clássicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acerca das discussões sobre o tema escolhido, o artista plástico Hélio Oiticica escreveu em seu livro *Tropicália: A nova imagem* (2006), que não poderia imaginar a extensão que o conceito Tropicália teria, já que diferentes formas artísticas encontram uma identificação com o movimento. Para Caetano Veloso, no livro *Antropofagia* (2006), houve, neste período, uma consciência social, política e econômica, ideia que converge com o artigo escrito por Jorge Rodrigues no livro *O Design Tropicalista de Rogério*

Duarte (2006), onde é mostrado o tropicalismo como uma rede de diferentes linguagens que trocam informações entre si, misturando-se com o design gráfico das capas de discos.

Assim sendo, Chico Homem de Melo escreveu em seu livro *O Design Gráfico Brasileiro: Anos 60* (2008), que examinar as capas dos discos, é cumprir um “papel privilegiado como fonte de reflexão sobre a produção e o consumo da linguagem visual”, já que a música pode ser considerada uma forte expressão cultural no país e os discos são produtos consumidos por diversos “segmentos da população”.

CONCLUSÕES

Uma vez que a presente pesquisa se encontra em fase inicial, espera-se como conclusão, compreender algumas das implicações sociais e artísticas do trabalho dos designers gráficos durante o período da Ditadura Civil Militar no país, obtendo como resposta à análise das capas de discos tropicalistas, a formalização dos problemas que reverberavam naquele momento e a importância que este movimento teve para a implantação de uma nova linguagem gráfica no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro não**: música popular cafona e ditadura militar. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARRUDA, Amilton. **Design & Complexidade**. São Paulo: Blucher, 2017.

BASUALDO, Carlos. **Tropicália**: Uma Revolução na Cultura Brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2007

BRAGA, Marcos da Costa. **O papel social do design gráfico**: História, Conceitos e Atuação Profissional. 1ed. São Paulo: Senac, 2001. p.115- 136.

BROWN, Tim. **Design Thinking**: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CARDOSO, Rafael. **O Design brasileiro antes do design**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005. _____ . Uma introdução à história do design. São Paulo: Blucher, 2008.

_____. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARGOLIN, Victor. **The politics of the artificial**: essays on design and design studies. 1ed. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

MARGOLIN, Victor; MARGOLIN, Sylvia. A “Social Model” of Design: Issues of Practice and Research. **Design em Foco**, Bahia, v.1, n.1, 2004. p.43-48.

MELO, Chico Homem de. **O Design Gráfico Brasileiro: Anos 60**. São Paulo: Cosac & Naify, 2008.

_____. **Linha do tempo do Design Gráfico Brasileiro**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

OITICICA, Hélio. **Tropicália**: A nova imagem. In: BASUALDO, Carlos (Org.). **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 310-312.

PAPANEK, Victor. **Design para el mundo real ecología humana e cambio social**. Madri: Edicione Blume, 1977.

RAMUSKI, Eduardo. **Design do Caos**: a Tropicália de Rogério Duarte. São Paulo: CosacNaify, 2009.

RIDENTI, Marcelo. Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução: do CPC à Era da TV. Capítulo “A Brasilidade Tropicalista de Caetano”. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGUES, Jorge Caê. O design tropicalista de Rogério Duarte. In: MELLO, Chico Homem de. (Org.). **O design gráfico brasileiro anos 60**. São Paulo: CosacNaify, 2006.

SCHNEIDER, Beat. **Design – Uma Introdução**: O Design no contexto social, cultural e econômico. São Paulo: Blucher, 2010.

VELOSO, Caetano. Antropofagia. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012

WHITELEY, Nigel. **Design for society**. Londres: Reaktion Books, 1993.

DAS LUTAS SOCIAIS: TAMBÉM A SERVIÇO DO CAPITAL?

Bruna N. M. Morato de Andrade, Paulo César Côrrea Borges

David Sánchez Rubio

UNESP

Palavras-chave: movimentos sociais; mercantilização; filosofia da libertação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca levantar apontamentos sobre a atual mercantilização dos movimentos sociais para posterior aprofundamento acerca do tema. De início frisa-se a opção dos autores pela perspectiva crítica e decolonial dos movimentos sociais latinoamericanos. Não se duvida da necessidade, importância e essencialidade de tais lutas para que se chegue à igualdade material dos direitos humanos a todos, mas também não se olvida da atual capacidade mercantil que diversos movimentos têm. Daí o questionamento se as lutas sociais teriam, para muitos, um fim mercadológico, sendo raso por essência a estes, que quando posto à prova sucumbiriam.

OBJETIVO

Permeia o trabalho as inquietações e dúvidas sempre presentes quando se analisa Direitos Humanos, América Latina e movimentos sociais, mais ainda num atual cenário de retrocesso de tais direitos, sendo necessário trazer à baila discussões sobre o quanto já se caminhou, o que se retrocedeu, e o que precisa avançar nesses termos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para este breve resumo e posterior análise mais detida do tema serão utilizadas bibliografias e o método histórico-dialético.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corrente tema iniciou-se de questionamento sobre o fim das normas. Chegando-se a uma conclusão naquele momento a respeito do assunto, entendeu-se estarem as normas inseridas um contexto histórico-filosófico-social-cultural. Discutiu-se também, *en passant*, acerca da finalidade dos movimentos sociais que vemos hoje em dia numa positiva e crescente escalada na América Latina, especificamente, no Brasil. Positiva porque os Direitos Humanos se fazem no dia-a-dia, sendo tais lutas um dos objetos de efetivação deles; crescente porque não há dúvidas que, notoriamente, há mais e mais lutas a cada dia, ainda mais após o fim da ditadura militar e a Constituição Federal de 1988. No entanto, a instigação que surgiu é sobre a profundidade da finalidade de tais movimentos, pois movimentos feministas, movimentos negros, movimento LGBTQTS, movimentos indígenas, dentre outros, vendem, e vendem demasiadamente, como se nota também em produtos que começaram a brotar nas lojas, tais como vestuários, filmes, documentários e afins. É certo que tais “mercadorias” servem – por via de consequência – a uma práxis de libertação, visando, quando não por fim puramente mercadológico, a emancipação do ser humano. No entanto, a partir de 2015 – talvez, em verdade, desde o fim de 2013 – vivemos globalmente uma volta da direita, com essência neoliberal, autoritarismo dentro da democracia e numa triste volta de destruição de direitos. Assim, portanto, é necessária mais crítica ao habitual, posto se ter em mente que ao capital não deveria servir primordialmente tais lutas, mas sim a todas cidadãs e todos cidadãos. Não podem ser uma moda os Direitos Humanos, e o que se observa é muitos fazendo deles um estilo passageiro, que servem para dar lucro a quem não seria seu fim, desvalidando, inclusive, toda construção que arduamente se faz de tais direitos.

CONCLUSÕES

Ao se falar de Direitos Humanos na América Latina, especificamente no Brasil, deve-se ter em mente que, por se tratar de sociedade capitalista, pode haver uma mercantilização indevida das lutas sociais. Não se esquece da publicidade que também deve haver acerca delas; no entanto, é de se chamar a atenção tratá-las como moda, e assim como tal, ter seu começo, meio e fim. O cerne das lutas sociais deve sempre ser voltado para a libertação, buscando uma emancipação total do ser humano, não só seu

empoderamento – pois a partir do momento que *se dá poder a alguém*, também ele pode *ser retirado*. Procurar-se-á concluir que com o atual retrocesso de direitos sociais que se vive após o 2015 (marco mais exato, mas que se iniciou nos fins de 2013), muito do que se via sobre os Direitos Humanos no tocante à sua divulgação ou explanação não passava – assim como ainda há os que não passam – de um fim mercantil. Será parte da conclusão, ainda, de como referida mercantilização indevida dos Direitos Humanos, tão caros a todas e todos, desvalidam por vezes a construção válida feita no dia-a-dia deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEHL, Diego Augusto. **A re-invenção dos Direitos Humanos pelos povos da América Latina: Para uma nova história decolonial desde a práxis de libertação dos movimentos sociais**. Tese. Doutorado em Direito. Brasília: Universidade de Brasília.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latino-americana**. México: Ediciones Siglo XXI, 1990.

GALLARDO, Helio. **Teoria crítica: matriz e possibilidade de direitos humanos**. São Paulo: UNESP, 2014.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A (re)invenção dos Direitos Humanos**. Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia. Florianópolis: Boiteux, 2009

RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Porto Alegre - Brasil. Livraria do Advogado Editora, 2014.

O DESIGN NA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Manuel Baldi Piñero

Daniel dos Santos Robledo

UNIARA

Palavras-chave: obsolescência programada; consumismo; critério da vida útil.

INTRODUÇÃO

O tema aqui tratado não é uma ocorrência nova no meio do design tecnológico, mas sim sua abordagem. A obsolescência programada é há décadas um fato que muitos a discutem e renegam especialmente nos meios de consumo contemporâneos. Como se pode ver, o documentário franco hispânico *Obsolescência Programada* (2010) do diretor Cosima Dannoritzer expõe o assunto de forma muito clara e objetiva. Interessante perceber através do mesmo, que tal fato é bem antigo, pois a primeira ocorrência citada sobre o tema foi no início do século XX. As classificações da obsolescência são bastantes variáveis, muitas vezes com sutis diferenças entre si. Mais adiante elas serão bem esmiuçadas e explicadas. De qualquer forma, como aventa o tópico principal, a prevalência será a limitação direcionada da vida útil dos produtos e mercadorias manufaturados geralmente por indústrias de ponta em tecnologia. Este problema revelou-se de incidência em escala mundial à medida que as grandes indústrias começavam a se tornar multinacionais, e portanto, distribuindo seus produtos a praticamente todos recantos do mundo. Informações pertinentes indicam com grande segurança que a obsolescência planejada teve seu início embrionário no final da década de 1930, nos Estados Unidos, na esteira da grande crise econômica dos mesmos, também conhecida por Grande Depressão. Provavelmente o exemplo mais clássico seja o da durabilidade das lâmpadas incandescentes da época. O modelo pioneiro de Thomas Edison, fundador da General Electric, em 1881 já tinha vida útil estimada de 1.500 horas. Porém em 1929 um grupo de grandes indústrias europeias e americanas lideradas pela holandesa Philips e a germânica Osram, em um típico cartel, decidiram reduzir a duração das mesmas de 3.000 para 1.000 horas. Desde o início, gradativamente discussões relacionadas passaram a ser discutidas pelo seu alto grau polêmico.

OBJETIVO

Descrever as formas de obsolescência programada praticadas pelas grandes empresas fabricantes, apresentar exemplos reais onde tal prática ocorre, e também destacar a maneira específica da aplicação dessa prática baseado na estratégia de produção e consumo visto que existem várias maneiras de executá-la. Também serão estudados alguns exemplos relacionados à área digital como computadores e celulares com seus respectivos programas e aplicativos que perderam suas funcionalidades devido à obsolescência planejada.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho parte de uma pesquisa qualitativa, realizando levantamento documental de livros, artigos, dissertações e teses. Uma vez que a pesquisa trata da obsolescência programada, e esta pode ser comumente observada no cotidiano pela rápida troca de veículos automotores, pretende-se analisar o chamado segmento de carros de entrada, que abrange modelos na faixa dos R\$ 50.000,00. Esta pesquisa, será realizada, tomando-se como base a metodologia proposta pelo designer Tim Brown na obra Design Thinking (2010). Tal metodologia, que recebe o mesmo nome do livro, é versátil o suficiente para abarcar as necessidades técnicas e metodológicas das recentes pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Doutora em Direito pela Universidade de Limoges- França, professora do departamento de Direito da UFSM, Maria Beatriz Oliveira da Silva demonstra no seu artigo “Prêt à Jeter”: obsolescência programada e teoria do decrescimento frente ao direito ao desenvolvimento e ao consumo (2012), que o tema discorre em total dicotomia. Fica claro que independentemente do caráter antiético e condenável em questão, tanto o desenvolvimento econômico quanto tecnológico, são muito bem-vindos. Mas a que preço? E como colocar em prática políticas industriais e econômicas visando combater a obsolescência planejada em países tão dispares do chamado 1º Mundo, os ricos, e os do 3º Mundo conhecidos pelas suas imensas carências em todas áreas possíveis?

CONCLUSÕES

A obsolescência programada desponta como um paradigma bastante complexo na sociedade contemporânea, pois está profundamente enraizada no modo de vida do ser humano dito civilizado. Tal situação ocorre o tempo todo sem que muitos se apercebam que estão sendo direta ou indiretamente induzidos a agirem de acordo com os interesses dos grandes fabricantes, sejam locais, sejam multinacionais. Essa condição tornou-se regra e não exceção. Há também um fator de suma importância envolvida nessa questão: o desenvolvimento sustentável, pois a Terra não dispõe de recursos inesgotáveis. Concomitantemente há o problema amplamente conhecido relativo ao meio ambiente diretamente afetado pelos poluentes resíduos industriais. Por outro lado as corporações só investem em novas tecnologias, tão necessárias ao homem, quando há estímulo, ou seja, vislumbram a possibilidade de lucro. É uma questão que apresenta muitas variáveis que interagem fortemente entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Ernest. **Fundamentals of Game Design**. 2. ed. California (USA), New Riders, 2010. 697p.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FILHO, J. G. **Gestalt do Objeto: Sistema de leitura visual da forma**. 9 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2008.

LUPTON, Ellen; BANDARA, Mariana. **Intuição, Ação, Criação: Graphic Design Thinking**. 1 ed. São Paulo: GG Brasil, 2013.

MAGERA, M. **Os Caminhos do Lixo: da obsolescência programada à logística reversa**. 1. ed. Campinas: Editora Átomo, 2012. 168p.

MORAES, K. G. **Obsolescência Planejada e Direito**. 1. ed. Rio Grande do Sul: Livraria do Advogado, 2014. 164p.

PACKARD, V. **A Estratégia do Desperdício**. São Paulo: Ibrasa, 1965. 311 p.

PREECE, Jennifer; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. **Design de Interação: Além da Interação homem-computador**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SANTOS, A.L.R. **Design de informação: A utilização do design na composição da informação visual**. São Paulo, 2013. 78p.

SILVA, M. B. O. **Prêt à Jeter”: obsolescência programada e teoria do decrescimento frente ao direito ao desenvolvimento e ao consumo**. 28 de Janeiro 2012.

SKOLOS, Nancy; WEDELL, Thomas; MARIZ, Marina. **O Processo do Design Gráfico: Do problema a solução**. 1 ed. São Paulo: Rosari, 2012.

SITIOGRAFIA

DANNORITZER, Cosima. **Obsolescência Programada**: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o0k7UhDpOAo>>. Acesso em: 09 Fev. 2017.

A FERROVIA PAULISTA NO SÉCULO XXI E O ABANDONO: TRANSFORMAÇÃO URBANA ATRAVÉS DO DESIGN THINKING

Gabriela de Oliveira Sampaio

Daniel dos Santos Robledo

UNIARA

Palavras-chave: *Design thinking*; Ferrovia; Transformação.

INTRODUÇÃO

No estado de São Paulo, no século XIX, a ferrovia chegou como solução para o transporte do café e, ao longo dos anos, passou a fazer parte da rotina de milhares de pessoas como meio de transporte, no qual era possível percorrer de um lado a outro do estado. Nas últimas décadas do século XX, com o declínio da Ferrovia Paulista, muitas cidades importantes para o funcionamento do sistema ferroviário passaram a ter suas estações e vagões de trens abandonados. Tal situação não trouxe benefício algum para a sociedade ou para a estrutura urbana, pelo contrário, as áreas das estações e vagões abandonados se tornaram locais perigosos, sujos e propícios a atividades ilícitas e ocorrências criminosas dos mais diversos tipos. Tais processos não ocorreram de forma distinta na cidade de Itirapina, estudo de caso deste trabalho, na qual as estradas de ferro estão instaladas desde o século XIX, tendo sido considerada durante muitos anos o maior centro baldeário da América do Sul.

O presente trabalho trará propostas de intervenção urbana, utilizando como base para a intervenção a estrutura física da estação ferroviária do município, podendo ser utilizado em outras localidades através das adaptações que se fizerem necessárias. Além da questão histórica, que trará maior enfoque à trajetória da ferrovia em Itirapina, a pesquisa também levará em consideração estudos de caso que apresentem propostas bem-sucedidas de intervenções previamente realizadas em outras cidades e países, priorizará políticas culturais, educacionais e o estímulo à criação artística.

OBJETIVO

O trabalho a ser realizado pretende colaborar com o desenvolvimento de ideias e soluções inovadoras para os municípios paulistas que possuem estações ferroviárias abandonadas, que podem ser transformadas para a utilização da comunidade local e para a preservação da história das cidades.

Analisar o contexto histórico e social que permeia o desenvolvimento, o auge e o declínio das ferrovias no estado de São Paulo, tendo como objeto de estudo a cidade de Itirapina, localizada na região central do estado de São Paulo, município importante para a Ferrovia Paulista devido ao fato de possuir uma estação com entroncamento ferroviário.

MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa qualitativa: levantamento documental por meio de livros, teses, dissertações, documentários e fotos de autoria própria. A metodologia utilizada será o *Design Thinking*, segundo proposta pelo designer Tim Brown, pois a mesma permite a abordagem de um problema sob múltiplos aspectos, de maneira multidisciplinar, não hierárquica e criativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação e o desenvolvimento das cidades paulistas têm uma grande relação com a construção e o funcionamento das ferrovias. Essa parte da história, importantíssima para a formação do que é hoje o estado de São Paulo, é pouco explorada pela área do Design, carecendo de projetos que abordem essa questão. Levando em consideração a necessidade de transformação desses locais, seria possível unir a preservação da memória da ferrovia ao aproveitamento deste espaço inserido no contexto urbano? De que forma o *Design Thinking* pode transformar estes espaços sem deixar de lado a questão histórica e social?

Ao preterir o modal ferroviário e convergir investimentos na implantação e consolidação das rodovias, o Estado teve um papel fundamental no desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil. O sistema ferroviário foi condenado a uma situação de abandono, expondo a falta de planejamento referente ao setor de transportes. Além de

favorecer o transporte individual e sobrecarregar as rodovias, a antiga estrutura ferroviária foi relegada, demonstrando falta de interesse do poder público em evitar o abandono ou promover a requalificação dos espaços. É imprescindível imaginar o quanto o sistema de transportes brasileiro se beneficiaria caso a ferrovia recebesse atenção e investimentos adequados, ao invés de ter sido entregue a empresas que sequer procuram preservar os remanescentes de uma era de ouro do sistema ferroviário. Ainda assim, é plenamente possível transformar a realidade na qual as estações ferroviárias se encontram, sendo necessário planejar seus rumos levando em consideração as necessidades e os anseios da sociedade como um todo.

CONCLUSÕES

Desenvolver um projeto que proponha a requalificação do espaço que envolve a estação de trem é uma forma de promover a melhoria da qualidade de vida da população envolvida e também incentivar a economia local. A qualidade de vida é afetada positivamente a partir do momento em que algumas demandas são atendidas, tais como: as possibilidades de ocorrência de crimes na área em questão diminuem; proporcionam-se atividades culturais e educativas acessíveis ao público; criam-se espaços de convivência social de qualidade. A economia local sofre alterações positivas quando o espaço, ao invés de ser evitado, passa a ser frequentado e, para isso, é necessário criar postos de trabalho para que o sistema funcione; atividades desenvolvidas no local, tais como feiras, exposições e festivais atraem público consumidor não apenas de conteúdo, mas também de serviços ou produtos monetizados.

Preservar a história e fazer dela algo importante para as futuras gerações deve ser um compromisso de todas as áreas acadêmicas. O designer, enquanto profissional profundamente atuante na leitura e construção da cultura material, deve estar apto a atuar valorizando a regionalidade e aplicando metodologias que façam uso da observação do contexto social no qual o projeto está ou será inserido, buscando sempre o desenvolvimento da comunidade e dos indivíduos que dela fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, G.C. **Arte Moderna**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 736 p.

- BAMBOZZI, L; BASTOS, M; MINELLI, R. **Mediações, Tecnologia e Espaço Público: Panorama crítico da arte em mídias móveis**. 1. ed. São Paulo: Conrad Editora, 2010. 223 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. 1.ed. Brasília: Iphan, 2010. 376 p.
- BROWN, Tim. Design Thinking: **Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 272 p.
- FINGER, A.E. **Um Século de Estradas de Ferro – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957**. 2013. 465 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000. 276 p.
- GITAHY, Celso. **O que é graffiti**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 85 p.
- GRANDI, Guilherme. **Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961**. 2010. 248 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- KOWALTOWSKI, D.C.C.K. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino**. 1. Ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 272 p.
- KÜHL, B.M. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. 136 p.
- LANDIN, P.C. **Desenho de Paisagem Urbana: As cidades do interior paulista**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 132 p.
- LIDWELL, W; HOLDEN, K; BUTLER, J. **Princípios Universais do Design**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 272 p.
- PEIXOTO, N.B. **Intervenções Urbanas – Arte/Cidade**. 2. ed. São Paulo: SENAC SÃO PAULO, 2013. 377 p.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados. 1. ed. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012. 344 p.

REIS, A.C.F.; KAGEYAMA, P, et al. **Cidades Criativas**: Perspectivas. 1. ed. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. 166 p.

SCHNEIDER, Beat. **Design – uma introdução**: o design no contexto social, cultural e econômico. 1. ed. São Paulo: Editora Blücher, 2010. 304 p.

STEFANI, C.R.B. **O Sistema Ferroviário Paulista**: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos. 2007. 304 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. de. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 3. ed. Barueri: Manole, 2015. 384 p.

A COMUNICAÇÃO PÚBLICA E OS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO: O CASO DO DIALOGA BRASIL

Laercio José Peres dos Santos

Ana Cláudia Fernandes Terence

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Comunicação Pública; Canais de Participação; Dialoga Brasil.

INTRODUÇÃO

A Comunicação Pública é um conceito complexo quando analisado por suas várias vertentes (KUNSCH, 2012), além de ser muito recente no Brasil (KOÇOUSKI, 2012). De maneira geral, pode ser compreendida como: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que milita pela coletividade e as instâncias governamentais; comunicação institucional dos órgãos públicos, na forma de publicidade; e, ainda, como comunicação política, com vistas a se realizar as propagandas partidário-políticas (KUNSCH, 2012).

De início, realizada pelas mídias tradicionais por meio de material impresso (revistas, jornais e panfletos), rádio e televisão, as ações de comunicação pública possuíam característica unidirecional, onde não haviam espaços fomentados ao debate dialógico e à participação popular. Entretanto, com a evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na contemporaneidade e a ascensão das novas mídias sociais, como a internet e a telefonia móvel, é propiciado pela luta social os novos canais de participação – tal qual é a internet.

O governo brasileiro, enquanto ator central no processo de comunicação pública assume o protagonismo, seja pela hesitação em utilizar os novos meios de comunicação (e-governança ou e-administração pública), seja por fomentar o setor com novas políticas tecnológicas e de inovação, participando, assim, da configuração da particular sociedade da informação que o Brasil constrói (CUNHA; MIRANDA, 2013). E, ao interagir com esses meios, a esfera pública acaba por reafirmar o compromisso com a publicidade de seus atos, como previsto no inc. XXXIII do art. 5º da CF 88, onde está assegurado ao cidadão o direito de acesso à informação (BRASIL, 1988). Em continuidade,

formalizando a publicidade dos atos da Administração, os legisladores promulgaram instrumentos condizentes com a necessidade de se transparecer as ações do poder público, como as Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Contudo, faz-se necessário avançar nesta temática por meio da efetiva participação popular e não apenas a comunicação por meio do ato consultivo e não plenamente dialógico. Considera-se que, longe de terem sanados os problemas, as inovações legais apenas impõem ao administrador o dever de expor os dados quanto aos gastos e de fornecer informações de interesse da população. Nota-se que se há pouco intercâmbio de ideias e o diálogo inexistente nas estruturas governamentais.

Os governos compreendem as funcionalidades das tecnologias da comunicação, no sentido de obtenção de informação, mas subutiliza o potencial de democracia digital que as TIC possuem e, conseqüentemente, não as utiliza como espaço de deliberação política (BRAGATTO; VEIGA, 2006).

Por isso, na tentativa de propor um instrumento de diálogo entre os atores da sociedade civil e a esfera pública, o governo federal, por meio da então presidenta Dilma Rousseff – que havia assumido em campanha o compromisso de aumentar a participação popular nos programas de governo – lançou 28 de setembro de 2015 a plataforma Dialoga Brasil (BRASIL, 2015a). Por meio das redes sociais (via Twitter, Facebook, Google+ e WhatsApp) e da plataforma, todos os cidadãos poderiam interagir com 80 programas elencados e divididos em 14 temas, votando nos que considerassem como importante, de forma a orientar os gestores públicos nas execuções dos projetos (BRASIL, 2015b).

OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa é compreender o fenômeno Comunicação Pública, tema recente e tendência no que se refere a governança das instituições públicas, e a sua manifestação por meio do programa governamental Dialoga Brasil.

Visa-se também mensurar as interações foram positivas ou negativas, a funcionalidade da plataforma e as formas de acesso que os personagens envolvidos utilizaram para interação no novo cenário decisório.

Em compasso, identificar os atores que se envolveram na construção e na execução do projeto, de modo a assimilar suas intenções quanto ao serviço prestado à população, assim como apontar e descrever as principais características envolvidas no recorte observado.

E, por fim, discutir os dados frente à bibliografia especializada disponível e elaborar as considerações finais acerca do programa especificamente enquanto proposta de participação dialógica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir o objetivo proposto, realizar-se-á um estudo de caso na plataforma eletrônica do programa Dialoga Brasil, caracterizando o processo de pesquisa como quantitativo e exploratório.

A pesquisa será desenvolvida em três momentos: 1) busca bibliográfica em base de dados como base teórica para o estudo; 2) identificação de atores, órgãos e tecnologias envolvidos na concepção, na execução e na provisão dos serviços; 3) coleta dos dados disponibilizados pela plataforma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em seu cerne, a instituição pública contemporânea deve ser aberta e interagir com a sociedade, com os meios de comunicação e com os atores políticos, de forma a prestar contas à sociedade e o cidadão e de ser o compromisso dos governantes (KUNSCH, 2012).

Tem-se que, neste novo modelo de sociedade, a transparência, o diálogo e a participação são imprescindíveis para que a se tenha uma nação soberana, unida e institucionalmente legitimada. Para atender a tantos valores e princípios, é preciso estabelecer canais de participação para que o cidadão adentre no campo decisório com suas ideias e com a construção colaborativa em projetos nacionais.

O Dialoga Brasil foi pensado para ser um canal de participação popular mediado pelas TIC. Assim, pode-se mediar as formas de interação entre sociedade e esfera pública,

buscando compreender a participação popular na vida política e decisória do país e mapeando as principais de participação popular nos governos.

O programa, por meio de sua plataforma digital e em um primeiro ciclo, estruturou a dinâmica de acesso por meio de votação em 05 grandes temas (áreas) e com interação em seus respectivos programas (27 subáreas): Cultura (07 programas); Redução da Pobreza (04 programas); Educação (04 programas); Segurança Pública (05 programas); e Saúde (07 programas). Os temas citados abordam assuntos que atingem a parcela populacional mais carente de recursos e de serviços básicos.

Foram totalizadas 11191 propostas enviadas por cidadãos na primeira fase, a votação. Dessas, em um critério mínimo de escolha e considerando as propostas mais votadas para uma segunda fase de trabalho, aparecem: Cultura teve 88 propostas entre as mais votadas; Redução da Pobreza, por sua vez, teve 526 propostas; Educação atingiu a marca de 2295 propostas; Segurança Pública figurou com 143 propostas; e Saúde finalizou com 217 propostas.

Em conclusão, caracterizando a terceira fase de ação e finalizando o primeiro ciclo da política pública, o governo federal respondeu um total de 81 propostas e assumiu o compromisso de desenvolvê-las perante a população, vinculando assim os projetos públicos ao interesse coletivo.

CONCLUSÕES

A necessidade de se pesquisar sobre Comunicação Pública e os canais de participação popular fomentados pelos governos advém justamente do fato de tais propostas serem escassas ou pouco praticadas. Ainda que haja a tendência de se transpassar do meio físico para o meio digital e, com tal ato, potencializar o alcance e o acesso às informações, pouco se tem feito além da transparência dos dados públicos.

De fato, é um tema recente em nosso cotidiano e data da década de 1980. Apenas com a reabertura política e a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que se pode avançar no ramo da comunicação pública, bem como na transparência e no direito à informação (KOÇOUSKI, 2012, p. 83).

Por consequência temporal, há pouco referencial teórico. Em contrapartida, é um campo fértil para se pesquisar e observar as interações entre governo e sociedade – agora, em um novo contexto, mediados pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e pela intensa comunicação que essas propiciam.

Portanto, é necessário se debruçar sobre os meios digitais – como o Dialoga Brasil para, depois, observar o que o cidadão contemporâneo necessita ou busca requerer perante o poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGATTO, Rachel Callai; VEIGA, Luciana. Participação democrática e novas tecnologias e comunicação: mapeando diretrizes políticas e o uso da internet pelos governos do Brasil e da Argentina. In: I CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. 2006, Salvador. Anais... Salvador: COMPOLÍTICA, 2006. p. 1 - 23. Disponível em: <<http://migre.me/wsyDP>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF. Disponível em: <<http://migre.me/wsyEs>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 de maio de 2009. Disponível em: <<http://migre.me/wsyEO>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://migre.me/wsyFa>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BRASIL. **Presidenta Dilma lança plataforma de participação Dialoga Brasil**. 2015a. Elaborado pela Secretaria de Governo. Disponível em: <<http://migre.me/wsyFG>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BRASIL. **Dialoga Brasil utiliza redes sociais para dar voz ao cidadão Plataforma digital**. 2015b. Disponível em: <<http://migre.me/wsyG0>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção

acadêmica e da prática nacional. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 66, p.543-566, set. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302013000300010>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

KUÇOUSKI, Marina. **Comunicação pública**: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. 21. ed. São Paulo: Eca/usp, 2012. p. 71-96. Disponível em: <<http://migre.me/wswpg>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação pública**: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. 21. ed. São Paulo: Eca/usp, 2012. p. 13-29. Disponível em: <<http://migre.me/wswpg>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

**INCONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENAS
RESTRITIVAS DE DIREITO EM CASOS DE TRÁFICO DE
ENTORPECENTES: ESTUDO DE CASO NA COMARCA DE FRANCA – SP**

Thamyres Bastos Silva

Prof. Dr. Paulo César Côrrea Borges

UNESP

Palavras-chave: Direitos humanos; tráfico de drogas; poder judiciário.

INTRODUÇÃO

Uma das funções do Direito Penal consiste na reprodução das relações sociais existentes criadas pelo sistema capitalista. Dessa forma, este funciona como um mecanismo de consolidação do subdesenvolvimento e de marginalização em uma sociedade baseada em uma ordem vertical de estratos sociais, já que reprime ações que são comuns nas classes marginalizadas (BARATTA, 2002, p.171).

Nesse sentido, é importante entender como a lei de combate às drogas funciona como um instrumento de criminalização e exclusão de parte da população. A partir da década de 1960, houve predominância da Ideologia da Segurança Nacional. O período histórico consistia em uma bipolarização universal, decorrente da Guerra Fria, na qual o socialismo era visto como um inimigo externo. Da mesma forma, a Nação também possuía um inimigo interno e de acordo com a prevenção social negativa, o criminoso deveria ser neutralizado com uma Política Criminal repressiva.

Carvalho (1996, p.215) ressalta que esta Ideologia persiste até os dias atuais nas Forças Armadas, responsáveis pela segurança pública. Este é um fato importante, visto que a polícia militar possui grande poder seletivo para o Sistema Penal. Dessa forma, fortemente influenciado pelo combate às drogas estabelecido pelos Estados Unidos, o Brasil criou uma legislação de teor repressivo totalmente contrário às garantias constitucionais.

A Constituição Federal (Artigo 5º, XLIII) impõe um grau maior de reprovação do Estado para o tráfico de entorpecentes e, é nessa linha de pensamento, que a Lei n. 11.343/2006 (BRASIL, 2012) proibiu a conversão de penas privativas de liberdade em

restritivas de direitos, para os casos de tráfico ilícito de drogas. Entretanto, o STF, através do HC 97.256/RS, julgou inconstitucional esta vedação, visto ferir a individualização da pena, posto que o juiz deve impor a pena ao condenado de acordo com as especificidades do caso em concreto. Além do mais, esta vedação se mostrava inconstitucional, tendo em vista que as penas alternativas também possuem um caráter punitivo.

Conforme artigo publicado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, entre 2000 e 2014, a população absoluta de mulheres e homens encarcerados cresceu, respectivamente, 567% e 220%. Dentre os crimes que acarretaram a pena privativa de liberdade, o tráfico de drogas figura na primeira posição, tendo índices de 68% entre as mulheres e de 26% entre os homens (SALOTTI; BORGES, 2016). Dessa forma, apesar de o STF ter o entendimento de que o tráfico privilegiado não é crime hediondo, os magistrados de primeira instância possuem entendimento diverso.

No início de 2017, a crise do sistema carcerário ficou exposta com diversas rebeliões e massacres que ocorreram dentro dos presídios. Em Boa Vista, houve a identificação de 31 mortos em uma rebelião, sendo que destes, 18 eram acusados de tráfico de drogas (UOL, 2017).

Dessa forma, as diversas rebeliões que ocorreram no Brasil demonstram que o sistema carcerário possui níveis altíssimos de superlotação, sendo certo que a “guerra às drogas” constitui uma das grandes causas do encarceramento em massa.

Por fim, uma pesquisa realizada pela Defensoria Pública (JESUS, 2011) identificou que apenas em 5,24% dos processos analisados houve a conversão de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direito, apesar da maior parte se enquadrar nos requisitos para a conversão.

Dessa forma, é de extrema importância o estudo para verificar qual o impacto no meio judiciário da decisão do STF de julgar inconstitucional a vedação das penas alternativas em casos de tráfico de drogas. Paulo Queiroz (2008) aponta que esta restrição não está conforme os princípios da proporcionalidade, individualização da pena e isonomia. E, ainda, é missão do juiz aplicar a lei apenas enquanto esta for coerente com a Constituição Federal, já que não está submetido aos ditames do positivismo.

OBJETIVO

Objetivos gerais: A pesquisa visa analisar o impacto da decisão do STF através do HC 97.256/RS, consolidada pelo Senado Federal em resolução n.º 05/2012, no qual declarou inconstitucional parte do §4º do art. 33 da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), que vedava a aplicação de penas restritivas de direito nos casos de crimes previstos no caput e no §1º do mesmo artigo.

Objetivos específicos: 1) Através de decisões judiciais da Comarca de Franca, no estado de São Paulo, a pesquisa pretende verificar se houve mudanças efetivas por parte dos atores do sistema de justiça criminal na concessão de penas restritivas de direito em casos de tráfico de entorpecentes. 2) Nos casos em que foi negada a aplicação de penas alternativas, pretende-se analisar de forma qualitativa os principais argumentos utilizados que impedem que os direitos fundamentais dos julgados sejam garantidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para concretizar os objetivos, a pesquisa será realizada com base na consulta e na análise de decisões judiciais na Comarca de Franca (SP). Para isso, será utilizado o sistema de consulta completa do site do Tribunal de Justiça de São Paulo (<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do?f=1>).

A consulta será realizada por meio de palavras-chaves com os seguintes termos: “Penas alternativas” e “tráfico de drogas”. A escolha destes termos é justificada visto que, além de conseguirem filtrar o maior número de casos dentro do tema da pesquisa, são neutras, por isso filtram decisões judiciais que concederam ou não penas restritivas de direito.

Inicialmente, haverá a construção dos referenciais teóricos, na qual aborda à “Guerra” às drogas no Brasil e a denegação de penas restritivas aos delitos da Lei de Drogas, através da revisão bibliográfica e do apontamento de suas contradições. Será utilizado o método da Dialética, adequado às Ciências Sociais, em virtude do distanciamento entre a teoria e a prática da Lei de Drogas quanto à negação de penas restritivas em decisões posteriores à Resolução n. 5 do Senado, decorrente da declaração da inconstitucionalidade pelo STF.

Em seguida, serão feitas análises quantitativas e qualitativas das decisões da Comarca de Franca – SP, sendo que a primeira abrangerá tanto situações que aplicaram a pena restritiva de direito, bem como aquelas que foram negadas. Posteriormente, será realizada a análise qualitativa das decisões denegatórias, para identificar aquelas que estabeleçam uma contradição à inconstitucionalidade reconhecida pelo STF e pelo Senado.

Pelo método quantitativo serão analisados os seguintes aspectos: 1) concessão ou denegação de penas restritivas de direito; 2) quantidade, natureza e diversidade dos entorpecentes; 3) elementos subjetivos do réu baseado no art. 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais); Pelo método qualitativo, os seguintes pontos nortearão a pesquisa: 1) argumentos utilizados para a denegação das penas restritivas de direito, referentes a aspectos subjetivos do réu; 2) reconhecimento ou não da Resolução nº 5 de 2012 do Senado Federal, nas decisões.

Ressalte-se que a viabilidade da utilização do método quantitativo e qualitativo deve-se ao fato de a Comarca de Franca facilitar a busca de dados, além de conseguir explorar as realidades regionais, visto que as atividades acadêmicas são desenvolvidas na cidade de Franca (SP), na UNESP.

O recorte temporal refere-se ao período subsequente a Resolução n. 05 do Senado Federal: 2013-2016.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa analisa as decisões judiciais da Comarca de Franca para dimensionar qual o impacto da decisão do STF de julgar inconstitucional a vedação da aplicação de penas restritivas de direito em caso de tráfico de drogas. Constata-se, por meio da dialética, que há uma grande contradição entre a teoria e a prática. O poder judiciário, apesar do Senado Federal já ter suspenso tal vedação, continua coibindo o direito fundamental dos julgados de ter uma pena individualizada de acordo com as especificidades de cada caso. Assim, através da análise dos julgados verifica-se que ainda não há ampla aplicação da conversão de penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos, mesmo que tenha se enquadrado em todos os requisitos.

Dessa forma, a pesquisa ainda encontra-se em andamento, sendo que ao final, pretende-se realizar uma abordagem acerca da “guerra” às drogas no Brasil e da legislação da lei de drogas, inclusive da Resolução n. 05 do Senado Federal de 2012. Em segundo lugar, pretende-se obter uma análise quantitativa a respeito dos julgados de Franca que concederam ou não penas restritivas de direito. Por fim, será realizada uma análise qualitativa dos argumentos utilizados para a denegação das penas restritivas de direito.

CONCLUSÕES

Por meio da análise das decisões da Comarca de Franca, após o STF ter julgado inconstitucional a vedação da aplicação de penas alternativas em casos de tráfico de drogas, depreende-se que, apesar da individualização da pena ser um direito fundamental, na prática os direitos dos julgados não estão sendo efetivados. Dessa forma, a legislação penal, apesar de conter diversas garantias, continua sendo utilizada com o alvo principal de repreender indivíduos de camadas sociais menos favorecidas.

Nesse sentido, a pesquisa verifica qual o real impacto na Comarca de Franca da decisão do STF de assegurar o direito fundamental em tela. Nos casos em que a pena restritiva de direito foi denegada, a análise dos argumentos é essencial para identificar quais as barreiras ainda devem ser transpassadas para que realmente haja observância das garantias constitucionais dos julgados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2002.

CARVALHO, Salo de. **A Política Criminal de Drogas no Brasil (do discurso oficial às razões da descriminalização)**. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Direito. Florianópolis, 1996.

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. VadeMecum. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Lei nº 11343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad**. VadeMecum. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. Resolução Nº 05, de 15 de fevereiro de 2012. **Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução de parte do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Congresso/RSF-05-2012.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **Prisão provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. 2011. Disponível

em:<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/2011.12.20_Pris%C3%A3o%20Provis%C3%B3ria%20e%20Lei%20de%20Drogas%20%E2%80%93%20Um%20estudo%20sobre%20os%20flagrantes%20de%20tr%C3%A1fico%20de%20drogas%20na%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

QUEIROZ, Paulo. **Vedação de pena restritiva de direito na nova lei de drogas**. Disponível em: <<http://www.pauloqueiroz.net/vedacao-de-pena-restritiva-de-direito-na-nova-lei-dedrogas/>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

SALOTTI, Carolina Sabbag. BORGES, Paulo César Corrêa. O aumento do encarceramento feminino no Brasil e a não hediondez do crime de tráfico privilegiado. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, ano 24, nº288, ISSN: 1676-3661, novembro/2016

UOL. **Governo de Roraima divulga lista com nomes de presos mortos**. Disponível em

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/07/governo-de-roraimadivulga-lista-com-nome-de-presos-mortos.htm>> Acesso em 08 fev. 2017

A CRISE NA DEMOCRACIA MODERNA: AS FACETAS DO FENÔMENO DA ANTIPOLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Laís Barreto da Silva

João Carlos Soares Zuin

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: crise; antipolítica; democracia.

INTRODUÇÃO

A democracia moderna encontra-se em crise devido ao declínio da soberania do Estado e da política proveniente da busca desenfreada da realização de interesses particulares, de um contexto histórico ordenado pelos princípios da liberdade privada e da autonomia individual que negam os principais valores democráticos universais. Nos últimos trinta anos, a segunda modernidade¹ é caracterizada pela aceleração do tempo e a compressão do espaço, geradas pelas invenções tecnológicas, que produziram a modernidade radicalizada. Dessa forma, possibilitou-se a diáspora das identidades, a permeabilidade das fronteiras, a modificação dos valores, das percepções e das funções formativas da família, da classe social, do partido político e do Estado nação. Contudo, a integração global produz também a desintegração sociocultural², uma vez que os atuais movimentos sociais de luta por reconhecimento³ redesenham um novo imaginário político que capta em primeiro plano o discurso político do tema da identidade cultural. Como resposta à era dos fluxos, que gera a imprevisibilidade e a desregulamentação, a consciência coletiva é formada por identidades particulares, exclusivas, baseadas nos mitos de origem e pureza⁴, com discursos essencialmente antipolíticos.

A construção política que estava pautada nos valores da democracia moderna de liberdade, igualdade, justiça social e redistribuição de bens (*Welfare State*), responsáveis por instituir de direito e deveres à todos os sujeitos na categoria de cidadãos de uma nação, significava a participação direta do cidadão na esfera de decisão política, o sacrifício da vida privada em favor do bem comum oriundo dos vínculos sociais da cidadania. Contudo, tal ideal de democracia entra em declínio no final do século XX. Atualmente é mero exercício retórico, no qual o molde democrático e a soberania do Estado é esvaziado pela sobreposição da potência das forças econômicas responsáveis por gerar profundas

mudanças na política, assim como, a esfera pública torna-se dominada pela esfera do mercado. Essa patologia da cidadania democrática⁵, acentua os processos de atomização social e hipertrofia da liberdade privada que corrompe a ordenação de uma esfera pública coletiva.

Os novos atores sociais, tais como os partidos políticos de extrema direita instrumentalizam o medo e a insegurança em diferenças estéticas sociais⁶ para mobilizar a vida despolitizada. Sua evocação e manipulação, no qual negam a democracia moderna e o multiculturalismo⁷, transforma as práticas da gestão política e produz dispositivos que desprezam os diferentes indivíduos e grupos sociais, bem como, formam uma mentalidade social discriminatória e racista no corpo civil em busca de correção da ordem social degradada por ontologias oriundas de outras culturas e países.

Os estrangeiros e os imigrantes são vistos e identificados como desviantes em seus valores, hábitos e comportamentos, por isso são estigmatizados como a encarnação do mal, da violência e do terror, além de serem culpabilizados por degradar toda a economia, política e cultura do país. O racismo étnico, o discurso de ódio, a proliferação de novos muros são afirmados pelo discurso político dos movimentos e partidos políticos de extrema direita como necessários e legítimos para o restabelecimento da ordem e da estabilidade do território nacional. Dessa maneira, o mal-estar político e a ausência de certeza na vida dos sujeitos contemporâneos possibilita o ressurgimento na democracia de um novo populismo e da figura do líder carismático. É a figura do líder que possui sucesso e prestígio que passa a ser visto como o responsável por reacender a esperança, a ordem, a segurança, a identidade do país, da política, do economia e dos valores.

OBJETIVO

A pesquisa em curso tem como objetivo compreender a função social da política do medo, capaz de manipular as emoções e formar subjetividades, contidas nas configurações estéticas, tais como: os discursos e os símbolos do partido de extrema direita italiano chamado *Lega Nord*. Nessa etapa da pesquisa, investigo o sentido e significado da estética da antipolítica, do racismo, da xenofobia e do populismo como uma ação política que visa redesenhar o sentido dos direitos sociais e econômicos para restaurar a vitalidade de sociedades nacionais afetadas pelas crises econômicas e políticas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa em curso efetua uma análise dialética dos fenômenos de superfície para compreender a construção de consensos políticos da extrema direita absorvidos pela população e eleitorado na Itália. Nas últimas eleições de 2014 e 2015, a *Lege Nord* obteve 14% da porcentagem dos votos em eleições nacionais. No primeiro momento o projeto, analiso como as matérias dos principais periódicos italianos apresentam para o leitor os problemas sociais e, sobretudo, as matérias que versam sobre a imigração e os imigrantes sem documento de estada. No segundo momento, procuro avaliar o sentido e o significado das manifestações estéticas contidas nas cores, nos símbolos, nas bandeiras, nos cartazes políticos, nas faixas expostas nas festas, nos gestos dos corpos reunidos comícios e manifestações políticas e culturais. No terceiro momento, analiso o sentido e significado dos pronunciamentos e discursos realizados pelos representantes e simpatizantes do partido político de extrema direita *Lege Nord* da Itália. Por fim, investigo através de crítica imanente "dos valores, processos culturais formativos" como os rituais de festas, ritos, marchas, passeatas, comícios, formam novas identidades e dinâmicas sociais que discriminam os imigrantes e os grupos sociais minoritários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse projeto de pesquisa está em andamento, portanto será apresentado as discussões parciais sobre o tema proposto. A mutação histórica da condição de existência humana caracterizada pela ampliação da vontade eletiva e liberdade negativa potencializou diversas experiências, novas formas de relacionamento, novas interações bem como, o surgimento de novas coerções. A contemporaneidade é o tempo histórico da crise de valores, da imprevisibilidade e de uma sociedade que necessita de novas certezas e convicções. Em vista disso, as principais consequências sociais desse novo desdobramento histórico são: a precarização do trabalho, a acentuação da desigualdade social, o afrouxamento dos laços de cidadania e solidariedade, o esvaziamento da política e dos valores democráticos de bem comum da vida dos cidadãos, a hipertrofia da existência e liberdade privada, novas frustrações e novas angústias para o sujeito. A nova condição humana caracterizada por Bodei pela "existência provisória" compõe um novo

processo civilizatório inserido no paradoxo da liberdade: de um lado amplia as possibilidades de escolhas e experiências e, por outro lado, surgem novas angústias, incertezas e novos riscos na vida social que geram patologias e psicopatologias sociais.

É possível observar que os partidos de extrema direita em suas manifestações estéticas disseminam o discurso populista, xenofóbico e racista que visam construir um novo consenso através da política do medo e da insegurança. A figura do líder carismático ressurgiu no cenário contemporâneo como aquele capaz de reacender no imaginário coletivo, através das promessas de retorno a um passado glorioso perante a visão de um futuro incerto e inseguro. A ênfase na ideia de terra e origem, de tradições e identidade étnica, ameaçadas pela “invasão” de estrangeiros, promove o “retorno” da ideia de raça revestida pela palavra *etnia*⁶, acentuando profundamente o declínio da memória coletiva e dos direitos modernos.

A função midiática e a do líder carismático são fundamentais, pois a partir de ambos são formados os estigmas sociais⁹ no imaginário coletivo (objetivado nas ações dos indivíduos) e afirmação da esperança e potência da nação para se reerguer mediante ao caos e as crises sociais. Através da linguagem de ambos, estampadas em *slogans*, charges, propagandas e símbolos as emoções são instrumentalizadas e canalizadas para o combate contra o estrangeiro e ao imigrante. Mediante a tal dinâmica, o “bom político” é aquele capaz de assumir responsabilidades das inseguranças sociais com o *slogan* de efeito e medidas de resolução rápidas.

A política do medo se movimenta no cenário político europeu nas temáticas de segurança e insegurança, através da formação da figura do inimigo interno⁶. São conjuntos de valores e formas de avaliação que baseia todo o relacionamento social no medo e na insegurança a partir da diferenciação identitária que separa o corpo civil entre “nós” e “eles”. Dessa forma, tal figura se torna o elo de coesão social através dos processos de desumanização: o outro como sub-humano ou inferior. Os discursos discriminatórios, são influenciados diretamente, pelo neoliberalismo, pela unificação dos mercados financeiros, com aumento das despesas militares, com o aumento da exploração do trabalho vivo e o esvaziamento da autoridade dos Estados democráticos, invocam o retorno do discurso racista enquanto uma reação à modernidade ao criar aversão à igualdade através da concepção de hierarquia e da origem de um ser excepcional. O comportamento da *Lega Nord* invoca o discurso racista, através da retórica política de

limpeza étnica como emergência democrática, com isso devasta a sociedade e corrompe a consciência civil e moral.

CONCLUSÕES

O capitalismo financeiro diversifica a sua produção com múltiplas formas e conteúdos de mercados e serviços que reiteram apenas um presente contínuo em detrimento da formação de um futuro. A globalização econômica e política forma uma consciência com base na maior liberdade de mercado, com grande quantidade de informações que estimula a contínua reinvenção do sujeito, da sua vida profissional, familiar e social. Por isso, mediante tais profundas transformações, estamos em uma transformação da civilização tanto a esfera econômica quanto a esfera política e cultural alimentado por ilusões de um futuro de realizações dos desejos individuais pautada nos ideais efêmeros da aparência social do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹BECK, U; BECK GERSCHEIM, E. **La individualización**: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas. Barcelona: Paidós, 2003

²BENHABIB, S. **Las reivindicaciones de la cultura**: Igualdade y diversidad en la era global. Buenos Aires: Katz, 2006.

³HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

⁴RECALCATI, M. **Patria senza padri**: Psicopatologia della politica italiana. Italia: Minimum faz, 2013.

⁵BODEI, R. **Immaginare altre vite**: realtà, progetti, desideri. Milano: Feltrinelli, 2013.

⁶CARNEVALI, B. **Le apparenze sociali**: Una filosofia del prestigio. Italia: Mulino, 2012.

⁷RIVERA, A. **Estranei e nemici**. Discriminazione e violenza razzista in Italia. Roma: Derive Approdi, 2003.

⁸BURGIO, A. Nonostante Auschwitz: I l'“ritorno” del razzismo in Europa. Roma: Derive Approdi, 2010

⁹GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

TRABALHOS DE EXTENSÃO

**EIXO TEMÁTICO 1 – DIREITOS HUMANOS, CULTURA, COMUNICAÇÃO,
EDUCAÇÃO E POLÍTICA**

O ACESSO À EDUCAÇÃO: A CORRELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE COTAS E DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNESP

Débora Amorim de Paula, Felipe Cardoso Scandiuzzi, Rayra Alves de Faria

Paulo César Corrêa Borges

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP)

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação; Ações Afirmativas.

INTRODUÇÃO

Na dinâmica contemporânea brasileira, no que diz respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), observa-se a necessidade de construir debates críticos a respeito do acesso à educação no país em relação às políticas públicas de cotas para o ingresso à Universidade, as quais são emergenciais, uma vez que são inclusivas. Por esse prisma, o grupo de extensão Núcleo de Estudos de Tutela Penal e de Direitos Humanos (NETPDH) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais 'Júlio de Mesquita Filho' desenvolveu na rede pública de ensino da cidade de Franca, São Paulo, em 2016, um debate sobre a maneira de como esse ingresso à educação pública é feito e quais são os mecanismos que garantem esse direito.

OBJETIVO

Tendo em vista a atual conjuntura das políticas afirmativas e suas consecutivas perdas, quanto à permanência de alunos na universidade (com ênfase para a UNESP), este trabalho visa debater a necessidade dessas ações para uma verdadeira educação democrática. Assim, pretende-se, com esta composição, enfatizar a atenção de toda a comunidade científica em uma maior inclusão e representatividade das diversas camadas da sociedade no ensino superior, principalmente na Universidade Estadual Paulista, de maneira a garantir a isonomia, bem como qualificar o desenvolvimento acadêmico dentro da universidade. Além disso, este trabalho necessita transpor os resultados das oficinas realizadas no grupo de extensão NETPDH a uma aplicabilidade social.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa e a análise de dados surgiram a partir da leitura e interpretação de artigos e publicações relacionados ao tema, aliados à experiência empírica nas oficinas do grupo de extensão NETPDH nas Escolas Estaduais ‘Evaristo Fabrício’ e ‘Dante Guedini’ do Município de Franca, SP. Foram realizados debates e estudos em conjunto com colaboradores e com a orientação do professor coordenador do grupo de extensão, Professor Doutor Paulo César Corrêa Borges, sendo utilizados cadernos de trabalho (BORGES, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dinâmica contemporânea brasileira é regida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Nesta, o fundamento da dignidade humana é garantido pelos direitos fundamentais e inalienáveis de todo ser humano. O NETPDH da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca, desenvolve um projeto educacional em algumas escolas públicas da cidade de Franca no Estado de São Paulo, com o objetivo de conscientizar estudantes a fim de conduzi-los ao respeito aos direitos garantidos pela Declaração por meio de oficinas periódicas potencializadas pelo viés de uma cultura pré-violatória.

Pelo prisma dessa linha de pesquisa, em uma oficina trabalhada com alunos da Escola Estadual Evaristo Fabrício e da Escola Estadual Dante Guedini, a temática do acesso a educação pelas minorias sociais permeou toda a discussão. Nesse sentido, assim como a educação está garantida a todos no Inciso I, do Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), fez-se necessário o debate sobre como o acesso a esse direito é garantido e, principalmente, exercido na UNESP, pelas políticas governamentais para inclusão por cotas.

Diante disso, os docentes responsáveis pelas oficinas de trabalho nas escolas utilizaram-se de uma retrospectiva da história das ações afirmativas. Como método didático e emergencial, necessitou-se tematizar, para as crianças, a correlação dessas políticas públicas no país. No cerne ao contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 prevê a chamada cláusula geral do princípio da igualdade no caput de seu artigo 5º, onde

se lê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988).

A igualdade deve ser ponderada pelo princípio de compensação histórica através das ações afirmativas que foram implantadas pelo governo brasileiro, visto que o país é moldado por injustiças sociais e desigualdades, frutos de uma colonização e de uma escravidão negra, que necessitam ser reparadas pelas políticas públicas.

Em 2003, devido a uma lei estadual aprovada em 2001, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pela primeira vez, estabeleceu cotas raciais em seu processo de seleção para o ingresso ao ensino superior. Após essa ocorrência, várias universidades públicas adotaram políticas públicas de cotas e de permanência estudantil no país.

No bojo de tal contexto histórico, foi trabalhado com os alunos das Escolas Estaduais de Franca, também, a problemática do racismo em conjunto com a atual situação do negro na sociedade contemporânea brasileira por meio de uma palestra com membros do Coletivo do movimento negro AFRONTAR da UNESP (BORGES, 2016).

Os discentes do NETPDH trabalharam com os alunos das escolas em que o projeto foi desenvolvido, sobretudo, os temas pertinentes no que tange ao desenrolar da legalidade e da legitimidade da Política de cotas através da definição de Darcy Ribeiro (1995):

Na atual conjuntura acadêmica, observa-se a prevalência de ações afirmativas para pessoas com vulnerabilidade social e financeira, que guardam resquícios de dívidas históricas as quais necessitam ser compensadas, por meio dessa política social a fim de garantir o verdadeiro acesso à educação. Por esse prisma, negros, pardos, indígenas e pessoas oriundas de escola pública podem ter um maior acesso às universidades públicas, fato que não ocorria antes dessa política de ingresso, já que essas minorias são marginalizadas, em sua maioria, e não têm tantas oportunidades.

Após toda a bagagem histórica e social das ações afirmativas, o enfoque da temática da oficina transpor à realidade da UNESP, frente a essa política pública. Houve a necessidade, então, de lhes explicar as chamadas “cotas”, sendo elas sociais e raciais, que reservam uma determinada porcentagem das vagas para alunos de escolas públicas, afrodescendentes, pardos e indígenas. Além disso, foram descritas a isenção e a redução da taxa de inscrição no vestibular, para aqueles que não possuem condições financeiras.

Logo em seguida, apresentou-se às crianças dados do setor administrativo da Universidade Estadual Paulista que dizem respeito ao número de vagas que são destinadas anualmente às categorias que se encaixam na descrição dessa política afirmativa. De acordo com o Setor de Permanência Estudantil da UNESP (VASCONCELOS; GALHARDO, 2015), após vários estudos realizados por comissões compostas por docentes da UNESP, USP e UNICAMP e especialistas indicados pelo Governo do Estado de São Paulo, foi elaborada a proposta do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP). Esse programa estava formatado para ser totalmente implantado e consolidado tendo por suporte a criação de um Fundo Especial para o Apoio à Inclusão Social, destinado a financiar a permanência de estudantes no programa de inclusão, com o principal propósito de evitar a retenção e a evasão. Após estudos na UNESP, USP e UNICAMP, o Governo do Estado de São Paulo não aprovou o PIMESP. Logo em seguida, as faculdades focaram, em 2012, em um programa de inclusão, atualmente conhecido como Sistema de Reserva de Vagas da Escola Básica Pública (SRVEBP) o qual destina 50% das vagas do Vestibular da UNESP, anualmente, para alunos oriundos de escolas públicas, guardando, dentre estes, a parcela de 35% para autodeclarados preto, pardo e índio (PPI).

A UNESP, desde a década de 1990 já promovia ações e políticas de permanência e de inclusão ao ensino superior. Dentre eles, destacou-se para os alunos, os Cursinhos PréVestibular, o programa Adote um Aluno, o Bolsas de Apoio Acadêmico e Extensão, as Moradias Estudantis, os Auxílios Aluguel, os Restaurantes Universitários, os subsídios alimentícios e os Centros de Vivência, visando uma pluralidade estudantil dentro da Universidade Pública. Também, foram apresentados gráficos dos últimos seis anos desse sistema de cotas, em que a Universidade absorveu 15.550 alunos que frequentaram integralmente a escola pública. Para Azevedo (2015), esse aumento é gradativo e anual:

Em relação ao processo seletivo de 2010 a universidade recebeu, em 2014, um total de 708 alunos a mais, finalizando a matrícula com 2.841 alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em Escolas Públicas, representando 38,34% dos alunos matriculados ou 39,14% das vagas oferecidas e, em 2015, a universidade recebeu 818 alunos a mais, representando 40,7% dos alunos matriculados ou em vagas oferecidas.

Por fim, abriu-se uma discussão em que os alunos foram desafiados a pensar sobre a situação dos cotistas, visto que, além do Sistema de Cotas, eles necessitam de uma

garantia de permanência adequada e sólida. Diante disso, a UNESP criou a Coordenadoria de Permanência Estudantil - COPE (Despacho nº 204/13). “A COPE foi implantada com o propósito elaborar, planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), políticas, programas, metas e ações que tenham por objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a redução de índices de retenção e evasão na universidade.

CONCLUSÕES

Depreende-se que as universidades públicas brasileiras, ao optarem pela escolha de cotas e políticas sociais de permanência, desenvolvem o verdadeiro espírito democrático da educação, visto que a oportunidade do estudo é um direito garantido e deve ser executado. Nesse sentido, urge o debate para além do ambiente acadêmico, também, com a sociedade civil e, principalmente, com os futuros beneficiários desse direito, como os alunos participantes do projeto NETPDH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, T.C.A.M. **Análise do perfil socioeconômico e da origem administrativa do ensino médio dos alunos matriculados no 1º ano dos cursos de graduação da Unesp**. Fundação VUNESP. 2015. In: VASCONCELOS, Mário Sérgio; GALHARDO, Eduardo. **Impacto Financeiro do Programa de Inclusão e de Permanência Estudantil na Unesp (2015)**.

BORGES, Paulo César Corrêa. **Caderno de Trabalhos: NETPDH – Fundamentos da cidadania**. Franca: UNESP, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MEIRA, André Vinícius Carvalho. **O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil**. Alethes. Juiz de Fora: Periódico Científico dos Graduandos em Direito.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris (1948).

RIBEIRO, Darcy. **“O povo brasileiro”**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA NETO, C. P.; FERES JÚNIOR, J. **Ação afirmativa: normatividade e constitucionalidade**. In: SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. Igualdade, direitos sociais e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

VASCONCELOS, Mário Sérgio; GALHARDO, Eduardo. **Impacto Financeiro do Programa de Inclusão e de Permanência Estudantil na Unesp (2015)**. Disponível em: <http://www.unesp.br/portal#!/proex/permanencia-estudantil/> Acesso em: 01 de abril de 2017.

GÊNERO E SEXUALIDADE: HISTÓRIA, LUTA E RESISTÊNCIA

Nicolas Seiji Aoki, Karine Ferreira Figueiredo

Patrícia Borba Marchetto

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: movimento LGBT; sexualidade; crise da masculinidade.

INTRODUÇÃO

A homofobia como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos a outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras de gênero. (DANIEL WELZER-LANG, 2001)

A extensão a qual se propõem esse resumo ocorreu dentro da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) tendo como intuito promover a discussão e, principalmente, o primeiro encontro sobre temas que, embora pertençam a questões relativas à administração pública e a área de políticas públicas, foram negligenciados até os anos 1990 no Brasil a respeito do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) quando só a partir de então, de acordo com Destro de Oliveira (2010), o movimento encontrou-se *sintonizado com o Estado e o mercado*.

Contudo, deve-se demonstrar ascensão histórica do hoje conhecido como movimento LGBT entendendo-o enquanto fluxo, logo, não sendo estático e em paralelo, enquanto coadjuvante, da histórica tupiniquim.

Para Destro de Oliveira (2010), o movimento homossexual nos anos 50 ainda não estava organizado no Brasil caracterizando-se por iniciativas de sociabilidade (festas, assembleias e reuniões), diferente do ocorrido em 1978, quando acontece o primeiro passo para a criação do grupo de identificação SOMOS cujo embasamento é inspirado pela experiência argentina do *Nuestro Mundo da Frente de Liberación Homossexual* (FLH) o qual, segundo Simões e Facchini (2009), foi a primeira iniciativa de politização

da questão da homossexualidade conjuntamente com o jornal anarquista brasileiro *Lampião*¹.

Em um segundo momento, na segunda onda do movimento, emerge o grupo Triângulo Rosa preocupado em reformular as questões homossexuais (construir uma imagem pública do homossexual) a fim de utilizar novos modelos de atuação política dada caracterização a-política e, segundo o Triângulo Rosa, terapêutica do grupo SOMOS.

Para Simões e Facchini (2009), a redemocratização do país dá início a terceira onda do movimento cuja reconfiguração acontece principalmente a partir da fragilização da imprensa alternativa (grifo meu) uma vez que houve a ascensão da grande mídia e a abertura do mercado. Para Destro de Oliveira:

A expansão das possibilidades de consumo voltada ao público homossexual esvaziou a empreitada de financiar um jornal de teor fortemente político, cuja realização já era considerada difícil. Em meio a discussões e diferentes posicionamentos a respeito de sua viabilização do ponto de vista comercial, jornal *Lampião* fechou em 1981. O grupo SOMOS foi dissolvido anos depois. (DESTRO DE OLIVEIRA, 2010)

Além disso, para o desenvolvimento da atividade utilizou-se também a ideia da crise da masculinidade contemporânea e a sua relação com as mídias de massas de Hoenisch e Cirino (2010). Também inferiu-se a relação entre mídias de massas e heterossexismo, de Daniel Welzer-Lang, autor de *A construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia*:

O paradigma heterossexual se impôs como linha de contida para os homens (...) o heterossexismo é a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário (DANIEL, WELZER-LANG, 2001)

¹ Para Destro de Oliveira (2009) representava um modo de pertencimento a partir, por parte do jornal, de esvaziar os sentidos pejorativos de termos pelo quais o homossexuais eram caracterizados. Santos (2015) citando Fry e Macrae (1985) demonstra a importância do jornal na medida que era abordado sistematica e não pejorativamente a questão homossexual nos seus aspectos políticos, existenciais e culturais.

A partir da acepção de Hornisch e Cirino (2010), tem-se as mídias, sejam elas impressas ou magnéticas, enquanto responsáveis por ceivular realidades em parte produzidas por elas mesmas, não sendo, portando, o “espelho” da sociedade, mas um elemento criador dessa própria realidade.

Além disso, é afirmado pelos autores que:

Entre as constituições de identidades possíveis e a formação ilusória de conceitos de si, a masculinidade também é ofertada como um produto no qual se distingue o que é um homem ou como esse homem deveria ser. (HOENISCH e CIRINO, 2010)

Cabeda e Hoenisch (2009) acrescentam que a configuração masculina publicitária é jovem, branco, bem-sucedido e de classe social indefinida, portanto, abstrato.

A partir daí, da discussão sobre o que é o homem (ênfatizando o que ele não pode ser) e em como estruturou-se o movimento LGBT, foi realizada a extensão voltada para os ingressantes em Administração Pública da Faculdade de Ciências e Letras (Fclar-UNESP) conjuntamente com o coletivo LGBT do município de Araraquara, a Coletiva Bee.

Optou-se por evitar o formalismo acadêmico durante a atividade porque: a) havia um tempo limite para atividade de extensão que deveria ser respeitado; b) o primeiro contato com ingressantes –boa parte deles advindo do ensino médio- deveria utilizar a metodologia pedagógica da tutoria transversal cooperativa (TTC), adotada pelo curso de Administração Pública da Universidade Federal do Cariri; c) previamente foi disponibilizado material acadêmico para aqueles e aquelas cujo interesse fosse além da participação da extensão.

OBJETIVO

A presente atividade de extensão partiu dos estudos sobre as inquietação de Giddens (1993) e Foucault (1988) sobre como a intimidade tranforma-se em objeto de interesse público, especialmente no que diz respeito à sexualidade, uma vez que para Ferrari (2004) a sociedade tornou-se extremamente reflexiva transformando a sexualidade como sinônimo da identidade (grifo meu) fazendo com que exista uma constante preocupação com a intimidade e identidade dos outros.

Na verdade, a luta é por uma união entre a vida privada e a pública, capaz de entender a relação existente entre elas, direcionando o interesse para questões públicas, entendendo-as como políticas que dizem respeito a um universo de relações sociais. O movimento gay luta por inserir o entendimento da homossexualidade numa perspectiva política, e não exclusivamente social e sexual. O desafio, portanto, é associar as discussões do campos privado com o público. (FERRARI, 2004)

Realizou-se o primeiro encontro com a temática LGBT de maneira institucional, pelo vínculo entre órgão Universitário (Programa de Educação Tutorial em Administração Pública – PET Administração Pública) e a Coletiva Bee, para familiarizar os ingressantes do curso de administração pública com a temática que da mesma forma que fora negligenciada pela política -como observou-se na retomada histórica na introdução do presente resumo de extensão-, também é silenciada dentro das discussões acadêmicas da graduação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se para a realização da extensão: formulários de participação por curso de graduação; estrutura da Universidade; dinâmica inicial que a Coletiva Bee utiliza em suas participações em cursinhos populares; roda de debate e diálogo referenciando a primeira onda do movimento LGBT dado que o objetivo da apresentação foi o primeiro encontro com a temática de maneira institucional e familiarização com o assunto para os futuros administradores públicos.

Além disso, enfatiza-se a importância da bibliografia de Simões e Fachinni (2009), embo do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e de Welzer-Lang (2001).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esperava-se por pouca adesão (em torno de 15 pessoas) dado o tema, o que não foi fator para considerar a não realização do projeto, contudo, estavam presentes 60 pessoas; o público-alvo foram os ingressantes do curso em Administração Pública, porém, estavam presentes também graduandos de Ciências Sociais (10), Economia (02),

Química (01), letras (11), pedagogia (08), pós-graduação (05), técnico-administrativos da FCLAr (02), Farmácia (03), Engenharia de Bioprocessos (02), Professora doutora (01) e 15 graduandos em Administração Pública.

Por contraste percebeu-se maioria não heterossexual na extensão.

CONCLUSÕES

Durante os debate e discussões percebeu-se a emergência do tema ser discutido e como que o tempo mostrou-se insuficiente (2h), dado eu foram discutidas questões relacionadas a: travestivismo enquanto identidade de gênero latina marginalizada, transexuais na UNESP, fragilidade da masculinidade ocidental heterossexual e em como existe a hierarquização, logo, marginalização daqueles e daquelas que distanciam-se do perfil de homem cisgênero, branco e ocidental.

Como consequência, embora fosse previsto, os temas discutidos foram situados de maneira rápida e rasa pela intervenção da coletiva Bee dado o tempo da atividade de extensão. Entretanto, a partir desse primeiro contato pode-se criar recortes sobre possíveis e futuras atividades de extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SIMÕES, J. A. ; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. v. 1. 194p

DESTRO DE OLIVEIRA, Glauca S. **Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT**. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), v. 34, p. 373-381, 2010.

Hoenisch, J. C. ; CIRINO, Carlos da Silva. **Mídia e o espelho da masculinidade: Estudos de psicanálise**. Impresso. V. 33, p. 61-73, 2010.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SANTOS, S. W. **O movimento LGBT no Brasil (1978-1981): um estudo sobre o Jornal Lampião da Esquina**. Revista Temática. 2015.

FERRARI, A. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo.** Revista Brasileira de Educação, v 25, p. 105-115, Jan /Fev /Mar /Abr, 2004.

Welzer-Lang D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** Revista Estudos Feministas 2001; 2:460-82

MELHORIA DO ACESSO AO CAMPUS DA FCLAR

Ana Carolina Barros Marques, Ketlyn Rodrigues Alvares, Larissa Trindade Lopes, Marina Zen Bertolazzi

José Luís Bizelli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Campus; Revitalização; Melhoria.

INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, é uma instituição voltada para o Ensino Superior. Uma de suas sedes reside em Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, usada como objeto deste projeto. Ao tomar conhecimento sobre sua importância para a sociedade, criou-se o projeto “Melhoria do acesso ao campus da FCLAr”.

O projeto visa à revitalização e criação de novas estruturas de acesso à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, com a finalidade de melhorar a vivência dos alunos e funcionários além de se tornar mais atrativa e facilitar o ingresso da população em geral.

Percebe-se atualmente que o campus passa por problemas de infraestrutura, como ruas estreitas e mal recapeadas, ausência de calçadas entre a ciclovia e a entrada do campus, ausência de uma estrutura para organização de caronas e iluminação precária na entrada e no estacionamento do campus.

A partir desses fatores, o projeto busca uma melhoria na segurança, mobilidade e qualidade de serviços oferecidos para a comunidade. Para sua concretização foi necessário: pesquisa sobre os problemas enfrentados, enquetes com alunos e funcionários em geral e apresentação do projeto para os administradores e encarregados pela infraestrutura do campus.

OBJETIVO

Por meio do projeto “Melhoria do acesso ao campus da FCLAr” busca-se melhorar a qualidade do ambiente de convívio universitário através de mudanças na infraestrutura do campus, para que este cumpra sua função de integrar a sociedade e assim propiciar um ensino de qualidade.

Os objetivos específicos para a busca de melhorias são:

- Recapear ruas e aumentá-las: as ruas da entrada e estacionamento precisam ser aumentadas e recapeadas devido à grande quantidade de buracos, o que dificulta o trânsito e o acesso de automóveis ao campus, além de poder gerar acidentes;
- Ausência de calçadas entre a ciclovia e a entrada do campus: com a criação de calçadas na entrada do campus facilitaria o acesso seguro de pessoas;
- Ausência de uma estrutura para organização de caronas: devido à grande demanda de carona por parte dos alunos, o trânsito congestionado dentro do campus, o que dificulta a saída de outros carros do local;
- Iluminação precária na entrada do campus e no estacionamento: a falta de iluminação pode gerar insegurança e acidentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao observar a entrada do campus e as reclamações da falta de estrutura do mesmo, percebe-se que algo precisa ser mudado. Essa mudança foi buscada através da opinião de frequentadores do campus, de pesquisas no plano diretor da cidade e reuniões com responsáveis pela infraestrutura (arquitetos, engenheiros, etc.) e direção com a finalidade de repassar esse projeto ao Governo Estadual para que este seja aprovado e que seja concretizado.

Foram feitos questionários fechados através de pesquisas de opinião presencialmente com professores, funcionários e demais frequentadores do campus, além de evidenciar os problemas através de fotografias e documentos.

A partir de reunião marcada com arquiteto, foi possível ter uma visão sobre diferentes formas de mudança que beneficiem os frequentadores, os recursos necessários para essa construção e uma maior noção sobre o quanto deverá ser repassado pelo Governo Estadual para a reitoria. Segundo o ICMS (Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços), 9,57% do tributo são repassados às Universidades Estaduais de São Paulo; dado o orçamento de 2016 da UNESP, foram repassados 2,503 bilhões de reais até o início de 2016.

Por fim, houve uma reunião com o diretor da FCLAr para que o projeto, já concluído, seja repassado às autoridades e condicionado a uma análise futura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio das pesquisas de opinião conclui-se que alguns pontos ruins da estrutura são mais perceptíveis, como por exemplo, 36% dos frequentadores do campus caracterizam o asfalto do mesmo como ruim e 47% consideram a ausência da calçada na entrada deste péssima. Através de gráficos esses pontos foram elencados.

Na reunião com o Prof. Dr. José Luís Bizelli, graduado em arquitetura, foi possível ter diferentes perspectivas e ideias para que os problemas de infraestrutura fossem melhor pensados e arrumados.

Ao levar os resultados, pesquisas e gráficos ao diretor da FCL, Prof. Dr. Cláudio César de Paiva, houve a percepção que este se faz entendedor dos problemas enfrentados e que há, assim, projetos já existentes e em andamento no campus.

Os problemas principais encontrados, como a falta de calçada na entrada do campus, a iluminação precária tanto na entrada como no estacionamento do campus, a problematização do ponto de carona, o espaçamento das ruas, além da ideia de um controle de entrada e saída dos frequentadores foram especificados e debatidos em tópicos:

- Falta de calçada na entrada do campus: Segundo Paiva há um projeto, pensado por uma arquiteta e alunos de arquitetura da própria UNESP, em que a proposta principal seria a continuação da ciclovia dentro do campus, tendo seu final perto do prédio da graduação, onde haveria um estacionamento próprio para as bicicletas. Esta reforma garantiria a segurança tanto de ciclistas como de pedestres, que também utilizam a ciclovia, pois estes não precisariam atravessar a rua para chegar à calçada (problema evidenciado por fotos) e sim atravessariam em locais seguros (faixas de pedestre).

- Iluminação precária na entrada e no estacionamento do campus: No campus a iluminação da entrada é de responsabilidade da Farmácia, sendo assim deverá haver um reunião entre as duas administrações para que esse problema seja arrumado;

No estacionamento haverá uma manutenção que ocorre anualmente (como troca de luzes queimadas etc.) para que assim propicie uma melhor segurança;

No resto do campus houve uma manutenção e uma melhoria: os postes utilizados perto dos espelhos d'água foram trocados por postes mais baixos e com uma iluminação que facilite o frequentador na leitura (por conta dos bancos se tornarem um local utilizado para esse ato) e foram colocados postes perto da biblioteca, que antes não haviam, melhorando a iluminação dessa área.

- Ponto de carona: A ideia principal para melhorar o congestionamento do campus é a criação de um “bolsão” para caronas. Este bolsão garantiria que os carros que querem oferecer carona tenham um lugar adequado e seguro para este ato, além de não atrapalharem o trânsito.



- Espaçamento das ruas: Segundo Paiva, a largura das ruas estão de acordo com as normas padronizadas existentes, porém reconhece que há dificuldade e congestionamento. Através disso há uma proposta de tornar mão única as ruas, fazendo assim com que haja uma faixa dupla para os carros e com isso diminua o congestionamento.

Cita também que com a construção da continuação da ciclovia o trânsito também seria melhorado, pois não haveria uma “competitividade” dos ciclistas e pedestres com os carros.

- Segurança do campus: Foi apresentada a ideia do controle de entrada e saída dos carros do campus para que assim haja uma melhora na segurança. Essa ideia, segundo

ele, seria complicada, pois no campus há muita entrada e saída da população em geral por conta dos procedimentos fornecidos pela Farmácia o que dificultaria no controle, além de necessitar de um maior número de funcionários.

Quanto à segurança, é mostrado que esta já é fornecida por conta de câmeras existentes e do apoio policial, necessário para que os delitos cometidos não sejam considerados impunes. Além disso será colocada novas câmeras em locais que ainda não possuem.

Complementa informando que os seguranças que trabalham no campus são treinados para perceberem movimentações estranhas e garantir a segurança dos alunos e trabalhadores do campus.

CONCLUSÕES

Através dos métodos de pesquisas, entrevistas e reuniões, foram averiguados os problemas e estabelecidos uma melhor forma de resolvê-los. Com os questionários dos alunos foi possível elencar os principais problemas e focar neles, além de perceber que há grande insatisfação na infraestrutura existente hoje. A partir da reunião com o arquiteto, pode-se compreender também qual problema seria facilmente solucionável e quais ideias melhorariam a situação de hoje. Já através da reunião com o diretor foi possível ter uma base do andamento de projetos já existentes e de como a faculdade está resolvendo os problemas destacados. Busca-se sempre o melhor para a interação da população com a UNESP, sendo assim o certo seria resolver todos os problemas estruturais, mas deve-se sempre pensar dentro das possibilidades.

A interação com as pessoas no campus, tanto alunos como população em geral, traria para universidade um maior destaque, fazendo com que os investimentos do governo sejam mais voltados para uma melhor infraestrutura. Deve-se lembrar também que em Araraquara não existe apenas o campus da FCLAr, junto há também o curso de Farmácia, o Instituto de Química e o curso de Odontologia, que faria com que os recursos repassados fossem divididos. Assim é recomendado mostrar que o campus da FCLAr passa por problemas e que necessita de um maior investimento em sua infraestrutura.

Destarte, o projeto busca trazer soluções para esses problemas. Através de seus métodos poderá ser capaz de possibilitar a mudança procurada, porém só com a obtenção de recursos que será realmente concretizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EDUCAÇÃO ESTADÃO. **Estado contingencia R\$ 233 milhões de USP, Unicamp e Unesp.** <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,crise-faz-estado-contingenciar-r-233-mi-deusp--unicamp-e-unesp,10000013038>>. Acesso em: 06 set. 2016.

COORDENADORIA DO ESPAÇO FÍSICO. **Definição de campus universitário.** <https://social.stoa.usp.br/.../DefiniA_A_o_de_Campus_UniversitA_rio._COESF.doc>. Acesso em: 06 set. 2016.

UNIVERSIA MÉXICO. **La importancia del campus universitario para los jóvenes.** <<http://noticias.universia.net.mx/vidauniversitaria/noticia/2013/11/01/1060708/importancia-campus-universitariojovenes.html> > Acesso em: 7 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Até que ponto a estrutura ruim prejudica estudantes?** <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=10163>. Acesso em: 7 set. 2016.

CYBERBULLYING: FRONTEIRA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA SOCIEDADE DIGITAL

Isadora Mussi Raviolo, Vinícius Henrique de Oliveira Borges

Paulo César Corrêa Borges

UNESP

Palavras-chave: cyberbullying; liberdade de expressão; sociedade digital.

INTRODUÇÃO

O *cyberbullying*, derivação virtual do próprio *bullying*, faz-se presente na sociedade hodierna, também conhecida e conceituada como “sociedade digital”, e se caracteriza como uma manifestação virtual que age como uma ferramenta de expressão de poder e cristalização de tendências normativas, além de desedificar a identidade de suas vítimas. De forma mais ampla, tal conjuntura, quando analisadas sob prisma dos Direitos Humanos, através da redação constitucional, permite notar que o *cyberbullying*, como expressão do ódio, vai de encontro com o princípio da dignidade humana e se concretiza como uma fronteira da liberdade de expressão.

Com este resumo expandido objetiva-se aferir no *cyberbullying* um caráter limítrofe da liberdade de expressão, garantida no art. 5º, IV, da Constituição Federal. Ademais, conceituar-se-á o *bullying*, a Sociedade Digital, em seus contextos histórico e jurídico, o *cyberbullying* e, ainda, far-se-á uma análise da legislação acerca do tema.

Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica com marco teórico na obra “#DIREITODIGITAL”, de Patrícia P. Pinheiro (2016), de onde se buscou basear o prisma acerca da sociologia cabível no Direito Digital e acerca da análise deste. Complementarmente, utilizou-se a análise da Lei Anti Bullying e do contexto da violência sistêmica com enfoque no espaço digital de autoria das pesquisadoras Andyara Freitas e Flávia Mortari (2016). Por fim, discute-se sucintamente o papel da sociedade no combate ao *bullying*, com exemplo concreto do Grupo de Extensão NETPDH (Núcleo de Estudos da Tutela Penal e educação em Direitos Humanos) da UNESP/Franca. Este, do qual os autores fazem parte, utiliza-se de dinâmicas horizontalizadas com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental sobre temas específicos dos Direitos Humanos, onde se busca uma

descristalização de tabus sociais, como a homossexualidade e, inclusive, o bullying, e a construção de uma postura cidadã do indivíduo em sua breve formação.

Em suma, o tema central do presente artigo é analisar o contexto social do *cyberbullying* e seus efeitos sobre a cidadania e a livre expressão do pensamento. Para tanto, os resultados ainda são preliminares carecendo de tempo para efetivação da Lei 13.185/15 (Lei Anti-bullying) e do combate ao *bullying* e *cyberbullying*. Como se verá a seguir, esbarra ainda o combate no Marco Civil da Internet e na falha visão de uma irresponsável liberdade garantida por este. Por fim, objetiva-se denotar o teor altamente prejudicial do *cyberbullying* para indivíduo e sociedade, e ainda demonstrar a difícil inibição da prática por esta se fazer confundir com a liberdade de expressão.

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa embasa-se em delimitar a fronteira entre a liberdade de expressão e a manifestação de princípios do *bullying*, os quais, em uma sociedade digital, explicitam-se, não raro, no *cyberbullying*. Desse modo, em um contexto de globalização de ações antidemocráticas, as quais englobam, por exemplo, o *cyberbullying*, constata-se que tais ações subsidiam-se na vocação histórica do Direito, que sempre seguiu as transformações ocorridas na estrutura da sociedade. Portanto, a normatização de condutas já arraigadas em atitudes cotidianas fomenta o impasse em distinguir uma livre exteriorização de pensamentos e concepções inconstitucionais. Assim, pretende-se especificar tais elementos oriundos de uma sociedade digital e diferenciá-los, pondo em xeque eventuais adversidades que poderão culminar com transgressão a normas jurídicas e padronização de aspectos danosos para a conjuntura hodierna.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a efetuação da pesquisa empregou-se revisão bibliográfica e utilização de fontes indiretas empíricas. Analisou-se a obra “#DIREITODIGITAL”, bem como em artigos científicos, constatando-se a questão do *cyberbullying* na sociedade digital e seus efeitos diretos na formação identitária de suas vítimas. Utilizou-se, ainda, o caderno de trabalhos do grupo NETPDH, organizado pelo Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges. Tal grupo centra seu enfoque em administrar oficinas sobre Direitos Humanos para alunos do 6º

ano de duas escolas públicas da cidade de Franca (SP), as quais, em 2016, foram E.E. Dante Guedine e E.E. Evaristo Fabrício. Tal projeto emprega a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1999), objetivando uma relação horizontal entre alunos, colaboradores e professores dessas escolas, na qual a troca mútua de experiências e ideologias faz-se presente, protagonizando-se relações subjetivas benéficas, bem como uma descristalização de tabus sociais, como a homossexualidade e inclusive o *bullying*, e a construção de uma postura cidadã do indivíduo em sua breve formação.

Nesse contexto, os relatórios referentes às últimas oficinas realizadas nas escolas E.E. Dante Guedine e E.E. Evaristo Fabrício serviram como base para verificar as aplicações do *bullying* na vida dos alunos e os possíveis desencadeamentos. O combate de tal manifestação inconstitucional fora reiterado e as consequências explicitadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como dito na Introdução, os resultados aqui apresentados são de teor preliminar pelo tema e a própria Lei de 13.185/15, careceram de tempo para maturação. Contudo, o que ler-se-á tem teor de pesquisa e é sustentado nos textos de Patricia Peck Pinheiro (2016), Andyara Freitas e Flávia Mortari (2016), sendo, portanto, relevante para uma visão lapidada no teor jurídico do tema.

Sobre o *bullying*, tem-se que são os atos reiterados de violência física ou psíquica praticados contra um indivíduo com claro desequilíbrio entre as partes (CASADO, 2011). Apesar da modalidade cibernética do *bullying* advir com as redes sociais, o *bullying*, em si, já é ação presente na sociedade há tempos, encontrada principalmente em escolas e empresas, sendo, portanto, dever da sociedade como um todo sua extinção.

Patrícia Peck Pinheiro (2016), em sua obra “#DIREITODIGITAL”, aborda que a sociedade digital seria aquela onde convergiriam todas as outras sociedades da realidade não virtual numa sociedade virtual. Se caso a internet for um meio, como o rádio, televisão e os outros veículos de comunicação, a sociedade digital seria aquela da realidade não virtual que estaria inclusa no meio digital.

O *cyberbullying* deve ser entendido não puramente como o *bullying* aplicado na internet, mas com todo o teor que advém com tal modalidade. Isto é, os elementos tempo e território proporcionam ao *bullyier* maior alcance para suas ações em menor tempo,

pois, sendo a internet efêmera, em poucas horas de humilhações reiteradas poderia ter o resultado desejado pelo agressor e, ainda, o alcance da prática aumentado por reunir, em todo o país ou mundo, aqueles que têm as mesmas ideias violentas que ele.

Além disso, nota-se, como já inferido, a indissociabilidade entre internet e cidadania. Pode-se perceber a gravidade do *cyberbullying* ao passo que ele dificulta o indivíduo de atingir sua total potencialidade humana e cidadã, que se firma na internet. Isto é, a reiterada violência contra o indivíduo nas redes sociais inibem seu desenvolvimento humano por criar naquelas um cenário hostil ao indivíduo, o qual deveria ser o campo de atuação de sua cidadania.

Patrícia P. Pinheiro (2016) afirma que o direito de liberdade de expressão, garantido pelo art. 5º, IV, da Constituição Federal, se visto à luz do art. 187, do Código Civil de 2002, implica na responsabilização daquele que, no exercício de seu direito, falta com a boa fé e bons costumes ferindo o direito de outrem, permitindo-se notar uma fronteira legal à liberdade.

Tem-se ainda que o que em verdade a Lei 13.185/15 (Marco Civil) inaugurou foi o caráter preventivo e pré-violatório dos Direitos Humanos ao prever a instituição de um programa nacional de combate ao *bullying*. Entre outras coisas a Lei a ação da Escola e comunidade no fazer conhecer o *bullying* e no seu combate.

É, portanto, nesse sentido que a prevenção do *bullying* e *cyberbullying* previsto na Lei Anticorrupção converge com o programa de conscientização praticado pelo NETPDH da UNESP Franca. Isto é, nota-se nas oficinas e relatórios nas escolas públicas contempladas pelo grupo de extensão a progressiva conscientização das crianças do 6º ano levando consigo o caráter preventivo e combativo em uma idade propícia ao início de uma boa prática cidadã.

CONCLUSÃO

Afere-se, portanto, com o presente resumo expandido o teor altamente prejudicial do *cyberbullying* no âmbito jurídico ao se fazer um limiar para a liberdade de expressão. Apesar do referido teor preliminar, os presentes estudos fazem compreender, com prisma aprofundado, a temática do *cyberbullying* e da Lei 13.185/15, auxiliando no combate à violência sistemática normatizada na sociedade. Dessa maneira, condutas já arraigadas

na sociedade hodierna culminam com forte crise identitária de vítimas do *cyberbullying*, bem como normatização de condutas danosas. Assim, faz-se primordial o combate à inconstitucionalidade do *cyberbullying*, assim como a delimitação precisa da fronteira entre liberdade de expressão e manifestação de um crime de ódio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Paulo César Corrêa. **Caderno de Trabalhos: NETPDH – Fundamentos da cidadania**. Franca: UNESP, 2016, pp. 10-13.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei Federal n. 12.965/14

CASADO, Aline Gabriela Pescaroli. **Cyber bullying: violência virtual e o enquadramento penal no Brasil**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 95, dez 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10882>. Acesso em abr 2017.

FÓRUM DA CIDADANIA: A IMPORTÂNCIA DO VOTO E DO PROCESSO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS DO CARIRI PARAIBANO

Renata Chaves Cardoso, Thais Carneiro de Brito

Kelly Cristina Costa Soares

Centro de Desenvolvimento Sustentável do semiárido (CDSA- UFCG)

Palavras-chave: Democracia; Eleições; Conscientização política.

INTRODUÇÃO

As eleições municipais são consideradas eventos de suma importância para o funcionamento da democracia e da prática da cidadania. Ao exercer uma escolha política, o cidadão tem a oportunidade de interferir diretamente no destino do seu município. Na relação Estado-sociedade, o poder local assume a condição de ser a instância imediata que se propõe a atender demandas cotidianas dos cidadãos.

Nos municípios do Brasil, a cada quatro anos, os eleitores têm a oportunidade de escolher o chefe do Poder Executivo (Prefeito) e os representantes do Poder Legislativo (vereadores). Os períodos eleitorais nos pequenos municípios brasileiros são eventos inusitados que agitam os ânimos da população. As disputas entre os grupos políticos tomam conta da vivência do município e passa a predominar os diálogos nas ruas e comunidades. Não obstante, a festa da democracia nesses pequenos municípios é travada ainda por acomodação de interesses de grupos políticos que usam da patronagem para obtenção do sucesso eleitoral e perpetuação no poder. Esse cenário vem a se distanciar dos fundamentos da democracia moderna que asseguram a realização de eleições livres e limpas (Dahl¹), bem como a dificultar o entendimento sobre o significado do voto.

O resultado do processo de escolha política depende significativamente do nível de informação que o eleitor dispõe sobre as suas preferências e capacidade dos candidatos para ocuparem cargos públicos. A compreensão acerca da importância do poder político para nortear os caminhos a serem trilhados pela sociedade é condição essencial à qualidade da escolha. Para tanto, a difusão do conhecimento sobre as atribuições e

¹ DAHL, Robert. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.

desempenhos dos governos passa a ser estratégia para aprimorar os critérios das escolhas dos eleitores e poderá ter impacto na qualidade da representação.

No intuito de discutir a democracia e auxiliar a prática das escolhas políticas no exercício da cidadania, o curso de Gestão Pública propôs expor às comunidades do Cariri paraibano, a importância das eleições municipais, ao chamar atenção para responsabilidade do voto e os seus desdobramentos para intervenção na realidade. As atividades de debates sobre o pleito municipal foram oportunidade para esclarecer os cidadãos sobre a importância da política e da participação. Para isso, realizaram-se atividades de extensão universitária que visaram explicar as funções dos Poderes Executivo e Legislativo, as razões para uma escolha responsável e as prerrogativas que sustentam os governos no sistema político democrático.

As atividades tiveram como meta canalizar informações que pudessem facilitar o entendimento sobre o funcionamento do governo municipal, o desempenho da representação política e da participação do cidadão no processo eleitoral e no cotidiano do município. A ênfase na importância do controle democrático permitiu elucidar as realidades locais e identificar problemas como: a falta de transparência dos governos municipais, inabilidades do Poder Legislativo em funções do processo decisório e no exercício da fiscalização do Poder Executivo. Dessa forma, as eleições municipais propiciaram momento importante para reflexão dos problemas coletivos vividos nos cotidianos dos municípios. As atividades de extensão permitiram tornar possível o compromisso do CDSA/UFCG de problematizar questões e apontar caminhos para construção de uma gestão pública democrática e responsiva. A preocupação com o encaminhamento do processo de escolha das lideranças políticas nos municípios do Cariri paraibano seria crucial para aperfeiçoar o funcionamento das instituições políticas e das possibilidades de mudança na cultura política.

As atividades foram realizadas através de debates nas escolas e na comunidade, oportunidades que os cidadãos tiveram de obter informações sobre o exercício do direito ao voto e o dever de fiscalizar as ações dos governantes. Os momentos de discussões tornaram-se proveitosos para o engajamento dos estudantes e as comunidades na busca de entendimento da realidade local e das alternativas para efetivar a participação política.

Os debates sobre a importância da escolha do Prefeito e dos vereadores nos municípios puderam trazer consequências positivas para aperfeiçoar o processo de

escolha política, da competição política contribuindo para tornar o cidadão mais consciente e o processo eleitoral mais democrático.

OBJETIVO

Como objetivo geral as atividades de extensão discutiram o processo eleitoral nos pequenos municípios divulgando informações sobre a importância do voto, as funções dos poderes Executivo e Legislativo e, principalmente, sobre o significado e exercício da cidadania. Para tanto, foram realizados os seguintes objetivos específicos: exposição clara dos princípios que balizam a gestão pública democrática e responsiva; despertando a atenção para capacidade fiscalizadora que cada cidadão dispõe no exercício da política e prática cotidiana.

As atividades nas escolas resultaram momentos de interação entre os estudantes universitários e os jovens do ensino médio que votariam pela primeira vez. A recepção nas escolas e a discussão sobre o processo eleitoral nos municípios do cariri paraibano resultaram em diálogos proveitosos acerca dos problemas coletivos dos municípios e das alternativas para o exercício da participação política e a construção da consciência crítica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas visitas e debates em escolas dos municípios de Sumé, Camalaú e Serra Branca com o objetivo de despertar o interesse dos jovens pelo cenário político-eleitoral local e a responsabilidade no primeiro exercício do direito ao voto. Para isso, o projeto difundiu conhecimentos sobre a prática democrática para auxiliar a formação do senso crítico de alunos e professores a respeito da importância da política e do processo de escolha dos governantes para resolução dos problemas coletivos. Buscou-se levantar questões sobre a realidade escolar e da comunidade apresentando conceitos básicos para entender o regime democrático e a importância do voto. Para isso, foram realizadas palestras com a utilização de recursos audiovisuais que possibilitaram interlocução e a participação dos jovens na temática política.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades foram planejadas e executadas com a participação dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. As atividades de planejamento foram realizadas em encontros semanais com o grupo de alunos durante o mês de agosto de 2016. Esses encontros viabilizaram orientações e discussões sobre conceitos para entendimento do regime democrático e do funcionamento do sistema político brasileiro. Em seguida deu-se a confecção de material didático para exposição da discussão nas escolas dos municípios visitados.



Panfleto (Externo)



Panfleto (Interno)

CONCLUSÕES

O projeto de extensão ‘Fórum da cidadania: a importância do voto nos municípios do Cariri Paraibano’ permitiu a participação da Universidade no encaminhamento das discussões sobre o processo eleitoral local. Assim sendo, pôde-se introduzir questões importantes para melhorar a qualidade da participação política no poder local. As atividades realizadas foram direcionadas aos jovens que começaram exercer os direitos políticos. As expectativas de canalizar informações para ajudar o cidadão a formar senso crítico e consciência política foram as metas traçadas e executadas. Desse modo, considera-se ponto de partida para fortalecer a democracia e sedimentar alternativas para mudança da cultura política nos pequenos municípios. A perspectiva de tomar as escolas como núcleos das discussões teve como objetivo resgatar a função do processo educacional na construção da cidadania e instrumento de transformação da realidade social.

A canalização de informações sobre a dinâmica da democracia e do processo eleitoral nos pequenos municípios pode ter impactos significativos na competição política e de formação de novos grupos políticos que em médios e longos prazos levam a alternância de poder e consolidação das instituições políticas. O senso crítico do eleitor depende expressivamente do acesso à informação e discernimento sobre as razões da política e atribuições de políticos e burocratas do Estado.

A boa receptividade da comunidade escolar (professores e alunos) ao projeto de extensão universitária produziu efeitos positivos e devem ser interpretados como uma semente que resultará em árvore frondosa para consolidar a participação política e o processo democrático nos pequenos municípios do Cariri Paraibano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, B. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. Cad. Metrop., São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 59-87, jan/jun 2012

_____. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

ARATO, A. *Accountability y sociedad civil*. In: PERUZZOTTI, E e SMULOVITZ, C.

Controlando la política: ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino americanas, Buenos Ayres: Temas Grupo editorial, 2001.

CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. 8ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

COX, G. W. and MCCUBBINS, M. D. *The Institutional Determinants of Economic Policy Outcomes*. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. *Presidents, Parliaments, and Policy*. New York: Cambridge University Press, 2001.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo : Edusp, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. Vol 48, nº 4, pp 737 a 776, 2006.

_____. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002, pp 303 a 344.

HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. Introduction: Political Institutions and the Determinants of Public Policy. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. *Presidents, Parliaments, and Policy*. New York: Cambridge University Press, 2001.

HUNTINGTON, S. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

MAINWARING, S. (2003) Introduction. In: MAINWARING, S. and WELNA, C. *Democratic Accountability in Latina America*. New York: Oxford University Press.

PROJETO 'VISITE A CÂMARA' E A COMPLEMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO POR MEIO DE NOÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS

Gabriela de Paula Franca, João Vitor dos Santos Andrade, João Fredini, Cristiano P. Duarte,
Gabriela Zanotti

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: política; cidadania; legislativo.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, caracterizado por uma conturbada crise política e econômica, é imprescindível a discussão de temas relacionados à política, direitos humanos e cidadania por todos os membros da sociedade, devido à realidade na qual o país se encontra e, principalmente, pela necessidade da não alienação perante aos acontecimentos e da defesa dos direitos dos cidadãos. Diante disso, faz-se ainda mais necessário tratar do funcionamento das estruturas político-administrativas do Estado brasileiro nas escolas, para contribuir na evolução do desenvolvimento crítico dos estudantes.

O currículo escolar de grande parte das instituições de ensino médio e fundamental carece de conteúdo que trate de tópicos de política, cidadania e participação popular. Embora conste como determinação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), no qual explicitam que os temas transversais devem ser abordados de forma contextualizada em diversas disciplinas (BRASIL, 1998), esses assuntos são normalmente expostos de forma rasa dentro das disciplinas humanas. Então, na maioria das vezes não há a preocupação de fato do educador em debater questões que poderão servir de base para a formação da consciência política dos jovens, futuros eleitores e membros ativos na busca do cumprimento dos direitos assegurados pela Constituição.

Dessa forma, com o intuito de complementar a educação nas escolas, tratando de assuntos da esfera política e a fim de propiciar melhor entendimento da ação dos órgãos públicos, a Câmara dos Vereadores de Araraquara permite a visitação de estudantes para expor o que é realizado no local, ou seja, como a representatividade do interesse coletivo é colocada em prática pelos vereadores eleitos democraticamente, quais são as

competências e responsabilidades do Poder Legislativo Municipal e como alunos, enquanto cidadãos participam do processo democrático.

O projeto, realizado pela Escola do Legislativo em parceria com o PET Administração Pública, consiste, portanto, na visita à Câmara dos Vereadores de Araraquara e exibição de conteúdos informativos sem vínculos partidários ou presos a uma única concepção ideológica.

OBJETIVO

A atividade tem como objetivo direto atuar no desenvolvimento dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio complementando o que é ensinado nas aulas com informações relevantes sobre a esfera legislativa do município onde residem.

A Câmara dos Vereadores de Araraquara é apresentada aos estudantes e é passada uma visão histórica da fundação do local relacionada à sua função no município desde a sua criação. O aspecto organizacional da Câmara é explicado aos alunos, ou seja, como são realizados os trabalhos dos vereadores, como se dá a composição das comissões e da mesa diretora e quais as etapas que um projeto deve passar desde a sua elaboração até a sua votação. Uma dinâmica é realizada para a fixação do conteúdo exposto e por fim a estrutura física da Câmara é exibida com o propósito de ilustrar onde ocorre o que foi explicado anteriormente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como brevemente explicado acima, a metodologia consiste em três etapas: teórico-informacional, dinâmica e visita à parte física da Câmara.

A primeira etapa é realizada com todos os visitantes juntos, caso não seja possível pelo número de alunos, ocorre a divisão em duas turmas, cada uma com dois integrantes do grupo PET Administração Pública que vão expor igualmente, de 30 a 40 minutos, a parte teórica da atividade. Podem ser utilizados recursos de mídia para deixar a apresentação mais ilustrativa e atrativa, tais como apresentação de slides, vídeos e imagens; e material impresso para ser utilizado durante a apresentação ou posteriormente como forma de consulta.

A dinâmica, com finalidade de fixar o que foi apresentado na primeira etapa, é estruturada de acordo com a idade dos participantes. Aos alunos do ensino fundamental, essa fase é tratada de forma mais recreativa e, aos alunos do ensino médio, a atividade será mais funcional, exigindo um maior raciocínio lógico.

A última etapa consiste na imersão dos estudantes na estrutura física do prédio principal Câmara, onde estão o plenário, a secretaria, o protocolo, a área de informática, a TV Câmara, o almoxarifado e o setor de transportes. Com isso, eles associam as primeiras etapas ao local onde os procedimentos previamente explicados ocorrem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a apuração a respeito da eficácia da atividade é enviado aos participantes um questionário que servirá como instrumento de mensuração dos resultados e como feedback para o conhecimento da opinião dos jovens sobre o projeto, para assim, relatar se foram alcançados os objetivos almejados e apontar se são necessárias melhorias em algum ponto da atividade realizada.

Outra forma de mensuração é o debate entre os alunos do PET Administração Pública e a Escola do Legislativo, ambos responsáveis pela realização do projeto e que farão aperfeiçoamentos. A necessidade de análise dos resultados é importante para avaliar a execução da atividade e realizar alterações metodológicas e operacionais caso se mostre necessário.

CONCLUSÕES

Diante das lacunas existentes nas grades curriculares da maioria das escolas brasileiras, o PET Administração Pública em conjunto com a Escola do Legislativo realiza esse projeto visando atingir significativamente os estudantes do ensino básico no conhecimento a respeito de temas da esfera política, a fim de propiciar auxílio para que esses jovens possam desenvolver-se e serem capazes de “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais...” (Brasil, 1998, p.7).

Portanto, principalmente no momento político atual, é imprescindível que os cidadãos tenham consciência do seu papel como ator no processo democrático, de acordo

com Bobbio (2002) “a democracia não se refere só à ordem do poder público do Estado, mas deve existir em todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Começa na relação interindividual, passa pela família, a escola e culmina no Estado. Uma sociedade democrática é aquela que vai conseguindo democratizar todas as suas instituições e práticas”. Dessa forma, a essencialidade do projeto focaliza o entendimento a cerca das estruturas democráticas e de temáticas da esfera política por jovens em formação escolar, a fim de despertar o engajamento desses estudantes e possivelmente incentiva-los a participar das mudanças de interesse popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Brasil 1998.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE

Cláudia Freire

Patrícia Aparecida Biotto

UNINOVE

Palavras-chave: Educação Infantil; Acesso; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem como propósito refletir, analisar e criticizar o atual cenário da formação docente e os impactos das políticas públicas para o ensino e acesso na Educação Infantil. No entanto, o mesmo estará embasado em documentos oficiais do Ministério da Educação – MEC, que dispõe sobre o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI e outros documentos pertinentes acerca de Políticas Públicas para a Educação Infantil.

Partindo do pressuposto, que o universo infantil seja a primeira etapa da escolarização para a criança, e que estará em processo de formação e em contatos com outros grupos sociais – faz-se necessário o estímulo para as descobertas e propício para o seu pleno desenvolvimento. Perpassando, pela figura do professor como formador de valores e condutas pertinentes ao ambiente escolar, devendo este abarcar saberes das especificidades infantis.

De modo, que este trabalho contribua para a comunidade docente e outros profissionais, e assim, compreender que a criança é o principal ator na construção do seu conhecimento, e o professor coadjuvante, criando condições para que a criança desenvolva em plenitude.

OBJETIVO

A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, tem por finalidade apresentar questionamentos oriundos da prática docente presentes no universo da Educação Infantil.

De modo, a refletir e a criticizar o que tem afligido os profissionais da Educação, diante da problemática entre as culturas do tempo e espaço escolar na Educação Infantil, e assim buscar soluções para o seu entendimento.

Assim, o referido trabalho de pesquisa sobre a formação docente na Educação Infantil nasceu da necessidade de abranger algumas questões de como caminha essa modalidade de ensino nas escolas e quais contribuições os documentos oficiais e as políticas públicas têm reservado para este cenário.

No entanto, para elucidar tais questionamentos, citaremos alguns trechos no que consta do documento oficial - Referencial Curricular para Educação Infantil:

Outras questões importantes para este nível de educação são tratadas na LDB, como as que se referem à formação dos profissionais, as relativas à educação especial e à avaliação. (Referencial curricular nacional para a educação infantil pp.11)

De modo, que a principal função deste documento é:

Contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais. (Referencial curricular nacional para a educação infantil pp.15)

Ainda, nos cabe ressaltar a importância deste valioso documento um artifício a favor do professor entre sua teoria e prática no universo da educação infantil, como salienta o trecho abaixo:

Nesse documento, constatou-se que são inúmeras e diversas as propostas de currículo para a educação infantil que têm sido elaboradas, nas últimas décadas, em várias partes do Brasil. Essas propostas, tão diversas e heterogêneas quanto o é a sociedade brasileira, refletem o nível de articulação de três instâncias determinantes na construção de um projeto educativo para a educação infantil. São elas: a das práticas sociais, a das políticas públicas e a da sistematização dos conhecimentos pertinentes a essa etapa educacional. Porém, se essa vasta produção revela a riqueza de soluções encontradas nas diferentes regiões brasileiras, ela revela, também, as desigualdades de

condições institucionais para a garantia da qualidade nessa etapa educacional.
(Referencial curricular nacional para a educação infantil pp.16)

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho, tem como proposta metodológica, utilizar-se da pesquisa em publicações, documentos oficiais e de outras fontes científicas para embasar teoricamente as discussões acerca da formação docente no campo da Educação Infantil.

De modo, que oportunamente pode-se encaminhar os estudos por meio de entrevistas e/ ou relatórios de observações acerca da vivência profissional e temáticas afins.

Considerando, a Pedagogia como um vasto campo para a instrumentalização da pesquisa, através da apresentação de resultados, tabelas e indicadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, entende-se que a questão envolvendo o universo da Educação Infantil, vai além do enfoque – formação docente – pois, como evidencia o referido documento, existem e devem ser feitas reflexões mais aprofundadas para relacionarmos o que realmente temos do atual cenário para uma situação próxima ao qual precisamos para se chegar ao atendimento ideal nas escolas de Educação Infantil.

Afinal, não menos importa pensar na questão – formação docente – mas que seja um conjunto de medidas eficientes para contribuir com esse profissional e o exercício de sua função.

Logo, temos a concepção do atendimento na Educação Infantil, como:

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo, apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda. O uso de creches e de programas pré-escolares como estratégia para combater a pobreza e resolver problemas ligados à sobrevivência das crianças foi, durante muitos anos, justificativa para a existência de atendimentos de baixo custo, com aplicações

orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporção de crianças por adulto. (Referencial curricular nacional para a educação infantil pp.18)

Evidentemente, como nos confirma o referido documento, a concepção da Educação Infantil – vinculada de forma equivocada ao atendimento prioritário às camadas populares – acaba por desnivelar as condições desse atendimento em todos os aspectos, refletindo também na formação docente.

E o que também, vem nos chamando a atenção nesse atual cenário nas escolas de educação infantil – número de crianças em excesso por sala de aula.

Entretanto, no Município de São Paulo, em uma decisão inédita – publicada no Diário Oficial do dia 20 de outubro de 2014, dispõe de uma portaria que trata da redução gradual de número de alunos por turma, para os ensinos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a partir do ano letivo de 2015.

De modo, como sugere a medida adotada, estava prevista nos Planos do Programa Mais Educação São Paulo – a fim de facilitar o aprendizado dos educandos e a melhoria na qualidade da educação nos níveis citados.

Educação Infantil – Nas turmas de Infantil I e II (pré-escola), o número de alunos por turma / educador cairá de 30 para 29. Em casos excepcionais, a portaria anterior permitia até 35 crianças. Neste novo documento, se houver necessidade para atender a demanda da região, as turmas poderão ser formadas em proporções diferentes, conforme decisão da Secretaria em conjunto com as Diretorias Regionais de Educação. (<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Secretaria-Municipal-de-Educacao-reduz-numero-de-alunos-por-sala>).

CONCLUSÕES

Entretanto, a intenção que se pretende alcançar ao longo dessa pesquisa, é buscar nas fontes de pesquisas mencionadas – subsídios teóricos para o entendimento da questão

inicial, no que se refere a formação docente na educação infantil e as políticas públicas voltadas para esse nível de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Site do MEC

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12579%3Aeducacaoinfantil&Itemid=859

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

ANPED

<http://29reuniao.anped.org.br/>

Site da Prefeitura Municipal de São Paulo Portaria que dispõe sobre a redução gradual de número de alunos por turma. Link para consulta, último acesso dia 26/10/2014.

<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/6579.pdf>

REFLEXOS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NAS CRIANÇAS NO ÂMBITO ESCOLAR

Ana Paula Mittelman Germer, Luisa Lisbôa Guedes

Paulo César Corrêa Borges

UNESP

Palavras-chave: violência conjugal; reflexos; ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um problema que atinge milhares de famílias anualmente. Independe muitas vezes da classe social, econômica, cultural ou religiosa, sendo um problema majoritariamente dissimulado e escondido dentro de uma família. Segundo Azevedo e Guerra (1995) a violência doméstica seria todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças ou adolescentes e que pode causar danos físicos, sexuais ou psicológicos à vítima – implica de um lado numa transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Este estudo aborda os efeitos da violência doméstica em crianças e adolescentes que viveram ou vivem em ambientes hostis. A Constituição Federal, artigo 226 § 8º afirma que o Estado deve assegurar a assistência à família e aos integrantes da mesma, assim, a presente pesquisa busca identificar traços de influência de tal violência nas crianças e adolescentes no âmbito escolar.

Para a metodologia do trabalho foram utilizadas relatórios das oficinas advindos do projeto de extensão NETPDH, dirigido pelo Professor e Doutor Paulo Borges, artigos científicos, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal.

Como a pesquisa ainda está em andamento, os resultados ainda não são possíveis de serem mapeados. Entretanto, como os trabalhos são realizados semanalmente com os jovens, percebe-se os reflexos negativos da violência advinda de casa e aplicada nas escolas, atingindo colegas e funcionários.

OBJETIVO

O objetivo da pesquisa se fundamenta na questão da influência da violência doméstica sofrida por crianças e adolescentes em seu desenvolvimento no âmbito escolar. Com foco na violência intrafamiliar e conjugal, busca-se saber os reflexos nas crianças e adolescentes e seu comportamento escolar, tanto com relação às notas como, também, com o comportamento violento ou passivo. Busca-se assim, analisar tais efeitos, produzidos no ambiente familiar hostil e violento, dentro do ambiente da escola, observando o histórico escolar das notas e o comportamento agressivo ou passivo dos indivíduos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa realizou-se uma revisão bibliográfica e o uso de fontes indiretas.

Com base em uma pesquisa qualitativa, buscou-se artigos científicos e obras bibliográficas que abordassem a questão da violência doméstica, bem como da influência de tal ato aos jovens dentro do âmbito escolar.

Além disso, usamos como ferramenta o caderno de atividades de 2016 do grupo NETPDH (Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos). O projeto busca realizar oficinas sobre Direitos Humanos com alunos do 6º ano de duas escolas públicas da cidade de Franca (SP). No ano de 2016 foram realizadas na E.E. Dante Guedine e na E.E. Evaristo Fabrício. Usamos como base os relatórios feitos sobre as oficinas cujo tema foi a violência doméstica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estatuto da Criança e do adolescente garante os direitos dos jovens frente à violência, quando em seu art. 5º coloca que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais”.

Diante do grave problema apresentado pela violência doméstica, percebemos as influências disto nas crianças e adolescentes no âmbito escolar. Ausências frequentes, baixo rendimento, falta de atenção e de concentração e comportamentos como apatia, passividade, agressividade e choro (AZEVEDO; GUERRA, 1998) são algumas das características que permitem identificar um jovem que sofre com a violência doméstica.

Para um bom desenvolvimento das crianças é necessário um ambiente familiar saudável, com diálogo, boas relações, vínculo afetivo, entre outros. Dessa forma, quando o ambiente familiar se torna desequilibrado e hostil, a aprendizagem, o desenvolvimento físico, emocional e mental dos filhos acaba sendo comprometido por conta da violência dentro da família.

Percebe-se alguns riscos que são causados quando uma criança presencia a violência conjugal. Entre eles: ansiedade, medo, insegurança, depressão, baixa autoestima, baixo rendimento escolar, pesadelos, distúrbios, traumas e o desenvolvimento de condutas agressivas que geram a consciência de que a violência é um fato natural. Uma consequência comum da exposição à violência é a reprodução de brigas dentro do ambiente escolar.

Em um dos relatórios realizados na oficina sobre violência doméstica no dia 19 de abril de 2016 na sala do 6º ano E na Escola Estadual Dante Guedine, uma das atividades era a realização de um teatro sobre o tema abordado, e em um dos teatros realizados pelas crianças, eles representaram os pais brigando em casa e na escola os filhos brigando com outras crianças. Percebe-se assim que as próprias crianças notaram a influência de um ambiente familiar de violência em seu desenvolvimento e interação na escola (BORGES, 2016).

Uma pesquisa dos Estados Unidos mostrou que as crianças do sexo masculino são mais sensíveis a apresentarem comportamento agressivo na escola quando vivem em lares violentos (MALDONADO; WILLIAMS, 2005). Dessa maneira, busca-se resultados semelhantes a esse no projeto aqui proposto.

[..] a criança não precisa observar a agressão para ser afetada por ela. Assim, a criança exposta à violência conjugal é aquela que viu, ouviu um incidente de agressão à mãe, viu o seu resultado ou vivenciou o seu efeito quando interagindo com seus pais. (JOURILES, MCDONALD, NORWOOD, EZELL apud HOLDEN, 1998)

Um estudo realizado nos Estados Unidos com mulheres vítimas de violência, demonstra que 55% delas relataram que suas crianças testemunharam a agressão física e psicológica que elas sofreram. Estima-se que entre 3,3 milhões a 10 milhões de crianças estão expostas à violência conjugal a cada ano (JAFFE; POISSON, 2000).

CONCLUSÕES

Por fim, conclui-se que há possibilidade de haver uma queda no rendimento escolar das crianças e adolescentes que vivam em âmbito familiar agressivo. Já com relação ao comportamento agressivo, foi comprovada uma possível característica violenta, principalmente em meninos, na escola quando em seus lares há violência.

O projeto NETPDH (Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos), liderado pelo Professor Doutor Paulo César Corrêa Borges, é de extrema importância tanto para os alunos, quanto para a escola. Isso, pois, os possíveis sinais de violência, expressados nas crianças, são identificados mais facilmente, fazendo com que os pupilos que vivem em ambiente agressivo sejam resgatados, tendo a ajuda necessária, seja com auxílio psicológico ou com o acionamento do Conselho Tutelar. Além de trazer para a sala de aula um tema de extrema importância em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane de Azevedo. A violência doméstica na infância e na adolescência. São Paulo, SP: Robe Editora, 1995.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de A. Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu. 1998.

BORGES, Paulo César Corrêa. Caderno de Trabalhos: NETPDH – Fundamentos da cidadania, Franca: UNESP, 2016, pp. 14– 16.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de A. L. T. Pinto, M.C. V.dos S. Windt e L. E. A. de Siqueira. 10ª. Ed., São Paulo: Saraiva. 2000.

FOGO, José Carlos, WILLIAMS, Lúcia C. de Albuquerque, BRANCALHONE, Patrícia Georgia, Crianças Expostas à Violência Conjugal: Avaliação do Desempenho Acadêmico, Psicologia: Teoria e Pesquisa, Universidade Federal de São Carlos, Vol. 20, pp. 113-117, Mai-Ago 2004.

HOLDEN, G. W. (1998). Introduction: The development of research into another consequence of family violence. Em G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Orgs.), Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues (pp. 1-18). Washington: American Psychological Association.

JAFFE, P. G., POISSON, S. E. (2000). Children exposed to domestic violence: Challenges for the next century. Em P. G. Jaffe, M. Russell & M. J. G. Smith (Orgs.), Creating a legacy hope: Proceedings of an International Conference on Children Exposed to Domestic Violence (pp. 1-6). Vancouver: Yukon Society of Transitions Houses

JUSBRAZIL. Lei Maria da Penha - Abrangência e eficácia. Disponível em: <<https://correamanda.jusbrasil.com.br/artigos/328169928/lei-maria-da-penha-abrangencia-e-eficacia>>. Acesso em 7 de abril de 2017.

MALDONADO, Daniela Patricia Ado, WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. Psicologia em Estudo, v. 10, n. 3, p. 353-362, Maringá. 2005

SAGIM, Mírian Botelho, Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar, Universidade de São Paulo, FFCRLP- Departamento de Psicologia e Educação Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ribeirão Preto, SP, 2008.

SANTOS, Lana Ermelina Silva dos, FERRIANI, Maria das Graças C., A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola, Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 60, num.5, outubro, 2007, pp. 524-529, Associação Brasileira de Enfermagem, Brasília, Brasil.

VEIGA, Daphne Lúcia da, SILVA, Marcia Aparecida da, SILVA, Priscila Andrezza da,
A Influência da violência doméstica no Processo de aprendizagem- Projeto Aquarela,
Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP/ Faculdade de Educação e Artes – FEA/
Rua Tertuliano Delfim.

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ESPAÇO DO TEATRO E DO ENTRETENIMENTO DO SÉCULO XX

Danusa de Oliveira Jeremin

Dagoberto José Fonseca

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Processos Identitários; Representação; Mídia.

INTRODUÇÃO

Questões relacionadas a representação do negro no entretenimento sempre estiveram em pauta no movimento negro brasileiro, internacional e contemporaneamente tem alcançado a mídia mundial. Com efeito, se contarmos o número de atores negros em cartaz no teatro e na televisão (com um contingente um pouco maior), ainda é ínfimo. Atores negros principalmente na televisão só eram escalados para interpretar personagens estereotipados, subalternos a brancos, como as criadas fiéis aos seus patrões ou no caso donos, empregadas domésticas, escravos, mulheres hipersexualizada, mulheres sofredoras, ou homens cafajestes, gatuno, ébrio, vagabundo entre várias outras “qualidades”. Esses personagens com o passar do tempo foram sendo redesenhados, mas permanecendo com a mesma função a de servir aos propósitos dos personagens brancos, servindo de coadjuvantes ou protagonistas sofredores e/ou erotizados. Portanto, é possível comprovar que esses meios de comunicação originam discursos e retiram assuntos, agendas, eventos, imagens da audiência, de formações discursivas ou fontes de dentro da estrutura sociocultural e política, que opera com uma ideologia que crê ser uma “definição da situação”, com aquilo que já é sabido e implícito na sociedade, sendo a mesma uma representação daquilo que em seu privilegio creem ser o mundo. Em que a partir de um racismo à brasileira a subalternização do negro é compreendida como natural. Por definição racismo se refere à hierarquia de uma raça ou etnia sobre a outra, o “racismo à brasileira” teria um viés mais velado, sutil, mas ainda assim discriminatório, presente também em instrumentos cênicos ou na construção dos personagens negros.

OBJETIVO

A pesquisa tem como enfoque desenvolver uma análise a partir do primeiro grupo de teatro negro em atividade no Brasil a “Companhia Negra de Revista” que desenvolveu suas atividades de 1926 – 1927. Propondo a análise dos processos de significância da representatividade do negro no espaço teatral como protagonista na produção, criação e atuação de espetáculos que eram assistidos por todas as classes sociais e, especialmente por brancos e negros. Assim, para tentar compreender o porquê dessa conjuntura atual, propomos a análise da gênese do protagonismo do negro no mundo do teatro e do espetáculo brasileiro do século XX. Atribuindo um maior enfoque a partir das atividades desenvolvidas na década de 1920 por De Chocolat e sua companhia de teatral, pelo fato de ela ter sido pioneira no trabalho com atores negros. E por fim, propomos o exame dos resquícios, influências e/ou reflexos dessa companhia nos grupos negros posteriores, entre os quais o mais conhecido é o Teatro Experimental do Negro da década de 1940. Notando, até que ponto houve ou não influencia no Teatro Experimental do Negro, sendo que sua fundação acontece somente dezenove anos após o fim da Companhia de Negra de Revista. Com isso, temos como objetivo geral compreender a questão do negro no espaço do teatro e do espetáculo, ao tentar compreender se as causas da atual falta de representatividade e/ou estereotipação do negro.

Partindo da hipótese de esse fenômeno seria fruto de uma hierarquização iniciada no século XIX com as teorias racialistas, que foram capazes de criar um “sujeito imaginado” negro apartado de tudo aquilo que fosse considerado culturalmente erudito. Visto que as manifestações culturais de cunho africano apesar de terem sido repreendidas por anos, sempre estiveram presentes na cultura reconhecida como brasileira ou cultura popular, havendo uma enfática separação daquilo que era erudito e daquilo que era produzido como cultura popular ou folclore, distinção essa que também pode ser analisada como problematizante. Concomitantemente, ao analisar a Companhia Negra de Revista é possível perceber que eles operaram dentro desse sistema, que poderia ser considerada uma negociação entre as posições dominantes e subalternas, uma “recodificação” e “transcodificação” de significação. Esse significante “negro” seria o local onde as tradições e lutas significariam a sobrevivência da diáspora, ou seja da experiência, da estética negra e das contra narrativas que foram tão duramente reprimidas ou silenciadas, se representadas da forma que os negros assim a viam sem antes passar antes pelo crivo daquilo que foi hegemonicamente construído. Ao se desnaturalizar e “des-

historicizar” a diferença, o histórico e o cultural são confundidos com o natural, ou melhor, com o biológico. Ao retirar o negro de seu contexto político, cultural e histórico ele é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, é valorizado o racismo. Ao se pensar estereótipos, essas “contraidentidades” fixam significantes que representam no caso negro arquétipos preconceituosos de masculinidade, ou sexualidade indo em contraste com a delicadeza e poder intelectual daquilo que é considerado pertencente ao sujeito branco. Assim, a intenção é pesquisar o espaço dos negros dentro do mundo do teatro e do espetáculo neste período de transição política e de transformações no âmbito cultural na primeira metade do século XX. Partindo do pressuposto da existência de lugares simbolicamente construídos que são permitidos ou proibidos aos negros, o teatro da então “elite” seria um deles. Mas é preciso deixar nítido, que quem consumia de forma majoritária esses espetáculos era a camada mais pobre da sociedade, até mesmo pelo fato da entrada ter uma ampla faixa de preços.

Mas a despeito disso, o que ficou foi à notoriedade de ser um teatro inferior e sem carga dramática. No entanto, a pretensão aqui dada é demonstrar o quanto a Companhia Negra de Revista mesmo com uma curta atividade, conseguiu se tornar a precursora da luta pela visibilidade do negro no espaço das artes, do espetáculo e do entretenimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

O repertório conceitual mobilizado para analisar práticas culturais execradas por uma elite hegemônica serão os conceitos desenvolvidos pela escola dos “Estudos Culturais” pertencentes a Stuart Hall (2009), Richard Hoggart (1992), Raymond Williams (1969) e E.P Thompson (1987). Para fazer a análise dos processos identitários e suas significações sociais da representação no holofote ou no background da população negra no espaço do espetáculo, operando através da ressignificação dos sentidos hegemonicamente construídos, no caso tentando demonstrar a importância social que um teatro considerado frívolo teve para a população negra da época.

Pretendemos constatar que o grupo ao se organizar como um “coletivo” de atores negros almejava para além de sua subsistência, operar dentro de uma tomada de consciência, não muito diferente do que o Teatro Experimental do Negro fazia, mas logicamente dentro dos limites históricos em que viviam. Ao adentrar nos palcos os

negros também abriam caminho para sua inserção na sociedade, deixando de ser o desconhecido temido, mas digno de admiração e respeito. Produzindo uma arte que não mais seria marginal, mas que teria uma qualidade tão boa quanto à feita por brancos. Em uma luta ideológica que tinha como intenção produzir um novo conjunto de significados, desarticulando de sua categoria; crendo que ao romper com binarismos como traços brancos/traços negros, em que os elementos em ascendência é o ocidental, colonizador, europeu e os traços negros, subversivos, escravizados que não possuía lógica, nem história ou escrita, são por isso posicionado no campo das marginalizações socioculturais e político-econômicas.

Em paralelo, de maneira a estabelecer um diálogo metodológico entre os escritos de Stuart Hall, será levado em consideração a contribuição de autores como: Munanga (2004), Fanon (2008), Sartre (1968) sobre as contingências de como se observa e se pensa a cultura, através dos processos identitários e dos processos de estereotipação pós-colonial naturalizados socialmente, sendo para isso necessário considerar as conexões entre os aspectos, políticos, sociais e históricos.

Portanto esse respeito viria por meio de uma transformação investida de um valor ideológico positivo e não mais considerado aquilo desprezado, inculto, ignorante e incivilizado. Talvez fosse esse os esboços da/e aqui repito “tomada de consciência” indo à oposição ao racismo construído do imaginário negativo com relação aos negros.

RESULTADOS, DISCUSSÕES E CONCLUSÃO

Essa pesquisa está em estágio inicial, no período de levantamento bibliográfico sobre o contexto histórico do negro no Brasil em particular sua atuação no espaço das artes cênicas e entretenimento. Portanto, como a pesquisa está em curso, preferimos, ainda não dar grandes afirmações além daquelas já feitas no corpo do resumo.

Já com relação ao universo empírico podemos afirmar como serão operados os desdobramentos da pesquisa. A análise documental parte de depoimentos arquivados, coleta de jornais e revistas tanto das elites predominantes da época quanto os jornais e periódicos da imprensa negra, coleta de entrevistas com atores e grupos negros no entretenimento em atividade. A finalidade das entrevistas será ter um contato maior com os novos atores do espaço cênico negro nacional e suas impressões com relação ao que

foi feito antes deles, tentarei acessar os possíveis agentes a serem entrevistados, a partir de um levantamento das peças teatrais em cartaz em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos anos de 2016-2017. Pelo fato do período de pesquisa ser somente de dois anos não seria possível abranger mais estados brasileiros. Nas entrevistas farei uso de um roteiro aberto que me possibilita obter um maior número de informações de acordo com a visão dos agentes. E será proposto perguntas que me proponham responder se há reconhecimento por parte da classe artística negra sobre o papel exercido por De Chocolat e sua companhia e também será indagado caso se sintam à vontade relatar se houveram casos de racismo na trajetória artística desses atores e finalmente qual seria sua opinião sobre a falta de atores negros no cenário atual. Pretendemos constatar se eles concordam com a afirmação de que há poucos atores, e caso concordem com a falta, quais seriam, os fatores que condicionaram essa realidade na concepção deles. Para as entrevistas utilizarei como material uma câmera filmadora e/ou gravador de áudio caso o entrevistado prefira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. Senac, 2000.

DE CASTRO, Ana Lúcia. O legado de Stuart Hall (1932-2014). REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 7, n. 1, 2014.

DE MELO GOMES, Tiago. Negros contando (e fazendo) sua história: alguns significados da trajetória da Companhia Negra de Revistas (1926). Estudos Afro-Asiáticos, v. 23, p. 70, 2001.

FANON, Frantz; DA SILVEIRA, Renato. Pele negra, máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. VOCÊ CONHECE AQUELA? A piada, o riso e o racismo à 2012.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala–46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... (et. Al.). 1ªed. Atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

_____Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016

HOGGART, R. *The uses of literacy: aspects of working class life*. London: Penguin Books, 1992

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Editora Vozes, 2004.

NEPOMUCENO, Nirlene. *Testemunhos de poéticas negras: De Chocolat e a Companhia Negra de Revistas no Rio de Janeiro (1926-1927)*. 2006. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestre). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. SATRE, J. Paul. *Reflexões sobre o racismo / Tradução Marianne Peretti*. 5ªed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Paz e Terra, 1976

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. *Estereótipo, realismo e representação racial*. *Imagens*, v. 5, p. 70-84, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VANSINA, Jan. *A tradição oral e sua metodologia*. *História geral da África*, v. 1, p. 157-179, 2010.

VENEZIANO, Neyde. *O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991.

VEM PRA ECONOMIA

Lidia Maria Bussiman Gomes, Therezinha Aparecida Guirro de Godoy, Laysa Eduarda Nogueira Canhone, Vinicius Felizatti Jacinto, Erika Mattoso Lardizabal, Lili Zhu Shu Hua, Maria Helena Briquet Caradec Lasalvia, Rafael Augusto Maricato Boemi, Giordano Lastória, Felipe K. Segateli, Diego Ciocca Tomeu

Suzana Cristina Fernandes de Paiva

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: vestibular, curso de economia, Unesp, permanência estudantil.

INTRODUÇÃO

Esta atividade de extensão foi realizada pelo grupo PET Economia no ano de 2016 e consistiu na apresentação da Unesp e do Curso de Ciências Econômicas para alunos secundaristas das escolas públicas da região de Araraquara. O intuito do projeto era levar informações a estes estudantes sobre o ingresso na faculdade, sobre a UNESP e, em especial, sobre o Curso de Economia, suas características, os diversos campos de atuação dos economistas, contribuindo para sua orientação vocacional. Esta atividade também teve contribuições no campo do ensino, uma vez que contribui para a formação dos alunos petianos integrantes da atividade.

A atividade foi realizada entre os dias 23 à 30 de setembro/2016 (com exceção dos dias 24 e 25), nos períodos da manhã, nas cidades de Matão, Américo Brasiliense e Ibaté. O evento contou com a presença da tutora do PET Economia e com quatro membros do grupo e o público alvo foram os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, que encontram-se na fase de conclusão do ensino secundário e prestes a ingressarem em uma universidade.

OBJETIVO

O projeto teve como objetivo apresentar e discutir aspectos da vida na universidade aos alunos do ensino médio público, de forma a despertar o interesse e estimular a participação desses jovens na universidade; apresentar a UNESP e o Curso de Economia e suas múltiplas áreas de atuação, estimulando os alunos a conhecerem melhor

o curso e contribuir para a orientação vocacional; e discutir e divulgar as políticas de permanência estudantil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta do projeto era realizar encontros com os alunos do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas previamente definidas. A reunião aconteceria em sala de aula, com previsão de duração de 50 minutos e com a autorização da direção das escolas.

Primeiramente foi realizada a escolha aleatória das cidades de Ibaté, Matão e Américo Brasiliense. A seguir foram feitos os contatos com as escolas para averiguar interesse pelo projeto e para obter informações sobre quantidade de turmas e alunos do terceiro ano. Para alcançarmos melhor os alunos e sanarmos todas as dúvidas a apresentação foi dividida em quatro partes sendo elas:

1) A UNESP: foi falado sobre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e sua história bem como quantidade de unidades e campus, os cursos oferecidos dando ênfase na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

2) O vestibular: foi apresentado informações do Curso Unificado do Campus de Araraquara (CUCA), sobre o ENEM e sua importância no vestibular da Unesp e sobre o vestibular da Unesp, apresentando datas e comentando um pouco sobre a primeira e a segunda

3) O curso de Economia: foram apresentadas informações sobre a profissão do economista e do o curso de economia e os assuntos e áreas abordadas no mesmo e por fim apresentado a ampla área que o economista têm no mercado de trabalho.

4) Roda de conversa: o final da apresentação foi dedicado a responder às dúvidas dos alunos.

Disponibilizamos um material informativo (panfleto) referente à UNESP e em especial ao curso de Ciências Econômicas, com datas, esclarecimentos, curiosidades e divulgações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para os alunos do PET Economia foi uma excelente experiência, desafiadora e recompensadora. Muitos superaram sua timidez e foram melhorando sua atuação a cada sala de aula que visitavam. Sentiram de perto as dificuldades que enfrentam nossas escolas públicas e sentiram-se motivados pela receptividade e pelo interesse demonstrado por muitos alunos. O grau de interesse dos alunos pelo projeto variava em cada escola, havendo muita receptividade em algumas e certas dificuldades em outras. Os petianos perceberam que muitos desconheciam as formas de acesso e manutenção na UNESP e desconheciam o real papel de um economista.

Muitos coordenadores elogiaram a iniciativa e relataram que um projeto parecido da Vunesp costuma acontecer todo ano, mas naquele ano, às vésperas do vestibular, eles ainda não tinham passado pela escola.

Para os alunos secundaristas o contato com os próprios alunos da universidade, falando sobre sua realidade acadêmica e estimulando-os para o ingresso na faculdade, foi muito interessante e estimulador. Muitos tiraram suas dúvidas e conversaram abertamente com os petianos.

CONCLUSÕES

Em conclusão, acreditamos que o projeto proporcionou um maior esclarecimento e incentivo a muitos alunos que possuíam dúvidas sobre sua escolha vocacional, ou mesmo sobre a possibilidade de ingresso em uma universidade pública. Aos integrantes do PET Economia, possibilitou o contato com as realidades dos secundaristas e suas visões sobre o Ensino Superior público.

Folders apresentados aos alunos:

O vestibular, processo de seleção de estudantes adotado pela grande maioria das universidades brasileiras, busca medir os conhecimentos adquiridos durante o ensino fundamental e médio, de forma que os alunos que obtiverem os melhores resultados nas áreas de conhecimento exigidas serão aprovados, ingressando no Ensino Superior. As universidades públicas, por portarem maior reconhecimento, ao mesmo tempo em que oferecem ensino gratuito a todos, possuem os exames vestibulares mais concorridos.

Com tal disputa pelo acesso à universidade, os processos seletivos tornam-se muitas vezes excludentes e a exigência de preparação do candidato para enfrentar tal "momento decisivo" cada vez maior, criando uma barreira para alguns grupos da sociedade que não dispõem de tempo e/ou dinheiro para estudar em cursinhos preparatórios ou escolas de melhor qualidade, muitas das quais prejudicam seu processo de ensino e de formação intelectual de seus alunos em detrimento de um sistema voltado apenas ao treinamento, desde os primeiros anos, para os processos vestibulares. Este problema tenta ser remediado por meio da instauração de cotas raciais e de ensino público, além de auxílios financeiros e de moradia aos estudantes socioeconomicamente carentes, ampliando em alguma medida o ingresso de muitos indivíduos que desejam seguir estudando.

Neste cenário, o projeto Vem pra Economia atua de forma semelhante, buscando desmistificar algumas questões sobre esse processo, auxiliando os alunos e discutindo sobre nosso primeiro contato com o Ensino Superior, por meio do curso que escolhemos.



PET Economia
Unesp Araraquara

Vem pra Economia

Apresentação do vestibular da Unesp, seus cursos de graduação e possibilidades de ingresso, com foco nas Ciências Econômicas

facebook.com/petecounesp
peteco.economia@gmail.com

A Universidade

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) é uma das maiores e mais importantes universidades públicas do Brasil, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. A Unesp possui 34 unidades em 24 cidades, sendo 22 no Interior; uma na Capital do Estado de São Paulo; e uma no Litoral Paulista. A Universidade oferece mais de 180 opções de cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas, Biológicas e Exatas.

A FCLAR

A Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR), criada em 1959 conta com cinco cursos de graduação devidamente reconhecidos pelas instâncias governamentais competentes, sendo todos oferecidos em dois períodos, diurno e noturno. Além disso, a UNESP Araraquara também oferece os cursos de Farmácia Bioquímica, Odontologia, Química, Engenharia Química e Engenharia de Biotecnologia em outras faculdades.

Incentivos

Os alunos da Unesp contam com uma série de estímulos para seu aprimoramento. Há diversas modalidades de auxílios, como bolsas de iniciação científica, de extensão e a perspectiva de participação em programas de intercâmbio de estudantes com bolsa, assim como bolsas que adotam critérios socioeconômicos como: bolsas de apoio ao estudante, auxílio aluguel, moradia estudantil.

O Vestibular

O ingresso nos cursos é feito por processo seletivo sob a responsabilidade da Fundação UNESP. A prova vestibular UNESP é dividida em duas etapas. A primeira fase do vestibular UNESP é composta por questões objetivas de múltipla escolha. A segunda fase do vestibular 2017 é formado por questões discursivas e uma redação dissertativa.

Isonção de Taxa: O candidato com renda familiar mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por pessoa pode solicitar a isenção ou a redução de 50% do valor da taxa de R\$ 155,00.

Calendário UNESP 2017

Inscrições - 12/09 a 10/10
Primeira Fase - 13/11
Segunda Fase - 18 e 19/12
Divulgação dos Resultados - 03/02/2017

ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com o intuito de avaliar o desempenho do estudante ao fim do ensino básico. Desde então vem sendo aprimorado e atualmente é a porta de entrada para Universidades Públicas e Particulares.

A UNESP utiliza o ENEM para composição da nota final dos candidatos aprovados na segunda fase, desde que seja maior que a nota da prova da primeira fase, ou seja, 10% da nota final para os cursos sem provas de habilidades e 6,66% para as carreiras com prova de habilidades.

O Curso de Economia

O economista estuda a produção e a distribuição de bens e serviços na sociedade em geral, entre os indivíduos, empresas ou nações. Ele se dedica tanto a grandes questões, nacionais ou mundiais, quanto a problemas de pequenas empresas ou investidores individuais. Graças a essa versatilidade, o profissional encontra trabalho em entidades privadas, institutos e órgãos municipais, estaduais e federais. O currículo traz disciplinas que ensinam a entender as correntes do pensamento econômico e a evolução econômica e social brasileira e internacional.

Principais Disciplinas: Matemática Financeira, Economia Matemática, História Geral e do Pensamento Econômico, Estatística e Econometria, Microeconomia e Microeconomia.

Duração Média: 4 a 5 anos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Manual de instruções e normas de graduação / Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação; organização e redação Leonor Maria Tanuri ... [et al.]. - São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Graduação, 2006

Regimento Geral / Universidade Estadual Paulista, Aprovado pelo Decreto nº 10.161, de 18 de Agosto de 1977.

LER É VIVER: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR

Laís Inês Sanseverinato Micheleti, Vitor Yamaguti Muno, Maria Fernanda Celli de Oliveira

Luci Regina Muzzeti

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Capital Cultural; Habitus; Cultura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho origina-se a partir das experiências geradas pela participação dos alunos de graduação e pós-graduação no projeto Ler é Viver realizado Na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", na Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara. O projeto Ler é Viver é um projeto classificado como Extensão universitária que tem por finalidade a articulação entre saber acadêmico e prática social, propiciando aos licenciandos a articulação entre teoria e prática. Desde sua criação em 2002, o projeto Ler é Viver com base científica tem apresentado propostas de reestruturação do *Habitus* de crianças carentes propiciando a estas o contato com práticas culturais, por meio de um processo de socialização, de vivências distintivas, vividas como atividades agradáveis, afastadas das vivências metodicamente escolares. Considerando o livro um direito e a leitura um instrumento fundamental para o exercício pleno da cidadania e para o acesso a atividades culturais o projeto é embasado na epistemologia de mecanismos de apropriação apoiado no referencial teórico do sociólogo francês Pierre Bourdieu, compreendendo no contexto capitalista vivenciado a apropriação de conhecimentos socialmente valorizados como fator de equalização que ameniza o possível risco de fracasso escolar no qual crianças oriundas das frações de classes menos privilegiadas estão vulneráveis, resultando num melhor rendimento escolar.

OBJETIVO

Nessa perspectiva teórica, o objetivo central desse estudo é observar como as práticas desenvolvidas auxiliam na ampliação do Capital Cultural das crianças atendidas contribuindo positivamente em suas trajetórias escolares.

MATERIAIS E MÉTODOS

Sob a supervisão da coordenadora Profa. Dra. Luci Muzzeti que desenvolve estudos sobre a sociologia de Pierre Bourdieu, em parceria com o grupo de especialistas da equipe de profissionais do CENPE – Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência Dante Moreira Leite – São realizados encontros nas dependências da universidade onde um grupo de licenciandos devidamente orientados trabalham o livro de forma lúdica, rompendo com preconceitos em relação à leitura e jogos infantis que atuam com o objetivo de incentivar o raciocínio lógico, a capacidade de associação e capacidade de concentração. Atualmente o projeto atende crianças das seguintes instituições: Centro Comunitário Nossa Senhora do Carmo, Lar Escola Redenção, e crianças queixosas de dificuldades de aprendizagem encaminhadas pelo CENPE. O projeto possibilita o trabalho de investigação com base no método praxiológico elaborado por Pierre Bourdieu (1983) e equipe que busca compreender a relação entre a estrutura e o ator por meio de entrevistas e análises com as crianças participantes do projeto e com os pais que comparecem ao CENPE, tendo por base as principais categorias do referencial teórico elaborado por Pierre Bourdieu e colaboradores, visando a identificar os aspectos relevantes da pesquisa, tais como, capital econômico; capital social; capital cultural; *Habitus*; percurso escolar; o valor relativo do capital cultural no interior da família; práticas culturais vivenciadas; reestruturação das práticas culturais, percurso escolar; dificuldades enfrentadas, etc. Na concepção de Bourdieu a escola exige dos agentes uma previa relação, com códigos necessários para a apreensão da cultura dominante que ela transmite em outras palavras uma relação familiarizada com a cultura e a linguagem que é proporcionada pela aprendizagem no interior do contexto familiar sem qualquer esforço metódico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro dessa investigação foi possível constatar que as crianças atendidas pelo Projeto oriundas de frações de classes econômico-sócio-culturais “carentes” não têm, cotidianamente, acesso a essa modalidade de prática cultural (leitura, livros infantis) que se faz um pré-requisito para apreensão do conteúdo escolar já que o currículo está embasado na cultura dominante e é transmitido por meio do código cultural dominante (SILVA, 2003). Como resultado o que constatamos é que essas crianças, enquanto

tendência histórica costumam ter um baixo rendimento escolar e vêm nas práticas culturais uma atividade que lhes é estranha e portanto massificante. A idéia principal do projeto é trazer o livro à realidade dessas crianças não como uma prática que tende a se tornar aversiva, mas, sim, como parte de seu cotidiano, de forma a lhes proporcionar a naturalização dessas práticas fornecendo conhecimento e divertimento de forma simultânea. Foi possível constatar também que a comunidade atendida não frequenta atividades culturais socialmente valorizadas como o cinema. Na tentativa de suprir essa condição de carência cultural o projeto passou a organizar “sessões de cinema” dentro do espaço da universidade procurando exhibir títulos classificados como “clássicos”, adequados às crianças. A pesquisa revelou que gradualmente as crianças atendidas passam a demonstrar mais interesse nas atividades com livros, contação de histórias, e aumento em sua capacidade de atenção. Essa reestruturação de comportamento, até o momento da pesquisa, é observada, por pais e professores, como fator que permite facilitar a apreensão dos conhecimentos passados pela escola que se materializa numa trajetória escolar de maior êxito. Depoimentos de professores ou responsáveis confirmam que as crianças que participam regularmente do Projeto apresentam um melhor rendimento escolar.

CONCLUSÕES

Esse estudo objetivou, observar como as práticas desenvolvidas auxiliam na ampliação do Capital Cultural das crianças atendidas contribuindo positivamente em suas trajetórias escolares. Para realizar esse estudo, utilizamos principalmente os estudos de Pierre Bourdieu e de sua equipe, porque desenvolvem um quadro teórico que possibilita identificar a relação, das camadas populares mantêm com as práticas culturais e de que modo essas práticas podem ser apropriadas no sistema de disposições dos atores sociais influenciando fortemente a relação desses atores com os bens culturais e com o universo escolar. A pesquisa baseou-se em entrevistas e relatos fornecidos pelas crianças, professores mediadores e pais de alunos e alunas. Nas entrevistas procuramos observar alguns aspectos de suas trajetórias sociais tais como: o nível cultural dos pais, o capital social, as práticas culturais legítimas cultivadas na família, a importância do projeto, as práticas oferecidas nele e se há algum impacto no itinerário escolar dessas crianças e no rendimento escolar. O estudo revelou que, no que se refere ao comportamento das

crianças em relação ao ato de leitura, muitas delas já conseguem ler sozinhas e se interessam por livros de histórias e por diferentes leituras. Neste sentido, o Projeto Ler é Viver representa, concretamente, a atuação da universidade em prol da comunidade na medida em que procura identificar os processos de exclusão social que desumanizam e excluem as crianças atendidas, desvendando na práxis o mito do dom, da vocação e das qualidades congênitas que atribuem o fracasso ou êxito escolar a meritocracia do sujeito, se consolidando numa atividade científica que visa incluir crianças que tendem ao fracasso por conta do relativo capital cultural no universo escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. Escritos de educação. (Org.) Nogueira, M. A e Catani, A. Rio de Janeiro: Vozes, 2002;

_____. Sociologia, org., Ortiz, R. São Paulo, Ed. Ática no 39, 1983, Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.10, p.3-15, dez. 1989;

SILVA, Tomaz, T. da. Onde a crítica começa: Ideologia, reprodução e resistência. In: Documentos de Identidade uma introdução as teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003. P. 29-36.

PROJETO MAIS SEGURANÇA

Bianca Laverde, Iara Miranda, Jacqueline Nobre, Juliana Tiemi

José Luiz Bizelli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: segurança; campus; estudantes.

INTRODUÇÃO

Desde o início do ano de 2016, os assaltos e assédios dentro do campus da FCLAr e na cidade de Araraquara mostram-nos como a segurança designada aos cidadãos, principalmente aos estudantes, é precária. Com um quadro de aumento nos casos assédios a estudantes na ciclovia que liga o Instituto de Química ao campus da FCLAr; aumento do número de assalto a repúblicas, veículos e bicicletas, verificamos que, pelo menos dentro do campus, não temos toda a segurança suficiente para proteger os alunos e funcionários que circulam no local diariamente.

OBJETIVO

O objetivo principal do projeto é aumentar a segurança oferecida aos estudantes e funcionários dentro do campus da Faculdade de Ciências e Letras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais e métodos oferecidos pelas autoras são a realização de palestras para melhor orientar os alunos em relação às quais providências tomar em caso de assaltos e perseguições; aumentar o número de vigias em circulação dentro do Campus para maior monitoramento; ampliação do sistema de iluminação; implementação de filipetas nos veículos para melhor monitoramento de entrada e saída de veículos no Campus.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir de reuniões com o zelador e diretor-administrativo do campus, pudemos nos informar sobre todas as tentativas e projeto anteriores que visavam efetivar uma melhor segurança no campus, porém, tendo em vista as condições financeiras da faculdade e sabendo que nossas propostas incluem um elevado custo, não conseguimos, de fato, implementar nada concreto na Faculdade de Ciências e Letras.

PROJETO FUXICO

Vanessa Naomi Yamakawa, Adriele Campesan Mourão, Alana Cruz Pereira, Augusto Moizes Lousada Kotzent, Fernanda Gomez, Grazielle Siqueira Del Ponte, João Vitor de Faria Ferreira, Larissa Aparecida Godoy, Ligia Pissutto Louro, Lucas Mutti Bertin, Marcello de Gouvea Carmello, Olivia Moraes Navarro

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: ENACTUS; Assentamento Bela Vista; Araraquara.

INTRODUÇÃO

A ENACTUS Brasil é uma “organização internacional sem fins lucrativos dedicada a inspirar os alunos a melhorar o mundo através da Ação Empreendedora”, de acordo com seu site oficial (www.enactus.org.br), e é responsável por todos os outros 91 times espalhados pelo país. Ou seja, seu impacto no mundo é imensurável, abrangendo cerca de 36 países e atuando em mais de 1700 universidades, estimulando o desenvolvimento de líderes através de projetos em prol das comunidades.

Tendo isto em vista, alunos dos cursos de economia, administração pública, pedagogia e ciências sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, decidiram implantar o conceito de empreendedorismo social dentro da cidade de Araraquara através do grupo conhecido como ENACTUS UNESP ARARAQUARA, estimulados inicialmente pela criação do Projeto Fuxico que teve início em abril de 2016, os quais, influenciados por outras ENACTUS da região, resolveram inaugurar este conceito dentro da própria universidade e, em seguida, elaborar um projeto no assentamento Bela Vista localizado na própria cidade.

Após a decisão da região a ser analisada, foi feito um bate-papo entre nossos membros e as mulheres que residiam na região, a fim de descobrir suas principais demandas, e assim, na medida do possível, realizar atividades que possuíssem harmonia com nosso público-alvo. Nesta conversa concluiu-se que o grupo poderia fornecer um curso para capacitar as mulheres a aprenderem ou aperfeiçoarem técnicas de costura e, futuramente, comercializar o material produzido, garantindo assim, uma independência financeira significativamente maior.

Sendo assim, após definir a região e conhecer o perfil das pessoas, o segundo passo consistiu em adquirir materiais, encontrar um ambiente satisfatório e uma pessoa experiente para fornecer a capacitação. Essa parceria entre o projeto Fuxico e a fábrica de capas de instrumentos musicais situada na cidade de Américo Brasiliense, em que é dado as espumas para ser colocada no interior das almofadas, culminou num resultado extremamente satisfatório, isso porque, essa união, teve desdobramentos em todos os pilares que sustentam os projetos da Enactus: ambiental, econômico e social. Outra parceira do projeto é uma empresa de uniformes situada no bairro Vila Xavier, na cidade de Araraquara, em que nos são oferecidos os tecidos necessários para a realização das colchas e das almofadas. O primeiro dos pilares, ambiental, foi alcançado pela destinação dos resíduos da fábrica para a própria confecção dos artesanatos feitos pelas mulheres que integram o projeto; destinação menos custosa e socialmente mais interessante da que teriam caso fossem, descartados seguindo a legislação ambiental. O outro pilar atingido, o econômico, relaciona-se com a possibilidade da geração de renda que essa parceria fez nascer, uma vez que, através da confecção de artesanatos a partir da matéria-prima doada e posterior venda desses produtos, houve a possibilidade do alcance do lucro com a venda dos mesmos. Por fim, o último pilar, o social, foi alcançado quando somados os anteriores, uma vez que a diminuição nos impactos ambientais unida à possibilidade de ganho econômico pelas mulheres resultaram em impactos pessoais em suas realidades.

OBJETIVO

O time Enactus UNESP Araraquara, portanto, tem o objetivo atual de emponderar mulheres do Assentamento Bela Vista através da capacitação destas nas oficinas de costura. A realidade atual destas donas de casa tem uma baixa perspectiva de crescimento visto o cenário rural e machista que elas enfrentam: muitos maridos ainda implicam com a participação delas em nossas oficinas considerando inútil o nosso trabalho, consequentemente, desestimulando a sua continuidade em um curso que possivelmente ampliaria a visão empresarial ou social das participantes. Ou seja, através de uma atividade pouco exploradas por essas mulheres, busca-se aprimorar técnicas de costura, corrigir falhas, compartilhar experiências e incentivar sua inserção no mercado de trabalho, resultando em uma independência tanto financeira quanto pessoal. A meta

principal consiste em mudar em abrir novos horizontes em busca da melhor qualidade de vida.

Após concluirmos que este trabalho está rendendo lucro para as mulheres do assentamento e que elas efetivamente conseguem lidar com o negócio de maneira independente e autossuficiente para dar andamento a todo o processo, pretendemos abandoná-lo e ir em busca de novos projetos sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para que o projeto desse certo, inicialmente, contamos com patrocínio de uma empresa de confecção de capas de instrumentos musicais, a qual nos cedeu espuma que seria jogada no lixo, e a utilizamos de maneira melhor para preencher as almofadas. Com relação à máquina de costura, há uma doação realizado pela avó de um dos membros do time, e as linhas, tesoura, agulha foram comprados com o dinheiro arrecadado em eventos organizados pela ENACTUS. Por exemplo, há uma parceria com o Restaurante Gerhard's localizado nas proximidades do Campus da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, o qual realizou um almoço em que parte do dinheiro arrecadado naquele dia foi direcionado para futuros investimentos no Projeto Fuxico.

Essa atividade ocorre em uma cooperativa localizada no próprio assentamento Bela Vista, justamente para facilitar o acesso dos envolvidos. Durante todas as manhãs de quinta-feira, das oito às onze horas e trinta minutos da manhã, membros do grupo em companhia da Maria, a qual ministra as oficinas, vão acompanhar o andamento do projeto e auxiliar conforme suas necessidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por enquanto, visto os oito meses de treinamento até agora, os resultados que podemos observar é uma efetiva melhora na qualidade e no design da confecção das almofadas, as quais já encontram-se em grande estoque na própria oficina de costura, sendo necessário agora identificarmos locais que aceitem comercializá-las. Além disso, podemos notar a variação na quantidade de mulheres participando do projeto, que foi de

10 para 13, o que demonstra a compreensão na função do projeto, de além de unir elas, trazer uma renda ao final do mês e empoderá-las cada vez mais, expondo seus valores.

Outro fator importante, é a mudança na própria realidade da vida destas futuras empreendedoras, a qual conseguiram uma dinâmica diferente de suas rotinas, pois muitas relatam que costumam treinar alguns fuxicos em suas casas ou ensinar suas filhas para aprenderem a técnica também. A oportunidade de ter uma liberdade de seus maridos também as trouxe grande satisfação, pois, até hoje, o projeto sofre preconceito e um certo receio dos maridos em aprovar sua participação.

CONCLUSÕES

Devido ao cenário que estas mulheres enfrentam, há uma certa dificuldade em ensinalas que esta atividade, vista por elas como um hobby, poderá ter um retorno financeiro que ajudará no crescimento pessoal e profissional. Além de focar no empoderamento feminino, ajudaria a expandir e estimular uma visão empreendedora num cenário social machista, em que as funções da mulher limitavam-se a ser uma dona de casa submissa e sem perspectiva de autonomia.

O projeto sofreu grandes empecilhos para ter continuidade, porém está crescendo de forma satisfatória uma vez que já possuímos grande estoque de materiais e uma participação fiel das assentadas. Portanto, o próximo passo deve ser focado na criação de parcerias para que haja a venda destas almofadas, e assim, estas tenham um retorno para concretizar o sucesso do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENACTUS BRASIL (Disponível em: <www.enactus.org.br>. Acesso em 19/04/2017)

ENACTUS (Disponível em: <www.enactus.org>. Acesso em 19/04/2017)

O BATUQUE NA MEMÓRIA E NA ORALIDADE

Natália Carvalho de Oliveira

Paulo José Brando Santilli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Memória; Oralidade; Batuque.

INTRODUÇÃO

Durante minha participação no Projeto de Conservação e Restauro de Acervos Culturais, realizado em 2014 pela Fundação Araporã¹ no Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, foi realizada uma ação educativa com o Centro de Referência Afro “Mestre Jorge”, onde os participantes indicaram os objetos, presente no museu, que se identificavam e se aproximavam à sua trajetória de vida. Entre as quatro participantes, duas se sentiram representadas nos objetos que faz referência à vida rural relacionada aos afazeres domésticos, e as outras duas se sentiram representadas em um conjunto de estatuetas esculpidas em madeira, de autoria do artista Mestre Jorge (1932-2010), que retratam o batuque de umbigada, a partir daí passaram a relembrar causos e histórias familiares sobre o batuque. O batuque ou samba de umbigada é uma prática realizada pela população Afro-Brasileira já em fins do século XVI (TINHORÃO, 2012, p.55) em muitas regiões do Brasil e em cidades do interior paulista tais como Tietê, Laranjal, Porto Feliz, Pereiras, Capivari, Piracicaba, Jundiaí, Botucatu, Rio Claro, São Pedro, Itu, Tatuí e Araraquara. O batuque de umbigada é uma dança acompanhada por instrumentos de percussão e letra de música, sendo dançada em fileira.

Ao buscar referências sobre a prática do batuque de umbigada na cidade de Araraquara, identificamos alguns relatos, que apenas citam sua existência, nas pesquisas produzidas por Tenório (2005, 2012 e 2013) sobre o Baile do Carmo e em dois jornais da década de 1930. Em todos os dados encontrados o tema não é aprofundado em informações. O batuque foi uma realidade na história da população negra de Araraquara e permanece viva na memória de quem o vivenciou de forma direta ou indireta, vemos a

¹ A Fundação Araporã é uma instituição de caráter científico, cultural e tecnológico com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, sem fins econômicos, destinada aos interesses da coletividade, com sede e foro na cidade de Araraquara.

necessidade de problematizar estas ausências na história oficial buscando referências para estas questões nas memórias.

OBJETIVO

A presente proposta visa apresentar, através da memória e da oralidade, as diferentes abordagens e visões sobre a prática do batuque de umbigada na cidade de Araraquara. Bem como a importância da memória e da oralidade para o campo dos saberes.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa será orientada pela investigação qualitativa, revisão bibliográfica e na história oral. Esta última se fundamenta na coleta e registro de depoimentos/fontes orais que estão associados à memória, estes devem ser vistos e transformados em documentos que possibilitam a reconstituição e análise. É um estudo referente à vida, é forma de captação de experiências individuais que se relacionam com o contexto social. Neste sentido o contato direto, com o depoente é essencial por possibilitar conhecer, além do colaborador, o grupo e seu universo simbólico, pois este faz o exercício de reconstruir os acontecimentos vivenciados e transmitir as experiências adquiridas (QUEIROZ, 1988, Apud NOGUEIRA, 2013). A coleta de depoimento, ao ser orientada pela metodologia da história oral, será dirigida por um roteiro semiestruturado. Os depoimentos serão gravados, transcritos e analisados. Para realização da pesquisa será utilizado gravador de áudio e câmera fotográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao buscar referências bibliográficas sobre o batuque em Araraquara foram identificadas alguns relatos nas pesquisas produzidas por Tenório (2005, 2012 e 2013); em dois jornais da década de 1930; em um relato de Pío Lourenço Corrêa sobre a abolição da escravidão em Araraquara; e no Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, onde o batuque está representado por estatuetas esculpidas pelo artista Mestre Jorge. Nas referências consultadas, o batuque ora aparece associado ao surgimento do

Baile do Carmo - festa tradicional do município, protagonizada pela população negra - ora à festas familiares, festas juninas ou associado a celebração do 13 de maio.

Através destes recortes é possível identificar a escassez de documentos sobre a temática, ao mesmo tempo, ao observar os depoimentos coletados por Tenório, podemos constatar que o batuque, na atualidade araraquarense, embora não se manifeste através de encontros em espaços físicos, foi uma realidade na história da população negra de Araraquara e permanece na memória de quem o vivenciou.

A memória e a oralidade são conceitos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, pois são instrumentos que viabilizam o conhecimento de múltiplas vivências que revelam os significados e interpretações construídos pelo grupo. A memória é a capacidade de reter e relembrar experiências, são constituídas por acontecimentos, personagens e lugares, estes elementos que dão sentido às narrativas e estão relacionados a vivência individual ou coletiva que se refere à vivência do grupo, portanto carregam variadas versões, significados e interpretações sobre o vivido. Ela também é seletiva na medida em que não são todos os acontecimentos que ficam gravados na memória, ao mesmo tempo, não é estática pois é reconstrução do passado e está sujeita a transformações de acordo com a visão de mundo do sujeito (BOSI, 1994). Ao trabalhar com a memória e a oralidade é necessário reunir múltiplos depoimentos/lembranças com a finalidade de manter a pluralidade das vozes para não correr o risco de contar apenas uma versão sobre o ocorrido.

Podemos considerar que as lembranças sobre o batuque de umbigada em Araraquara são memórias subterrâneas, estas segundo Pollak é a sobrevivência “[...] de lembranças traumatizantes” (POLLAK, 1989, p.5), são versões sobre o passado que não constam na história oficial, logo não estão representadas nos espaços dedicados a memória e ao patrimônio, mas mantiveram-se vivas nas lembranças, formaram redes de transmissão interna. Os afloramentos destas histórias contribuem para a quebra da memória oficial, segregadora, possibilitando a transformação da memória subterrânea em memória coletiva, contribuindo, assim, com a quebra de tabus. A memória e a oralidade, enquanto campo de pesquisa, pode ir além da história oficial, pois possibilita alçar aspectos sensíveis ao mundo vida experienciado, ouvir vozes que, ao longo do tempo, foram silenciadas por opressões históricas.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa está em estágio inicial, especificamente na fase de levantamento bibliográfico, afim de identificar nos folcloristas as narrativas sobre os batuques na região interiorana do estado de São Paulo. Realizamos algumas conversas com os antigos participantes do batuque em Araraquara e podemos constatar que embora o batuque não seja realizado fisicamente, todas as vezes que as memórias vêm à tona o batuque ganha novas interpretações, pois como nos diz Ecléa Bosi (1994) lembrar não é reviver, mas re-fazer suas experiências imbuindo-as de novos significados.

O samba de umbigada é uma memória subterrânea que sobrevive nas famílias negras, e afloram em encontros familiares. A partir das lembranças, observa-se os aspectos culturais e como estes produzem sentido em suas vidas. O acesso a tais lembranças contribui para a formação e o fortalecimento de identidades, além de colaborar com o reconhecimento da importância sócio-histórica da manifestação. Estes atores podem ser considerados os “guardiões da memória”, cabendo a eles o papel de transmissores das narrativas, carregando consigo histórias que representam sua comunidade e que não estão presentes em outras fontes documentais, por terem sido silenciadas.

Estes se transformam em informantes fundamentais no processo de observação das diferentes abordagens e visões sobre a prática do batuque e demonstram o quanto as famílias socializam suas lembranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. 3ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CARNEIRO, Edson. **Samba de umbigada**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

CARNEIRO, Edison. **Folguedos Tradicionais**. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

LOPES, Ademil. **Além da memória: Vila Xavier diálogo entre os diferentes elementos de sociabilidade**. PUC-São Paulo, 2002.

MAGNANI, J.G. **Festa no pedaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.

NOGUEIRA, Claudete de Sousa. **Batuque de umbigada paulista**: memória família e educação não-formal no âmbito da cultura afro-brasileira. UNICAMP, Campinas, 2009.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

TENÓRIO, Valquíria P. **Uma interpretação do Baile do Carmo**: memória, sociabilidade e identidade étnico-racial em Araraquara. Araraquara, 2005.

TENÓRIO, Valquíria P. **Baile do Carmo**: festa, movimento negro e política das identidades negras em Araraquara-SP. São Carlos: UFScar, 2012.

TENÓRIO, Valquíria P. **Baile do Carmo Memória, sociabilidade e identidade étnico-racial em Araraquara**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons dos negros no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012

WA MUKUNA, Kazadi. **Contribuição Bantu na música popular brasileira**. São Paulo: Ed. Global, 2006.

WHITAKER, Dulce C.A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras Amargem, 2002.

UNATI – ARARAQUARA: UMA VISÃO SOBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS

Débora C. Pereira

Palavras-chave: Saúde do Idoso; Comunicação; Idoso.

INTRODUÇÃO

O aumento na expectativa de vida da população é um reflexo de uma melhor qualidade de vida, assim como melhores oportunidades e maior acesso à saúde. Como qualidade de vida é um conceito subjetivo (VECCHIA et al., 2005) e abrange vários aspectos, oferecer um serviço para o público da terceira idade que acrescente em qualidade, é algo que deve ser feito com muita atenção e respeito, levando em consideração a história de vida e as possíveis limitações da terceira idade, mas sem reforçar preconceitos da sociedade em relação aos idosos (VERAS; CALDAS, 2004) e sim estimulando e aprimorando o conhecimento dos participantes.

Em estudos realizados em projetos que tem a participação do público da terceira idade, há uma preocupação com a depressão, pesquisadores consideram “uma das doenças crônicas mais frequentes que elevam a probabilidade de desenvolver incapacidade funcional (...)” (LEITE et al. 2006). Em razão disso, é de extrema importância a inclusão do idoso em um ambiente onde exista uma dinâmica que o faça desenvolver suas habilidades, conviver com outras pessoas e interagir em ambientes diferentes. Com isso, vemos um aumento na procura e na realização de projetos que faça esse serviço com a terceira idade.

Na terceira idade, temos uma diminuição das capacidades gerais do indivíduo, como redução de resposta e habilidades e isso acaba refletindo diretamente no convívio social do idoso. Muitos acabam se isolando e evitando o contato social em razão de suas limitações (NUNES, 2000). Além disso, vemos muitas vezes o problema do preconceito com o idoso, reforçando ainda mais a característica de tentar se isolar na tentativa de evitar situações que podem não ser agradáveis para ele (CARNEIRO; FALCONE, 2004). Por essa razão, oferecer um projeto que tem o idoso como foco principal, onde são desenvolvidas atividades exclusivas para ele é muito importante para a socialização do idoso de forma agradável e efetiva.

Com esse intuito, de incluir o idoso no ambiente universitário e aumentar o convívio social, associado a realizações de cursos que aprimorem suas habilidades, a UNATI/UNESP do Campus de Araraquara, teve início em 1994, com o nome de “Projeto Sênior” e, desde então, vem realizando atividades voltadas a esse público da cidade e região.

OBJETIVO

A “Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI/UNESP” tem como objetivo incluir os idosos no ambiente da universidade e possibilitar a aquisição de conhecimentos, promovendo atividades culturais, educacionais e interativas por meio de palestras, cursos, gincanas, grupos de teatro, dança e música, visando inserir a terceira idade em áreas que não foram ainda exploradas por eles e até mesmo aprimorar aquelas nas quais já estão familiarizados, promovendo a participação ativa de cada um.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a participação na UNATI, o indivíduo que se interessar deve realizar sua inscrição, na secretaria do projeto e responder um questionário sobre saúde geral. Com essas informações, alimentamos um banco de dados que permite fácil acesso aos dados dos participantes da UNATI/UNESP.

As atividades oferecidas pelo projeto, por voluntários, são de vários âmbitos, como cursos de idiomas, informática, tecnologia, teatro, artesanato, danças e coral. O participante da UNATI/UNESP pode se inscrever em quantas atividades desejar, sendo que, em todas são oferecidos serviços de qualidade, que atendam ao interesse desse público, fazendo com que tenham importância social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto conta com 325 participantes, sendo a maioria 88,3% do sexo feminino como mostra a Quadro 1.

ANO	2013	2014	2015	2016
HOMENS	6	18	11	68
MULHERES	69	94	50	9
TOTAL	75	112	61	77

Quadro 1. Inscrições na UNATI/UNESP, Araraquara, 2016.

Os Quadros 2 e 3 mostram as atividades e cursos desenvolvidos nos respectivos anos em estudo.

ANO	2013	2014	2015	2016
PALESTRAS	12	16	13	17
OFICINAS/ DINÂMICAS	10	8	10	6
CINEMA	3	3	2	2
CONFRATERNIZAÇÃO	2	2	2	2
ENCONTROS	-	9	8	11
REUNIÃO GERAL	2	2	2	2

Quadro 2. Atividades realizadas pela UNATI/UNESP, Araraquara, 2016.

Nota-se, pelo Quadro 2, a realização de várias atividades como reuniões gerais, tendo como objetivo principal expor a programação de cada semestre; palestras de diversos temas, abordando áreas como saúde, alimentação, práticas de vida saudável, literatura e diversos outros temas; oficinas e dinâmicas de grupo, nas quais as atividades corporais foram bastante abordadas. Além disso, sessões de cinema e encontros dos aniversariantes do mês, sempre visando integração e socialização do idoso.

No ano de 2013, tivemos a realização de 12 palestras, abordando temas como saúde, bem estar, informática e envelhecimento. Houve também 7 oficinas, nas quais foram trabalhados temas como estresse, habilidade mental e atividade física, assim como 3 dinâmicas de grupo que promoveram maior interação dos participantes. Além dessas atividades, tivemos 2 reuniões gerais, com o objetivo de informação da programação em cada semestre para os alunos da UNATI/UNESP e 2 confraternizações, comemorando a

Festa Junina e as festas de fim de ano, 3 sessões de cinema e 3 visitas a locais da cidade, como a Chácara Sapucaia (Quadro 2).

Em 2014, tivemos a realização de 2 reuniões gerais, 16 palestras, 8 oficinas, 3 sessões de cinema, 2 confraternizações gerais e 9 encontros para a comemoração dos aniversários do mês. (Quadro 2).

Contabilizamos 13 palestras nas quais foram discutidos diversos temas como acessibilidade, depressão, Mal de Parkinson e alimentação. Ainda tivemos duas reuniões gerais, 10 oficinas, 2 sessões de cinema, 2 confraternizações com a realização da Festa Junina e festa de Final de Ano, em 2015 (Quadro 2).

No ano de 2016, a UNATI/UNESP ofereceu 13 palestras, 11 encontros, 2 dinâmicas de grupo, reuniões gerais, sessões de cinema, oficinas e confraternizações. Foram promovidos 3 eventos, sendo um deles a “1ª Mostra de Atividades da UNATI – Araraquara : UNATIANDO” (figuras 1), no qual foram expostas trabalhos realizados nos cursos e onde foram realizadas apresentações de cada curso, como mostras de dança e musicais. Além disso, nesse ano foi elaborado o primeiro livro de receitas, intitulado “Unatiando na Cozinha” com receitas de cada um dos participantes e distribuídos a todos. Além disso, um novo projeto foi adicionado a UNATI, “Quadrinhos do Amor”, onde são feitas mantas de tricô que são distribuídas em casas de repouso da terceira idade da cidade de Araraquara.

No ano de 2013 foram desenvolvidos os cursos de informática e artesanato (Quadro 3) e tivemos 75 inscrições, contando com 6 homens e 69 mulheres (Quadro 1).

Os cursos oferecidos no ano de 2014 foram de informática, teatro, coral, dança, italiano, espanhol, francês, inglês e artesanato (Quadro 3). Houve nesse ano 112 novas inscrições, sendo 94 do sexo feminino e 18 do sexo masculino (Quadro 1).

Em 2015, tivemos o ensino de idiomas como alemão, italiano, inglês, espanhol e francês, aulas de informática, artesanato, coral, dança e mitologia grega, com novas turmas e adicionamos cursos diretamente relacionados com o ambiente da universidade. Como ouvintes, os participantes da UNATI tiveram a oportunidade de participarem de aulas da graduação das disciplinas de Anatomia Humana, Ciências Sociais, Contabilidade Pública, Introdução à Administração e Introdução ao Estudo do Direito (Quadro 3). Tivemos 34 novos inscritos, 27 mulheres e 7 homens (Quadro 1).

No ano seguinte, 2016, mantivemos os cursos de línguas, coral, teatro e informática oferecidos, e foram adicionados cursos de artesanato como pintura em tela e

em tecido, além de um curso sobre a nova ortografia e de dança contemporânea voltada para a terceira idade. Tivemos no total, 77 inscritos, sendo 68 deles do sexo feminino (Quadro 1).

Notamos, claramente, a procura, cada vez maior para novas inscrições e pessoas voluntárias querendo passar seus conhecimentos para esse grupo do projeto UNATI/UNESP, deixando mais evidente sua importância. A presença é muito constante dos participantes em todas as atividades propostas, como as reuniões gerais, palestras, oficinas, cursos de idiomas, cursos de artesanato, confraternizações e encontros.

O aumento do número de inscrição a cada ano e a maior interação é notável e demonstra que o projeto tem importância social e particular, acrescentando em qualidade de vida aos idosos (figura 2).



Figural: 1ª Mostra das atividades – UNATI – 2016

ANO	2013	2014	2015	2016
IDIOMAS	-	7	9	10
ARTESANATO	1	1	2	3
CORAL	-	1	1	1
DANÇA	-	1	1	2
INFORMÁTICA	3	4	3	4
TEATRO	-	1	1	1
OUTROS/OUVINTES	-	-	6	3

Quadro 3. Cursos oferecidos pela UNATI/UNESP, Araraquara, 2016.



Figura 2: Turma UNATI – 2016

CONCLUSÕES

Percebe-se que o projeto cumpre seu intuito de integrar, socializar e contribuir positivamente com o idoso. A partir de relatos dos participantes, observamos a importância do projeto na vida de cada um. Além de proporcionar um convívio social com diferentes pessoas, a possibilidade de participar de atividades que integram os idosos, permitir sua socialização em ambientes diversos, os mantêm atualizados e incluídos na sociedade. Nesse sentido é que o projeto da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI/UNESP vem se mostrando necessário e efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, R. S.; FALCONE, E. M. O. Um estudo das capacidades e deficiências em habilidades sociais na terceira idade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9, n.1, p.119-126, 2004.

LEITE, V. M. M. et al. Depressão e envelhecimento: estudo nos participantes do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.6, n.1, p.31-38, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292006000100004>.

Acesso em: 10 ago. 2015.

NUNES, A. T. G. L. Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. **Textos sobre envelhecimento UnATI/UERJ**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.1-97, 2000. Disponível em:

<<http://docplayer.com.br/16239114-Servico-social-e-universidade-de-terceira-idade-uma-proposta-de.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

VECCHIA, R. D. et al. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.8, n.3, p. 246-252, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/11992>>. Acesso em: 10 ago.2015.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.423-432, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20396.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

PET NA ESCOLA

Maria Victória Bernardo Pereira; Sofia Cardoso; Nikolas Seiji Aoki, Carolina Barrotti; João Vitor dos Santos Andrade; Vanessa Naomi Yamakawa; Rodrigo Deróbio Pironi; Gabriela Dias Zanotti.; Ana Julia Assumpção; Cristiano Parra Duarte; Daniela Cristine Stern; João Vitor de Araujo Fredini; Charles Vinicius dos Santos Cruz; Amanda Karine Ferreira Figueiredo; Poliana Cristina Chaves Tomazini; Isabella Mattos; Denise Gabriela dos Santos; Juliane de Aguiar Silva.

Patrícia Borba Marchetto

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

INTRODUÇÃO

O Projeto PET na Escola busca construir um espaço de interação, entre os jovens do ensino médio e nós alunos do PET Administração Pública da FCL/UNESP. Todo o ano no primeiro semestre, por meio desta atividade, nos comprometemos a incentivar alunos do ensino médio a darem continuidade aos seus estudos ingressando no ensino superior e, principalmente, em Universidades Públicas do país. No ano de 2016, atividade foi realizada na Escola Lysanias de Oliveira Campos, onde visitamos as salas: 3ºA e 3ºB e no Colégio Pablo Neruda, na sala do 2º e do 3º ano do ensino médio.

No início da exposição divulgamos UNESP e os cursos oferecidos em Araraquara e também sobre os existentes em cidades próximas esclarecendo assuntos como: Cursinho, Sistema de Cotas, Sisu, Fies, Permanência Estudantil, Bolsas, Cursos de Línguas e Intercâmbio. Além disso, expomos sobre a vivência universitária e todas as oportunidades que se têm quando está vinculado a uma universidade pública e como, mesmo já estando na universidade, é preciso se empenhar para poder pleitear bolsas para intercâmbios e outros programas.

Procuramos enfatizar ao máximo a importância da universidade para a sociedade e o quanto uma descoberta científica muda vidas e uma geração inteira. Incentivamos o empenho nos estudos para o ingresso na universidade, mostrando que este sonho não é algo distante da realidade desses alunos, e sim uma realidade mais próxima do que eles imaginam.

OBJETIVO

Com essa atividade buscamos não apenas apresentar e discutir aspectos da vida universitária e suas oportunidades com os alunos do ensino médio, mas principalmente informá-los, de forma a despertar o interesse e estimular a participação desses jovens na disputa por vagas dentro das universidades, por meio do ENEM e das provas de vestibulares e demais políticas públicas de ingresso e permanência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A atividade consiste em um encontro único com duração de 50 minutos, com as turmas do terceiro e segundo ano do ensino médio, definido previamente pela Coordenadoria Pedagógica das unidades de ensino, no primeiro semestre do ano. O encontro é composto por uma apresentação expositiva seguida de debate e questionamentos estimulados pelos membros do PET e também levantados pelos próprios ouvintes. Ainda é parte da atividade a entrega de materiais de apoio e informativos e a aplicação de um questionário ao final da atividade para desenvolvimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a análise dos questionários aplicados observamos as respostas e as observações que foram escritas com linguagem simples e direta, o que foi gratificante de ler, pois muitos agradeciam pela apresentação e disponibilidade de termos ido até eles falar de algo que assusta tanto quando se está no terceiro ano do Ensino Médio, que é o Vestibular e a Universidade.

As respostas foram comparadas e levantamos os seguintes dados: foram 71 entrevistados no Colégio Pablo Neruda e 44 na Escola Lysanias de Oliveira Campos. Os resultados foram bem similares, a maioria dos estudantes das duas escolas pretendem cursar ensino superior em universidades públicas, 84% do Lysanias e 87% do Neruda.

Além desse dado, comparamos também o nível de informação sobre cotas, isenções e conhecimento de programas como Prouni e Sisu e, assim, constatamos que, 63,5% dos alunos do Neruda tinham conhecimento sobre isenção, 62% sobre auxílios estudantis, 73% sobre cotas, 86% sobre programas como o Prouni e Sisu e 79% estão

habituaados a conversar sobre vestibular fora do ambiente escolar. Na escola Lysanias os resultados foram: 84% dos alunos tinham conhecimento sobre isenção, 61,5% sobre os auxílios estudantis, 79,5% sobre as cotas, 91% sobre o Prouni e o Sisu e 79,5% estão habituados a falar sobre vestibular fora do ambiente escolar.

Dessa forma concluimos que a informação sobre os vestibulares, isenção e programas federais é mais disseminada do que as informações sobre auxílios estudantis, bolsas de estágio entre outros programas universitários. Também constatamos que os alunos de escola pública tinham mais conhecimento dos programas de ingresso às universidades federais, do que os alunos da escola particular. Assim, concluimos que, embora o sistema educacional público do país deixe a desejar em muitos pontos, os programas assistenciais relacionados a cotas e ao aumento de estudantes de escola pública em universidades têm um resultado muito palpável, alimentando os sonhos desses jovens dando base para que eles consigam ingressar em uma universidade pública.

CONCLUSÕES

A carência de informação afeta alunos de escolas públicas e particulares, pois mesmo vivenciando o período pré-vestibular, ainda existem alunos que não possuem conhecimento sobre os meios de acesso às universidades públicas e nem conhecimento sobre os programas federais de ingresso, tanto em escolas públicas quanto em particulares. Nos chama a atenção, pois, Araraquara é uma cidade que possui uma universidade federal (IFESP) e quatro campus de universidade Estadual (UNESP) e quatro universidades particulares instaladas, atraindo alunos da própria cidade e região.

Concluimos, portanto, que não é só a realidade social do jovem que influencia diretamente seu futuro pós o término do ensino médio, a falta de informação também é capaz de fazê-lo desistir de cursar a graduação que deseja por fatores como: a universidade ser distante da sua moradia ou até em outra cidade, não saber que existe políticas de permanência estudantil, bolsas universitárias e programas federais de ingresso às universidades. No fim da realização da atividade conseguimos disseminar essas informações e mudar o modo de pensar desses jovens sobre sua entrada na Universidade com a mensagem de que tudo é possível com dedicação, esforço e estar bem informado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita. ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: posições em disputa. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/72/56>> Acesso em: Jan. 2016.

ALVARENGA, Carolina Faria, SALES, Aline Pereira, DA COSTA, Adriano Dias, et all. DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR PARA ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA: UM ESTUDO NA UFLA. RPCA, Rio de Janeiro v. 6 n. 1 jan./mar. 2012 55-71 55 Disponível em: <<http://www.uff.br/pae/pca/article/viewFile/110/92>>. Acesso em: jan. de 2016.

FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. ACESSO A UNIVERSIDADE - uma questão política e um problema metodológico. Disponível em: <http://fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/105.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

SOBRINHO, Oséas. O ingresso à Universidade e as dificuldades do Ensino público no Brasil, Administradores- O portal da Administração. 28 de jan. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-ingresso-a-universidade-e-asdificuldades-do-ensino-publico-no-brasil/84410/>> Acesso em: jan 2016.

O BULLYING NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Rafael Varollo Perlati, Paulo César de Oliveira Borges

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP)

Palavras-chave: bullying; convívio escolar; exclusão social

INTRODUÇÃO

A persistência da prática do bullying no âmbito do convívio escolar apresenta a recorrente perpetração da agressividade no período marcado pela construção dos vínculos sociais entre crianças e adolescentes, nas quais, pode ser constatado, por exemplo, a prática ofensiva física, onde as vítimas são feridas de modo carnal. Percebe-se ainda a existência do bullying mental ou psicológico, evidenciado pela provocação verbal, em sua maioria, e também a exclusão relacional, revelada a partir da expulsão social da vítima. E, não obstante, o cyberbullying, determinado pela agressão no âmbito cibernético, que não será tão amplamente abordado por este estudo.

O presente trabalho analisa a prática do bullying na convivência escolar e, sobretudo, o seu prolongamento de efeitos na concepção pós violatória do direito previsto no artigo 5º disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que veda expressamente a ocorrência da discriminação e opressão às crianças e adolescentes, evidenciando a restrição dos direitos fundamentais dos que assim o fazem, sujeitando-se à penalização legal.

O exame da temática de bullying se concentra nos dias atuais, ainda, em analisar as repercussões comportamentais e psicológicas advindas do contato direto infantil e juvenil com a prática agressiva, no papel de agressor, ou sob a perspectiva de vítima, ou ainda, como aqueles englobados na classificação de vítima/agressor. Isto se mostra necessário a partir da consideração de possíveis fenômenos emocionais que subsistem ao período de convívio escolar, refletidos no comportamento em relação à família e ao desenvolvimento individual negativo, como a diminuição ou perda do nível salutar de autoestima, o aumento de casos de depressão, o sentimento de vulnerabilidade que conduz ao quadro de exclusão social, e a progressão da ansiedade infantil, que pode comprometer a vida adulta.

É imprescindível considerar, sobretudo, o caráter abrangente da ocorrência do bullying à medida que sua atuação se reflete em todo o ambiente escolar, a partir do momento que ela se estabelece como ambiente de reação das atividades daqueles que a compõe. Dessa forma, se averigua a relação entre o ato de bullying ao perfil de convivência interpessoal dos alunos, professores e funcionários entre si, assim como a exploração do diálogo sobre o conteúdo de violência e agressividade nas interações rotineiras.

Todos esses motivos derivados do bullying são delimitados pelo uso dos relatórios das oficinas conduzidas no projeto de extensão Núcleo de Estudos em Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos, NETPDH, administrado pelo coordenador Paulo César Corrêa Borges, tal qual o aproveitamento de artigos científicos relacionados, a Constituição Federal Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Percebe-se, sobretudo, a atuação do bullying na afetação substancial na autoestima e no estabelecimento das conexões sociais entre as crianças e os adolescentes aqui retratados, embora seja necessário considerar o desenvolvimento contínuo da pesquisa nos encontros semanais com o grupo estudado, e, portanto, de difícil elucidação de resultados definitivos.

OBJETIVOS

Por meio do estudo proposto, se analisa a influência da prática de bullying nas relações de autonomia e pertencimento social dos envolvidos. Também se verifica a afetação do mesmo na autoestima da vítima, por meio da averiguação dos possíveis efeitos produzidos naqueles que convivem com as agressões (vítimas). Observa ainda, a relação da prática de bullying com o rendimento escolar dos alunos analisados e sua correspondência com a agressividade ativa ou passiva dos estudantes no vínculo escolar com funcionários e demais alunos, e, também, as consequências decorrentes do bullying fora da escola, por exemplo, o convívio familiar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se da metodologia dialética para o confronto do conceito formal de bullying e sua permanência no convívio escolar e a exteriorização deste (o bullying saindo do meio escolar para outros, como exemplo, o convívio familiar), com a realidade das escolas e sociedade brasileira. Juto à análise do caderno de relatórios das ações do grupo de extensão NETPDH, produzidos a partir da experiência de oficinas, realizadas no ano de 2016, com alunos do 6º ano do ensino fundamental de escolas de Franca no interior de São Paulo, no qual a presente elaboração vale-se dos relatórios relacionados à oficina sobre bullying e o convívio escolar (BORGES, 2016).

Para maior propriedade sobre o tema, buscou-se também a verificação de artigos científicos e obras bibliográficas que informam e exploram a questão do bullying e as relações escolares de convívio interpessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto está em andamento, não tendo resultados concretos obtidos. Porém, no andamento das oficinas é possível a identificação de crianças as quais podem ser vítimas de crianças, como exemplo, apatia dentro da sala de aula, muito quieta, falta de interação com os demais colegas, entre outras. Outro ponto notado no decorrer das oficinas é a desconstrução de paradigmas apresentados em relação ao conceito formal de bullying, e os métodos para romper com a poderosa arma, o silêncio, que dá continuidade à opressão.

Dessa forma, o projeto visa, essencialmente, estabelecer uma ponte de construção pré violatória dos direitos humanos na sociedade, iniciado no meio escolar entre os extensionistas e a comunidade de ensino (alunos, pais, professores e funcionários), assim, expandindo a outros ambientes de vivência no intuito de promover a emancipação educacional e social.

CONCLUSÕES

Este trabalho não chegou a conclusões concretas, pois o projeto ainda está em andamento. Porém, após o contato dos universitários com as crianças, há a criação de um ambiente de ensino mais didático e amigável, tendo, então uma integração entre professor

(orientador), alunos de graduação (projetos de extensão) com a comunidade. O que é garantido no artigo 207 de nossa Constituição de 1988.

Não obstante, essa criação de um novo ambiente de ensino, as crianças se sentem mais a vontade de se abrir com esses “novos” amigos, tendo o pressuposto para quebrar o silêncio do bullying e estimular estratégias de combate e prevenção, promovendo uma cultura pré violatória dos direitos humanos. Uma vez que os alunos não veem os graduandos como uma autoridade dentro da sala de aula como o professor é visto das matérias regulares da grade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Claudio Simon. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, Janeiro/Junho de 2012: 35-44. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/04.pdf>>; acesso em: 01/04/2017.

BORGES, Paulo César Corrêa. Caderno de Trabalhos: NETPDH – Fundamentos da cidadania, Franca: UNESP, 2016.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>; acesso em: 05/04/2017.

BRASIL. Lei n. 8.069/1990 – ECA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>; acesso em: 04/04/2017.

SANTANA E SILVA, Cíntia; COSTA, Bruno Lazarotti Diniz. Opressão nas escolas: o bullying entre estudantes do ensino básico. Cad. Pesqui. vol.46 no.161 São Paulo July/Sept. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000300638>; acesso em: 03/04/2017.

ADMINISTRAÇÕES E A GESTÃO PÚBLICA LOCAL: A REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SOB A ÓTICA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

Rebeca C. Lyra Prince, Camila de Moraes Felipe, Renato Junio C. Seabra, Sofia B. Cardoso

Ana Cláudia Fernandes Terence, Patrícia Borba Marchetto

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Administração; Administração Pública; Política Pública e População.

INTRODUÇÃO

Administrações é um projeto que integra o ensino, a pesquisa e a extensão ao relacionar as demandas sociais atuais, sobretudo referentes ao meio ambiente. Este ano o projeto propõe iniciar uma nova fase desafiadora ao expandir a sua atuação e ao integrar ensino, pesquisa e extensão em um tema que é pouco tratado nestas três dimensões: **a gestão de micro e de pequenos municípios**. A literatura que trata das características, particularidades de gestão de pequenos municípios é incipiente. A área carece de estudos que abordem os municípios diante de sua realidade, carências, deficiências e potencialidades singulares.

A organização político administrativa que constitui a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, sendo todos estes autônomos (BRASIL, 2016), contempla 5565 municípios em todo o território nacional. Acrescente-se ainda que a Constituição Federal, art. 30, estabelece competências aos entes municipais, que retratam um crescente aumento no nível de responsabilidades e de importância socioeconômica destes (BRASIL, 1988). No entanto, a realidade heterogênea brasileira demonstra a existência de municípios com características muito divergentes seja em número de habitantes, área, densidade demográfica, realidade socioeconômica ou mesmo nas dimensões propostas por Paes de Paula (2005) que são: econômico-financeira, institucionaladministrativa e sociopolítica.

Assim, o presente projeto tem como a sua principal estrutura a abordagem do contexto dos municípios de pequeno porte. Para nós, a Região Central Administrativa do

Estado de São Paulo é o planejamento outrora traçado, a qual é contemplada com 26 municípios, sendo 15 deles com uma população de até 20 mil habitantes, 08 com população entre 20 mil e 50 mil habitantes; 2 delas são consideradas cidades-sede, Araraquara e São Carlos, com uma população de 206.646 habitantes e 220.666 habitantes, respectivamente (IBGE, 2010).

OBJETIVOS

São objetivos do projeto: 1) estabelecer ações que possibilitem os alunos tornarem-se protagonistas e multiplicadores das ações nas frentes do projeto e atuarem junto aos gestores locais em temas de sua formação acadêmica; 2) colaborar com a construção coletiva de ações de gestão pública efetivas nos pequenos municípios (discentes, docentes, gestores e comunidade); 3) Sensibilizar e capacitar os atores envolvidos sobre a relevância da efetividade da gestão pública nas frentes de atuação do projeto; 4) Sistematizar os fatores condicionantes da gestão pública nos pequenos municípios a partir de suas características singulares; 5) Proporcionar interação, cooperação e/ou troca de experiências entre os gestores dos pequenos municípios da região (técnicas, administrativas, sociais e de participação).

MATERIAIS E MÉTODOS

As etapas a seguir relacionadas serão desenvolvidas ao longo de 10 (dez) meses. Assim sendo, neste primeiro momento, optar-se-á pelo critério quantitativo (número de habitantes) considerando-se objeto deste projeto, os municípios com até 20.000 habitantes. Outro recorte que far-se-á necessário é a delimitação geográfica e administrativa, considerando-se a região administrativa central do estado de São Paulo. Serão considerados para o desenvolvimento os pequenos municípios pertencentes à região administrativa central do Estado de São Paulo com até 20.000 habitantes (15 municípios).

Seguem as etapas propostas para as ações extensionistas:

- Levantamento da realidade local: mapeamento dos municípios. Serão mapeados os planos plurianuais (PPA), as atividades de educação ambiental realizadas, as ações de

elaboração e implantação do plano de resíduos sólidos, os canais de participação popular existentes e seu funcionamento, as ações de transparência, enfim, pretende-se traçar um panorama da gestão dos pequenos municípios e suas particularidades técnicas, administrativas e participativas. A partir do panorama traçado, pretende-se selecionar os municípios e os temas/ações a serem abordados, para então iniciar a seleção do(s) município(s) e o envolvimento da equipe junto à comunidade e à equipe técnica de gestores locais.

- preparação das atividades: mobilização e capacitação dos diferentes atores (gestores e comunidade). Inclui, nesta etapa, a realização de reuniões para discutir a metodologia de trabalho, realização de encontros de capacitação; a elaboração e divulgação de material técnico e de comunicação.

- desenvolvimento e acompanhamento das ações: envolvimento da comunidade local representada pelos membros da equipes técnica e lideranças mobilizadoras na discussão das ações e de sua implantação.

- interação, troca de experiência e cooperação municipal: pretende-se apresentar e discutir as ações realizadas com os agentes municipais das cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 5.565 municípios brasileiros, a maioria é de pequeno porte. Considerando-se município de pequeno porte aqueles com população até 50.000 habitantes, o número de municípios atinge um total de 4.957 (89% do total de municípios brasileiros) e contam com um total de 64.004.918 de habitantes. Considerando-se apenas os municípios com até 20.000 habitantes temos 3.924 municípios (70%) com uma população de 32.660.247 habitantes (IBGE, 2010). Faz-se este recorte, pois apesar de considerar municípios de pequeno porte aqueles com população até 50.000 habitantes (critério quantitativo), apenas os municípios com mais de 20.000 habitantes e os de interesse turísticos são obrigados a desenvolver o Plano Diretor Municipal, instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade. Este fato traz uma diferenciação quanto aos instrumentos de gestão utilizados nos municípios. O Estado de São Paulo possui 409 municípios com população até 20.000 habitantes.

De acordo com o estabelecido previamente no projeto, os 15 municípios a serem estudados pelo grupo serão: Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Motuca, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga e Trabiçu. A seguir, mostra-se o mapeamento realizado pela equipe do projeto para melhor visibilidade da distribuição das cidades desta Região Central.

O panorama se estrutura em perspectivas, tais como: as características gerais dos municípios (população, faixa etária, gênero, raça, escolaridade, renda média, densidade demográfica, área, IDH-M), gestão e estrutura administrativa (número de secretarias e fundações, orçamento das secretarias, e plano diretor, indicadores de gestão fiscal e desenvolvimento municipal), fiscal e orçamentário (caracterização orçamentária - LDO, LOA, PPA-, dinâmica fiscal), de comunicação e participação social (ouvidoria, conselhos municipais, audiências públicas, portais e redes sociais) e a de gestão de políticas públicas e sociais em geral.

Quanto às características gerais, estas cidades contam com uma população de 123.508 habitantes, sendo, em média, 89% urbana e 11% rural (IBGE, 2010); densidade demográfica mediana de 33 hab/km², contando ainda com um IDH-M de 0,7 e um PIB mediano de R\$ 128.279,00 (IBGE).

Traçado este panorama, o próximo passo será a análise dos dados coletados, onde pretende-se trabalhar com as dificuldades encontradas em cada município.

CONCLUSÕES

Posto isso, propõe-se que as ações desenvolvidas no período de um ano sejam compartilhadas com outros municípios em canais de comunicação virtuais (site e mídias sociais), palestras e visitas técnicas, a fim de potencializar os resultados obtidos (planos e propostas elaboradas e/ou implementadas).

Espera-se contribuir para a melhoria da qualidade da gestão pública e ações municipais dos pequenos municípios. Têm-se, também, como resultados esperados: - capacitação das lideranças e corpo técnico/agentes locais; - intensificação dos canais de participação popular com o intuito de proporcionar possibilidades de discussões e proposições sobre a cidade que vivem e se identificam; - possibilitar o uso de ferramentas

de gestão de caráter estratégico, como o PPA e plano de resíduos sólidos; - propiciar trocas de experiências, interação e cooperação entre os municípios da região (técnicas, administrativas, educacionais, sociais e de participação); - sensibilizar os atores envolvidos direta e indiretamente no projeto sobre a importância da efetividade da gestão pública e da implantação de ações socioambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, S. A. **Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos: mito ou realidade?** Guaju, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 106-122, jan./jun. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

KLERING, L. R.; KRUEL, A. J.; STRANZ, E. Os pequenos municípios do Brasil: uma análise a partir de índices de gestão. **Análise.** Porto Alegre, v.23, n.1, p.31, 2012.

MACHADO, G. B. **Municípios não têm como cumprir lei de resíduos sólidos – Será mesmo?** Portal Resíduos Sólidos, 25/11/2013. Disponível em: . Acesso em: 01 jul.2015.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PINHO, J. A. ; SANTANA, M. W. O que faz o governo municipal no Brasil? ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, Anais..., 24, 2000. Florianópolis, ANPAD, 2000.

PIRES, V.; MANCINI, B. RAMALHEIRO, G. C. F.; FAVARETO, E. As limitações das finanças públicas municipais no federalismo fiscal brasileiro: o caso dos pequenos municípios – Região Administrativa Central do Estado de São Paulo 2006-2008. In: CASAGRANDE, E. E. **Intervenção fiscal e suas dimensões: teoria, política e governança.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

REZENDE, J. B.; PEREIRA, J. R. Gestão Pública em municípios de pequeno porte: velhas questões, leis modernas e práticas patrimonialistas. CONGRESSO INTERNACIONAL GOVERNO, GESTÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO EM AMBITO

LOCAL FRENTE AOS GRANDES DESAFIOS, Anais..., 4, 2014, Belo Horizonte, FJP, 2014.

A PREVENÇÃO DO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MENOS PRECONEITUOSA

Hélio José dos Santos Júnior

Paulo César Corrêa Borges

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS-UNESP)

Palavras-chave: bullying; preconceito; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O *bullying* se tornou um assunto muito discutido no Brasil a partir dos anos 2000, uma vez que, cada dia mais, ele está presente na realidade de diversas crianças e adolescentes durante sua fase escolar, pois segundo a pesquisadora Cléo Fante (2005, p. 61), “o bullying ocorre em 100% das escolas, de forma independente do turno escolar, da área de localização da escola, do tamanho das mesmas ou das cidades onde se situam, de ser a escola pública ou privada, ou de se tratarem de séries finais ou iniciais”.

Assim o projeto de extensão NETPDH - Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos – busca com seu projeto ensinar os direitos humanos para crianças, e isso por consequência acaba minimizando o bullying no ambiente escolar, o projeto é feito através de oficinas em escolas da rede pública estadual de Franca, sendo o público alvo, crianças do 6º ano do Ensino Fundamental, as oficinas são realizadas quinzenalmente nas escolas, e em cada oficina busca-se abordar as crianças com atividades lúdicas, para assim, não só promover um maior intercâmbio de conhecimento entre os graduandos e as crianças, mas também despertar nelas um maior entusiasmo para aprender, contribuindo assim para um maior desenvolvimento intelectual delas, bem como uma reflexão sobre seus atos tanto na escola quanto fora dela.

OBJETIVO

O projeto de extensão visa, através de oficinas periódicas, trabalhar temas de Direitos Humanos com alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual de Franca, bem como seus professores, numa perspectiva pré-violatória

abordando temas como questão de gênero, diversidade cultural, convívio escolar e buscando combater quaisquer tipos de preconceitos e práticas discriminatórias como racismo, homofobia, machismo e o bullying.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia consiste em três frentes de atuação para melhor execução do projeto de extensão e ampliação dos resultados.

A primeira é realizada durante as reuniões semanais dos membros do projeto com o professor orientador, que consiste num aprofundamento teórico bibliográfico (pesquisa documental de fontes primárias e secundárias), iniciando com a leitura e discussão de obras sobre direitos humanos, e depois buscando a conversão desse conhecimento teórico e jurídico em algo mais simples e didático para apresentar para as crianças, valendo-se de artigos sobre educação e pedagogia infantil, bem como a estruturação de atividades lúdicas.

A segunda etapa são as oficinas realizadas nas escolas, em que os membros do projeto iniciam uma conversa com as crianças sobre o assunto proposto e depois realizam alguma atividade lúdica que foi estruturada para melhor abordar o tema, sendo que depois de terminada a oficina, um membro de cada sala deve fazer um relatório da oficina e postar na plataforma online do projeto (Moodle-UNESP).

E a terceira e última etapa é realizada entre alguns membros do projeto, o professor orientador e os professores da escola vinculada ao projeto, que consiste numa reunião com todos durante a ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) para expor o que fora analisado durante as oficinas nas salas de aulas, para a escola ter um melhor conhecimento do que ocorre com os alunos, e caso necessário, ela intervenha para assim evitar futuras violações dos direitos humanos nas salas de aula, funcionando como uma oficina cujo público são os professores da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 2016, iniciou-se o projeto na Escola Estadual Dante Guedine Filho, localizada na cidade de Franca, sendo que o tema da primeira oficina realizada com as

crianças foi “Direitos Humanos numa perspectiva pré-violatória”, visto que nesta oficina, os membros se apresentaram para a turma, apresentaram o projeto e depois iniciaram um debate com as crianças, buscando saber o que elas entendiam como direitos humanos e à medida que a conversar fluía, era explicado às crianças que liberdade, respeito, dignidade, educação, saúde, meio-ambiente, dentre os demais que apareceram, que tudo era parte dos direitos humanos. Em seguida, as crianças fizeram atividade de colagem, a qual procuraram, nas revistas distribuídas, imagens que acreditassem ter alguma relação com os direitos humanos, enquanto faziam essa atividade, foi organizado numa cartolina uma “carta compromisso”, a qual as crianças seriam convidadas a assinarem e se comprometerem a partir daquele momento sempre respeitar os direitos humanos, e lutar para que eles fossem preservados.

Depois de trabalhar os direitos humanos de forma geral, na oficina seguinte foi abordado a questão do bullying, sendo que ao chegar à sala de aula, não foi falado o assunto a ser tratado, apenas expôs que uma “pesquisa” feita nos EUA tinha descoberto que as pessoas que tinham nascido no mês par eram mais inteligentes do que as que nasceram no mês ímpar, e quando se falou isso, percebeu-se o início de certa brincadeira de mau gosto com certos alunos da sala, só que depois outro membro do projeto, falou que havia sido cometido um engano, que na verdade, a pesquisa falava que eram as crianças que nasceram no mês ímpar que eram mais inteligentes, e foi nesse momento que a brincadeira se inverteu entre as crianças.

Contudo, depois foi falado que não existia nenhuma pesquisa, que era apenas uma invenção e logo em seguida iniciou-se a explicação sobre o bullying, perguntando na sala se alguém sabia o que era, houve várias crianças que relataram exemplos em que elas já tinham presenciado ou muitas vezes sofrido, depois da discussão do assunto, foi pedido a elas para fazerem um desenho ou escrever uma carta sobre o que elas tinham entendido da oficina ou representar uma cena de bullying e assim que a atividade foi terminada, os desenhos e as cartas foram recolhidos e levados para análise na próxima reunião do grupo, sendo os casos de bullying relatados foram encaminhados aos professores e à direção da escola.

Nas próximas oficinas, buscou-se trabalhar, em cada uma, temas mais específicos de alguns preconceitos, como racismo, homofobia, intolerância religiosa, preconceito de gênero, entre outros; contudo dentro dessas oficinas notaram-se várias particularidades

dos alunos, pois quando se tratava de certos preconceitos específicos, como racismo, todas as que se manifestavam falavam que era errado menosprezar alguém pela cor da pele, porém na oficina de bullying havia reclamações e relatos de alguns apelidos relacionado à cor da pele de determinados alunos; na oficina de homofobia, houve muitas repercussões, alguns falavam que era normal casais homossexuais, outros falavam que era estranho ou errado, mas nenhuma criança que manifestou desprezo ou descaso por homossexuais, apenas trataram como algo diferente, que eles chegaram a conclusão de que deviam respeitar, as repercussões devem ter ocorrido porque provavelmente esse assunto nunca foi discutido com elas; na oficina de intolerância religiosa, quando foi explicado ou pouco de outras religiões, eles ficaram curiosos para entender as peculiaridades de algumas, mas falavam que certas religiões como candomblé e umbanda eram “macumbas”, contudo permanecia mais um tom de uma brincadeira de mau gosto do que um desprezo por essência.

CONCLUSÕES

Após a análise dos relatórios de diversas oficinas, pode-se concluir que as crianças, por si só, não são preconceituosas, elas não carregam com elas pensamentos discriminatórios, nem apresentam atitudes intolerantes com outras no ambiente escolar, os conflitos existentes e as brincadeiras de mau-gosto recorrentes, estão apenas na perspectiva do bullying, ou seja, agressões verbais ou físicas que se repetem não pelo fato da criança que pratica ter aversão à alguma característica, seja física ou comportamento da outra, mas pelo fato dela querer ser destacada entre os colegas da turma, menosprezando outras crianças normalmente tímidas que não conseguem se defenderem às ofensas, ou muitas vezes porque ela já sofreu bullying e quer descontar sua raiva em outra criança colocando-a para baixo, visto que ao longo do projeto tornou-se nítido isso, pois à medida que as crianças tornaram-se mais tolerantes quanto aos preconceitos, o bullying na sala de aula diminuía, pois elas tratavam o assunto com maior seriedade, devido à nova visão de mundo que lhes fora mostrado (muitas vezes elas se lembravam da carta compromisso assinada no começo do ano e falavam que deviam respeitar).

Essa diminuição do bullying foi percebida tanto pelos alunos que comentavam com os membros dos projetos, quanto pelos comentários dos próprios professores, pois as crianças começaram a entender mais sobre os diversos preconceitos que existem e isso

acaba refletindo como elas tratavam os colegas de sala, notando que o bullying praticado apenas deixava uma outra criança mal e que isso poderia se tornar um preconceito no futuro, criança assim uma sociedade intolerante.

Portanto, através do projeto percebeu-se que para diminuir o preconceito e tornar a sociedade mais humana e desconstruída, é necessário ensinar as crianças o mais cedo possível que essas brincadeiras de mau-gosto, por mais simples que sejam no pensamento delas, podem tornar-se algo mais sério, se não forem corrigidas, afinal esse é o período no qual elas estão começando a construir suas ideias sobre o mundo, a formar opinião, portanto é necessário quando elas praticarem alguma atitude maldosa com outra que alguém intervenha para tentar explicar o quão errado isso é, mostrando o quanto a outra criança sofre, e quanto o preconceito é forte na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. N. **Educação lúdica: prazer de estudar, técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1997.

CALHAU, Lélío Braga. **Bullying: o que você precisa saber: identificação, prevenção e repressão**. Niterói: Impetus, 2009.

FANTE, Cléo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar**. Campinas: Verus, 2005.

LOPES NETO, Aramis. **Bullying - comportamento agressivo entre estudantes**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>>. Data: 05 abril 2017.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Ana Beatriz. **Bullying: mentes perigosas na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

DIÁLOGOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Laercio José Peres dos Santos

Fernando Ramalho Martins

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Diálogo; Conhecimento; Administração Pública.

INTRODUÇÃO

O conhecimento se torna válido, na visão social e educativa, quando o indivíduo que pesquisa/produz compreende o que se faz e retransmite tal saber, ao mesmo tempo em que a sociedade ou uma comunidade específica recebe, beneficia-se e, também, compreende os efeitos desta produção em suas vidas. Há que se ponderar que a universidade sedia parte considerável de formação e difusão do conhecimento e esta autoridade produtiva necessita estar sistematicamente permeável a estabelecer uma relação dialógica com a sociedade, tendo em vista demandas, constructos ou outras formas extramuros de chamamento ou de produção de conhecimento.

Dessa forma, cabe pontuar a importância de a universidade criar espaços capazes de captar, dar voz e vazão a outros conhecimentos produzidos por comunidades e outras instituições. A extensão, sendo parte componente do tripé ensino-pesquisa-extensão, traz o imperativo de associar as práticas de ensino e de pesquisa ao relacionamento com frações do universo extra-universitário, sem se revestir de autoridade suprema do conhecimento e, sim, assumindo o diálogo produtivo de aprendizados mútuos.

Estes aspectos ora expostos dão a base para o projeto de extensão. De iniciativa discente e com organização e coordenação docente, o projeto pretende produzir um jornal em mídia eletrônica (com canais em mídias sociais e website), contando com a participação de docentes e discentes dos cursos de Administração Pública, Economia e Educação, funcionários da Faculdade de Ciência e Letras, instituições da administração pública e de representação política, comunitárias ou de cooperação produtiva variadas.

O periódico aqui proposto é de circulação bimestral, com a produção e a divulgação desenvolvidas por colaboradores externos (instituições comunitárias) e pela comunidade interna da universidade, contendo textos (matérias, artigos de opinião,

comentários) e entrevistas que sirvam para que conheçamos, de um lado, entendimentos, percepções, proposições e linguagens de múltiplos atores (externos e internos) sobre algum tema atual ou emergente da realidade política, social e/ou econômica local e, de outro lado, o funcionamento de arranjos produtivos, da tomada de decisão e da governança de instituições diversas, conforme sua natureza.

Ainda que a elaboração do jornal, enquanto forma, tenha a prevalência dos atores internos, a construção de pautas e, sobretudo, de conteúdos permitirá que atores internos e externos dialoguem entre si, produzam matérias, entrevistas, artigos e comentários sobre diversos temas tanto de interesse público geral quanto, em especial, de atenção das humanidades no ambiente acadêmico, levando leitores a mais bem compreenderem limites, tendências e desafios postos e oferecerem soluções pelos participantes rotineiros ou esporádicos do projeto.

OBJETIVO

O objetivo geral é estabelecer pontes dialógicas entre a universidade e os agentes da comunidade local (poder público, associações comunitárias) por meio de um jornal de produção conjunta (atores internos e externos), com entrevistas e textos descritivos e analíticos. Assim, a aproximação entre os meios acadêmico e social pode definir entendimentos dissonantes e consonantes e, mesmo, parcerias para aporte e apoio a proposições de intervenção na realidade objetiva de que tratará este periódico bimensalmente.

Em consonância e de modo prioritário, visa-se também:

- Divulgar entendimentos, percepções e proposições e apresentar linguagens de múltiplos atores (externos e internos à universidade) pela apreciação de temas atuais ou emergentes da realidade política, social e/ou econômica local;

- Construir redes de apoio a proposições de intervenção que surjam dos temas abarcados e dos atores envolvidos;

- Estimular o aprofundamento analítico de temas abordados no jornal por meio da produção de pesquisa de discentes-docentes;

- Buscar enriquecimento empírico a teorias discutidas ou ensinadas em sala de aula, com a observação e o conhecimento sobre o funcionamento de múltiplas organizações de natureza pública ou cooperada;
- Aproximar a universidade de instituições que possam oferecer aprendizado prático a discentes e que poderão ser futuros empregadores;
- Abrir canais de diálogo entre agrupamentos acadêmico e comunitário-público quanto à gestão do conhecimento e sua aplicação no cotidiano;
- E aprofundar a *accountability* de instituições públicas e de representação política para com a comunidade local de modo geral.

MATERIAIS E MÉTODOS

A produção do jornal é em essência de modo dialógico. Pretende-se produzir 4 (quatro) edições, uma a cada dois meses, a saber: maio, julho, setembro e novembro de 2017. O jornal tem o formato eletrônico, ou seja, é produzido e divulgado por tecnologias da informação e comunicação (TIC) digitais, que se caracterizam por serem abrangentes e de baixo custo de manutenção, e que não implicam no uso de papel, contribuindo, com isso, para uma ação econômica e consciente, norteadas pelos princípios da sustentabilidade socioambiental.

Por sua vez, os formatos de divulgação (*design* do *website* e das mídias sociais) e a relação com a mídia local (produção de *releases* e notas, comunicações pós-edição e possíveis repercussões relacionadas ao jornal) são administrados pelos discentes, sob supervisão do docente-coordenador do projeto, durante todo o período de elaboração do jornal.

Já a definição de pauta é realizada entre os discentes (internos e externos), docentes e funcionários. Uma vez definida a pauta, os temas são trabalhados em várias seções com as seguintes perspectivas: i) matérias descritivas produzidas por discentes a partir de informações coletadas *in loco* e/ou por meio de bases de dados preexistentes, ii) análises ou artigos de opinião de representantes ou colaboradores de atores internos e/ou externos, iii) entrevistas com representantes ou colaboradores de atores internos e/ou externo, e iv) divulgação de ações realizadas ou a realizar de projetos/atividades de

discentes e docentes dos cursos envolvidos nesta extensão. Os conteúdos, então, passam à finalização e em tempo hábil para o *design* da edição.

No tocante à coleta de dados, considerando que esta consiste no ato de pesquisar, visando a elaboração, catalogação e acervo de conjunto de informações, provas e documentos, almejando a compreensão de temas, problemas e ações de pessoas ou segmentos sociais, a observação e a entrevista serão os métodos prioritários de apreensão da realidade eleitos pelos elaboradores deste veículo informativo.

Para Gil (2008, p. 109), entrevista é conceituada como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”, baseado na interação social e amplamente utilizado pelas ciências sociais. É uma ferramenta útil para se trabalhar com problemas sociais, o principal escopo da Administração Pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se criar uma via de comunicação para que conhecimento flua e seja compartilhado. Que haja troca de saberes e envolvimento entre os cursos da universidade e entre os poderes, de modo que todos sejam privilegiados com a informação e que os gestores públicos compreendam que a partilha de práticas e de ideias é benéfica à sociedade.

Não obstante, espera-se também firmar parcerias e ações de cooperação entre os órgãos públicos e a universidade, visando propiciar aos estudantes novos meios para desenvolver suas atividades acadêmicas.

E, por fim, que os alunos envolvidos no projeto obtenham conhecimentos práticos além do usual do curso e que dessas práticas surjam efeitos para o fortalecimento do curso, para sua divulgação e para a união estudantil em torno do fortalecimento da universidade.

CONCLUSÕES

Os temas abordados pelo projeto possuem estreita relação com temáticas de cursos ligados à área pública. Desse modo, é possível aos alunos de graduação, sobretudo do

curso de Administração Pública, ter contato, via entrevistas e pesquisa de campos, com realidades de atores que lidam com a coisa pública. Com isso, é oportunizado um espaço para relacionar as questões práticas postas pelos entrevistados com as questões teóricas colocadas pelo corpo docente da FCL. O contato com atores locais poderá também tensionar valores préestabelecidos, permitindo o desenvolvimento da reflexividade dos discentes de modo que a própria atividade científica e o processo de formação profissional (incluindo as dimensões de ensino e pesquisa) podem ganhar maior sentido para o aluno.

Da mesma forma, também possuem grande ligação com a cidadania. Por entender que essa última é gerada a partir de um processo de troca entre o saber científico e a realidade social, o espaço comunicacional abrirá um mútuo canal por meio do qual os alunos selecionarão temas que lhes são relevantes, conversando com destacados atores sociais. Como consequência, uma primeira contribuição será gestada: a explicitação de um conhecimento tácito de um agente social, induzida pela curiosidade de um acadêmico. Partindo desse primeiro processo, o material elaborado será divulgado para o público externo via mídia social.

Além disso, nada impedirá um processo reverso, no qual os atores comunitários, via recurso informacional, poderão incitar questionamentos aos alunos que se transformarão em projetos a serem perseguidos e publicados posteriormente, sanando uma demanda social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://migre.me/wsTEU>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: <<http://migre.me/wsTFI>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <<http://migre.me/wsTG6>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES CAPUTO, S. **Sobre entrevistas**: teoria, prática e experiências. Petrópolis, RJ:
Vozes, 2006.

A HOMOFOBIA COMO REFLEXO DE UMA EDUCAÇÃO CONSTRUÍDA PARA O MODELO HETEROSSEXUAL

Rafael dos Anjos Souza, Lígia Lopes Andrade

Paulo César Corrêa Borges

UNESP

Palavras-chave: educação; heteronormatividade; homofobia.

INTRODUÇÃO

Tendo-se em vista as diversas afrontas em relação aos direitos dos indivíduos colocados socialmente como pertencentes ao grupo outro e diferente do “mais adequado”, quais sejam, o marginalizado, no escopo aqui tratado, o da homoafetividade e o padronizado como sendo o da heteronormatividade, faz-se mister a análise e identificação e reconhecimento da contribuição das instituições no processo construtor da mentalidade preconceituosa e marginalizadora dos indivíduos que não se encaixam nos padrões heterossexuais (DINIZ; LIONÇO, 2009), repercutindo em um com discurso em lugar de maior preponderância do que o outro (FOUCAULT, 1996).

A partir do recorte neste trabalho proposto, a instituição a ter seus modos balizados a fim de se apontar um dos pilares do início do processo de construção de uma mentalidade homofóbica será a escola quando responsável pela primeira educação oferecida aos indivíduos, ou seja, a educação básica, correspondente ao ensino fundamental (DINIZ; LIONÇO, 2009).

Fazendo-se uso da metodologia dialética da interpretação dos contrários, posto que o duo homofobia e educação, nesta pesquisa, são pontos constitutivos oponentes de uma mesma unidade, usar-se-á para reflexão relatórios referentes às oficinas ministradas a alunos do sexto ano do ensino fundamental sobre a temática de homofobia, assim como o raciocínio de Rogério Diniz Junqueira que atesta que a escola seria local de fabricação dos corpos e identidades do sujeito, sendo a escola brasileira estruturada a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir a figura do “outro” (JUNQUEIRA, 2012).

Ao passo que tal estudo está em consonância com o projeto de extensão do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos, os resultados da presente pesquisa encontram-se em contínuo desenvolvimento, no sentido de que prevaleceriam, já no ambiente escolar, a desumanização do outro por motivos de inferiorização relacionada à orientação sexual (CAMARGO; RIBEIRO, 1999).

OBJETIVO

Sendo que a presente pesquisa visa estudar os quadros apresentados e suas diferenças e similitudes, essa põe-se em face do porquê tais qualidades fazem-se presentes e até que ponto influenciariam a sociedade rumo a uma cultura de desumanização daqueles considerados homossexuais, impondo-os ou uma vida na qual sua orientação sexual é “escondida no armário”, enquanto encenam uma heteronormatividade (JUNQUEIRA, 2012), ou uma vida envolta de medo e exclusão em razão de ações homofóbica por terem tido a “ousadia” de assumirem sua orientação sexual numa sociedade padronizada e institucionalizada para um modelo hétero de ser (BUTLER, 1999).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa aqui proposta utilizar-se-á da metodologia dialética da interpretação dos contrários, estudando os dois polos que se opõem (LAKATOS, 2003) no quadro apresentado, quais sejam, a educação básica do ensino fundamental, com enfoque no conteúdo programático direcionado aos alunos do sexto ano do ensino fundamental, e as questões relacionadas à orientação sexual, que seriam alvo de certa contenção pelo sistema de educação básica por influência da heteronormatividade.

Para realização da contraposição dos itens a serem estudados, far-se-á a utilização de relatórios advindos das oficinas e dinâmicas realizadas com os alunos sobre a temática de homofobia, assim como usar-se-á artigos científicos e periódicos acerca da homofobia e da educação com viés heteronormativo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos relatórios elaborados pelos graduandos participantes do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos, NETPDH, sob orientação do Professor Doutor Paulo César Corrêa Borges, ficou exposto, após a oficina em que foram discutidas as temáticas relacionadas à homofobia e questões de gênero, que tais tópicos representavam um grande tabu à maior parte dos alunos das turmas com as quais o projeto fora realizado, abrangendo um total de oito turmas do sexto ano do ensino fundamental, pertencentes a duas escolas estaduais da cidade de Franca, interior de São Paulo (BORGES, 2016).

Em grande parte dos relatórios, durante as oficinas sobre homofobia, diversas crianças não se mostraram propensas a discutir a pauta proposta pelos extensionistas, comportamento esse tido como oriundo da educação homofóbica que é reforçada dentro do ambiente escolar (BORGES, 2016). Ao observar o ocorrido dentro das salas de aula e realizar estudo em conjunto com artigos sobre a temática pôde-se inferir a participação educacional na construção dos preceitos preconceituosos devido ao entrave colocado frente às discussões sobre orientação sexual e suas variantes, ao passo que a heteronormatividade apresenta-se como a “ordem normativa” escolar, de forma que a homofobia na instituição educacional não seria manifestação isolada ou apenas “resíduo” advindo de fora do nicho observado (JUNQUEIRA, 2012).

Por fim, em algumas salas foi possível constatar que, apesar das dificuldades encontradas para a plena realização das atividades propostas, e conseqüentemente pela não efetividade global das oficinas, em geral as crianças participantes das atividades desenvolveram boa compreensão sobre as temáticas trazidas pelos extensionistas e sobre o debate em questão.

CONCLUSÕES

Posta em foco a restritividade colocada frente à discussão a respeito da questão da orientação sexual no ambiente escolar, em especial quando em se tratando do ensino fundamental voltado a crianças do sexto ano, pode-se observar uma contribuição significativa deste nicho educacional para o desenvolvimento de uma cultura discriminatória e heteronormativa e homofóbica, visto que os tópicos relacionados à

questão apontada seriam ou colocados de lado, esquecidos, ou então estigmatizados como “indecentes”, quase pecaminosos.

Tendo-se em vista o quadro preocupante de desrespeito aos Direitos Humanos e, em especial, o desrespeito em relação aos direitos dos indivíduos possuidores de qualquer característica “denunciadora” de uma possível homossexualidade na sociedade contemporânea, faz-se mister uma maior abertura da escola básica rumo ao diálogo e à construção de uma educação emancipadora e livre de preconceitos (CAMARGO; RIBEIRO, 1999), a fim de que haja a possibilidade de uma verdadeira efetivação dos Direitos Humanos, de uma instituição educacional que cumpra sua função de iluminar as mentes dos cidadãos e de uma sociedade onde a autoidentificação sexual do indivíduo seja entendida, aceita e respeitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Paulo César Corrêa. Caderno de Trabalhos: NETPDH – Fundamentos da cidadania, Franca: UNESP, 2016, pp. 16 – 23.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 151-172.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli; RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI, Richard (Org.). Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIONÇO, Tatiana. Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio / Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

AS POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA EMANCIPADORA ATRAVÉS DE CURSINHOS POPULARES

Luis Phellipe de Souza Thomza Dantas

Ana Lúcia de Castro

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: Educação emancipadora; Paulo Freire; Cursinho popular.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura abordar as possibilidades e os desafios na construção de uma educação emancipadora. Entende-se educação emancipadora no sentido de Paulo Freire, mais especificamente em sua obra “Pedagogia da Esperança” (2009) e na “Pedagogia del Oprimido” (2005). Nestas obras o autor trabalha com a ideia de uma educação que supere a construção hierárquica entre professor e aluno que é entendida como uma “educação da esperança” (2005, p.11). A proposta deste artigo é possibilitar uma aproximação entre as demandas educacionais de Paulo Freire na construção de cursinhos populares.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é realizar uma reflexão acerca das possibilidades e das dificuldades de construção e consolidação de uma educação emancipadora por meio da ação construída coletivamente em cursinhos populares. Mais especificamente, este artigo trabalha com o caso específico do Cursinho Geração NEAR, cursinho popular localizado na cidade de Araraquara, composto por estudantes da UNESP das mais diversas áreas do saber, que atuam como voluntários na criação de uma educação mais inclusiva, e que supere as dificuldades estruturais do Brasil no acesso de jovens das classes econômicas menos abastadas no ensino superior.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização deste trabalho utilizou-se da experiência própria como professor no Cursinho Geração NEAR, além de entrevistas de alunos, professores, ex-alunos, e

todas as partes envolvidas no processo de criação de outro modelo de inclusão social no contexto educacional brasileiro. A abordagem teórica consiste no conceito de educação emancipatória expressa em maior medida em duas obras de Paulo Freire “Pedagogia da Esperança” (2009) e na “Pedagogía del Oprimido” (2005). A realização da parte escrita da pesquisa só foi possível depois de um ano atuando junto ao projeto e buscando uma reflexão que encare a educação de ensino superior como um direito assegurado apenas à uma pequena parcela da população brasileira. Entendendo a educação como um paradigma importante em busca de uma sociedade que nas palavras de Paulo Freire:

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desdizereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança (FREIRE, Paulo, 2005, pg. 11).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cursinho popular Geração NEAR, criado no ano de 2009 é uma iniciativa colaborativa entre alunos da UNESP e uma professora coordenadora (Professora Cibele Rozenfeld, departamento de Letras modernas) que acompanha de perto as atividades e a construção das práticas e estruturas necessárias para o funcionamento de um cursinho popular. Consiste num grupo de 20 (vinte) professores atuantes de forma direta ou indireta na consolidação do projeto.

O cursinho preza em maior medida pela utilização de novas linguagens e tecnologias na prática didática das diversas disciplinas que compõe o currículo pedagógico, agrupando as disciplinas das áreas de exatas, biológicas e humanas.

No ano de 2016, foram aprovados 13 alunos em universidades públicas do Brasil, sendo que a maioria deles em Universidades Públicas perpassadas pelo modelo institucional de vestibular no Brasil. Observa-se ao longo da trajetória anual do cursinho uma mudança brusca na postura e mentalidade dos alunos. Ao ingressarem no cursinho as “esperanças” que Paulo Freire chama atenção, parecem dizimadas, ou no mínimo adormecidas sob o manto da desigualdade na criação de capital cultural e intelectual que está intimamente ligada à posição sócia econômica das partes envolvidas.

Não obstante, percebe-se de partida um grande salto quantitativo e qualitativo na formação de cidadãos, que adentram o projeto com pouquíssimas projeções de participação política e social no mercado de trabalho e no campo político. Ao longo do ano é trabalhada nas diferentes áreas a formação crítica e cultural dos alunos. Um projeto importante é a realização de atividades aos sábados que buscam trabalhar a partir da interdisciplinaridade conteúdos que vão além da formação técnica-conceitual, abordando filmes, poesias, contos, mitos, lendas, músicas, em suma uma exploração do campo artístico que corrobora em larga medida à formação crítica entendida como primeiro passo à uma educação emancipadora. Neste sentido, as atividades buscam romper um modelo educacional que busca mais do que capacitar criticamente os alunos, instrumentalizá-los para a reprodução de conceitos e técnicas cobrados no vestibular do Brasil.

A formação crítica, portanto, está intrinsicamente ligada a um projeto mais amplo de cidadania, e se mostra uma poderosa arma de emancipação mediante um modelo educacional que somente reproduz informações ao invés de refletir sobre elas. Nas palavras de Paulo Freire, um modelo reflexivo de educação é extremamente importante se se levar em consideração um projeto educacional que permite o aluno sonhar em superar sua realidade social mais imediata, entendida muitas vezes como um “prédado”.

CONCLUSÃO

Conclui-se demonstrando a importância do cursinho público pré-vestibular construído por docentes e discentes das universidades do Brasil.

Entende-se que esta é uma forma de extensão do ensino adquirido na universidade, uma ferramenta de inclusão social a partir da participação ativa de diversos atores na consolidação de uma sociedade mais equânime e inclusiva.

Muito se fala no “retorno” que a universidade deve promover à sociedade civil como um todo, observa-se na construção de cursinhos populares uma iniciativa capaz de promover uma sociedade mais humanizada e preparada para lidar com as desigualdades sócias econômicas que são estruturais no Brasil.

Compreende-se que as dificuldades operantes na consolidação de um projeto de tal magnitude são reais. O compromisso com as agências de fomento à pesquisa e

capacitação perpassa a prática de consolidação sistemática e burocrática dos meios objetivos necessários para execução do projeto. Apresentar trabalho em congressos, esquematizar um projeto político pedagógico, um regimento interno, um calendário são etapas que dificultam a consolidação do projeto, mas que são extremamente importantes como meio de execução dos planos.

Apesar das dificuldades operacionais na realização de um projeto como a construção de um espaço aberto a alunos de escola pública, entende-se que os alcances são de grande magnitude. A cada jovem que participa do projeto e consegue realizar seus sonhos pessoais é um ganho coletivo, para quem constrói o projeto, para o jovem, para a sociedade civil, que futuramente deverá se beneficiar de alguma forma com mais um cidadão crítico e participante da consolidação de um país melhor.

Entender e superar as dificuldades é uma etapa progressiva na consolidação de possibilidades de uma projeto educacional mais amplo, que devolve à sociedade os investimentos realizados na educação superior, em forma de novos ingressos na própria educação superior que posteriormente pode e deverá retribuir em forma de projetos de extensão à sociedade. Compreende-se assim um circuito retroalimentado de superação nas dificuldades estruturais advindas do processo educacional brasileiro e uma forma de buscar a educação emancipatória que requer uma formação cada vez mais significativa e consciente, durante toda vida dos indivíduos. Reafirma-se aqui a importância da consistência do trabalho educativo numa perspectiva de democracia, conjunto e compromisso.

Por fim, entender a educação como uma construção coletiva é talvez a chance para a emancipação coletiva dos amálgamas da má-política do simplesmente administrar. Entender a educação como uma construção crítica é dar possibilidades aos agentes, em criticar, refletir e alterar a ordem estruturada, a partir de determinações estruturantes. É reconstruir possibilidades ao invés de se prender nas dificuldades. É superar para progredir. É acreditar que por meio da luta se cria sonhos, e por meio dos sonhos se cria uma nação melhor para todos.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e concreta, é desvelar as possibilidades, não importa os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e, quando lutamos, enquanto desesperançados ou

desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo. (FREIRE, Paulo, 2005. p. 11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Del Oprimido**. Editora Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Editora Paz e Terra, 2009.

TRABALHOS DE EXTENSÃO

**EIXO TEMÁTICO 2 – MEIO AMBIENTE, SAÚDE, CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS**

PROJETO SALUS: DISSEMINANDO O AMPLO CONCEITO DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO DE ARARAQUARA

Gregório Luiz Anaconi, Patricia Souza Braulino

José Luís Bizelli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: saúde; conceito; políticas públicas municipais.

INTRODUÇÃO

Saúde é um termo bastante propagado e divulgado na sociedade, sobretudo ao tratar de ações governamentais e políticas públicas nessa área. Entretanto, grande parcela da população, até mesmo muitos gestores públicos, desconhece o sentido amplo da concepção de saúde. A origem da palavra saúde provém do latim *salus*, designando o atributo principal dos inteiros, intactos, íntegros. *Salus*, por sua vez, é derivado do termo grego *holus*, no sentido de todo, totalidade e que em português dá origem, também, ao adjetivo holístico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu Saúde como um estágio de bem-estar físico, social, mental e não somente a ausência de doenças. A Constituição Federal de 1988 adotou o conceito amplo de saúde ao entendê-la como “um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação”.

Desta forma, podemos destacar o importante papel atribuído às políticas públicas sociais e econômicas como garantidoras eficazes da promoção de saúde aos indivíduos com geração de emprego, políticas de saneamento ambiental, de controle do desmatamento, de transportes, habitacionais, de conscientização no trânsito, de apoio ao esporte e ao lazer e à segurança pública. Quanto aos indivíduos, saúde também não se restringe apenas à ausência de doenças ou ao fácil acesso ao atendimento médico e hospitalar, envolvendo concepções mais abrangentes como a saúde física, emocional, social, intelectual e espiritual.

OBJETIVO

O trabalho tem como objetivo geral, demonstrar que o desconhecimento do ideal maior de saúde, tem tanto em termos filosóficos e doutrinários como práticos, não somente da população em geral, mas também, dos setores os quais lidam diretamente com a promoção da saúde, além de administradores públicos, o Judiciário, a sociedade civil organizada, entre outros, pode impactar diretamente no não atendimento previsto na Constituição e tudo aquilo o qual há como referência em saúde.

No contexto mais específico, o objetivo do projeto é entender e demonstrar o quanto o desconhecimento amplo do termo em saúde pode impactar em seu pleno oferecimento para usuários de Unidades Básicas de Saúde e Programas Saúde da Família (PSF) nos municípios de Araraquara e Matão, com a verificação de qual o grau de conhecimento da sociedade quanto aos conceitos “saúde” e “saudável”.

A proposta é ainda debater estes conceitos com a sociedade, por meio da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara por meio de minicursos e palestras os quais orientam os cidadãos quanto ao pleno entendimento de saúde ir além de somente um bom atendimento médico ou uso de medicamentos e sim, o conceito abrangente diante as políticas econômicas e sociais como emprego e renda, meio ambiente, habitação, transportes ou cultura também estão envolvidas no conceito de saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado mediante análise bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa de campo baseou-se, principalmente, em entrevista com usuários de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) nos municípios de Araraquara e Matão.

A entrevista se deu por meio de abordagem dos cidadãos os quais aceitaram voluntariamente a responder algumas perguntas pertinentes ao tema. As respostas foram gravadas e posteriormente excluídas. O questionário buscava avaliar a percepção dos entrevistados em relação aos parâmetros de saúde física, emocional, social, intelectual e espiritual, além da pergunta em relação à pessoa concordar ou não com o fato de a

saúde, na verdade, perfazer a união e a integração de todas essas condições em conjunto. Ou seja, o conceito holístico de saúde.

MÉDIA EM CADA ASPECTO PESSOAL PESQUISADO

	ARARAQUARA	MATÃO
FÍSICO	6,9	6,2
EMOCIONAL	7,0	6,0
SOCIAL	7,6	8,5
INTELECTUAL	7,7	8,0
ESPIRITUAL	8,6	9,4

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio dos materiais e métodos utilizados, foi possível concluir o desconhecimento do contexto amplo de saúde na amostra de usuários do Sistema Único de Saúde em Araraquara e Matão, cidades analisadas. Este desconhecimento impacta diretamente no grau de participação e também de entendimento o qual a população possui sobre o tema e as ações do poder público em promover políticas sociais e econômicas destinadas a atender aos anseios da sociedade.

De maneira que, através de levar o tema à população e amplificar o assunto por meio da Escola do Legislativo, é possível orientar e abrir uma nova margem de entendimento quanto ao conceito abrangente de saúde e o indivíduo buscar, tanto na esfera pública, por ações e políticas governamentais quanto no sentido íntimo a saúde em sua totalidade.

Como extensão, a discussão é levar ao maior número de pessoas a abrangência geral ao que se refere saúde, tanto no indivíduo quanto na sociedade e assim capacitar indivíduos pela busca de sua cidadania, pela compreensão de que saúde é um conceito multidisciplinar, interagindo desde uma boa elaboração do orçamento doméstico familiar a até boas condições de transporte, meio ambiente saudável, condições salubres de trabalho e um bom manejo das condições econômicas do país.

CONCLUSÕES

Levando em consideração o questionário realizado nas unidades de saúde nos municípios de Araraquara e de Matão com usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em relação à percepção destes quanto à saúde, tanto se tratando do sistema em si, quanto suas percepções mais subjetivas de saúde, conclui-se que a avaliação do sistema é relativamente alta nos dois municípios.

Em muitos dos relatos, por exemplo, da cidade de Matão foram revelados uma ótima qualidade nos serviços de saúde, apresentando problemas apenas no excessivo período de espera. Já na cidade de Araraquara, foram detectados problemas no atendimento das unidades de saúde, falta de especialistas para exames, longo tempo de espera e falta de suporte básico para atendimento dos pacientes.

Ao se tratar dos aspectos subjetivos, apesar de em ambos os municípios as médias serem acima de 5,0, existe uma percepção que os âmbitos sociais e espirituais são aqueles os quais os entrevistados mais consideram como importante ou que ao menos tenham uma melhor avaliação no quesito saúde. Revelando uma boa saúde psicológica e social, com a participação e interação com a comunidade ao redor, sempre assumindo uma perspectiva esperançosa sobre a vida.

Entretanto, os aspectos físicos são aqueles de pontuação mais baixa, devido ao fato dos cidadãos questionados terem relatado não dedicar a atenção necessária a exercícios físicos ou a uma boa alimentação.

Considerando essas conclusões foi proposto a Escola do Legislativo de Araraquara a execução de palestras com temas que relacionassem a saúde e a visão ampliada desse conceito para a população da cidade, porém, o projeto ainda está em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SEGRE, M. e FERRAZ, F. C. O conceito de saúde (The health's concept). Rev. Saúde Pública vol. 31 no. 5 São Paulo Oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016

TANCREDI, F. B., BARRIOS S. R. L. e FERREIRA J. H. G. Saúde e Cidadania, Planejamento em Saúde. Disponível em: http://www.saude.sc.gov.br/gestores/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_02/14_03.html

BATISTELLA, C. Abordagens Contemporâneas do Conceito de Saúde. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtsp/index.php?livro_id=6&area_id=2&capitulo_id=14&autor_id=&arquivo=ver_conteudo_2

FILHO, N. A. O que é saúde?. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011,160 p. (coleção temas em saúde). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000300015

FUNÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO: DESBRAVANDO AS PRAÇAS DE ARARAQUARA

Juliana de Almeida Camarão, Denise Gabriela dos Santos, Camila de Moraes Felipe

José Luis Bizelli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: praças; adote uma praça; comunicação participativa.

INTRODUÇÃO

A polis grega é a imagem de Cidade que melhor reúne a construção – material e imaterial – humana com a construção política e filosófica de territorialidade. O território revela concretamente o estágio de desenvolvimento da comunidade e ajuda a projetar eticamente sua visão do futuro. Mais que isso, o futuro compartilhado se constrói através da polis (BIZELLI, 2013)

A praça, portanto, é herdeira simbólica do imaginário e do concreto, marco arquitetônico e possível palco de transformações históricas e socioculturais, espaço para o exercício da cidadania. Permite, por excelência, o convívio social e é utilizado há milênios por civilizações de distintas maneiras, jamais deixando de exercer suas importantes funções de integração e de sociabilidade no território dos municípios. (DIZERÓ, 2006)

Diante do exposto, temos que as praças públicas enquanto território livre e de acesso irrestrito se apresentam como espaços urbanos que promovem a qualidade da paisagem urbana, além de constituir ambiente agradável para o lazer em família e de encontro para livres reuniões como manifestação e passeatas, ou seja, todos aqueles eventos possíveis, já que chancelados pelas Garantias Fundamentais presentes na Constituição Federal Brasileira (1988).

A cidade atual vem consumindo os espaços públicos, muitas vezes, confinando-os em territórios privados, dando vazão a um modo de vida baseado no consumismo e no individualismo: as praças vem perdendo a capacidade de atrair a população para espaços que funcionam em novos padrões de consumo e lazer, como acontece com os shopping centers.

A nova concepção de vida cultiva verdadeira aversão e repúdio pelos ambientes públicos, dando cores mais vivas às desigualdades econômicas; relegando a praça como opção de lazer das camadas sociais menos favorecidas, que não dispõem de recursos financeiros para usufruir de outras opções de divertimento. Daí a relevância desse tipo de espaço livre que é, por excelência, um espaço de uso público e comum a toda a sociedade (MINAKI, 2007).

Ademais, espaços públicos de elevada qualidade, bem projetados e bem geridos, podem desempenhar papel crucial na promoção do bem-estar de cada indivíduo e contribuem positivamente para as nossas cidades em termos sociais, econômicos e ambientais.

Como exemplo internacional de cuidado com as praças, utilizamos o caso descrito por Fernandes (2012) com o “Project for Public Spaces”, que identifica dez benefícios inerentes à vivência do espaço público:

- 1) Apoio a economias locais;
- 2) Atração de investimentos;
- 3) Atração de atividades de Turismo;
- 4) Promoção de atividades culturais;
- 5) Encorajamento de ações baseadas no voluntariado;
- 6) Redução da criminalidade;
- 7) Melhoria para a segurança pedonal;
- 8) Aumento o uso de transportes públicos;
- 9) Melhoraria da qualidade de saúde pública ao melhorar a qualidade da circulação pedonal;
- 10) Melhoria e proteção do ambiente.

Para contornar a atual situação, o projeto visa recuperar a noção de espaço público enquanto possibilidade de atuação porosa da administração pública a demandas populares e às funções básicas do ambiente.

OBJETIVO

O objetivo do "Desbravando as praças de Araraquara" é, por um lado, entender a problemática que envolve a falta de utilização das praças da cidade em consequência de sua estrutura física. O primeiro foco do trabalho é analisar a manutenção das praças na cidade; e, o segundo, monitorar a rede de comunicação entre poder público e população – através de página no facebook – sobre a qualidade de espaços verdes existentes na malha urbana. Por outro lado, o projeto propõe divulgar o programa público araraquarense "Adote um verde", conhecido também como "Adote uma praça", incentivando a participação e a conscientização de instituições sobre sua importância. Faz-se necessário, portanto, sistematizar os cadastros de adoção de praças para o desenvolvimento de técnica facilitadora do processo (BIZELLI; CINTRÃO, 2014); intermediar ações entre poder público, cidadãos e empresas privadas dispostas a colaborar; delimitar ações estratégicas de políticas pública possíveis; revitalizar o espírito de *Ágora* como espaço de troca de ideias e de decisão política.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa delineou duas fases. A *primeira* foi realizada através do levantamento bibliográfico sobre o tema acompanhado de leituras na imprensa local para entender a percepção dos meios de comunicação sobre os desafios postos à conservação e manutenção das praças, em Araraquara. Houve também uma investigação junto aos agentes públicos da Prefeitura Municipal para análise do Programa "Adote uma praça". Visitas e avaliações aleatórias e preliminares mostraram a falta de cuidado com algumas praças da cidade.

A pesquisa selecionou três praças como amostra para aprofundamento da análise: uma na periferia, uma na região central e uma que já fora adotada; a saber, pela ordem exposta: "praça 1" – bairro Jardim Santa Lúcia; "praça 2" – bairro do Carmo; e "praça 3" – adotada no bairro Centro. A partir desta delimitação, foram realizadas entrevistas com moradores dos bairros, funcionários de empresas próximas ao espaço das praças e com representante da empresa que adotou a praça 3.

Em decorrência da necessidade de ampliação da área delimitada, a *segunda* fase consiste no levantamento de dados de outras regiões no mapa de "Regiões de Planejamento de Bairro" de Araraquara.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após várias reuniões, o grupo chegou à conclusão de que a melhor solução para o caso seria a participação direta da população através de uma rede social para facilitar a adesão das pessoas para adotar praças em Araraquara. Assim foi criada a página "Desbravando as praças de Araraquara", no facebook, para ser um espaço de denúncia das condições vividas pelas praças de Araraquara. Na outra ponta do projeto, foi levada para o Vereador Gerson da Farmácia a ideia de facilitar, o cadastro de interessados no projeto "Adote o verde", o qual encaminhou um ofício ao Superintendente do Daae, Sr. Guilherme Ferreira Soares, explicando o significado da propositura. Em resposta o Daae investiu na confecção de um ícone que está na página oficial da autarquia, contendo todas as informações e as regras de como se adotar uma praça, facilitando, assim, a tomada de decisão daqueles que se interessam pela adoção.

CONCLUSÕES

O projeto "Desbravando as praças em Araraquara" mostra para a população araraquarense que é possível estar mais próxima do poder público através de um meio de comunicação simples que atinja os interessados, proporcionando ambiente de mudança que reúne a todos que se comovem com a causa (BIZELLI, 2015). O Desbravando foi uma pequena iniciativa, mas com grande significado. O projeto ilustra que mesmo em situações difíceis do cotidiano, é preciso romper o silêncio diante das coisas que incomodam o cidadão, sejam elas pequenas ou grandes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZELLI, J. L. **Inovação e democratização na administração pública brasileira**. In: HAYASHI, M. C. P. I.; RIGOLIN, C. C. D.; BARBOSA, H. (Org.) *Governo na web: reflexões e práticas*. Campinas: Alínea, 2015, p.93-110.

BIZELLI, J. L. **Inovação: limites e possibilidades para aprender na Era do Conhecimento**. São Paulo: FEU/Cultura Acadêmica, 2013.

CINTRÃO, L. P.; BIZELLI, J. L. Sistemas de Informação Governamental para Monitoramento e Avaliação da Política Pública: quadro de desafios e perspectivas de avanços. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. Brasília: Governo Federal. p. 48-59, 2014.

DIZERÓ, J. D. Praças do Interior Paulista: Estudos de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto / SP. **Dissertação** (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

FERNANDES, A. C. T. D. Metodologias de Avaliação da Qualidade do Espaço Público. 2012. 191f. **Dissertação** (Mestrado Integrado em Engenharia Civil). 2011/2012. Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2012.

MINAKI, Mônica. As praças públicas de Araçatuba/SP: análise de um indicador da qualidade ambiental urbana. 2007. 201 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007.

TRABALHOS DE EXTENSÃO
EIXO TEMÁTICO 3 – TRABALHO, RENDA E ECONOMIA

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO BRASIL

Ronaldo Ogasawara

Marcos Alberto Claudio Pandolfi

FATEC Taquaritinga

Palavras-chave: renda; oportunidade; emprego.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de geração de emprego e renda no Brasil estão intimamente ligadas ao processo de desenvolvimento social da população e isso deve ocorrer de maneira equitativa, economicamente viável e ambientalmente sustentável, para que propicie condições ao cidadão, a ter uma vida digna e ser sustentado pelo seu próprio trabalho. Compete aos mandatários escolhidos pelo povo, nas três esferas governamentais, adotarem planos de ações com o intuito de gerar emprego, requalificar o cidadão que está à procura de uma colocação no mercado e também articular um modelo que faça um diagnóstico da potencialidade da economia local e regional, considerando não apenas dados de trabalhadores ativos e salários pagos, como também ao emprego informal.

OBJETIVO

O presente trabalho busca apresentar ações para a implementação das relações de trabalho, renda e desenvolvimento econômico, de acordo com as políticas públicas, objetivando melhorar as chances de emprego, de renda e ampliação dos postos de trabalho. Busca também analisar o que tem sido realizado para amenizar os efeitos da crise, onde milhões de brasileiros foram demitidos e estão à procura de uma recolocação no mercado de trabalho.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi desenvolvida sob o enfoque de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório tendo como finalidade aprofundar o conhecimento sobre o assunto estudado, analisando o papel das políticas públicas na vida social da população, especificamente na geração de renda e emprego. Foram levantados dados

através de pesquisas bibliográficas e documentais com consultas em páginas oficiais de governo municipais, estaduais e da União.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, atualmente o país possui 12,9 milhões de pessoas buscando uma vaga de emprego. O número dobrou desde o final de 2014, quando o país tinha 6,5 milhões de desempregados. Para José Eli da Veiga, Professor da FEAUSP, para geração de empregos é primordial estimular o surgimento de novas empresas, de todos os modelos, e em todos os setores. Isso porque o volume de mão de obra será insuficiente para uma projeção futura, assim que o quadro macroeconômico volte a favorecer o crescimento. É primordial que se efetive as mudanças necessárias para que a estrutura de incentivos faça com que mais pessoas, e em muitos mais lugares, passe a empreender, tanto de forma individual como grupal e coletiva.

Pequenos empreendedores são beneficiados quando gestores criam um ambiente que ofereça instituições e agências capazes de fornecer capacitação, financiamento, assistência técnica, marketing e apoio à comercialização. Além disso, é necessário construir uma sistemática de transparência e um bom quadro técnico, capazes de identificar as linhas de ações, fazendo parcerias corretas e prestando com excelência, os serviços necessários aos empreendimentos econômicos. Outras ações também favorecem ao cidadão, como estabelecer parcerias e convênios com sindicatos, organizações não governamentais, entidades representativas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, para aperfeiçoamento da qualificação do trabalhador e da ampliação do mercado de trabalho.

No ano de 1975, o Governo Federal lançou uns dos primeiros programas de inserção de jovens ao primeiro emprego, denominado como Sistema Nacional de Emprego (SINE) e foi instituído pelo Decreto n.º 76.403, de 8 de outubro de 1975, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Ao SINE, foram designadas muitas atribuições, como por exemplo, o atrelamento com o Programa do Seguro-Desemprego, que contemplava as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego. Outras ações do sistema era fazer a intermediação de mão de obra,

qualificação profissional, geração de informações sobre o mercado de trabalho e apoio operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda.

Por meio da Resolução nº 2.141, de 24 de agosto de 1995, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tinha como objetivo principal, destinar apoio financeiro às atividades agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor.

Um dos fatores relevantes que aparentemente contribuiu para o sucesso do Pronaf foi o fato dos empréstimos terem sido facilitados por uma série de normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) com o intuito de obter uma melhor avaliação os diversos partes sociais que compõem o grande setor de economia familiar rural do país. Para fazer parte do programa agricultor familiar, o pequeno agricultor deve primeiramente avaliar o projeto que pretende desenvolver com o intuito de gerar renda aos familiares dos mesmos e assentados da reforma agrária. Podem ser destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. A renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil.

Em meados do ano de 2003, foi instituído a Secretaria Nacional de Economia Solidária, onde através de seus projetos, promove a divulgação mediante política integradas, tendo como foco o desenvolvimento por intermédio da geração de renda e trabalho juntamente com inclusão social. Um tipo comum de empreendimento solidário são as cooperativas que administram empresas falidas, adotando procedimentos participativos. Outro são as associações que se formam por iniciativa da igreja, de ONGs e de outros grupos visando criar alternativas para a população carente Trata-se de uma alternativa de geração de trabalho e renda pela via do trabalho que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças.

Posteriormente, ao longo da história, foram criados através de programas governamentais ou não, diversos mecanismos para tentar inserir novamente o desempregado ao mercado, porém diagnosticou-se que muitos que estavam nessa situação, trabalhavam por conta própria e não tinham nenhum tipo de embasamento legal, operando suas ações na informalidade e na ilegalidade. Então, foi criada a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que instituiu o MEI (Micro Empreendedor Individual) no Brasil e tem como objetivo atender profissionais que trabalham por conta própria e que querem se formalizar como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e possuir apenas um funcionário contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Entre as vantagens oferecidas por essa lei é a obtenção do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.

Por fim, com o discurso de geração de mais empregos formais, ao final de 2016, está sendo enviado ao Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista, que passa por análise na Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei 6787/2016. As alterações buscam modificar alguns pontos específicos na lei trabalhista, pertinentes principalmente à jornada de trabalho. O assunto é bastante polêmico e tem dividido a opinião pública. Enquanto o governo defende que as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elaborada nos anos 1940, já não mais atendem a todos os setores da economia, especialistas temem que as mudanças resultem em precarização do trabalho, trazendo mais transtornos do que benefícios ao cidadão.

CONCLUSÕES

Na área de geração de emprego e renda, são observadas várias ações governamentais ou organismos não governamentais e que ganharam corpo desde a década de 90. Existem vários questionamentos em torno da eficácia destes os programas e se realmente atingem efetivamente um universo significativo de pessoas e pequenos empreendimentos. Porém, uma outra vertente converge para a tese de que a baixa cobertura dos mesmos seja um contraponto para compensar efeitos negativos de oscilações macroeconômicas sobre o emprego.

Na realidade, as flutuações do emprego no Brasil, especificamente desde a década de 90, estiveram mais atreladas às políticas macroeconômicas do que aos resultados desses programas. Assim, pode-se indagar se as implantações de certos programas, vêm atendendo ou não alguma estratégia clara de geração de emprego no país. Um papel essencial pode ser desempenhado pelas políticas de financiamento, que vêm avançando e que receberam alento com a decisão do Governo de destinar 2% dos depósitos à vista ao microcrédito.

Paralelamente, ações devem ser adotadas para fortalecer as instituições de microcrédito e para melhorar a assistência ao microempreendedor, iniciativas essenciais para alavancar a economia e ampliar a sua capacidade de reduzir a pobreza. Sem crescimento econômico, não haverá recomposição das muitas formas de gastos e nem distribuição de riqueza e, portanto, não haverá crescimento do nível de emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rosângela. **A economia solidária como política pública — uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Economia Solidária**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economiasolidaria>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BRASIL, **O que é a agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>> Acesso em 04 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Plano Nacional de Qualificação — PNQ 2003/2007**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.oei.es/historico/etp/plano_nacional_qualificacao_brasil.pdf>. Acesso em: 08 abr.

BRASIL. **Sistema Nacional do Emprego**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/redesine/logomarca-do-sine/logo-sine-fat-e-governo-federal/>> Acesso em 13 abr. 2017.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local**. Ensaios FEE, Porto

Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, nov. 2011. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2381/2979>>. Acesso em 18 mar. 2017.

IPEA. **Políticas públicas asseguram mais trabalho e renda aos brasileiros**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf>. Acesso em 11 abr. 2017.

LOUREIRO, Marcelo. **Escalada do desemprego deve continuar**. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/escalada-do-desemprego-devecontinuar.html>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Que fazer para gerar empregos no Brasil?** Estud. av. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300019>. Acesso em 13 abr. 2017.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br/trabalho-renda-e-desenvolvimento-economico>>. Acesso em 04 abr. 2017.

PROJETO ARARAQUARA BOA PRAÇA

Murillo Trevisanello Pinotti, Marcos Paulo Andrade, Lucas Henrique Silva, Henrique Braga
Chiapini, Yuri Martins Fontoura e Alexandre Amorim

José Luís Bizelli

Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (FCLAr-UNESP)

Palavras-chave: praças públicas; idosos; corte de gastos.

INTRODUÇÃO

As praças públicas desempenharam papel importante na vida de várias pessoas. Em um passado não tão distante, representavam o lugar de lazer para muitas famílias e, principalmente, para suas crianças. Na maioria dos casos, as praças se encontravam perto ou anexadas a paróquias religiosas, o que evidencia a influência da religião no espaço público e o cuidado que recebiam de seus mantenedores.

Todavia, com o passar dos anos, esses espaços de lazer foram se deteriorando, as paróquias perderam autonomia para realizar a manutenção básica do espaço, levando ao abandono e descaso para com as praças públicas.

Algumas funções das praças são sociais e de lazer. Elas abrigam eventos culturais e esportivos, contendo equipamentos como playgrounds, mas o descaso para com a manutenção incentiva ações de vandalismo que deterioram o patrimônio público e afastam a população do exercício de usufruir da praça.

Uma investigação contemporânea sobre o espaço público tem que reconhecer a necessidade de lugar para expressão pública de interesses e ideias; de convívio democrático entre cidadãos, ou seja, do espírito da *Ágora* grega (BIZELLI, 2013). Estudos e pesquisas mostram a vitalidade presente nos espaços urbanos de encontro e de inter-relacionamento em praças, mesmo que improvisados e precários. (BARTALINI, 2007)

Descuidos com as praças públicas prejudicam a vida cidadã. Há que se recuperar o uso coletivo do espaço urbano, através de atividades de lazer, da prática de atividade física ou cívica, ou através do exercício de “jogar conversa fora” com os vizinhos de bairro.

Em Araraquara algumas praças se encontram em estado deplorável e necessitam de cuidados básicos para o uso. Outras atividades passaram a ser praticadas nas praças devido ao abandono: prostituição, uso de drogas, afastando os moradores próximos.

A limpeza pública e a manutenção das praças de Araraquara estão, hoje, a cargo do Daae (Departamento Autônomo de Água e Esgotos). Essa responsabilidade, que era da Prefeitura, foi transferida à autarquia em abril de 2014. O custo dessa mudança financeira representa para o Daae algo em torno de 419 mil reais mensais, retirados de investimentos de 1,6 mil reais em obras e pavimentação, 150 mil reais em ligações de água e esgoto, 100 mil reais em operação de tratamento de esgoto e o restante da área administrativa. (MARTINS, 2014)

Em razão do exposto, conhecendo o assunto e sabendo do descontentamento da população sobre o abandono das praças, os integrantes do grupo criaram, seguindo os passos de projeto similar em Matão, o “Projeto Araraquara Boa Praça”, que consiste em proporcionar atividade a idosos e revitalizar as praças públicas do município, através do pagamento de subsídio no valor de 550 reais mensais, distribuição de kits de uniformes e de equipamentos, para que estes cidadãos realizem atividades de manutenção e conservação de espaços públicos.

OBJETIVO

O objetivo central do “Projeto Araraquara Boa Praça” é criar uma alternativa de cuidado com as praças existentes na malha urbana, transformando-o em atividade remunerada para a população da terceira idade, auxiliando para mantê-los ativos nesse período da vida. Paralelamente, buscar compreender melhor a praça como espaço público passível de uma política pública que revitalize sua função social.

Os objetivos específicos do projeto são:

- Estabelecer contato e fortalecer os laços de trabalho entre a Universidade e a Prefeitura Municipal de Araraquara;
- Ampliar a base de apoio ao projeto na Câmara Municipal de Araraquara, já que o projeto precisa de aprovação da mesma para ser efetivado;
- Aprofundar os estudos de viabilidade técnica e legal do projeto;

- Aprofundar estudos sobre praças em Araraquara e investigações bibliográficas sobre o tema;
- Implantar efetivamente o Projeto.

MATERIAIS E MÉTODOS

No início do projeto, o principal ponto passava por entender a mecânica do Programa Boa Praça, em Matão. Uma entrevista foi realizada com o vereador matonense Jonas Garcia, no dia 23 de junho de 2016, quando os integrantes Alexandre e Murillo foram ao gabinete do vereador e receberam documentos sobre o programa da Secretaria de Serviços e Meio Ambiente da Prefeitura de Matão, em conjunto com a ONG Ocara. São 47 idosos cuidando de 39 praças públicas pela cidade, com pagamento de uma ajuda de custo no valor de 250 reais, mais direito ao atendimento de saúde e 300 reais no cartão alimentação, totalizando 550 reais.

Os idosos participantes recebem noções de jardinagem – ou seja, frequentaram cursos para aprimorarem suas técnicas de jardinagem – e um kit de uniforme, contendo camisetas, bonés, calças e luvas. Os equipamentos usados para a realização das atividades são distribuídos pela Prefeitura. A única condição para participar é que o idoso resida próximo à praça cuidada.

Após efetuar o recolhimento destes dados sobre o programa, o grupo abriu canal de comunicação com a vereadora Juliana Damus, em Araraquara, a qual se mostrou entusiasmada com a causa e se propôs a ajudar; foram realizadas duas reuniões com a vereadora: a primeira em 15 de agosto de 2016, na qual as partes firmaram um acordo de parceria visando o desenvolvimento do projeto; a segunda reunião, ocorreu no dia 27 de agosto de 2016, na qual foram decididas as diretrizes do projeto dali em diante.

No que se refere à pesquisa de campo, o grupo foi às ruas do centro de Araraquara e no parque infantil, no dia 4 de outubro de 2016, onde fora aplicado um questionário para a população (acima de 18 anos) com perguntas referentes ao “Projeto Araraquara Boa Praça” e a opinião sobre as praças do município. No total foram entrevistadas mais de 80 pessoas, em uma única tarde, obtendo como resultado uma aprovação de 99% dos entrevistados sobre o “Projeto Araraquara Boa Praça” e várias reclamações sobre o estado das praças do município.

Visando compartilhar conhecimento e dividir experiências, o grupo se reuniu no dia 16 de novembro de 2016 com a aluna de pedagogia Mariana Tarozzo (formada em Arquitetura e Urbanismo), cujo TCC fora sobre o espaço das praças, juntamente as alunas Denise Santos e Juliana Almeida (criadoras do projeto “Desbravando as praças de Araraquara”), nesse encontro vários textos e artigos foram entregues ao grupo para serem usados como fonte de pesquisa.

Visando embasar a parte da pesquisa científica, os integrantes do grupo analisaram três artigos e uma tese, indicados pela aluna Mariana Tarozzo, referentes à temática das praças, os quais auxiliaram no entendimento da importância das praças para as cidades e o seu papel na sociedade, ressaltando a importância desse tema, sendo eles:

- Cidade, Imagens e Polifonias: Reverberações Urbanas – Victor Tinoco Delgado (Mestrando em Psicologia – PPGP/UFF) e Roberto Novaes de Sá – Professor Associado do PPGP/UFF;
- Praças do Interior Paulista: Estudos de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monto Alto/SP. Tese de Mestrado – Joselle Davanço Dizeró;
- A produção e o uso da imagem do centro da cidade e o caso de São Paulo – Flavio Villaça – Prof. Titular de Planejamento Urbano da FAU – USP;
- Praça: a forma mais que difícil – Vladimir Bartalini (arquiteto, mestre e doutor pela FAU–USP).

Para expor o trabalho que vinha sendo realizado no desenvolvimento do projeto, o grupo criou a página do “Projeto Araraquara Boa Praça” no Facebook, despertando o interesse de pessoas em auxiliar no processo de desenvolvimento ao longo desse período, recebemos mensagens de apoio pela causa e contatos foram feitos por meio da página.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resumidamente, o projeto “Araraquara Boa Praça” segue os passos do programa de Matão e visa propor atividade aos idosos, retirando o sedentarismo de suas vidas, na conservação e revitalizar de praças em Araraquara, cidade que conta com grande número de espaços públicos no formato de praças. Neste caminho aprofundamos nosso entendimento sobre o tema com pesquisas bibliográficas, questionários com a população e entrevistas com atores políticos locais. O resultado foi manifestado em vários tipos de

acordos e trabalhos conjuntos delineados. Esperamos agora reunião com o prefeito de Araraquara, Edinho Silva, para aprofundar as ações previstas.

CONCLUSÕES

Em razão do exposto, o projeto se encontra em repouso, pois motivos políticos emperram seu desenvolvimento, porém os integrantes do grupo se mantêm ativos para levar o projeto à diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALINI, V. Praça: a forma mais que difícil. **Arquitextos**. 08 de julho de 2007.

Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/08.086/227>.

BIZELLI, J. L. **Inovação: limites e possibilidades para aprender na Era do Conhecimento**. São Paulo: FEU/Cultura Acadêmica, 2013.

MARTINS, G. Limpeza de praças e áreas públicas vai custar R\$ 419 mil/mês ao Daae.

Jornal Tribuna Araraquara. 28 mai. 2014. Disponível em:

http://www.araraquara.com/politica/politica_internaNOT.aspx?idnoticia=956000 .

LABECOSOL: APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC) E REGIÃO

Alexandre Vieira Machado Neto, Mariene de S. Silva Palokowski

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI-UDESC)

Palavras-chave: Economia Solidária; Assessoria; Extensão.

INTRODUÇÃO

A economia solidária pode ser entendida como uma alternativa aos trabalhadores em detrimento do crescimento desenfreado do capitalismo e suas consequentes desigualdades econômicas e sociais, além de que é uma forma diferente de produção cujos princípios são fundamentados, principalmente, na cooperação, solidariedade e sustentabilidade. Apesar de no contexto atual parecer um pouco utópica uma economia baseada em princípios mais altruístas, é necessário destacar que o contrário, levado às últimas consequências, seria distópico, como expressa Paul Singer (2001, p. 100) ao dizer que uma sociedade seria extinta caso o individualismo e a competitividade chegasse a esse ponto, uma vez que interações altruístas e sem interesses são necessárias para a sua reprodução.

Nesse sentido, a economia solidária visa a interação econômica entre diferentes grupos sem a promoção da competição, oportunizando a geração de renda e a distribuição igualitária entre todos os envolvidos no processo de produção. A cooperação e agregação de grupos, e a geração e partilha de bens e da propriedade coletiva a partir do trabalho humano, em consonância com o comércio justo e o cuidado com o meio ambiente, diferencia essa economia em diversos aspectos do capitalismo industrial que hoje prevalece.

Organizações do terceiro setor, associações, cooperativas, empresas autogestionárias e grupos informais organizados com o foco na economia social e solidária, de acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2015), fazem parte do rol de organizações econômico-solidárias.

O Laboratório de Aprendizagem em Economia Social e Solidária (LabEcoSol) surge no contexto como um programa de extensão criado no Centro de Educação Superior da Foz de Itajaí (CESFI), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no município de Balneário Camboriú (SC), em março do ano de 2016. O intuito do programa é o fortalecimento e a promoção da economia solidária no município e na região. A abertura do curso de Administração Pública pelo CESFI no segundo semestre de 2014 apresentou a necessidade de desenvolver programas para aprimorar as competências dos acadêmicos, assim como a busca da universidade pelo fortalecimento de seu pilar comunitário por meio de sua incidência em campos de atuação nos quais possa contribuir para o aprimoramento da governança pública local, um dos focos principais do curso de Administração Pública (SALM; MENEGASSO, 2012).

Foi entendido, por meio de estudos posteriores às ações principais do laboratório, que os grupos locais, apesar de atuarem de acordo com os princípios da economia solidária, não entendiam certos conceitos e muitas vezes não conseguiam repassar seus conhecimentos justamente por não terem uma base teórica. Pelo mesmo motivo, não ficavam a par de políticas e ações públicas a respeito da economia solidária, incapacitando-os de reivindicar certos direitos e benefícios. A partir disso, o LabEcoSol notou a necessidade da promoção de oficinas abertas ao público com direito a certificados de participação, apresentando temas relativos e pertinentes para uma formação básica no tema de economia solidária.

Em outro sentido, foi averiguado que o Fórum Municipal de Economia Solidária (EcoSol-BC) não estava conseguindo manter-se na ativa e mobilizar os empreendimentos econômico-solidários (EES), tendo como uma das necessidades a de se trabalhar em nível organizacional o gerenciamento tanto em ferramentas de planejamento, controle e avaliação, como em princípios tão valiosos para o movimento da economia solidária: a autogestão e a cooperação. Em via disso, o laboratório forneceu assessoria ao fórum municipal e passou a promover diversas ações que fortaleceram o movimento no município e na região, construindo uma base administrativa melhor elaborada, além de estabelecer uma relação de articulação entre os EES e o poder público.

OBJETIVO

Um dos principais objetivos do programa LabEcoSol é desenvolver assessoria e formação voltada à promoção da economia social e solidária com o intuito de favorecer o desenvolvimento do empreendedorismo autogestionário, de modo a gerar significativas contribuições para o desenvolvimento sustentável e para a construção de um referencial teórico-metodológico para processos de formação e assessoria. No contexto político, o LabEcoSol atua como um agente que articula as relações entre os EES e o poder público, objetivando proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento da economia solidária no município.

Ao pensar o enfoque comunitário, o CESFI está localizado atualmente na região central de Balneário Camboriú. Porém, em médio-prazo estará se instalando no bairro Nova Esperança, ao sul do município, que margeia os bairros Barra, São Judas Tadeu, as praias agrestes e o bairro Tabuleiro do município de Camboriú. Essa região está em franco crescimento, mas possui bolsões de pobreza e demandas latentes por projetos que busquem o fortalecimento do desenvolvimento local, como alternativas de geração de renda e fomento de organizações comunitárias. Nesse território e no município de Balneário Camboriú há grupos formais e informais que desenvolvem atividades econômicas nas áreas de artesanato, reciclagem, alimentação e outros, constituintes do movimento social da economia solidária. Nesse contexto, o LabEcoSol foi implementado com base nas demandas de grupos locais cujo enfoque é a economia solidária, iniciando suas atividades em março de 2016.

O laboratório, portanto, contribui para a geração de trabalho e renda por meio de assessoramento aos EES e suas redes, como o Fórum Municipal de Economia Solidária, baseado nos princípios da coprodução, autogestão e solidariedade. A formação de docentes, discentes, técnicos, multiplicadores e integrantes dos EES, promovida por meio de oficinas, tem o intuito de incitar a mobilização social e a autonomia dos envolvidos, tendo em vista que esses são fatores importantes tanto para a economia solidária quanto para a prática da cidadania.

A partir do fortalecimento dos grupos econômico-solidários vem a conseqüente mobilização social de seus integrantes a favor dos seus direitos, visto que, ao sentir-se informado e preparado, o indivíduo torna-se autônomo e passa a exercer sua cidadania de forma ativa em todos os âmbitos. Na obra “Pedagogia da Autonomia”, Paulo Freire

(2002) deixa claro que a emergência e a conquista da cidadania ativa só é possível quando o indivíduo se posiciona crítica e ativamente diante de sua realidade, uma vez que é do indivíduo na qualidade de educando a posse exclusiva de seu conhecimento.

Partindo do ponto de vista acadêmico, esse programa de extensão possui grande caráter de integração do tripé ensino-pesquisa-extensão, pois possibilita a realização de atividades de ensino da graduação, servindo de base para o desenvolvimento de casos de ensino e atividades extraclasse. O próprio programa prevê a realização de atividades de pesquisa, principalmente no âmbito de sistematizar informações referentes aos trabalhos de assessoria dos empreendimentos de economia solidária. Além disso, é prevista a integração com outras ações de extensão do curso de Administração Pública, como o Laboratório de Inovação em Governança Pública e o curso de Engenharia de Petróleo que compõem o mesmo centro de ensino.

MATERIAIS E MÉTODOS

A implementação do laboratório fez-se no primeiro semestre de 2016, tendo organizado sua estrutura física dentro da universidade. Também foi realizado nesse período as formações da equipe do programa. Entre os temas abordados pelo programa estão: a extensão universitária; economia solidária; assessoria; facilitação; e mediação comunitária.

Em paralelo à implementação do laboratório, foi iniciado o acompanhamento das reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária (EcoSol-BC) e o auxílio na sua organização e articulação, além da participação no Fórum Litorâneo de Economia Solidária que congrega a região dos municípios da AMFRI. Em maio de 2016, o LabEcoSol instaurou um processo de articulação para a aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária de Balneário Camboriú (Lei 3939/2016) junto a Câmara de Vereadores do município.

Como referencial metodológico utilizado no programa, abordam-se as tecnologias sociais, compreendidas como um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004:130). Dessa forma, os princípios de autonomia, participação e cooperação devem

estar permeando permanentemente os processos do laboratório, garantindo assim possibilidades de desenvolvimento da autogestão por parte dos empreendimentos.

A autogestão está ligada diretamente a questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo das atividades dos EES, os quais devem receber uma formação constante, buscando um envolvimento total com o trabalho. A busca pela autogestão é um processo longo e complexo que articula a sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanentes, e é nesse sentido que a formação deve ser continuada e integrada nas dimensões administrativa, técnica e política.

A partir de um processo dialógico, permite-se que o LabEcoSol coloque-se na condição do EES assessorado, permitindo definir a direção a ser tomada para promover a formação educacional que os leve à autogestão. Por meio da ação indutiva os orientadores deverão motivar o grupo para a busca de meios práticos e resultados concretos com o propósito de passar do estágio de dependência para o estágio de autonomia. Essa ação deve ser bem estruturada para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados.

A metodologia utilizada também perpassa as oficinas, estas pautadas numa metodologia que parte dos princípios da educação popular, da produção dialógica, emancipatória e participativa, acreditando na construção e desenvolvimento de relações democráticas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultados já são mais de 20 atividades realizadas (reuniões, oficinas e assessoria) junto ao movimento da economia social e solidária de Balneário Camboriú, e aproximadamente 150 pessoas envolvidas. Dentre as oficinas, podemos destacar a Oficina de Introdução à Economia Solidária, realizada no dia 13 de outubro de 2016, que contou com a participação de mais de 50 pessoas, dentre elas: participantes do poder público municipal; membros dos EES e organizações do terceiro setor; docentes; e discentes do CESFI/UDESC. A segunda oficina foi a de Comércio Justo, realizada no dia 17 de novembro de 2016, contando com a participação de 30 pessoas. Sua finalidade foi a de conceituar o comércio justo e solidário e informar sobre a organização de feiras. A última oficina realizada no ano de 2016 ocorreu no dia 24 de novembro e teve como tema

os Fóruns: locais de discussão e mobilização dos assuntos pertinentes à economia solidária. Esta contou com 25 participantes.

Dando continuidade às ações realizadas, destaca-se a assessoria ao Fórum Municipal de Economia Solidária (EcoSol-BC). O LabEcoSol realiza reuniões mensais do fórum e colabora com questões administrativas, como o auxílio na elaboração das pautas das reuniões e redação de atas. No final de 2016, foi proposta a implementação do regimento interno do EcoSol-BC, que foi redigido pelo próprio laboratório em conjunto com os EES. Posteriormente, o regimento foi implementado e com ele a reestruturação administrativa do fórum municipal tendo em vista um movimento pautado em relações horizontais, tornando os princípios da economia social e solidária mais aplicáveis. Assim, o que antes era uma Direção Executiva se tornou uma Coordenação Executiva.

No início de 2017, o LabEcoSol envolveu-se em diversos projetos do poder público, não somente como um fomentador e assessor do EcoSol-BC, mas como elaborador de uma proposta que foi enviada ao Poder Executivo para a implementação da Política de Economia Solidária no município de Balneário Camboriú. Os frutos dessa ação já estão sendo colhidos com o chamamento e criação do Conselho Municipal de Economia Solidária, que será de grande importância para as discussões e deliberações acerca da implementação desta nova política no município. Dentro dessa agenda estão reuniões com representantes do Poder Executivo e Legislativo, além da participação e contribuição em audiências públicas.

O laboratório também participa do Fórum Regional Litorâneo de Economia Solidária, que compreende os municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu (Porto Belo, Itajaí, Itapema, Balneário Camboriú, Navegantes, Penha, Barra Velha, Piçarras e Brusque), integrando a equipe de organização do Fundo Solidário do Fórum Regional Litorâneo, fundo este de extrema importância dada a atual situação nacional da economia solidária, na qual a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tornou-se uma subsecretaria, resultando, conseqüentemente, em cortes nos recursos para o movimento.

É importante citar o aumento do interesse da comunidade na busca pelo entendimento da economia solidária, que pode ser notado através do envio de mensagens para a página do facebook (@LabEcoSol) que em seu primeiro mês no ar (de 10 de março a 10 de abril de 2017) contabilizou 74 curtidas.

CONCLUSÕES

Com base no que já foi exposto, é possível notar a necessidade de um programa de auxílio à economia solidária não só no município, mas em diversas regiões. O LabEcoSol, portanto, faz-se de exímia importância no que diz respeito ao desenvolvimento e à reprodução da economia solidária, além de fornecer espaços de compartilhamento de experiências e informações para os grupos, resultando em melhorias coletivas e individuais significativas, e notáveis mudanças no que concerne ao papel de cidadão.

É válido destacar que diversos objetivos já foram alcançados devido ao engajamento e motivação dos empreendimentos, e a organização e planejamento do Fórum Municipal de Economia Solidária são provas concretas disso. A participação dos empreendimentos por meio da exposição de suas demandas e de seus conhecimentos adquiridos na ação foram imprescindíveis para o desenvolvimento do programa e de todos os envolvidos.

Mesmo com as dificuldades encontradas ao longo desse percurso, o laboratório obteve êxito nas ações realizadas. A partir de agora, espera-se uma maior participação das organizações públicas para que seja possível a concretização dos projetos planejados de acordo com as demandas expostas pelos EES durante o acompanhamento do LabEcoSol. Sendo assim, com o engajamento de todos os atores envolvidos e interessados, é possível dar grandes passos para um consequente avanço da economia solidária na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em <www.fbes.org.br> Acessado em 20/09/2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: DE PAULO, A. et al. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

SALM, J. F, MENEGASSO, M. E. O curso de Administração Pública em tempos de coprodução do bem público e de governança pública: proposição e referências. Encontro de Administração Pública e Governança, 2012.